



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – IPS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGPSI
DOUTORADO EM PSICOLOGIA

Márcio Santana da Silva

Processos afetivo-semióticos na integração da perda de um filho por morte violenta à
identidade pessoal materna

Salvador

2017

MÁRCIO SANTANA DA SILVA

**Processos afetivo-semióticos na integração da perda de um filho por morte violenta à
identidade pessoal materna**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia – UFBA, para a obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia do Desenvolvimento

Orientadora: Profª. Dra. Ana Cecília de Sousa Bastos

Salvador

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Silva, Márcio Santana da

S586 Processos afetivo-semióticos na integração da perda de um filho por morte violenta à identidade pessoal materna / Márcio Santana da Silva. -- Salvador, 2017.

219f.:il.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ana Cecília de Sousa Bastos.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Instituto de Psicologia, Salvador, 2017.

1. Afeto (Psicologia). 2. Self (Psicologia). 3. Identidade (Psicologia). 4. Semiótica. 5. Luto – Aspectos psicológicos.

I. Bastos, Ana Cecília de Sousa. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Psicologia. III. Título.

CDD: 155.937



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
Instituto de Psicologia - IPS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGPSI
MESTRADO ACADEMICO E DOUTORADO



TERMO DE APROVAÇÃO

**“PROCESSOS AFETIVO-SEMIÓTICOS NA INTEGRAÇÃO DA PERDA DE UM
FILHO POR MORTE VIOLENTA À IDENTIDADE PESSOAL MATERNA”**

Márcio Santana da Silva

BANCA EXAMINADORA:

Profª Drª Ana Cecília de Sousa Bastos (Orientadora)

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Profª Drª Giuseppina Marsico

Università Degli Studi di Salerno, Itália

Prof. Dr. Jaan Valsiner

Aalborg University, Dinamarca

Profª Drª Miriã Alves Ramos de Alcântara

Universidade Católica do Salvador – UCSAL

Profª Drª Marilena Ristum

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Salvador, 24 de julho de 2014.

Às Participantes deste estudo...

A

Helena... O intangível que há nos confins da dor maior do mundo... De quem eu ouvi “o mais escuro uivo humano da dor de separação”... Ainda assim, o Amor, ali, infinitamente maior e assustadoramente eterno, em um heróico ato humano de continuar a *ser-com-sua-filhinha!*

Rebeca, Força - humana, feminina, materna - a desafiar o doloroso e ininteligível viver! Sobre o chão duro e indiferente do tempo presente, a forte esperança de que campos em flor emergirão a qualquer momento, posto que o melhor de si respondeu ao mundo, quando tufões varreram os chãos e céus sob seus pés!

Mainha... D. Alzira... “A força que nunca seca”. A maternidade em sua mais intensa manifestação em minha vida! A delicadeza das flores e do campo, no corpo, nos gestos e na fala: “-Quando a gente fica parado, é que vê o tamanho de um dia, viu?”.

AGRADECIMENTOS

À Profª. Ana Cecília Bastos, que me recebeu generosamente no grupo de pesquisa CONTRADES quando de minha inserção no mestrado. Desde então, mundos vastos me foram apresentados e trajetórias até então sonhadas foram possibilitadas no real da vida! Ao Prof. Jaan Valsiner, uma das manifestações mais contundentes da palavra *generosidade* em minha trajetória pessoal. Ao meu amado Prof. Humberto de Oliveira, com quem tive a honra de dar os primeiros passos nas *veredas* da pesquisa acadêmica - seu carinho, sabedoria, generosidade, força e beleza tornaram a atividade reflexiva algo belo e encantador! Estamos *fadados ao encontro*, Professor! Às Profas. Pina Marsico, Miriã Alcântara e Marilena Ristum, cujas valiosas contribuições ao meu estudo e à minha trajetória acadêmica ocorreram em momentos muito especiais, ressaltando sempre o fato de que o fazer ciência é um constante *inquietar-se* diante da complexidade avassaladora do *si mesmo*, do Outro e do mundo!

A Dinho (*Professô*), agente catalisador de transformações tão belas, em tantas vidas! MUITÍSSIMO obrigado por ter possibilitado concretamente a realização deste estudo! A Ana Néri e Adenilson, do Quilombo Kiôô, vias de entrada, para mim, a tantos mundos! Vocês foram meus pontos de referência na imensidão do Subúrbio Ferroviário da Cidade de Salvador. Aos colegas Elsa Mattos, Julianin, Kenny e Lia Lordelo - de minha parte, há um sentimento de imensa gratidão pelo apoio que encontrei em vocês. Ao grupo CONTRADES, desde *lá atrás*, uma de minhas moradas: nossos encontros foram muito mais do que reuniões ou aulas... Vivemos um constante *engajar-se com* o Outro na construção de *mundos da mente e da vida*, prezando pelo respeito sempre! Muito obrigado!

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPG-PSI-UFBA pela oferta de um espaço de diálogo, intercâmbio de idéias e produção intelectual. Em especial, um muitíssimo obrigado a Ivana e a Henrique, pelo cuidado a mim dispensado durante minhas andanças pelas instalações do PPGPSI. Às agências financiadoras FAPESB e CAPES, por terem viabilizado a realização deste estudo.

Em especial, agradeço aos familiares e amigos, grupos cujas fronteiras desaparecem quando penso em minha trajetória até aqui... Mainha (*Dona Alzira*), Réu, Tau, Gõin, Larinha (Danadinha), Thaianne (sempre salvando a pele do titio no último minuto! Meu imenso *Obrigado* a você, Gata!!!), Jorge, Mauro, Aretuza, Catrine, Joilma, Lara Tosta, Márcia Maia, Valéria Motta – entre ausências, assistências, choros e risos, todos nós sobrevivemos! E o próximo encontro, *pra quando?* Érica (Ponesa), apoio lindo, manso, cheiroso, macio... Tudo especial! A você, *Ponesa*, minha gratidão sem fim por tudo que fez por mim, dia após dia, *no 1506* - muitíssimo obrigado, mesmo! MAINHA... Minha Linda *Tretchêra*, Meu Amor-Maior!... Como a senhora pôde *Ser tão Mãe e tanto Amor*, assim, para cada um de seus filhos? Espero conseguir fazer do meu ato de viver uma ação maior, que faça jus ao que a Senhora e Painho fizeram por mim; que minha vida, minha própria existência, se traduza em agradecimento por sua forma de existir para mim e para cada um de *lá de casa*, irmãs e irmãos meus! Eu Te Amo!... Marcelo Santana dos Santos, agradeço-lhe, do mais recôndito lugar de mim, por sua dedicação e seu amor à minha pessoa durante todos esses anos – no Sertão de nós, meu querido *Bico-Chato*, o Amor cresceu, trêmulo, junto à nossa pele, nos dias que até então fizemos.

Às participantes deste estudo, vidas que transformaram profundamente minha forma de pensar, sentir e agir no mundo. Mulheres que bravamente resistem às opressões, injustiças e silêncios culturais, políticos e socioeconômicos que atravessam violentamente as trajetórias de tantas famílias e comunidades nas periferias da cidade de Salvador, Bahia. Para além de minha gratidão, meu mais intenso respeito e admiração por vocês, Senhoras!

“Ficar calado é que é falar nos mortos.”

João Guimarães Rosa (2001, p. 76)

“A morte é o impossível e o intangível. . . . É como se a vida dissesse o seguinte: e simplesmente não houvesse o seguinte. Só os dois pontos à espera.”

Clarice Lispector (1998, p. 84)

“Todos os dias que depois vieram, eram tempo de doer. . . . Quando chegava o poder de chorar, era até bom – enquanto estava chorando, parecia que a alma toda se sacudia, misturando ao vivo todas as lembranças, as mais novas e as muito antigas. . . . As pessoas, as coisas, perdiam o peso de ser. . . . Os lugares . . . se esvaziavam, numa ligeireza, vagarosos. . . . Sentiu o existir do mundo em hora estranha.”

João Guimarães Rosa (2001, p. 122)

“O que vale são outras coisas. A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos, cada um com seu signo e sentimento, uns com os outros acho que nem não se misturam. . . . De cada vivimento que eu real tive, de alegria forte ou pesar, cada vez daquela hoje vejo que eu era como se fosse diferente pessoa”.

João Guimarães Rosa (2001, p. 138)

RESUMO

Silva, M. S. (2017). *Processos afetivo-semióticos na integração da perda de um filho por morte violenta à identidade pessoal materna* (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia.

Este estudo teve como objetivo principal compreender os processos afetivo-semióticos através dos quais mães que perderam filhos por motivos de morte violenta (homicídio) integram tal evento traumático ao senso de *self*, enfatizando-se os processos de emergência e mediação semiótica, bem como a organização semiótica das experiências afetivas. A fundamentação teórica do presente estudo é constituída por conceitos da psicologia cultural de orientação semiótica, bem como pela teoria do *self* dialógico. Da psicologia semiótico-cultural, os principais construtos teóricos articulados neste estudo foram: signos (tipos e funcionamento em processos psicológicos), sínteses pessoais, sistemas semióticos pessoais, mediação semiótica, condições de emergência semiótica e organização semiótica da experiência afetiva. Este estudo de caso descritivo e de cunho predominantemente instrumental foi desenvolvido no bairro de Plataforma, área integrante do Subúrbio Ferroviário de Salvador, Bahia, e é integrado por dois casos: o da participante Rebeca (41 anos de idade), que havia tido três filhos jovens assassinados quando de sua participação neste estudo e o outro, da participante Helena (52 anos de idade), com dois filhos jovens vítimas de homicídio à época de sua participação no estudo - a primeira participante apresentou uma integração minimamente satisfatória das perdas traumáticas ao seu senso de *self*, o que não ocorreu no caso de Helena. Os dados foram coletados através de uma entrevista narrativa, seguida de entrevistas semi-estruturadas e, ao fim, uma entrevista conversacional com cada participante separadamente. A análise de dados seguiu, em termos gerais, um modelo categorial baseado em episódios caracterizados como eventos ambivalentes; ademais, a análise priorizou os conteúdos compartilhados pelas participantes, embora a forma de construção de tais conteúdos tenha sido eventualmente considerada nas análises, sendo cada caso analisado separadamente. Dentre os achados, aqueles relacionados à integração pessoal da perda podem ser assim sumarizados: sínteses afetivo-semióticas pessoais (como a posição de eu *pessoa forte*, por exemplo), oriundas de problemáticas envolvendo elementos centrais da experiência de luto, foram fundamentadas em elementos da história de vida da mãe enlutada *interconectados com* elementos da história pessoal do filho falecido; nesse sentido, o foco da mãe enlutada recaiu sobre elementos das histórias de vida (sua e do filho) que haviam promovida a trajetória a qual resultaria, por fim, na morte do filho. Além disso, mesmo quando satisfatórias e funcionais (a partir da avaliação da própria participante), tais síntese foram caracterizadas como construções afetivo-semióticas complexas e integradas por elementos mantenedores de ambivalência, a partir de um catalisador semiótico internamente ambivalente. Com relação ao caso de não integração da perda ao senso de *self*, destacou-se uma série de mecanismos envolvendo tentativas de circunvenção do direcionamento social rígido das experiências afetivas de pesar e luto, dentre os quais pode-se destacar: compressão semiótica da experiência afetiva, através da contextualização de signos afetivamente relevantes e de funcionamento automático; reorganização do campo afetivo através da valoração dos afetos experienciados; e, por fim, condição errática de emergência semiótica mediada por signos fortes. Em ambos os casos, destacou-se uma ênfase pessoal intensificada na organização semiótica das experiências afetivas em relação com o rígido direcionamento social de tal organização.

Palavras-chave: Luto materno. *Self*. Identidade pessoal. Mediação semiótica. Emoções.

ABSTRACT

Silva, M. S. (2015). *Affective-semiotic processes in the integration of a child loss for violent death to the mother's sense of personal identity*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia.

This case study aimed at understanding how bereaved mothers who have lost young children to homicide integrate such traumatic losses to their sense of self through affective-semiotic processes. Semiotic construction and mediation as well as semiotic organization of affective experiences are main general processes which were emphasized in this study, whose theoretical framework is that of a cultural psychology or semiotic orientation as well as the dialogical self theory. The main theoretical constructs from semiotic cultural psychology which were contextualized in this study are: signs (types and their functioning in psychological processes); personal syntheses; personal semiotic systems; conditions of semiotic emergence and semiotic mediation; and semiotic organization of affective experiences. The present descriptive case study of predominantly instrumental interest was developed in Plataforma area, in Subúrbio Ferroviário de Salvador, Bahia, Brazil, being composed by two single cases: Rebeca's (41 years old) and Helena (52 years old). Rebeca had lost three young adult male children when she participated in the study and she presented a minimally satisfactory integration of the losses to her sense of *self*; Helena, who had lost two young adult children (a son and a daughter) at the time of her participation in the study, did not presented such a subjective integration as Rebeca did, still facing difficulties in constructing personally integrated meanings regarding her losses (mainly related to her deceased daughter). The data collecting procedures included a narrative interview, followed by semistructured interview and, finally, a conversational interview, being the participants interviewed individually. Data analysis followed a categorical model, focusing in episodes characterized as ambivalent situations; furthermore, the analysis also focused on the contents shared by the participants, being the form through which such contents emerged occasionally taken into consideration during the process of data analysis. Among the main findings related to Rebeca's case, the following ones stood out: personal affective-semiotic syntheses (such as *I-as-strong person*), which originated from issues related to central elements of the grieving experience, were founded upon elements of the bereaved mother's personal trajectory *intertwined with* elements of the deceased sons' personal trajectories; in this sense, the bereaved mother focused on personal life trajectories (hers and her sons' in relation to social others) which had promoted the sons' trajectories that ultimately led to their deaths. Besides, even when the personal syntheses were considered functional and satisfactory by the participant, such syntheses were characterized as manifold affective-semiotic constructions which were made up by ambivalence-laden elements. In such cases, the very semiotic catalyzer element was considered ambivalence-filled as well. As for Helena's case, in which no relevant integration of the losses was presented, a series of semiotic mechanisms which involved attempts to circumvent the strict social direction of her affective experience was explored, of which the following stood out: semiotic-mediated constriction of the affective experience, through the contextualization of signs which were affectively relevant (i.e. to which the participant was affectively sensitive) and of automatic functioning; reorganization of the affective experience through valuation of the affective field; and erratic condition of semiotic emergence through contextualization of strong signs. In both cases, it was identified an intensified personal emphasis on the personal semiotic counter-organization of the affective experience in opposition to the strict social direction towards it

Key words: Bereavement and grief in motherhood. Self and Identity. Semiotic Mediation. Emotions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Posições pessoais em um <i>self</i> multivocal.....	25
Figura 2 - Articulação das noções de emergência e mediação semiótica, e <i>self</i> dialógico.....	29
Figura 3 - Processo narrativo de acomodação pessoal a perdas traumáticas.....	39
Figura 4 - Representação gráfica tríplice do catalisador semiótico Deus.....	85
Figura 5 - Síntese de uma posição de Eu mediada por um catalisador semiótico multiforme	88
Figura 6 - Emergência contextual e mediada de um campo afetivo-semiótico	98
Figura 7 - Organização semiótica de um campo afetivo-semiótico catalisador.....	99
Figura 8 – Posicionamento pessoal e emergência semiótica no processo de regulação afetiva...	127
Figura 9 - Compressão de campo afetivo mediada por signos.....	131
Figura 10 - Cadeia semiótica mediadora de relação causal.....	143
Figura 11 - Estabelecimento de relações de causalidade e justificação via cadeia semiótica.....	144
Figura A1 - Dispositivo visual (I) utilizado no início da entrevista narrativa.....	211
Figura A2 - Dispositivo visual (II) utilizado no início da entrevista narrativa.....	212

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Características sócio-demográficas das participantes do estudo	62
Quadro 2 - Assuntos abordados pela participante Rebeca	77
Quadro 3 – Posicionamentos e signos destacados nos Aspectos 1 e 2, do Episódio 1, do caso Rebeca...	79
Quadro 4 – Principais elementos afetivo-semióticos envolvidos no Episódio 2, do caso Rebeca.....	95
Quadro 5 – Sumário dos aspectos analisados nos episódios selecionados do caso Rebeca.....	103
Quadro 6 - Assuntos abordados pela participante Helena	118
Quadro 7 - Posicionamentos e signos destacados no Episódio 1 do caso da participante Helena	122
Quadro 8 - Posicionamentos e signos destacados no Episódio 2 do caso da participante Helena	138
Quadro 9 – Posicionamentos e signos destacados no Aspecto 1, do Episódio 3, do caso Helena	153
Quadro 10 – Posicionamentos e signos destacados no Aspecto 2, do Episódio 3, do caso Helena	156
Quadro 11 - Posicionamentos e signos destacados no Aspecto 3, do Episódio 3, do caso Helena	159
Quadro 12 - Sumário dos aspectos analisados nos episódios selecionados do caso Helena.....	167

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA, REVISÃO DA LITERATURA, DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO E MÉTODO	10
1.1 Fundamentação Teórica	11
1.1.1 Psicologia Cultural de Orientação Semiótica	11
1.1.1.1 Signos e mediação semiótica	12
1.1.2 O <i>Self</i> Dialógico	23
1.1.3 O Fenômeno do Luto: Teoria do Apego e Modelo da Reconstrução de Significados	30
1.2 Revisão da Literatura	41
1.3. Delimitação do Objeto de Estudo	53
1.4 Método	57
CAPÍTULO 2 - ESTUDO DE CASO – REBECA	70
2.1 Trajetória Pessoal	70
2.2 Episódios Analisados	75
2.3 Sumário das Discussões do Caso	103
CAPÍTULO 3 – ESTUDO DE CASO – HELENA	111
3.1 Trajetória Pessoal	111
3.2 Episódios Analisados	117
3.3 Sumário das Discussões do Caso	166
CAPÍTULO 4 - ARTICULAÇÃO DOS ACHADOS DOS ESTUDOS DE CASO	174
Considerações Finais	196
REFERÊNCIAS	203
APÊNDICE A	210
APÊNDICE B	211
APÊNDICE C	212
APÊNDICE D	213
ANEXO A	219

Introdução

Baseando-se nas formulações de Cole (1999) a respeito do rearranjo de processos desenvolvimentais na idade adulta e na velhice, a maternidade é aqui entendida como um dos eventos que mais implicam em mudanças no ciclo de vida da família, instaurando uma descontinuidade dramática na identidade¹ social e responsabilidades femininas. O autor aponta duas razões para a existência de tal descontinuidade: (a) as mudanças de contexto e de papel social a ser desempenhado, as quais geralmente se seguem à mudança instaurada pela entrada na maternidade e (b) as mudanças no sentido de *self* (i.e., do *sensu si mesmo*), resultantes das diferentes maneiras pelas quais a pessoa passa a se perceber devido ao novo tratamento que lhe é dado pela comunidade na qual ela se encontra.

Permeada por fatores biológicos, sócio-culturais e históricos, a experiência psicológica de se tornar mãe se apresenta, inicialmente, de forma confusa e marcada por incertezas. Com o passar dos anos e ao longo das experiências junto ao filho, uma identidade materna é construída e constantemente atualizada não apenas através das experiências prévias e presentes, como também pelas expectativas criadas em torno das futuras etapas do desenvolvimento do filho (Miller, 2005).

Nas sociedades desenvolvidas tecnológica e industrialmente, espera-se que as pessoas, a partir da puberdade (i.e., a partir dos doze anos de idade, em média) consolidem e ponham em prática as regras e os papéis do mundo adulto, atinjam uma independência emocional e financeira cada vez maior com relação aos pais e que alcancem as mudanças biofísicas que se iniciaram nos anos anteriores (Lamb, Hwang, Ketterlinus & Fracasso, 1999). No entanto, pesquisas têm mostrado que, apesar da existência de tais roteiros sócio-culturais normativos, as relações entre pais e filhos nesse período do desenvolvimento humano também são marcadas por uma crescente interdependência e mutualidade entre pais e filhos, ocorrendo uma transformação qualitativa e funcional em tal relação, para além da tão propagada idéia de distanciamento, separação e conflitos intergeracionais (Lamb, Hwang, Ketterlinus & Fracasso, 1999).

É justamente a partir dessa fase também que, segundo diversos autores (Dyregrov, Nordanger & Dyregrov, 2003; Murphy, Johnson & Lohan, 2003), as perdas de filhos por

¹ Os conceitos que aparecem nesta seção introdutória são apresentados detalhadamente e articulados entre si na seção sobre fundamentação teórica, assim como nas discussões dos casos empíricos. Ademais, os termos *identidade pessoal*, *self* e *sensu de si mesmo* serão utilizados neste estudo de maneira intercambiável.

morte violenta² ocorrem com maior frequência, principalmente nos grandes centros urbanos das sociedades industrializadas. Nesse cenário, ou as mães estão diretamente engajadas nos projetos de vida dos filhos em desenvolvimento rumo à adultez, ou testemunham o processo de conquistas ou de tentativas de conquistas dos mesmos. Assim, devido à centralidade do filho nos processos desenvolvimentais relacionados à identidade materna, bem como à pressuposta baixa probabilidade de morte repentina do filho, dentre outros fatores, a perda de um filho por morte violenta a partir do período convencionalmente chamado de adolescência se configura como um dos eventos mais dolorosos, disruptivos e ambivalentes que podem afetar, dentre outras coisas, a dimensão materna da identidade pessoal de uma mulher. Eventos disruptivos são aqui compreendidos como aquelas rupturas nas quais os modos usuais e funcionais de existência são interrompidos, ao passo que mudanças substanciais são demandadas no processo de readaptação da pessoa ao seu ambiente (Zittoun, 2012). A ambivalência, por sua vez, é aqui concebida como uma característica de qualquer experiência na qual forças impulsionam a pessoa “em diferentes direções, não apenas em termos de objetos materiais [...], mas também em termos de tentar se preparar para o presente e o futuro simultaneamente” (Abbey & Valsiner, 2004, p.6), sendo tal experiência marcada por elevados níveis de tensão à medida que a sensação de ambivalência se acentua.

Apresentadas tais reflexões iniciais acerca da maternidade, cabe aqui a apresentação do objetivo geral deste estudo, qual seja: compreender os processos através dos quais mães que perderam filhos por motivo de morte violenta (homicídio) integram tal perda ao seu repertório de posicionamentos pessoais, focalizando-se os processos de emergência e mediação semiótica. Tal objetivo se originou de três fontes principais: (a) meu interesse pessoal pelo estudo de experiências traumáticas e as formas como as pessoas lidam com tais experiências, (b) os achados de meu estudo de mestrado, cujas participantes foram mães de autistas de baixo funcionamento e, de maneira mais específica, (c) a revisão de literatura especializada que integra o Capítulo 1 deste trabalho. A seguir, apresento brevemente os achados do meu estudo de mestrado³ que me conduziram à decisão de estudar o fenômeno da maternidade em tal situação de perda e luto, assim como uma justificativa detalhada para a mudança de participantes.

² Morte violenta é aqui entendida como uma morte caracterizada por subitaneidade e aspectos grotescos de violação (intencional ou não) do corpo da vítima, como apontam Currier, Holland e Neimeyer (2006). A subitaneidade é caracterizada pela confirmação de uma morte logo após a tomada de conhecimento do evento violador da integridade física da vítima, até algumas horas após tal evento. Os aspectos grotescos dizem respeito ao grau e forma de mutilação do corpo. Suicídio, acidente e assassinato são as formas de morte violenta mais comumente relatadas na literatura especializada. As participantes deste estudo foram mulheres que perderam filhos por motivo de assassinato. Para justificativa de tal escolha, ver a seção sobre as participantes do estudo.

³ Ver referência de Silva (2010), ao final deste estudo.

Na investigação anterior, busquei compreender os processos de construção de significados da maternidade por mães de indivíduos autistas de baixo funcionamento, situação esta favorecedora de sofrimento psíquico materno, além de altamente disruptiva e ambivalente em termos de processos de constituição identitária materna. Os resultados da investigação foram apresentados em cinco capítulos assim intitulados: significados da maternidade; padrões de organização do repertório de *I-positions* (*posições de Eu*⁴); condições de emergência semiótica no espaço imaginado do *self* dialógico; organização do repertório de posições e relações dialógicas entre as mesmas; e mediação semiótica do arranjo e rearranjo das *I-positions* ao longo do tempo.

Vale, assim, ressaltar os seguintes pontos dos achados do estudo anterior: os principais significados da maternidade para mães de indivíduos autistas de baixo funcionamento foram ruptura, prisão do Eu, dependência, culpa e evolução pessoal, sendo que a posição pessoal materna foi caracterizada como rigidamente dominante e afetivamente negativa no repertório de posições pessoais. Assim, a dificuldade em experienciar outras posições pessoais devido às demandas postas pelo filho portador de um transtorno grave e crônico – o que pode ser visto como uma inflexibilidade identitária exogenamente imposta – dificulta o desenvolvimento de formas de existir que extrapolem o âmbito da maternidade, em uma espécie de rarefação e enfraquecimento de outras posições pessoais, sendo a inflexibilidade identitária, assim, retroalimentada.

Esse padrão de organização do repertório de posições pessoais favorece processos de construção de campos de significados a respeito do *ser mãe* caracterizados por níveis de ambivalência e tensão que oscilam (do minimamente ao altamente ambivalente) de forma intensa e constante. Na tentativa de superar tais níveis elevados de incerteza e ambivalência, as mães tendem a construir significados rígidos e com ênfase em certezas absolutas, dificultando, dessa forma, processos mais dialógicos não apenas de construção de significados, mas também de desenvolvimento identitário. Assim, uma das conseqüências de tais processos é a emergência de um conjunto de estratégias no âmbito do repertório subjetivo de posições pessoais em prol da manutenção da integridade da posição central dominante, fortalecendo, conseqüentemente, o padrão de organização consideravelmente inflexível apontado no parágrafo anterior.

Dessa forma, a decisão pela mudança de participantes, no doutorado, implicou em

⁴ Os termos *Eu* e *Outro* serão assim escritos, com letra inicial maiúscula, quando os mesmos se referirem, respectivamente às noções abstratas de si mesmo e de alteridade, amplamente utilizadas nas discussões sobre *self* e identidade, com o intuito de os diferenciar, respectivamente, do usual pronome pessoal do caso reto em primeira pessoa (*eu*) e do pronome demonstrativo (*outro*).

uma busca pela continuação de investigações que abordassem, fundamentalmente, processos afetivo-semióticos mediacionais que ocorrem no âmbito do fenômeno de constituição identitária de mães adultas, com a diferença de que, neste novo trabalho de investigação, tais processos deveriam ocorrer em situações caracterizadas por *níveis extremos* de sofrimento psíquico, disrupção, ambivalência e tensão. Portanto, a exposição de algumas considerações metodológicas que fundamentaram a mudança das participantes se faz necessária aqui, tomando-se as reflexões de Stake (1994) sobre o delineamento de pesquisa do tipo estudo de caso como referência.

Primeiramente, ressalte-se que as participantes do presente estudo compõem aquilo que Stake (1994) define de forma básica como um *caso*: um sistema dinâmico e de fronteiras delimitadas, guiado por objetivos, podendo possuir uma identidade ou *self*. No presente estudo, trata-se de pessoas (mães) que têm uma determinada relação (marcada pela ausência de uma das partes) com, no mínimo, outra pessoa específica (o filho morto), relação esta que se encontra em constante construção e tem como alguns de seus propósitos principais a superação do sofrimento e a atualização funcional do senso de si mesmo nas mais diversas esferas da experiência pessoal.

De maneira mais específica, a modificação das participantes se justificou ainda – e principalmente! – devido ao caráter *instrumental* do presente estudo de caso, haja vista que foi em função de tal caráter que a mudança de participantes aconteceu. Assim como no estudo anterior, o presente estudo de caso preserva sua natureza predominantemente instrumental, de acordo com a qual o pesquisador tem como um de seus principais objetivos refinar aspectos de conceitos ou de uma determinada teoria, ao se orientar para a complexidade dos fenômenos empíricos, conectando os eventos cotidianos que ocorrem em determinados contextos sociais a abstrações e a preocupações dos campos de saber acadêmicos⁵. Nesse sentido, um caso pode, dentre outras coisas, apontar limites das amplas generalizações características das grandes teorias o que, por sua vez, favorece o refinamento e o progresso das mesmas (Stake, 1994).

O presente estudo, especificamente, intenta contribuir no âmbito da discussão sobre certos processos psicológicos envolvidos na co-construção pessoal do senso de continuidade e descontinuidade do *self* em situações de rupturas graves e irreversíveis. Por exemplo, mães

⁵ Estudos de caso **intrínsecos**, por sua vez, buscam uma melhor compreensão de um caso específico em toda a sua particularidade, sem priorizar a compreensão de construtos abstratos ou fenômenos genéricos, e sem o propósito de refinar teorias. Stake (1994) ressalta, no entanto, que os dois tipos de estudo de caso apresentados se encontram em pontos de um *continuum* separados muito mais por uma zona difusa de propósitos do que por uma linha de contornos definidos, isto é, os estudos tendem a ser apenas *predominantemente* - ao invés de “exclusivamente” - de um tipo.

enlutadas devido a perdas traumáticas tendem a experienciar uma intensa fragmentação dos pressupostos acerca de si mesmas (Harrist, 2006), bem como a se engajar na manutenção da relação subjetiva com o filho falecido, a despeito da irrevogável ausência física deste filho (Neimeyer, Prigerson & Davies, 2002); o estudo aqui apresentado, por sua vez, busca refinar a discussão teórica sobre os mecanismos psicológicos presentes na reconfiguração de tais pressupostos acerca de si mesmo, considerando tal manutenção da relação com o filho falecido. Nesse sentido, a noção de *integração* - mais do que a idéia comumente discutida de *consequências* - da perda traumática adquire um valor especial neste estudo, haja vista que sucessivas (*micro*) sínteses pessoais contribuirão para que sínteses mais amplas e duradouras concretizem uma integração minimamente adaptativa da perda ao senso de si mesmo (assim como uma acomodação deste à perda).

Por integração, entenda-se aqui o ato de construção de significados funcionais e satisfatórios acerca de experiências relevantes para a pessoa, bem como a contextualização de tais significados na história pessoal. De maneira mais específica, tal ato (de integração) é aqui compreendido como a articulação de memórias relacionadas ao evento traumático com memórias relacionadas a outras esferas da experiência, com elementos da experiência corrente e com as formulações pessoais orientadas para o futuro, estando toda esta articulação de memórias e experiências necessariamente incorporada às narrativas pessoais que cada pessoa *cultiva* acerca de si mesma (Neimeyer, Prigerson & Davies, 2002). O caso de Rebeca⁶ (Capítulo 2), por exemplo, mostra a contextualização de significados relativos a um aspecto de sua experiência pessoal (i.e., seu comportamento durante os funerais dos filhos) em sua trajetória de vida, estando tais significados relacionados a experiências que antecederam e que também sucederam os referidos funerais.

Assim, o estudo de situações como estas pode favorecer uma melhor compreensão de como identidades são construídas e reconstruídas continuamente em situações nas quais os *outros sociais mais significativos* para tais identidades não estão mais presentes, porém justificam, de alguma forma, a permanência, em maior ou menor grau, das mesmas (i.e., das identidades).

O caráter não normativo de interrupção foi aqui amplificado intencionalmente (via estudo da perda violenta de um filho jovem) através da escolha dos novos casos, para que o objeto de estudo se configurasse em um exemplo extremo, com o intuito de compreender o fenômeno em questão o máximo possível, principalmente através dessas circunstâncias

⁶ Todos os nomes próprios que integram os estudos de caso deste trabalho são fictícios.

especiais que podem levar a *insights* não usuais sobre a questão (Stake, 1994). Espera-se, assim, que os processos abordados no trabalho anterior possam ser melhor explorados aqui devido à (suposta) maior proeminência dos mesmos nesses eventos de perda, dada a dramaticidade exacerbada que marca tais eventos.

Este estudo se insere no campo maior da psicologia do desenvolvimento, a qual, de acordo com Valsiner (2000), estuda a emergência de fenômenos psicológicos de seres humanos ao longo dos seus respectivos cursos de vida. Nesse sentido, uma perspectiva desenvolvimental se ocupa de processos que garantem tanto uma relativa estabilidade (automanutenção dinâmica) quanto uma mudança (axioma do tornar-se) ao longo do tempo.

Mais especificamente, o projeto se apóia em formulações de dois campos principais: (a) no campo da psicologia cultural de orientação semiótica, principalmente no que diz respeito a processos de emergência e mediação semiótica (Valsiner, 2000; 2002a; 2002b; 2004; 2005) e (b) no campo de estudos sobre o *self* a partir de uma perspectiva dialógica (Hermans, 1996; 2012; Hermans & Hermans-Jansen, 2003). Elaboraões de processos semióticos no âmbito da teoria do *self* dialógico, principalmente os que têm privilegiado a ambivalência como um dos elementos centrais de suas reflexões (Abbey & Valsiner, 2004; Ribeiro & Gonçalves, 2010; Valsiner, 2007), são especialmente levadas em consideração neste estudo.

As justificativas para a realização deste estudo se fundamentam na busca por impactos substanciais em duas dimensões: uma acadêmica e outra prática.

Em termos acadêmicos, há de se avançar nas discussões teóricas acerca dos processos psicológicos mediadores de mudanças desenvolvimentais significativas no senso de si mesmo, principalmente no que se refere a eventos não-normativos no curso de vida humana. Em termos mais específicos, espera-se contribuir para uma melhor compreensão dos processos através dos quais as pessoas constroem um sentido de continuidade identitária pessoal (ou *self*) através de mecanismos semióticos, ao mesmo tempo em que mudanças relevantes, abruptas e permanentes são engendradas nesse mesmo senso de Eu. Essas discussões teóricas no campo do desenvolvimento humano e do *self*, ressalte-se, caracterizam o cerne dos objetivos deste trabalho, haja vista o mesmo se tratar, predominantemente, de um estudo de caso instrumental.

Por outro lado, a vasta literatura acadêmica tem registrado consensualmente os altos níveis de sofrimento psíquico vivenciados por familiares – em especial as mães – de vítimas de mortes violentas. Considerando-se o contexto sócio-geográfico deste estudo como um cenário no qual as necessidades mais básicas relacionadas à saúde da maior parte da

população economicamente desfavorecida são atendidas de forma precária, verifica-se facilmente uma negligência institucional, em diversos âmbitos, para com familiares de vítimas de mortes violentas. Deriva-se daí a expectativa de que o presente estudo não apenas abra caminhos de discussão a respeito da condição desses familiares quando da morte de um dos membros da família por morte violenta, mas também fomente a construção de possíveis formas de intervenções psicossociais específicas que atendam as demandas específicas dessa parcela da população.

Por fim, vale dizer que este trabalho está estruturado em dois blocos principais, além da introdução e das considerações finais:

Parte I – Composta pela fundamentação teórica, revisão de literatura e método;

Parte II – Integrada por três capítulos, sendo dois deles referentes à análise e discussão dos casos empíricos separadamente e um terceiro capítulo composto por uma síntese das discussões, assim como um aprofundamento de algumas discussões presentes nos estudos de caso.

Por fim, um importante contraste entre dois dos principais capítulos deste estudo se faz necessário aqui. No *Capítulo 2*, referente ao estudo de caso da participante aqui nomeada como Rebeca, priorizou-se a investigação dos processos envolvidos na construção de *sínteses semióticas pessoais*, a partir de uma lógica de *causalidade sistêmica e mediada*, posto que a participante construiu significados que indicam ter ocorrido a co-construção pessoal de uma integração minimamente *funcional e satisfatória* (a partir da perspectiva da própria participante) das perdas traumáticas ao senso de si mesmo. Por tal motivo, a construção sistêmica e semioticamente mediada de uma integração satisfatória da perda foi priorizada na análise e discussão do caso desta participante, principalmente através de noções como *catalisadores semióticos e causalidade catalítica semioticamente mediada*.

A despeito de tal integração, entretanto, reconhece-se a natureza disruptiva das perdas, bem como as incertezas, tensões, ambivalência e sofrimento que vinham caracterizando o processo de luto de Rebeca até a ocasião de sua participação neste estudo.

Por outro lado, no *Capítulo 3*, referente ao caso da participante Helena, priorizou-se a investigação dos *processos de organização semiótica da experiência afetiva*, uma vez que, neste caso, observou-se uma intensa elaboração pessoal, pela participante, acerca das experiências afetivas vivenciadas por ela ao longo de todo o seu processo de luto até o momento de sua participação neste estudo. Observou-se, também, no caso de Helena, a construção de *sínteses semióticas pessoais*, porém, a despeito de sua relativa funcionalidade, as mesmas contribuíam, no mínimo, para a manutenção de elevados níveis de sofrimento,

incerteza e ambivalência. Nesse sentido, as experiências pessoais relacionadas ao luto até então vivenciadas por Helena, assim como as sínteses pessoais construídas por ela em diálogo com seu contexto, apontavam para uma dificuldade de integração satisfatória (a partir da perspectiva da própria Helena) de uma das perdas traumáticas ao senso de si mesmo da participante.

Assim, tais enfoques, contrastantes entre si, de análise e de discussão dos dados empíricos foram estabelecidos a partir tanto dos objetivos do estudo, como também dos fenômenos mais proeminentes nos respectivos discursos das participantes, propiciando, por conseguinte, uma maior profundidade na compreensão dos mecanismos psicológicos envolvidos na integração da perda de um filho por homicídio ao senso de si mesmo das mães enlutadas.

PARTE I

**CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA, REVISÃO DA LITERATURA,
DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO E MÉTODO**

1.1 Fundamentação Teórica

1.1.1 Psicologia Cultural de Orientação Semiótica

Este estudo se fundamenta nas formulações teóricas da psicologia cultural de orientação semiótica, definida por Valsiner (2007) como uma ciência básica que busca construir hermeneuticamente modelos explicativos sobre o funcionamento cultural das pessoas, originando, dessa forma, modelos generalizados aplicáveis ao ser humano em geral.

Valsiner (2007, p.19)⁷ conceitua o termo cultura como uma “modificação construtiva do curso natural das coisas. [...] Uma espécie de cultivo, dirigido por objetivos, de características ou propriedades dos objetos no processo de desenvolvimento destes”. Aqui, cultura se refere a processos através dos quais as pessoas se relacionam com seus mundos sociais - ela diz respeito à relação da pessoa com seu ambiente, no processo de mútua constituição dos mesmos. O referido autor enfatiza “a natureza dinâmica e processual do funcionamento da cultura dentro dos processos psicológicos humanos – tanto intrapessoais (pensar, sentir, agir) como interpessoais (conduta em relação a outros seres humanos)” (Valsiner, 2007, p. 20).

Essa visão processual se opõe à noção de cultura como uma *entidade* relativamente estática que funcionaria como: a) um organizador dos processos psicológicos individuais (por exemplo, uma dada norma social ou uma crença religiosa que transforma subjetividades em modos culturalmente definidos) ou b) uma categoria à qual um grupo de pessoas pertence, pessoas estas que compartilham determinadas características (por exemplo, cultura brasileira, cultura haitiana, etc.). Nesses dois casos, cultura aparece como *algo* que existe dentro da mente humana ou fora dela, sendo tal concepção predominante no pensamento antropológico, como aponta Cole (1999).

É a partir da concepção processual de cultura que Valsiner (2007) demonstra como, a partir da década de 1990, ressurgiu um interesse pela noção de cultura dentro da psicologia, em uma forma de renascimento de velhas tradições de *Völkerpsychologie* (ou *folk psychology*) como as de Humboldt e Wundt. De uma forma geral, tenta-se então uma melhor compreensão de fenômenos psicológicos complexos, incorporando-se a cultura como integrante dos processos psicológicos individuais, sem ignorar a participação social experienciada pelas pessoas em contextos específicos (um país, uma língua, um grupo étnico). Em suas próprias

⁷ As citações diretas em português, de textos escritos originalmente em inglês, são traduções livres de autoria do pesquisador deste estudo.

palavras, “a psicologia cultural é parte da ciência psicológica orientada para a descoberta de princípios fundamentais básicos. Conseqüentemente, a psicologia cultural é parte da psicologia geral vista como uma ciência básica” (Valsiner, 2007, p. 29).

Tal caráter de ciência básica da psicologia cultural é evidenciado em sua forma geral de construção de conhecimento (Valsiner, 2007), como descrito a seguir:

- Faz-se a amostragem a partir de um participante (ou pequeno grupo de participantes) em sua vivência em instituições sociais;
- Constrói-se um modelo generalizado do funcionamento cultural do(s) participante(s), baseando-se em uma análise sistêmica do indivíduo em contexto;
- Este modelo é testado empiricamente com base em outro(s) participante(s), o que leva à modificação do modelo anterior. O novo modelo sistêmico é novamente testado e modificado e assim por diante;
- Um modelo geral torna-se idealmente aplicável aos seres humanos genericamente, através dessa construção hermenêutica do conhecimento a respeito das pessoas como sistemas que funcionam culturalmente.

Ao distinguir duas tendências dentro da psicologia cultural, Valsiner (2007) diferencia a orientação semiótica da perspectiva teórica da atividade (*activity-theoretic perspective*). Nesta última, o desenvolvimento humano é abordado através da participação mutável do homem nas práticas sócio-culturais do seu meio; já na primeira orientação (a semiótica) o foco recai sobre a capacidade humana de se distanciar de seu contexto de vida imediato através de sua habilidade e propensão em construir e utilizar instrumentos semióticos (signos). Assim, a pessoa é vista simultaneamente como um ator (imerso em um determinado contexto de atividade, o aqui-e-agora) e um agente reflexivo (distanciado psicologicamente desse mesmo contexto através da mediação semiótica).

1.1.1.1 Signos e mediação semiótica. Em consonância com esta versão semiótica da psicologia cultural, a teoria da emergência e da mediação semiótica desenvolvida por Valsiner (2002b, 2005, 2007) - juntamente com a teoria do *self* dialógico, de Hermans e Hermans-Jansen (2003) e a da natureza narrativa do *self*, de Bruner (1990) - se constitui como um ponto fundamental de referência para se pensar processos desenvolvimentais de construção do senso de si (*self*) que ocorrem sob constante ambivalência, incerteza e tensão.

Para Abbey e Valsiner (2004), um signo⁸ é um construto que, para alguém, substitui

⁸ Por motivos de economia lingüística e estilo, a linguagem utilizada neste estudo expressa, muitas vezes, uma *noção antropomorfizada dos signos*. No entanto, ressalte-se que a psicologia semiótico-cultural

um referente ou objeto (determinado objeto concreto, um evento ou outros signos). Essa *substituição* consiste na representação e *apresentação* do objeto, já que além de simplesmente evocar, determinado signo pode ser utilizado para se enfatizar intencional e estrategicamente determinada característica do objeto. Por exemplo: uma palavra ou um desenho que substitui um objeto real; o uso estratégico de um poema utilizado na escola, com o objetivo pedagógico explícito de ilustrar as características de uma corrente literária, mas com vistas à transmissão implícita de determinados valores; uma fila de cones próximos a uma obra em construção que substitui o comando - *Afastese*, para evitar o custoso trabalho de ter que avisar oralmente a todos os transeuntes de um local para se manterem afastados da referida obra ao longo do dia. Essa noção de *signo* é derivada diretamente das formulações de C. S. Peirce acerca do funcionamento dos signos (semiose), de acordo com as quais um signo pode assumir, em suas relações com os objetos representados, uma forma icônica, indexical ou simbólica.

De maneira deveras simplificada, ícones são representações imagéticas do objeto por ele representado, seu poder residindo em sua similaridade com o referido objeto; signos icônicos emergem a partir de uma replicação similar de um determinado fenômeno a partir da ação sensorio-motora de um organismo. Um índice é um signo oriundo do impacto do objeto por ele representado como, por exemplo, as pegadas de um animal, as quais que evocam uma representação do referido animal em uma mente interpretante, quando do contato desta com as pegadas. Um símbolo, por sua vez, é um objeto convencionalmente estabelecido para representar outro objeto, sem guardar, com o mesmo, nenhuma relação de similaridade (tal qual um ícone) ou de contato (como um índice); um exemplo claro de signos simbólicos é a linguagem humana escrita e falada.

Uma das funções do uso dos signos é transformar o mundo complexo da experiência humana em um esquema simplificado. Dessa forma, nossa busca por codificar a complexidade do que encontramos e vivenciamos através de categorias lógico-formais simples (processo de esquematização) é, segundo Valsiner (2007), cognitivamente econômico. A esquematização dá origem a categorias de certa forma reducionistas, porém extremamente úteis para a comunicação interpessoal cotidiana, tais como: bonito, imoral, educativo, pornográfico etc. – estas categorias são também chamadas de *signos-ponto* (*point-like signs*).

No entanto, diante da existência das constantes e inúmeras incertezas das experiências

ênfatiza os usos que o ser humano faz de suas próprias construções semióticas, atribuindo-lhes, assim, uma função semiótica.

personais ao longo do tempo, bem como das demandas por adaptação a tais experiências, os signos exercem a função de possibilitar uma melhor compreensão de fenômenos sociais ou pessoais complexos. Assim, a construção e uso de representações não verbais ricas e complexas da realidade (processo de pleromatização) podem permitir alguém agir antes mesmo de categorizar algo verbalmente – como no caso de uma imagem mnemônica de determinada experiência passada que pode operar posteriormente em uma situação similar, sem a necessidade de mediação verbal. A tais representações, Valsiner (2007) dá o nome de signos complexos ou *signos-campo* (*field-like signs*). Outros exemplos de signos-campo são: estátuas, pinturas artísticas, valores, ornamentos, sentimentos, *outdoors*, dentre outros. Ainda com relação à questão da complexidade dos signos, vale ressaltar que estruturas hierárquicas de signos podem ser organizadas sob a generalidade de um signo caracterizado por alto nível de abstração como amor, saudade, Deus, etc. Isto se configura em uma complexidade intra-signo, apontada por Peirce (1873) em sua definição de *qualidades imputadas de um signo* (*imputed qualities of a sign*), isto é, o conjunto de idéias atribuídas a um determinado signo e que são, na linguagem cotidiana, referidas como os *significados* de um signo (ver discussão do construto *catalisadores semióticos multiformes*, no Capítulo 2).

No que se refere ao uso⁹ do signos em suas relações com a temporalidade da experiência humana, Valsiner (2005, p. 202, grifos do autor) afirma:

Cada signo que se encontra em uso durante a pequena “janela” de tempo infinitamente pequena que convenientemente chamamos “o presente” é um instrumento de mediação semiótica que se estende do passado para o futuro possível e antecipado (mas incerto, não conhecido). (Valsiner, 2005, p. 202, grifos do autor).

Assim, os signos no presente estabelecem a variedade de possíveis construções futuras de significados para as experiências ulteriores *impredizíveis*, mas ainda assim antecipadas subjetivamente. Isto quer dizer que as pessoas estão sempre se orientando para determinadas dimensões das experiências futuras - ao mesmo tempo em que se preparam para vivenciá-las, sempre construindo significados antecipadamente e se baseando nas experiências passadas.

Como exemplo desse papel promotor dos signos na mediação semiótica, Valsiner (2007) relata trechos do seguinte estudo: eventos da infância de um participante, tais como proibição de pisar sobre papel impresso, rituais de colocar pedaços de papel - achados no chão

⁹ O uso de um dado signo em um determinado contexto é denominado de contextualização ou contextualização projetiva, a qual pode ser de caráter predominantemente pessoal ou social. No primeiro caso, o sentido que a pessoa constrói de um signo prevalece; no segundo caso, o sentido compartilhado coletivamente daquele signo predomina sobre o primeiro (Abbey & Valsiner, 2004, par. 35). Ressalte-se que um signo contextualizado em uma dada interação pode não ser externalizado, sendo acessível, assim, apenas para a pessoa que o utiliza.

- em um local alto e concepção coletiva do papel como algo sagrado, contribuíram significativamente para a construção da idéia de *respeito sagrado pelo papel*; este signo-campo, por sua vez, tem direcionado o comportamento do participante da pesquisa em todos os momentos de sua relação com ambientes nos quais há a presença de papel impresso. Assim, o participante se sente muito irritado diante da cena de alguém folheando um livro descuidadamente (com a ponta do dedo molhado de saliva, por exemplo); a experiência de tal sentimento e as ações que daí se originam (como pedir para a pessoa folhear o livro com mais cuidado) são mediados pelo signo-campo *respeito sagrado pelo papel*, o qual foi construído a partir da participação da pessoa no contexto sócio-cultural turco.

Tal signo-campo também é usado de maneira antecipada, quando o participante tem que viajar para lugares nos quais ele já sabe que não existe tal respeito pelo papel impresso, por exemplo. Logo, ele se prepara para tentar relativizar as atitudes culturais com relação ao papel diferentes das suas próprias e que serão por ele testemunhadas, ao passo que procurará se acalmar diante de cenas chocantes, como alguém limpando sujeira com páginas de jornal ou de livros velhos. É nesse sentido que os signos canalizam significados e ações futuras, estabelecendo uma certa amplitude de variedade desses significados e ações dentre as quais as que realmente virão a existir e acontecer só serão conhecidas no momento de ocorrência do evento.

A esta função promotora dos signos, pode-se relacionar duas outras funções centrais dos mesmos: inibir o curso de objetivos pré-determinados e catalisar transformações (a partir de uma concepção de causalidade sistêmica e mediada). Um signo inibidor fornece uma amplitude de construções pessoais orientadas para o futuro as quais vão de encontro a outras possibilidades consideradas previamente como aceitáveis ou desejadas. Nesse sentido, eles dificultam o distanciamento de um determinado contexto presente, ao serem cultivados de maneira rígida, a despeito das contradições inerentes ao fluxo dinâmico das experiências; ademais, signos inibidores são vistos *como se surgissem do nada*, ao invés de serem considerados como co-construções através das experiências; nesse caso, a pessoa não consegue formular conscientemente a gênese de um tal signo (Mattos, 2013, p. 231).

Signos catalisadores, por sua vez, fornecem as condições necessárias, mas não suficientes em si mesmas, para que signos promotores e inibidores façam a mediação direta das transformações ao longo dos processos psicológicos – a fé religiosa e o sentimento de patriotismo são exemplos de signos catalisadores comumente envolvidos em processos psicológicos complexos (ver a subseção, a seguir, sobre causalidade catalítica e catalisadores semióticos).

Por fim, a abordagem semiótico-cultural dos fenômenos psicológicos humanos, aqui descrita, concebe a existência de níveis diferenciados, mas interrelacionados, de organização da experiência humana, quais sejam: nível microgenético, mesogenético e macrogenético (Valsiner, 2007). O primeiro nível diz respeito à experiência humana específica, única, imediata e vivida no aqui-agora, a cada nova interação da pessoa com seu mundo ao longo do fluxo temporal irreversível; o segundo nível se refere às atividades enquadradas em contextos sociais, as quais se repetem com certa frequência, tais como ir à escola, trabalhar, fazer compras, etc.; o nível ontogenético da experiência se refere ao desenvolvimento da pessoa ao longo de sua trajetória de vida. Em termos gerais, os signos são contextualizados no nível microgenético o qual, por sua vez, encontra-se enquadrado por cenários coletivamente compartilhados no nível mesogenético de organização da experiência humana; eventos de grande impacto e relevância nesses níveis podem promover mudanças substanciais no nível ontogenético, o qual, por sua vez, fundamenta continuamente cada interação nos níveis micro e mesogenético (Valsiner, 2007).

1.1.1.1 Causalidade catalítica e catalisadores semióticos na psicologia cultural de orientação semiótica. No âmbito da psicologia cultural de orientação semiótica, a noção de sínteses pessoais através de mediação sistêmica enfatiza tanto a natureza semioticamente mediada, quanto a complexidade sistêmica das transformações psicológicas humanas. Tendo sua origem no campo da química no século XIX, a partir das explorações de Berzelius, a noção de catálise implica em uma relação hierárquica entre um elemento organizador do sistema (catalisador) e outros elementos organizados a partir da ação do primeiro (substratos), da qual um dado resultado emerge.

Ressalte-se que para a psicologia semiótico-cultural, o que interessa é a *noção abstrata de causalidade catalítica*, e não o processo químico concreto integrado pelo catalisador e substratos. Tal interesse se justifica a partir da valorização de modelos de causalidade que sejam mais apropriados para o estudo da complexidade e dinamicidade dos fenômenos psicológicos humanos, em detrimento de modelos de causalidade elementaristas e não mediada (i.e., causalidade direta entre elementos descontextualizados) (Valsiner, 2000).

Dessa maneira, uma das principais características da noção abstrata de catálise para a pesquisa em psicologia semiótico-cultural é a ênfase na função diferenciada de determinados elementos os quais são considerados como condição necessária, mas não suficiente, para que uma determinada relação causal sistêmica ocorra (Beckstead, Cabell & Valsiner, 2009; Valsiner, 2000).

Outro aspecto notável da catálise, tal qual descrita por Berzelius (1849), é o resultado

oriundo do processo catalítico: a emergência de novas combinações entre os elementos presentes no sistema a partir da transformação da combinação pré-existente. Muito embora esses elementos se refiram a substâncias químicas no contexto original de formulação da idéia de catálise, o que interessa para a psicologia é a noção generalizada de *reestruturação regulada* de um determinado conjunto de elementos a partir da dominância de um elemento organizador, a qual resulta na síntese de um produto. Por exemplo, na psicologia semiótico-cultural, algumas dessas sínteses ou “totalidades complexas emergentes” (Valsiner, 2000, p. 255) podem assumir a forma de novos significados, novas posições de Eu no âmbito do senso de *self* de alguém ou mesmo novos padrões de relações entre tais posições de Eu (Valsiner, 2000; Valsiner & Cabell, 2012, p.88).

A importação da noção generalizada de causalidade catalítica pela psicologia semiótico-cultural leva à seguinte representação geral de uma dada transformação desenvolvimental no âmbito psicológico: um dado fenômeno, oriundo de um processo psicológico específico, emerge através da mediação indireta de signos que assumem uma *função catalítica* junto a outros elementos mediadores (i.e., outros signos, afetos ou ações), os quais exercem uma função reguladora direta no processo de emergência daquele fenômeno; ao final, tem-se uma participação indireta do catalisador semiótico e uma participação mais direta dos reguladores semióticos postos em relação pelo catalisador (Cabell, 2010, 2011a, 2011b).

Dessa forma, catalisadores semióticos modificam, de maneira específica, as relações entre determinados elementos do sistema psicológico da pessoa em um determinado momento (Beckstead, Cabell & Valsiner, 2009), favorecendo condições para a construção de sínteses pessoais nas interações significativas da pessoa com seu mundo. Reguladores semióticos, por sua vez, mediam diretamente a ação da pessoa no mundo, podendo assumir uma forma intramental (o significado de justiça cultivado pela pessoa, por exemplo) ou extramental (uma obra literária ou um filme, por exemplo) (Cabell, 2010, p. 27).

Esta abordagem dos fenômenos psicológicos caracteriza a mente criativa humana como uma estância construtiva crucial nos processos de elaboração de síntese pessoais. Dessa forma, esta concepção de causalidade catalítica busca evitar tanto a sugestão de causalidade direta a partir de relações de correlação, quanto representar sínteses subjetivas como se estas fossem o resultado da ação direta de um aspecto exclusivo de um determinado elemento sobre outro (por exemplo, a coragem de alguém como causadora de sua decisão em perseguir um assaltante).

Devido à sua centralidade nas discussões acerca da causalidade catalítica no campo da

psicologia semiótico-cultural, a noção de catalisador semiótico será discutida mais detalhadamente no capítulo referente ao estudo de caso da participante Rebeca.

1.1.1.1.2 Organização semiótica das experiências afetivas. Partindo do princípio de que os fenômenos psicológicos humanos são constantemente influenciados pelo caráter primordialmente afetivo das ações e reações da pessoa ao seu contexto, a psicologia semiótico-cultural se interessa especialmente pela organização semiótica das experiências afetivas, tendo em vista o direcionamento social e a orientação pessoal de tal organização (Valsiner, 2007). No presente estudo, o termo *campo afetivo* se refere à experiência afetiva tal qual ela é vivenciada de maneira singular pela pessoa em um determinado momento, sendo tais termos (*campo afetivo* e experiência afetiva) utilizados aqui intercambiavelmente.

Ao considerar os afetos primários, que ocorrem no nível fisiológico, como substratos básicos da organização construtiva das emoções e dos sentimentos, Valsiner (2007) defende a idéia segundo a qual a considerável inacessibilidade dos fenômenos afetivos (principalmente dos sentimentos - *feelings*) a elaborações verbais atesta a centralidade dos afetos no funcionamento psicológico humano. Isso equivale a dizer que são os sentimentos que constituem o núcleo significativo da condição humana, e não as categorias emocionais comumente expressas através de termos verbais específicos, os quais se referem a estados afetivos supostamente bem diferenciados e facilmente discerníveis uns dos outros (Valsiner, 2007).

É proposta na psicologia semiótico-cultural a idéia de que o fluxo da experiência é regulado afetivamente, sendo que os afetos experienciados são eles mesmos passíveis de sofrerem uma organização semiótica ao longo de diferentes níveis interrelacionados de generalização. Dessa forma, os cinco níveis de organização dos fenômenos afetivos, em ordem crescente de generalização, são (Valsiner, 2007):

- O fisiológico, caracterizado pela excitação e inibição neuronal.
- O nível dos sentimentos gerais imediatos, caracterizados por uma mínima diferenciação afetiva pós-excitação fisiológica. Tal diferenciação é de caráter geral e pré-semiótico, baseada na excitação fisiológica antecedente.
- O nível emocional diferenciado corresponde à experiência afetiva facilmente discernível, categorizada semioticamente, cuja rotulação se dá através do uso de termos específicos, como alegre, triste, etc.
- No nível generalizado, a experiência afetiva retorna a um estado não diferenciado e de difícil tradução através de signos precisos, mas cuja qualidade geral pode ser codificada através do uso de termos amplos, tais como horrível, péssimo, excelente, etc.

- Por fim, tem-se o nível hipergeneralizado, caracterizado por estados afetivos difusos, nebulosos, não diferenciados e intraduzíveis verbalmente, os quais dominam a experiência subjetiva em sua totalidade no instante de sua emergência.

Para os propósitos do presente estudo, o que interessa é a organização semiótica dos afetos experienciados pela pessoa, bem como a regulação do fluxo da experiência exercida por tais afetos (semioticamente organizados). O capítulo referente ao estudo de caso da participante Helena aborda esses fenômenos de maneira mais específica.

1.1.1.1.3 Emergência semiótica. Na seção anterior, foram descritas as formas pelas quais os seres humanos constantemente utilizam signos tanto para se adaptar às demandas do ambiente circundante, assim como para antecipar eventuais adaptações futuras; da mesma maneira, as formas pelas quais signos pré-existentes influenciam construções ulteriores de signos foram também descritas. No cerne desses processos, reside o mecanismo de mediação semiótica, cuja noção geral foi reelaborada por Valsiner (2007), a partir das proposições teóricas de Vigotski.

Mais dois fatos relacionados a esse processo de construção de signos (ou emergência semiótica) e, conseqüentemente, de significados serão aqui melhor definidos: a) o papel do nível de ambivalência da situação dentro do processo de emergência semiótica e b) o nível de força do signo construído em uma determinada situação.

Porém, antes de expor algumas características do processo de emergência semiótica, faz-se necessário definir o conceito de ambivalência, devido à centralidade do mesmo para este trabalho: Abbey e Valsiner (2004) utilizam a noção de ambivalência oriunda da psicologia topológica de Lewin, segundo a qual ambivalência é “uma tensão produzida por um sistema composto de um centro e no mínimo dois vetores não-isomórficos em tamanho e direção” (Abbey & Valsiner, 2004, p.4). Tal centralidade se deve principalmente ao fato do problema aqui abordado – integração da morte de um filho à identidade pessoal materna – ser permeada por um alto nível de tensão, como bem atesta a revisão de literatura que integra este estudo.

Assim, para Abbey e Valsiner (2004), ao mesmo tempo em que os signos representam algo satisfatoriamente no momento presente, eles também podem possuir uma dimensão de incerteza no fluxo temporal do processo de emergência semiótica, fazendo com que tal processo seja marcado por níveis variáveis de ambivalência.

Para Abbey e Valsiner (2004), é a ambivalência entre *o que alguém pensa que sabe/conhece*” e aquilo que *não sabe/não conhece* que regula o constante processo de emergência semiótica. Ressalte-se aqui que, no caso da integração da morte violenta de um

filho ao senso de identidade pessoal materna, nota-se um elevado nível de ambivalência presente em períodos longos das vivências dessas mulheres, variando de muitos meses até alguns anos marcados por tais níveis elevados de ambivalência, como atesta a revisão de literatura. Os autores admitem que os variáveis graus de ambivalência “implicam em um processo constante de construção de significados e emergência de signos em um número de condições diferentes de emergência semiótica” (Abbey & Valsiner, 2004, p. 5). Segue-se a definição das três condições de emergência semiótica propostas pelos autores – Condição Nula, Irregular e Bifurcação de Trajetórias:

- *Condição Nula*: Nessas ocasiões, o fato da pessoa não saber o que uma determinada coisa é e não se importar em sabê-lo, leva à ausência de tensão entre a certeza e a incerteza. Nesses casos, o fenômeno é relegado ao esquecimento, como tantos outros com os quais no deparamos e nos quais não focamos nossa atenção, não ocorrendo, portanto, emergência de signos novos. Em um momento posterior, a pessoa pode vir a se interessar em saber o que aquela determinada coisa é – aí a ambivalência pode começar a se desenvolver e a pessoa então passa para as condições seguintes.

- *Condição Errática*: Aqui, o indivíduo já passa a se preocupar em entender o que algo é e - em um estado de ambivalência inicial mínima ou moderada - permanece em uma busca irregular (entre o *sei e o não sei o que isto é*) por significados, criando assim uma base para o desenvolvimento posterior; esse tipo de construção de significados guia a pessoa por determinados caminhos possíveis em direção ao futuro através da emergência de signos frágeis e médios.

Essa gradação da força dos signos tem a ver com o grau em que os mesmos dão conta satisfatoriamente da realidade circundante. Os signos frágeis não são sustentados diante do confronto da pessoa com a realidade, isto é, eles não representam satisfatoriamente a realidade que se apresenta a uma determinada pessoa em um determinado momento; os signos médios, por sua vez, representam satisfatoriamente a realidade para uma determinada pessoa, ao mesmo tempo em que se caracterizam por uma flexibilidade de mudança e de adaptação frente a novas situações que possam vir, porventura, a demandar a construção de novos signos. Ressalte-se que, devido aos constantes encontros das pessoas em suas experiências de vida, um determinado signo antes considerado fraco pode vir a ser considerado (ou pode vir a originar um signo) médio ou forte e vice-versa.

Se a alternância entre o saber e o não saber (o que implica alternância de signos frágeis e médios) leva a um nível intolerável de ambivalência, dois eventos opostos podem ocorrer dentro da condição de Bifurcação de Trajetórias, como descritos a seguir.

- *Bifurcação De Trajetórias*: Nessa condição, uma das possibilidades é a pessoa enfatizar demasiadamente a incerteza, afirmando: *Não sei nada sobre isso e nem quero saber*, reduzindo a ambivalência e retornando à condição nula.

No entanto, em situações nas quais alguma ação tem que ser levada a cabo e a permanência de altos níveis de incerteza trazem altos custos para a pessoa (como é o caso das mães de vítimas de morte violenta que mantêm a *I-position* materna, mesmo após a morte de um filho único, necessitando continuar seus projetos preexistentes a despeito do intenso sofrimento), a utilização de signos estáveis e fortes é extremamente adaptativa. Tais signos resistentes restringem as possibilidades de significados, monologizando o outrora dialógico processo de construção de significados, mas sendo funcionais em momentos nos quais altos níveis de incerteza podem ser prejudiciais para a adaptação da pessoa a uma determinada situação.

Estes signos fortes surgem a partir de dois processos: no primeiro, há uma focalização em um aspecto da situação, ao mesmo tempo em que se ignora os aspectos ambíguos do fenômeno; no segundo processo, *outros sociais* relevantes para uma determinada pessoa (profissionais, familiares, amigos, cônjuges, etc.) intervêm no processo de construção de significados, através do fornecimento de signos fortes a serem utilizados em situações de extrema ambivalência. Os significados oriundos de tais interações, no entanto, são co-construídos pela pessoa a partir da aceitação, em maior ou menor grau, de tais signos fornecidos.

Esquemáticamente, as condições de emergência semiótica podem ser assim listadas:

- Condição Nula → *Não emergência de signos* → Ausência de Ambivalência.
- Condição Errática:
 - a) Minimamente Ambivalente → *Signos médios* (signos frágeis se tornam médios e assim permanecem).
 - b) Moderadamente Ambivalente → *Signos frágeis* (alternância de tais signos).
 - c) Altamente Ambivalente → *Signos médios* são contraditos e *se mostram insatisfatórios* para a pessoa.
- Bifurcação de Trajetórias:
 - a) Retorno à Condição Nula.
 - b) Ambivalência Mínima Artificial → Signos fortes.

A partir do que foi exposto nas subseções anteriores sobre a mediação semiótica dos processos psicológicos humanos, segue-se um sumário da classificação geral dos signos

na psicologia semiótica de orientação cultural, de acordo com a obra de Jaan Valsiner, principalmente aquela intitulada *Culture in Minds and Societies* (2007). Em tal classificação, os diversos tipos de signos são agrupados de acordo com suas características abstratas, quais sejam: a natureza representacional dos signos, sua complexidade estrutural, a potência representacional dos mesmos, sua função mediadora e o nível de generalidade dos signos. Ressalte-se que qualquer signo pode ser analisado a partir de todas essas cinco dimensões aqui consideradas, não sendo as mesmas, dessa forma, mutuamente exclusivas.

- Natureza Representacional:

- Símbolo

- Ícone

- Index

- Potência Representacional:

- Signos frágeis.

- Signos médios.

- Signos fortes.

- Complexidade estrutural:

- Signos do tipo campo.

- Signos do tipo ponto.

- Função Mediadora:

- Signos reguladores (promotores ou inibidores).

- Signos catalisadores.

- Nível de Generalização:

- Signos hipergeneralizados.

- Signos generalizados.

- Signos específicos.

- Signos pré-verbais.

Dentre os tipos de signos acima listados, apenas aqueles integrantes do último grupo não foram ainda descritos. Assim, signos hipergeneralizados são representações plerommatizadas de experiências primordialmente afetivas não traduzíveis em termos lingüísticos precisos, como por exemplo, obras arquitetônicas, monumentos e criações pictóricas (Valsiner, 2007).

Signos generalizados são representações precisas, porém inespecíficas, de um determinado objeto de referência; um exemplo de um signo generalizado pode ser a expressão -Estou mal, a qual expressa precisamente como a pessoa se sente, sem especificar exatamente

o estado da pessoa, a qual pode estar triste, cansada, irritada, faminta, doente, etc. (Valsiner, 2007). Estes últimos, por sua vez, são exemplos de signos específicos, os quais possuem uma relação representacional mais delimitada com seu objeto, o qual é mais facilmente identificável e diferenciado de um conjunto de outros objetos.

Ressalte-se que o nível de generalidade de um signo depende dos parâmetros estabelecidos pela mente interpretante. Assim, o signo *doente* pode ser considerado específico, se comparado a *sentir-se mal*, em um dado contexto de interação, ao passo que o mesmo signo *doente* pode ser considerado generalizado, quando comparado com o signo *febril*, em outro contexto.

Ademais, tanto no cultivo subjetivo de signos no nível ontogenético da experiência humana, quanto em contextualizações específicas, os signos são articulados através de uma organização hierárquica (Valsiner, 2007). Por exemplo, alguém pode considerar o ódio que ela/ele sente por seu agressor como *normal e justificável*; no entanto, ao se lembrar de um ensinamento religioso segundo o qual *odiar outras pessoas* (mesmo o seu agressor) *é pecado* e que, além disso, *pessoas pecadoras serão condenadas espiritualmente*, aquela pessoa agredida pode decidir agir (tentar esquecer a agressão, desabafar com um amigo ou se confessar a um padre, por exemplo) com o intuito de eliminar o sentimento de ódio experienciado. Vê-se, nessa situação hipotética simplificada, uma hierarquia de determinados signos sobre outros: *condenação espiritual de pecadores* → [sobre] → *odiar outras pessoas é pecado* → [sobre] → *sentir ódio pelo agressor é normal e justificável* (ver hierarquia semiótica descrita no terceiro episódio do caso de Helena, intitulado *O Ódio Experienciado por Helena*).

Como o foco central desse trabalho é a descrição em profundidade dos processos de integração da morte de um filho aos processos mediados semioticamente no espaço imaginado do *self* dialógico, faz-se necessário aqui esclarecer como os processos de emergência e mediação semiótica podem contribuir para melhor entendermos os processos que subjazem às constantes estruturações e reestruturações do sistema do *self* em busca de uma maior adaptação às demandas que se lhe põem. O conceito de *self* aqui adotado, bem como a articulação do mesmo com os princípios da mediação semiótica serão expostos na próxima seção.

1.1.2 O *Self* Dialógico

Ao teorizar sobre a auto-organização do *self* através da mediação semiótica, Valsiner

(2005) lança mão do conceito de *self dialógico* (proposto originalmente por Hermans, Kempen & Loon, 1992), o qual é considerado como sendo de natureza inerentemente narrativa, isto é, a noção de *self* dialógico inclui a idéia de *self* narrativo.

Por *self* dialógico entende-se, aqui,

um processo desenvolvimental dialógico e com múltiplas vozes, implicando na concepção do *self* como uma construção e reconstrução narrativa do significado dos eventos. [...] Uma multiplicidade dinâmica de '*I-positions*'¹⁰, relativamente autônomas, em um cenário imaginado. (Hermans & Hermans-Jansen, 2003, pp.534,535; 541)

Depreende-se dessa breve definição que as noções básicas de *Eu (I)*, *Mim (me)* posições, voz, e narrativa são centrais para se pensar os processos dialógicos envolvendo o *self* de uma determinada pessoa.

Dessa forma, o Eu é geralmente o autor de uma narrativa sobre o Mim em um determinado momento, sendo este Mim o ator ou protagonista da narrativa. O Eu (ou *self* como autor) pode se distanciar do aqui-e-agora através da mediação semiótica dos símbolos linguísticos, reconstruindo *narrativamente* o passado e imaginando o futuro ainda desconhecido. Nesse sentido, o Eu que narra a história se modifica em cada situação vivida pela pessoa, sendo que *diferentes Eus* assumem este lugar de autor ao longo do tempo.

A partir dessa dinâmica de diferentes autores narrando diferentes histórias, pode-se pensar em diferentes *posições* que são ocupadas tanto pelo Eu (o autor), como pelos diferentes atores que protagonizam a narrativa. Daí Hermans e Hermans-Jansen (2003) pensarem em posições mais centrais e outras menos: aquelas sentidas como fazendo parte da pessoa que narra a história são posições internas, ao passo que as consideradas significativas para uma ou mais posições internas e fazem parte do ambiente circundante (familiares, amigos, instituições sociais, objetos, etc.) são posições externas; as posições que se encontram fora do espaço do *self* dialógico são aquelas localizadas fora do horizonte subjetivo do mesmo - a pessoa não tem consciência a respeito das mesmas, as quais podem adentrar o espaço do *self* a qualquer momento, a depender das mudanças contextuais.

Quando o Eu narra um evento, ele atribui *vozes* às outras posições, vozes estas que viabilizam o diálogo entre as mesmas e entre elas e o Eu-autor. Isto, segundo Hermans, Kempen e van Loon (1992), faz com que as diversas personagens dentro do espaço do *self* tenham uma relativa autonomia ao participarem de uma história, expressando-se também narrativamente. Finalmente, “como são vozes diferentes, essas personagens trocam

¹⁰ Ao longo do texto, os termos *I-position* e *posição de Eu* serão utilizados de maneira intercambiável.

informações sobre seus respectivos *Mim's* [*Mes*] e seus mundos, resultando em um *self* complexo e estruturado narrativamente” (Hermans, Kempen & Van Loon, 1992, p. 29). A Figura 1 ilustra graficamente a concepção de Hermans e Hermans-Jansen (2003) sobre o *self* dialógico:



Figura 1. *I-Positions* em um *self* multivocal, adaptado de Hermans e Hermans-Jansen (2003, p. 545).

A teoria do *self* dialógico apresentada acima tem recebido contribuições significativas das formulações teóricas de Valsiner (2002a; 2002b; 2005; 2008¹¹) a respeito da mediação semiótica, principalmente no que diz respeito aos mecanismos semióticos que regulam a reorganização temporal das *I-positions* dentro da estrutura do *self* dialógico.

Para Valsiner (2005), “os seres humanos criam superestruturas mediadas semioticamente para regular a fluidez da estrutura das *I-positions*” (p. 202). Segundo o autor, isso equivale a dizer que as pessoas constroem signos com níveis suficientes de abstração (signos promotores) que funcionam como guias para as futuras ações e construções semióticas, revestindo o *self* dialógico de uma natureza temporal orientada para o futuro. Assim, a cada nova experiência, as pessoas agem e constroem significados através do uso de

¹¹ Informação fornecida por Valsiner durante a conferência *O Self Trialógico*, em Salvador/BA, em 2008.

vários signos previamente construídos. Esses processos têm especial relevância para a área da psicologia do desenvolvimento, na medida em que esta busca compreender como um organismo passa de um estado atual *X* até um estado posterior *Z*.

Tal orientação para o futuro faz com que o *self* dialógico se encontre apto a se pré-adaptar às situações futuras possíveis através do papel generalizador dos signos, principalmente no que se refere “às transformações que ocorrem na passagem de uma configuração presente de *I-positions* para uma nova configuração” (Valsiner, 2005, p. 203). Assim, uma determinada *I-position* não apenas exerce uma relação de dominância sobre outras, mas também utiliza signos promotores que estabelecerão os contornos possíveis das ações e das construções semióticas futuras.

1.1.2.1 A natureza narrativa do self. Enquanto a ênfase dos trabalhos de Hermans e Gonçalves (1999) e Hermans e Hermans-Jansen (2003) inicialmente recai sobre o dialogismo inerente à noção de *self* e os de Valsiner (2002a, 2002b, 2004, 2005, 2008) priorizam as interlocuções entre as teorias do *self* dialógico e da mediação semiótica, Bruner (1990), com relação ao conceito de *self*, focaliza a constituição narrativa do mesmo. Embora as formulações teóricas deste último não sejam utilizadas no presente trabalho operacional e sistematicamente para a análise dos dados, suas reflexões sobre a natureza narrativa do *self* servirão em muitos momentos para embasar aspectos da análise os quais requeiram um maior aprofundamento das questões referentes à narratividade do *self*.

Bruner (1990) opõe-se àquilo que ele chama de *noção essencialista de self* (um Eu central uniforme e imutável), ao defender que este é criado e recriado continuamente para responder às situações presentes e que tal construção se dá através de nossas memórias bem como de nossas expectativas para o futuro. Para Bruner (1990), falar de si para si mesmo é como criar uma história sobre quem somos, o que fomos e o que pretendemos ser, o que nos tem acontecido, bem como sobre as razões pelas quais fazemos o que fazemos.

Essas narrativas descritas por Bruner (1990) exercem um papel de equilíbrio, ao diferenciarem alguém - em sua individualidade idiossincrática - dos demais, em um determinado momento, ao mesmo tempo em que relacionam este *self* a um mundo de Outros: desde aqueles com quem alguém se relaciona mais diretamente, até aqueles que só de maneira indireta se relacionam com esse alguém, como as instituições sociais e elementos do passado mais próximo e do mais distante.

A partir de uma revisão de literatura sobre as razões pelas quais os seres humanos, tão naturalmente, retratam a si mesmos através de histórias, Bruner (2002) apresenta resumidamente doze características do *self* encontradas nas obras revisadas:

- O *self* é teleológico e agentivo;
- Ele (o *self*) é sensível a obstáculos (reais e imaginados);
- Ele responde a, e reflete sobre aquilo que julga ser seus sucessos e fracassos;
- Ele se apóia na lembrança seletiva, ajustando o passado às demandas do presente e do futuro antecipado;
 - Ele se orienta em direção a grupos de referência e Outros sociais significativos;
 - É possuidor de bens e extensível, adotando crenças, valores e até objetos como aspectos de sua própria identidade;
 - É capaz de abrir mão de tais posses e valores, sem perder sua continuidade;
 - É experiencialmente contínuo, apesar das transformações que sofre ao longo do tempo e das circunstâncias;
 - É sensível a onde e com quem ele se encontra;
 - É relatável, explicável. Assim, por ser muitas vezes responsável por formular a si mesmo em palavras, fica confuso e aborrecido quando não consegue *achar as palavras*;
 - É afetivo, temperamental, lábil e sensível ao contexto;
 - Busca e preserva coerência, ao mesmo tempo em que evita dissonância e contradição através de processos psíquicos altamente desenvolvidos.

O questionamento que advém desse conjunto de características é se o contar histórias é oriundo desse nosso senso de *self* ou se nossa habilidade narrativa dá essa forma historiada ao *self* tal como ele se apresenta. Para Bruner (2002), a língua não é um simples instrumento de codificação de fenômenos que se encontram no mundo, mas sim um filtro através do qual as experiências são filtradas e transformadas em eventos verbalizados (ou narrativos) - para o autor, nossa identidade pessoal (*selfhood*) é mais um desses eventos. Através da narrativa, contamos uma história com o intuito de verificar se realmente somos quem pretendemos ser, almejando alcançar uma coerência e continuidade em meio à desordem de nossas experiências ao longo do tempo. A narrativa, nesse sentido, é um ato lingüístico que favorece determinadas perspectivas.

As formulações de Bruner (1990, 2002) acerca das relações entre *self* e narrativa são fundamentais para embasar teoricamente a decisão de se priorizar aqui as narrativas de mães que perderam filhos por morte violenta. Além disso, essas formulações teóricas podem possibilitar uma melhor leitura tanto de: a) os movimentos dessas mulheres em suas diferentes – e muitas vezes conflituosas – *I-positions* ao longo do tempo, como de b) a dimensão temporal dos processos de construção de significado que fazem a mediação de tais movimentos.

Assim, o que se busca através dessa breve exposição sobre os fundamentos teóricos do estudo ora proposto é relacionar as formulações teóricas supracitadas e expor como tais formulações podem servir de base teórico-conceitual para se estudar questões relacionadas à integração de eventos altamente disruptivos e instauradores de níveis elevados de ambivalência ao sistema identitário pessoal.

No estudo desses estados caracterizados por alto nível de ambivalência, pode ser útil se lançar mão dos conceitos de emergência e mediação semiótica, haja vista serem tais construtos relevantes para se pensar como mães de vítimas de morte violenta engendram uma reconstrução da noção de si - ou ao menos de certas dimensões de tal noção - através da construção e reconstrução funcional de signos e campos de significados.

Como o presente estudo se ocupa da construção e reconstrução do *self*, o qual é relatado narrativamente pelos próprios sujeitos envolvidos nos eventos narrados, o conceito de *self* dialógico se mostra como o mais apropriado para se abordar tais questões, principalmente devido às seguintes características: de se apresentar multivocal/multifacetado, dinâmico, agentivo, relacional, personificado, contextual no tempo e no espaço.

A noção de um *self* dialógico, dessa forma, busca superar restrições culturais a respeito do *self*, principalmente no que diz respeito à idéia de *centralização*, típica de concepções individualistas e racionalistas sobre o *self*. Sendo predominante nas sociedades desenvolvidas tecnológica e industrialmente na contemporaneidade, a concepção de um senso de si mesmo *centralizado* defende a idéia segundo a qual tendemos a agir a partir de uma estância subjetiva sentida como *central*, facilmente identificável e nomeável, sendo a mesma estável e dominante nos mais variados contextos de interação.

A forma como as diversas *I-positions* das mães de vítimas de morte violenta dialogam entre si em suas experiências de maternagem, por sua vez, é mediada por signos e significados utilizados por esses posicionamentos, sendo aí necessário utilizar o conceito de *self* dialógico para melhor se entender a dinâmica desse *self*. Por fim, a noção de *self* narrativo exposta por Bruner se mostra como a via mais apropriada para se abordar os fenômenos ora expostos, devido, dentre outras coisas, à própria natureza (eminentemente narrativa) do que se tem como *self* dialógico.

A Figura 2 a seguir mostra a *macroestrutura* de acordo com a qual os conceitos destacados acima são articulados na análise e interpretação das narrativas:

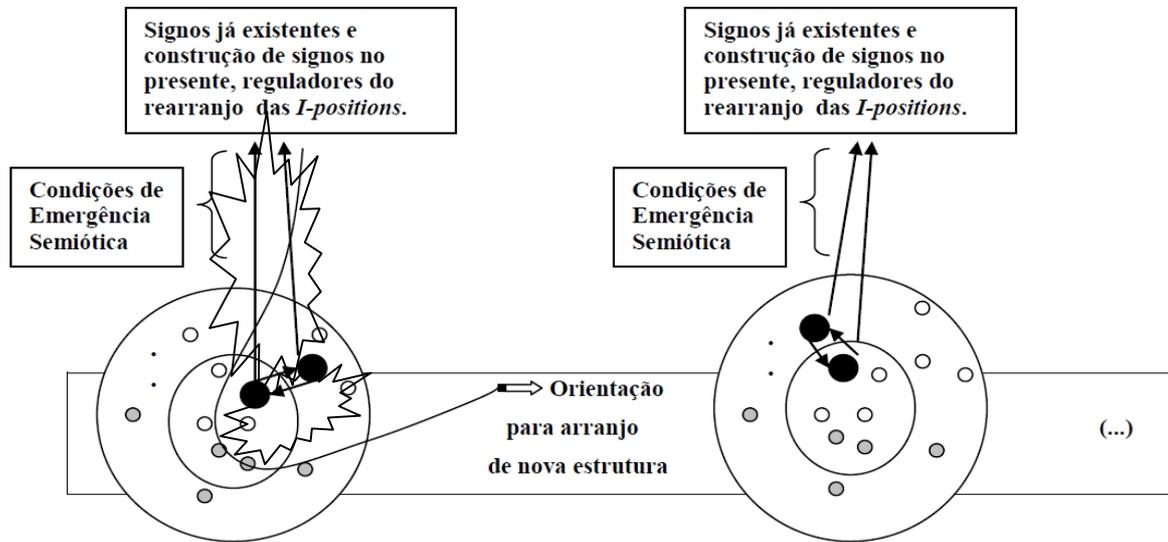


Figura 2. Articulação dos conceitos de emergência, mediação semiótica e *self* dialógico.

Na Figura 2 acima, as *I-positions* dominantes (representadas pelos círculos preenchidos da cor preta) em interação (representada pelas setas pequenas saindo de uma *I-position* para outra) num determinado momento utilizam signos pré-existentes que funcionam como mediadores da construção de significados em uma determinada ocasião. Além disso, tais *I-positions* constroem signos a partir dos elementos contextuais, gerando novos signos que regularão o rearranjo da nova estrutura do *self* dialógico (indicados por duas setas ascendentes no retângulo superior).

A linha curva (que parte dos significados generalizados, perpassa o espaço das *I-positions* e aponta para o esquema do *self* dialógico à direita) indica a utilização dos signos existentes pelas *I-positions* em direção aos eventos futuros ainda não conhecidos, porém imaginados pelas diferentes *I-positions*. É através da articulação da nova situação com os signos disponíveis e os signos em construção que a nova estrutura dialógica emergirá através do processo da mediação semiótica.

O retângulo à esquerda, indicado por uma chave, representa o estudo das condições através das quais os referidos signos são construídos (nula, irregular ou bifurcação de trajetórias). Essa dimensão da análise é de relevância especial para o estudo devido aos altos níveis de ambivalência e tensão que marcam a experiência de se ser mãe de vítima de morte violenta, como apontado pela revisão de literatura.

O retângulo maior ao fundo dos dois esquemas do *self* dialógico e com reticências na extremidade direita representa o fluxo temporal contínuo e irreversível ao longo do qual o *self*

é apresentado através da narrativa.

É importante ressaltar que são priorizados, neste estudo, os microprocessos localizados nas articulações do processo maior de estruturação e reestruturação do *self*. O que interessa aqui é a *microemergência* de novidade ao longo da integração afetivo-semiótica da perda do filho ao senso de *self* da mãe. As configurações temporárias (representadas nas figuras pelas imagens de círculos concêntricos) são as formas relativamente estáveis que emergem a partir dos micro-processos aqui analisados.

1.1.3 O Fenômeno do Luto a Partir de Duas Perspectivas: Teoria do Apego e Reconstrução de Significados

O estudo das reações humanas à morte de familiares, amigos e conhecidos tem favorecido a emergência de um campo de investigação composto por diversas propostas de modelos descritivos e explicativos relacionados às reações humanas a perdas. Tais modelos teóricos, por sua vez, têm propiciado usos diversificados de termos como luto, pesar, perda e luto complicado¹².

Duas propostas que se coadunam com a fundamentação teórica e com os objetivos do presente estudo, servindo, assim, como referências para a definição dos termos supracitados são: a teoria do apego e reações à perda, de Bowlby (1980/1998), como fundamento mais geral, e a teoria da reconstrução de significados da perda, de Neimeyer (1999, 2001, 2006). É importante ressaltar aqui que, embora tais referenciais teóricos da área de estudos sobre o luto humano não tenham sido incorporados *diretamente* nas análises e discussão dos dados deste estudo, eles funcionaram como lentes teóricas através das quais o olhar do pesquisador abordou a *problemática empírica* do estudo (o luto materno por perda violenta de um filho). Ademais, algumas elaborações de ambos os teóricos supramencionados se coadunam tanto com aquelas oriundas da psicologia semiótico-cultural, quanto com as da teoria do *self* dialógico, as quais fundamentam este estudo (como apontado de maneira específica mais adiante, ainda nesta subseção).

No que diz respeito ao modelo descritivo dos padrões de reação à perda de Bowlby (1980/1998), elaborado a partir de sua teoria do apego, vale ressaltar, a princípio, algumas

¹² Buglass (2010) lista e descreve alguns dos modelos mais conhecidos, quais sejam: teoria psicanalítica freudiana do luto; teoria do apego, de Bowlby; teoria dos cinco estágios, de Kübler Ross; teoria das relações objetais, de Klein; teoria da reconstrução de significados da perda, de Neimeyer; teoria dos fenômenos e objetos transicionais, de Winnicott; modelo do processo dual, de Stroebe e Schut; teoria do desapego emocional, de Lindemann; teoria dos quatro estágios baseada na teoria do apego, de Parkes e a teoria do luto baseada em tarefas, de Worden.

características gerais do trabalho do autor: a manifestação de variantes psicopatológicas do luto é um dos principais focos de seus estudos, bem como daqueles por ele revisados; o autor aborda dados oriundos de estudos caracterizados por uma ampla diversidade de participantes (com relação a idade, gênero, contextos culturais - embora o autor utilize predominantemente dados de amostras pertencentes a sociedades desenvolvidas tecnológica e industrialmente -, tipo de morte e tipo de relacionamento entre o enlutado e a pessoa morta); em sua principal obra sobre perda, Bowlby (1980/1998) se fundamentou nos conhecimentos básicos da psicologia cognitiva com enfoque no processamento de informação, bem como na teoria evolucionista; nessa mesma obra, o autor também levou em consideração muitos dados oriundos de estudos que abordaram a perda ou separação devida a outros motivos que não os de morte (abandono na infância, por exemplo, a despeito de seu enfoque principal ter sido a perda pela morte de familiares).

Os cursos patológicos descritos e explicados por Bowlby (1980/1998) não serão abordados, nem será detalhada a sua teoria do apego, no presente estudo, posto que isto extrapolaria consideravelmente os objetivos do mesmo. Ressalte-se de forma breve, no entanto, que o comportamento de apego é aqui conceitualizado como “qualquer forma de comportamento que resulta na consecução ou conservação, por uma pessoa, da proximidade de alguma outra diferenciada e preferida” (Bowlby, 1980/1998, p. 38). Esta definição da “propensão dos seres humanos a estabelecer fortes laços de afeição com pessoas específicas” (Bowlby, 1908/1998, p. 38) tem como um de seus principais fundamentos teóricos as idéias evolucionistas de Charles Darwin. Para o autor, são as reações ao rompimento de uma relação a qual envolve laços afetivos mantidos pelo comportamento de apego que caracterizam o que se chama de *luto*. Além disso, o curso (se favorável ou patológico) do luto atual depende significativamente das reações à perda e às ameaças de perda experienciadas pela pessoa na infância e dos padrões de laços afetivos que a mesma estabelece durante sua vida.

O modelo descritivo do luto proposto por Bowlby (1980/1998) se fundamentou, principalmente, em estudos envolvendo pais de crianças portadoras de doenças fatais e outros, integrados por viúvos(as). Apesar das especificidades do curso do luto em cada uma das condições, o autor ressalta que os mesmos padrões de reações, em linhas gerais, podem ser observados em ambas e, ainda, em contextos culturais diversos (como em sociedades altamente industrializadas e em sociedades rurais).

Ao descrever seu modelo em quatro estágios, o autor ressalta que as fronteiras entre os mesmos não são bem delineadas e que as pessoas podem oscilar entre um estágio e outro:

- Fase de entorpecimento, com duração de horas a cerca de uma semana;
- Fase de anseio e busca da figura perdida, que dura de alguns meses até alguns poucos anos;
- Fase de desorganização e desespero e
- Fase de (maior ou menor grau de) reorganização.

A primeira fase é caracterizada principalmente por: choque, incapacidade de aceitação, tensão, apreensão, ataques de pânico seguidos de busca por refúgio em amigos e familiares, crises de raiva e uma calma incomum interrompida por uma explosão intensa.

Na segunda fase, um registro episódico da perda começa a ocorrer durante os primeiros dias. Há também uma grande inquietação, insônia, preocupação com lembranças da pessoa morta combinada com a impressão de sua presença concreta e uma forte tendência a interpretar sinais do ambiente como indícios do retorno do falecido. Nesse período, há a vivência de grande aflição oriunda da coexistência da certeza crescente de que a morte ocorreu associada à descrença em tal fato, descrença esta geralmente acompanhada pela esperança de que tudo volte a ficar bem e que a pessoa perdida seja recuperada. Essa premência para buscar e recuperar a pessoa morta diminui gradualmente com o tempo, porém, enquanto perdura, implica em altos níveis de ambivalência e sofrimento experienciado pelo enlutado.

O sentimento de raiva nessa segunda fase tende a estar direcionado para alguns elementos específicos: para pessoas que podem ter causado a morte ou que podem ter sido negligentes, contribuindo assim para que o óbito ocorresse; para o próprio morto, por não ter se cuidado melhor ou por ter contribuído diretamente para a própria morte; quando, de alguma maneira, o enlutado se responsabiliza pela morte, a raiva pode voltar para si mesmo, acompanhada de autocensura ou, em casos mais severos, de auto-acusação. Como o sentimento de raiva é compreensível nesse contexto, dado o caráter premente e infrutífero da busca pelo restabelecimento do elo rompido, é justamente essa premência (dificilmente controlável) que contribui para que pessoas enlutadas sintam raiva, por fim, daqueles que buscam consolá-las afastando-as de tal busca. Um sentimento de tristeza forte e generalizado geralmente acompanha essa dinâmica da raiva, como um reconhecimento crescente da improbabilidade da reunião com a pessoa morta.

Para Bowlby (1980/1998), a conciliação dessas duas tendências incompatíveis (premência pela recuperação da pessoa falecida e aceitação da impossibilidade de tal recuperação) se constitui em uma das tarefas centrais das outras fases do luto. Como mediadores relevantes de tal processo de conciliação estão os costumes sócio-culturais

relacionados ao luto, os quais, ao mesmo tempo em que favorecem a manutenção da relação do enlutado com a pessoa falecida, também fomentam condições que levam a uma existência satisfatória sem a pessoa falecida.

Na terceira fase, o desespero e a desorganização tendem a caracterizar a experiência do enlutado frente às oscilações emocionais inexoráveis oriundas de seu pesar, mencionadas nos parágrafos anteriores. Suportar tal condição e ter a oportunidade de atingir um nível de auto-reflexão que lhe permita se convencer de que seus padrões de comportamento têm sido redundantes e estressantes se configuram como um caminho profícuo a mudanças que favoreçam a aceitação de que a separação será permanente e que sua vida pode e deve ser reestruturada. Aqui se vê como, nesse modelo, as fases se sobrepõem e se relacionam dinamicamente ao longo do tempo, não existindo fronteiras nítidas entre as mesmas, nem uma linearidade na experiência de luto.

A alternância entre esse estado de desespero e desorganização, de um lado, e momentos de avaliação da nova situação, com a consideração das formas possíveis de abordá-la, de outro, indicam a possibilidade de um resultado minimamente favorável do luto e o início de uma nova fase: a da reorganização.

Nessa última fase, o enlutado geralmente engendra um processo complexo, doloroso e crucial de redefinição de si mesmo e de sua situação no mundo. É neste ponto que geralmente as noções de perenidade da separação e de impossibilidade de recuperação da pessoa perdida são sentidas de maneira mais vívida, realista e definitiva. Nessa fase de reorganização, a pessoa percebe mais nitidamente as mudanças em sua condição: de esposo a viúvo; de filho a órfão; de irmão a filho único; etc. Para Bowlby, “por mais diluída que esteja pela emoção mais forte, a redefinição do Eu não é apenas uma liberação de afeto, mas sim um ato cognitivo sobre o qual gira tudo o mais” (1980/1998, p.97). O autor considera que nesse processo, modelos representacionais interiores são remodelados e alinhados à nova condição de existência do enlutado.

Em consonância com a dinâmica de reorganização, novos papéis sociais vão sendo explorados, papéis já existentes vão sendo reassumidos e as dificuldades práticas relativas ao retorno à vida social (como ir a eventos festivos, viajar a passeio, sair com amigos, investir em novas relações ou em relações do mesmo tipo, como é o caso de viúvos(as), etc.) vão ganhando proeminência entre as preocupações cotidianas do enlutado.

Um aspecto relevante na vivência do luto é a manutenção da relação com a pessoa morta. O enlutado pode manter ideais, objetivos e planos que cultivava junto à pessoa perdida, associando-os diretamente a ela, fato este que é fomentado pela sensação de continuação da

presença *espiritual* da pessoa falecida. Por si só, a manutenção de tal relação não se configura como algo prejudicial, na medida em que ela não só pode contribuir para a manutenção satisfatória de um senso de si, como também pode favorecer uma reorganização dos aspectos mais significativos da vida para o enlutado naquela determinada ocasião. Dentre os dispositivos psíquicos que são *instrumentalizados* pelo enlutado para uma manutenção coerente da presença do morto estão os sonhos, os quais servem para, dentre outras coisas, justificar tomadas de decisão, explicar fenômenos incompreensíveis e consolar o enlutado.

Dentre cinco condições que afetam significativamente o curso do luto, apontadas por Bowlby (1980/1998), duas merecem destaque aqui: a identidade e o papel da pessoa perdida, e as causas e circunstâncias da perda. No primeiro caso, uma série de estudos revelou que a maioria dos casos de luto complicado ocorreu devido à morte de familiares próximos (pais ou cuidadores principais, cônjuges e filhos ou enteados). A interligação das trajetórias de vida, bem como grande proximidade nas relações, foram fatores que aumentaram os riscos de agravamento da vivência do luto. Mencionando os achados de Gorer (1965), Bowlby (1980/1998) relata que a perda de um filho adulto pode se constituir como o mais doloroso e prolongado de todos os pesares. Porém, ao se referir a outro estudo composto por uma maior amostra de participantes, Bowlby (1980/1998) apoiou a idéia de que a perda de um cônjuge expõe o enlutado a um maior risco de luto complicado.

No que tange às causas e circunstâncias da perda, uma morte repentina e considerada precoce pelo enlutado (como é o caso de mães de crianças, mas principalmente de adolescentes, jovens e adultos) tenderá a ser vivenciada pelo enlutado de maneira acentuadamente grave e intensa, quando se compara tal vivência com o luto devido a outros tipos de perda. Além disso, o nível de mutilação do corpo e a atribuição da causa da morte a terceiros (como no caso dos homicídios), são fatores que também agravam a experiência do luto. Neste caso, o fato de que a morte é atribuída a terceiros gera níveis exacerbados de raiva contra o perpetrador da agressão, bem como o sentimento de que a morte naquelas circunstâncias específicas poderia ter sido evitada.

As considerações de Bowlby (1980/1998) acerca do processo de luto aqui expostas já apontam para uma dimensão crucial da experiência de perda com a qual a problemática do presente estudo lida diretamente: a redefinição do *senso de Eu*, durante a fase de reorganização. Tal redefinição, por sua vez, ocorre a partir da ação construtiva e protagonista da pessoa enlutada. Além disso, os elementos do ambiente sócio-cultural que exercem o papel de mediadores da adaptação dos enlutados às suas conflitantes reações à perda, muito frequentemente na forma de signos presentes em atos coletivos, também foram apontados por

Bowlby (1980/1998) como aspectos relevantes para a área de estudo em questão, coadunando-se, tal visão, com a da psicologia cultural de orientação semiótica.

Além disso, alinha-se com a visão dialógica do *self* utilizada neste estudo, a compreensão que Bowlby (1980/1998) apresenta acerca da relação do enlutado com falecido (i.e., via memórias, objetos pertencentes ao – e ideais cultivados pelo – falecido, etc.), a qual se supõe continuar mesmo após a ocorrência do óbito. A partir da perspectiva da teoria do *self* dialógico, tal manutenção se dá através do sistema de posições pessoais subjetivas, dos dispositivos ambientais relacionados ao morto e das práticas dos sujeitos enlutados. As motivações, os propósitos e as conseqüências deste cultivo da relação podem variar amplamente, podendo ter um papel crucial para a adaptação altamente funcional daqueles envolvidos no processo de luto. No que tange ao *tema empírico*, pode-se afirmar que o estudo aqui apresentado se situa na subárea de estudos relativos ao *self* (senso de Eu ou, ainda, senso de si mesmo) dentro da área maior de estudos sobre o luto.

Outra ligação entre este estudo e os achados de Bowlby (1980/1998) se situa nos dados a respeito do teor altamente disruptivo de determinadas características das condições da morte, para os sujeitos enlutados: a proximidade e intimidade entre morto e enlutado, a subitaneidade, o grau de mutilação do corpo, a precocidade da morte e a responsabilização de terceiros (com a conseqüente consideração de que a morte *não precisaria ter ocorrido*). Essas características estão quase que invariavelmente presentes nos casos de mulheres que perderam filhos por motivo de homicídio.

Por fim, segue abaixo uma lista com breves definições de alguns termos que serão utilizados com frequência no presente estudo, ainda de acordo com as formulações de Bowlby (1980/1998):

- Pesar (*grief*): estado de sofrimento caracterizado por um desespero oriundo da coexistência do anseio do enlutado pela recuperação da pessoa falecida, por um lado, e a diminuição gradativa da esperança de que essa recuperação ocorra, por outro. Para o autor, essa é uma “condição de uma pessoa que está experimentando aflição pela perda, e experimentando-a de maneira mais ou menos clara.” (Bowlby, 1980/1998, p. 14). A partir da seção *Revisão de Literatura*, o termo *grief*, utilizado nos artigos revisados, será substituído também pela expressão *luto complicado*.

- Luto (*mourning*): expressão utilizada num sentido amplo para se referir a uma “variedade de reações à perda [de uma pessoa amada], inclusive as que levam a um resultado patológico” (Bowlby, 1980/1998, p. 13). O luto seria, assim, um conjunto de reações ao rompimento de uma relação a qual envolve laços afetivos mantidos pelo comportamento de

apego.

- Luto sadio:

O esforço bem sucedido de um indivíduo para aceitar tanto que ocorreu uma mudança em seu mundo exterior, como também a necessidade de realizar mudanças correspondentes em seu mundo interior e representativo, e de reorganizar – e talvez reorientar – seu comportamento de apego de maneira correspondente. (Bowlby, 1980/1998, p.15)

- Costumes relativos ao luto: expressão geralmente pública, de caráter coletivo e recorrente, da experiência de luto.

- *Bereavement*: refere-se ao período após a perda *por motivo de morte*, durante o qual o pesar e o luto, de maneira geral, ocorrem, de acordo com Buglass (2010) - daí a utilização de termos como *bereaved mother*, *bereaved child*, etc., em inglês, para se indicar que o filho, ou a mãe, etc., morreu. No entanto, ele não especifica o estado em que o enlutado se encontra (se se trata de luto sadio ou de um luto complicado ou pesar, por exemplo), restringido-se seu uso apenas para se referir à situação de perda por motivo de morte.

Alguns pressupostos básicos da teoria do apego de Bowlby (1980/1998) são também compartilhados por Neimeyer (1999) e Neimeyer, Prigerson e Davies (2002). Um deles diz respeito à concepção de que as principais características do processo de luto foram desenvolvidas adaptativamente ao longo da evolução humana; complementarmente, as reações à perda, para estes autores, estão relacionadas principalmente ao fato de que esta (a perda) implica no rompimento de laços afetivos que visam à manutenção da presença de pessoas diferenciadas e preferidas na vida de alguém, através de comportamentos de apego.

Neimeyer, Prigerson e Davies (2002) priorizam em seus estudos, no entanto, as construções de significados típicas dos processos de luto humano. Um dos principais objetivos de tal processo, segundo Neimeyer (1999), é a criação de uma representação da perda que contribua para uma manutenção o mais coerente possível do sentido de si mesmo. Assim, esta manutenção ocorre a partir das representações *das formas como alguém era* antes da perda e de *como se é ou se deve ser* após a perda. Esta mudança de foco prioriza a relevância dos significados das reações à perda (incluindo as biológicas), considerando os sujeitos aí implicados como reconstrutores de um *mundo pessoal de significados* o qual se encontra rompido, danificado ou, no mínimo, desafiado pelo evento traumático da perda. A narrativa constituinte do si mesmo ou *self* é uma das áreas desafiadas nesse mundo pessoal de significados aludido pelos autores supracitados, devido, primordialmente, ao desaparecimento do Outro social relevante no qual a narrativa do *self* se apóia.

Os proponentes desse modelo construtivista consideram que algumas tarefas que são postas à pessoa enlutada são de ordem mais prática, concreta (como reorganizar as tarefas domésticas) e outras, de ordem mais abstrata (por exemplo, abrir mão de planos – os quais se localizam no âmbito das idéias - que incluíam, e eram feitos com, a pessoa falecida). Além disso, algumas dessas tarefas são mais individualizadas e outras, mais dependentes de terceiros, como familiares e amigos. Dessa forma, a ação do processo de reconstrução de significados ocorre no cruzamento entre o *self* e o sistema sócio-cultural, fazendo com que o enlutado, em um estado de intenso pesar, oscile constantemente entre essas duas esferas da experiência (psicossocial).

Um elemento crucial nesse processo de reconstrução dos significados da experiência traumática de perda é o conjunto daquilo que os autores acima mencionados chamam de *Modelos Funcionais Internos* (tradução livre do termo original *Internal Working Models*), baseando-se nas formulações de Bowlby (1980/1998). Estes modelos são esquemas mentais que construímos em nossas relações interpessoais ao longo da vida e que não apenas fazem a mediação quando da interpretação de novas experiências, mas também subsidiam a construção de teorias pessoais básicas sobre o *self*, sobre as outras pessoas e o mundo. Uma concepção similar de relação entre sujeito e mundo mediada por processos psicológicos de construção de significados se encontra nas formulações dos teóricos da psicologia cultural do desenvolvimento de orientação semiótica, expostas nas seções anteriores deste estudo.

Ao abordar a reconstrução psicológica de si mesmo em situações de perdas traumáticas, Neimeyer, Prigerson e Davies (2002) descrevem como uma experiência de tal tipo tende a contribuir para a ocorrência de prejuízos no senso de segurança, de previsibilidade e controlabilidade dos acontecimentos, na confiança, no otimismo, no senso de auto-eficácia, dentre outras características do enlutado.

Tais danos, por sua vez, levam a um forte questionamento ou mesmo uma invalidação de pressupostos mais gerais que construímos a respeito de nós mesmos, do mundo em que vivemos e das pessoas (tanto aquelas com as quais nos relacionamos mais diretamente, como dos seres humanos em geral). Pressupõe-se que os esquemas mentais (*Internal Working Models*) - ou, usando-se um conceito da psicologia cultural de orientação semiótica, os signos hipergeneralizados – que integram essas teorias mais gerais sobre o mundo também sofrem mudanças significativas.

Nessa dinâmica de prejuízos pessoais relevantes, a narrativa de si mesmo é desestabilizada por uma grave ruptura que desafia o passado pressuposto, ao levar o enlutado a se questionar acerca de sua história junto à pessoa morta. Além disso, o presente e o futuro

são marcados profundamente por sentimentos de confusão e incerteza extremas, haja vista o fato de toda narrativa pessoal ser uma forma de nos apresentarmos como éramos, mas também como queremos ser no presente e como almejamos ser futuramente. Acrescente-se a isto os impactos da dificuldade de se incorporar as memórias traumáticas relacionadas ao evento da perda às narrativas do *self*. Os abalos sofridos pelos pressupostos pessoais mais fundamentais relacionados a si, ao mundo e às pessoas em geral parecem levar a uma espécie de erosão de determinadas *I-positions*, principalmente a materna, no caso de mães que perderam filhos por morte violenta. A descrição destes dois últimos parágrafos se refere aos três quadros superiores da Figura 3, a seguir.

É a partir dessa deterioração de partes do *self* e do mundo *no self* que as pessoas parecem engendrar tentativas de compreender e explicar satisfatoriamente a perda definitiva de alguém, buscando reduzir, dessa forma, os níveis de ambivalência, de tensão e de sofrimento relacionado à perda. Essa etapa do processo se dá inicialmente através da integração dos elementos que compõem as memórias relacionadas com a perda e com a pessoa morta, isto é, através da estruturação de traços mnemônicos dispersos, tais como lembranças de aromas, sabores, imagens, palavras, etc., mais fortemente relacionados ao evento traumático.

Uma vez organizadas satisfatoriamente, tais memórias são incorporadas àquilo que os autores chamam de *grandes narrativas conscientes de nossas vidas* (*conscious master narratives of our lives*), isto é, as grandes histórias de vida relacionadas às nossas principais dimensões do *self*; tais dimensões, por sua vez, podem ser compreendidas como as *I-positions* da teoria do *self* dialógico. Esta incorporação das memórias às narrativas pessoais se dá através da articulação das mesmas dentro de um enredo pré-existente, da forma mais coerente ou funcional possível para a pessoa (tal organização e incorporação de memórias estão indicadas no quadro em azul, na Figura 3, a seguir).

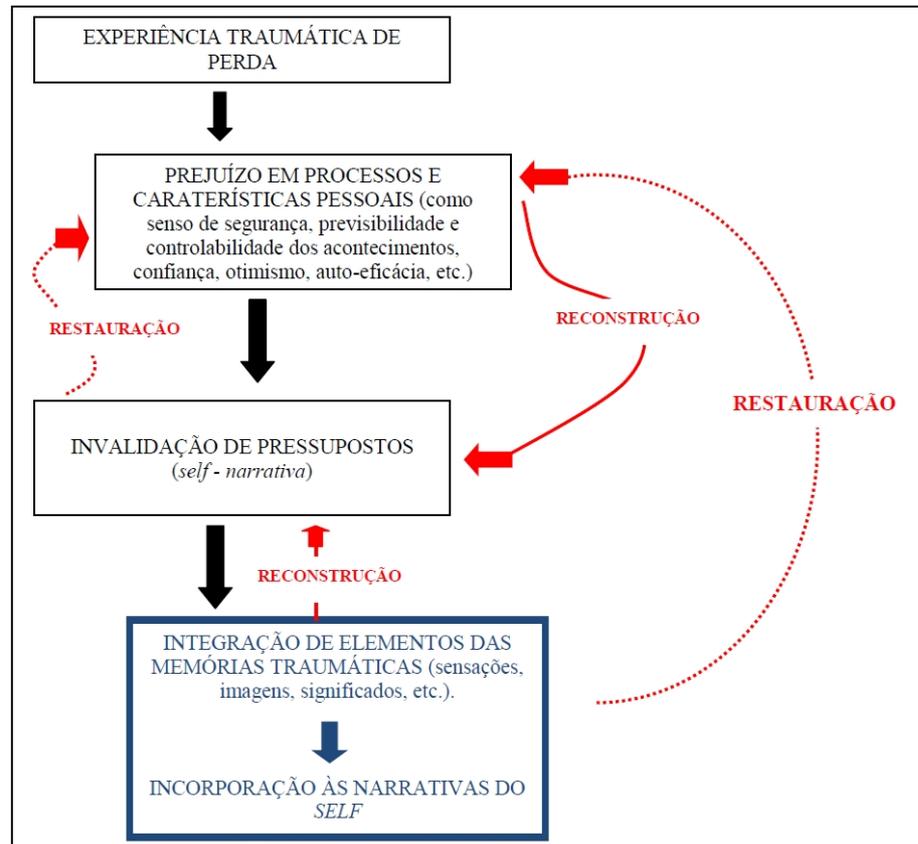


Figura 3. Processo de acomodação pessoal a perdas traumáticas, elaborado a partir das formulações de Neimeyer, Prigerson e Davies (2002).

Ao auxiliar na reconstrução pessoal de significados e de pressupostos generalizados mais funcionais sobre o mundo, as pessoas e si mesmo (seta vermelha ascendente contínua), tal processo de acomodação pessoal a uma dada perda traumática contribui *diretamente* para amenizar os prejuízos subjetivos oriundos da invalidação de tais pressupostos generalizados.

A integração e a incorporação de memórias às narrativas pessoais, como mencionado anteriormente, promovem também a restauração de habilidades e características pessoais previamente prejudicadas. Tal restauração, em contrapartida, contribui para a reconstrução de significados e pressupostos gerais mais funcionais que, por sua vez, retroalimentam a restauração de habilidades e características pessoais.

Neimeyer, Prigerson e Davies (2002) parecem diferenciar dois aspectos característicos do processo de acomodação pessoal à perda: *restauração* e *reconstrução*. O primeiro, diz respeito ao ato de se recobrar, ao máximo, características e habilidades pessoais relativamente estáveis (como senso de segurança, confiança, otimismo, auto-eficácia, etc.), com o intuito de se retornar a uma forma de funcionamento psíquico o mais semelhante possível à maneira

anterior ao evento traumático; o segundo aspecto (*reconstrução*), parece enfatizar o caráter criativo de se *construir nova e continuamente* significados e pressupostos que sejam funcionais para o novo cenário intra e intersubjetivo de luto, sejam estes inéditos ou versões atualizadas de pressupostos pré-existentes.

É de extrema relevância ressaltar aqui que o termo *integração* é utilizado no presente estudo para aludir ao *complexo de processos* de construção do *self* (senso de si mesmo) em situações de perdas traumáticas, independentemente do nível em que tal integração ocorre. Nesse sentido, podemos pensar em maiores ou menores níveis de integração da perda à construção pessoal do *self*, como evidenciado nas análises e discussões dos casos integrantes deste estudo.

Em outras palavras, parte-se do pressuposto, aqui, de que a acomodação a eventos traumáticos sempre tende a ocorrer, ainda que em níveis mínimos. Assim, pode-se dizer que, visto a partir do modelo de reconstrução de significados, este estudo focaliza os processos que situam nas partes em azul e vermelho da representação gráfica anterior (Figura 3), isto é, ao longo de um complexo de processos que, dentre outras funções, medeiam a construção e manutenção funcional de um senso de si mesmo ao longo do tempo.

1. 2 Revisão da Literatura¹³

A presente revisão de literatura buscou detectar estudos sobre as experiências maternas na condição de sofrimento devido à morte violenta de um filho. Na base de dados PsychInfo, foram encontrados 25 estudos, dos quais dezessete que tratavam especificamente do tema de interesse foram escolhidos após a leitura do resumo de cada artigo, sendo estes lidos na íntegra, fichados em seguida e seus respectivos resultados utilizados para a exploração do tema e associação com os interesses teóricos deste projeto.

Na *Scientific Electronic Lybrary-SCIELO* – BRASIL foram encontrados três artigos nacionais sobre a temática, sendo que apenas um deles tratou da problemática em questão de maneira mais específica. O outro artigo, de Nations (2008), abordou o tema da violência interpretativa engendrada por acadêmicos em estudos antropológicos sobre a atribuição de *causa mortis* quando da morte de crianças, mais especificamente em áreas economicamente desfavorecidas no nordeste do Brasil. No terceiro artigo brasileiro, Oliveira e Lopes (2008) sugerem um maior grau de complicação do luto apresentado por idosos quando estes perdem um filho, se comparado à perda do cônjuge pelos mesmos. Nenhum destes dois artigos ora mencionados foram incluídos na revisão de literatura.

Embora o período dos últimos dez anos tenha sido a amplitude temporal pré-definida para a leitura e escolha dos trabalhos, alguns estudos que foram publicados há mais de dez anos foram inclusos nessa revisão devido à pertinência dos seus achados, quando estes foram comparados com os achados de estudos mais recentes.

Finalmente, ressalte-se que os resultados dos trabalhos revisados foram agrupados de acordo com cinco temas principais relacionados ao sofrimento materno devido à morte de um filho: (a) Sofrimento materno e família; (b) Sofrimento e saúde materna; (c) Sofrimento pela morte de um filho – conseqüências mais comumente relatadas; (d) Sofrimento materno e apoio psicossocial; e, por fim, (e) Estudos longitudinais e prospectivos sobre o sofrimento materno relacionado à morte de um filho. Cada uma dessas subseções está organizada da seguinte forma: apresentação de achados dos trabalhos revisados, seguida de uma leitura de tais achados à luz da teoria do *self* dialógico e, finalmente, sugestão de questões que podem ser exploradas posteriormente.

¹³ Muitos dos estudos ora revisados envolvem pais e mães. No entanto, os achados referentes aos “pais” especificamente foram omitidos e os dados referentes às mães e a ambos (pais e mães) foram utilizados na revisão, devido a questões que atendem aos interesses específicos do presente estudo.

1.2.1 Sofrimento Materno e Família

Dois artigos que integram a presente revisão trataram do sofrimento materno devido à perda do filho por morte violenta¹⁴ relacionado ao contexto familiar. De acordo com Lohan e Murphy (2002), as mães apresentaram escores mais altos nas medidas da dimensão comportamental *adaptabilidade* do que os pais ao longo dos dois primeiros anos subsequentes à morte do filho. Ainda segundo esse estudo, as famílias nas quais houve a morte violenta de um dos filhos integrantes tendem a resistir a mudanças no funcionamento familiar já estabelecido, dificultando, assim, um enfrentamento mais eficiente tanto das dificuldades oriundas da ocorrência da morte violenta, quanto das advindas de outros eventos estressantes (extra e intrafamiliares). Além disso, as autoras relatam que o controle e a disciplina exercidos pelos pais sobre os outros filhos tendem a ser amenizados devido ao estado de luto em que aqueles se encontram.

Já Lohan e Murphy (2007) constataram que o *status* marital da mãe não se constitui em um elemento preditor satisfatório em si mesmo do bom funcionamento familiar remanescente ao longo do tempo, a despeito dos sérios desafios enfrentados inicialmente pela mãe devido à morte violenta do filho. Mães que têm outros filhos além do filho morto¹⁵, de acordo com as autoras, têm como principal desafio continuar a oferecer os cuidados parentais aos outros filhos (vivos), ao passo que precisam alterar e redefinir sua condição materna junto ao filho morto¹⁶.

Ainda de acordo com as autoras supracitadas, mães em luto geralmente enfrentam desafios emocionais e desenvolvimentais intensos, que são postos pelos irmãos do filho falecido, independentemente da estrutura familiar na qual essas mães se encontram.

Vista a partir de uma leitura desses achados empíricos pelo viés da teoria do *self* dialógico, a experiência materna na situação de perda do filho por morte violenta impõe um grande desafio inicial à *I-position* materna: lidar simultaneamente com a demanda por cuidados dos filhos vivos (quando for o caso), com a nova condição de mãe daquele filho morto (e as complicações emocionais, cognitivas e comportamentais daí advindas) e com suas outras *I-positions* relevantes (tanto internas quanto externas e, no que se refere a estas últimas,

¹⁴ A expressão “mãe(s) em luto” será também utilizada para se referir às mulheres em tal estado de sofrimento.

¹⁵ Os estudos sobre o tema aqui abordado geralmente utilizam a nomenclatura “filhos sobreviventes” para se referir aos irmãos (vivos) do filho morto, a partir da perspectiva da mãe. No presente estudo, usar-se-á sempre a expressão *filhos(as) vivos(as)*.

¹⁶ A expressão “filho morto” se refere ao filho cuja *causa mortis* foi considerada violenta de acordo com os parâmetros explicitados anteriormente. Uma ressalva será feita quando esse não for o caso.

principalmente, às demandas do contexto familiar mais imediato).

Os aspectos aqui apontados podem servir como pontos profícuos de investigação empírica acerca de processos desenvolvimentais no âmbito do *self* relacionados à emergência e às mudanças quantitativas e qualitativas de uma *I-position*, porém em condição extremamente ambivalente, por se tratar de uma situação-limite na qual as conseqüências de uma morte violenta se opõem às necessidades práticas da vida em seu desenrolar no fluxo contínuo do tempo irreversível.

1.2.2 Sofrimento e Saúde Materna

Apenas um estudo revisado tratou mais diretamente das questões relacionadas à interseção entre o sofrimento dessas mães em luto e o estado de saúde física das mesmas. Murphy, Lohan, Braun, Johnson, Cain e Beaton (1999) relatam que, um ano após a morte do filho, 20% das participantes de seu estudo (N=171) apresentavam baixos índices de saúde física associados a alto nível de estresse mental, sintomas oriundos de trauma, estratégias repressivas de enfrentamento¹⁷, escores quatro vezes mais elevados na subescala de sintomas obsessivo-compulsivos do que os da média da população estadunidense e, dois anos após a morte do filho, 18% das participantes tomavam psicofármacos (antidepressivos, tranquilizantes e ansiolíticos).

Os autores ressaltam que comportamentos saudáveis de vida (exercícios físicos e redução do consumo de álcool) e estratégias ativas de enfrentamento podem levar a uma melhora no nível de saúde funcional das mães ao longo dos primeiros anos pós-morte do filho.

Tais achados podem ser relacionados à experiência de desorientação e alienação integrantes das vivências de extrema ambivalência, como descrito por Harrist (2006). No que tange à identidade pessoal, tem-se aí a vivência de alienação de uma das referências mais básicas para o sentido de continuidade temporal do *self* de alguém, como apontado por James (1890/1918): o corpo e o sentido de controle sobre o mesmo. Para Harrist (2006), a apreensão e a ansiedade são alguns dos componentes de um cenário que estabelece não apenas o mundo

¹⁷ Tais estratégias de enfrentamento dizem respeito a respostas que envolvem ações e estados mentais os quais, além de não promover o enfrentamento direto dos eventos estressores e seus efeitos, favorecem o engajamento pessoal em atividades de risco tais como, por exemplo, uso abusivo de substâncias psicoativas. Estratégias ativas, ao contrário, facilitam a minimização dos impactos dos eventos estressores e/ou a modificação da própria reação pessoal a tais impactos. Quando focadas nas reações afetivas, como é comum no caso de pessoas enlutadas, tais respostas podem favorecer a regulação das conseqüências afetivas resultantes dos eventos estressores (Murphy, Lohan, Braun, Johnson, Cain & Beaton, 1999; Taylor, 1998).

como incerto e confuso, mas também o próprio *self*, o qual experiencia sensações corporais de desequilíbrio e um sentido geral de confusão cognitiva e emocional.

Assim, uma questão que caberia ser aqui colocada é: como, então, o repertório de *I-positions* é articulado de forma a garantir uma relativa estabilidade e uma integridade máxima das *I-positions* dominantes e centrais no conjunto do *self*, em situações de intensas complicações que vão desde o mal-estar físico até o sofrimento afetivo generalizado e difuso, como as descritas acima?

1.2.3 Sofrimento pela Morte de um Filho – Conseqüências Mais Comumente Relatadas

Em seu estudo sobre o ajustamento parental após a morte violenta e inesperada de um filho Murphy, Johnson e Lohan. (2003) investigaram três mitos aceitos em boa medida entre a população em geral, bem como entre profissionais e pesquisadores: a) a morte de um filho por suicídio implica em piores conseqüências para os pais, se comparada à morte pelas duas outras causas violentas (assassinato e acidente); b) o divórcio, além de mais comum entre pais de filhos que foram vítimas de mortes violentas se comparados com casais típicos¹⁸, tende a ser inevitável entre aqueles e c) a tarefa de *deixar as coisas para trás e seguir adiante* (em inglês, *letting go and moving on*) é algo fundamental no processo de elaboração da morte violenta do filho em direção a um ajustamento satisfatório após tal evento traumatizante.

A partir da consideração de evidências empíricas que confirmassem e de outras que rejeitassem tais mitos, os autores ressaltaram os seguintes achados: primeiramente, pais de filhos suicidas lutam arduamente para encontrar significado nas mortes de seus filhos e sentimentos de culpa e responsabilidade pela morte, além dos sentimentos (característicos nesses casos) de abandono, rejeição e ódio com relação ao filho morto. Nesse sentido, o sofrimento pela perda do filho suicida não seria necessariamente *pior* do que nos outros dois casos, mas sim caracterizado por especificidades geralmente encontradas apenas nesses casos.

Com relação ao segundo mito relacionado ao divórcio, parece não haver relação direta entre morte do filho e separação conjugal. Os autores ressaltaram, no entanto, que relacionamentos de muitos anos e idade mais avançada dos pais podem ser fatores relevantes no enfrentamento conjugal bem-sucedido da morte do filho.

¹⁸ A expressão “casal típico” é utilizada neste estudo para se referir a casais que não têm filhos ou que os têm ainda todos vivos, com intuito de diferenciá-los daqueles casais que tiveram um de seus filhos mortos por causas violentas; o mesmo se aplica expressões que contenham a palavra “família (típica/atípica)”, quando se fizer necessária tal diferenciação.

No que se refere ao terceiro mito, os achados apontaram, a partir dos relatos dos pais, que a manutenção dos laços entre os pais e o filho morto tem se mostrado funcional para os pais. Nesse sentido, a despeito das pressões sociais para se seguir em frente, a conexão contínua entre mãe e filho morto tem se mostrado como um fenômeno comum. O tema da manutenção dos laços com o filho morto apareceu nas respostas a uma pergunta aberta sobre os desafios enfrentados pelos pais após a morte do filho: 76% das respostas no quarto mês pós-morte e 52% no décimo primeiro mês abordaram tal tema. Como preocupações relacionadas à manutenção dos laços pais-filhos, apareceram o medo de esquecer características do filho perdido (como o tom da voz e o cheiro) e a tomada de ações que mantivessem a lembrança viva do filho (compartilhar histórias e fotos com outros pais na mesma situação e doar pertences do filho a pessoas específicas, dentre outras ações).

O que interessa nesse caso é que, como ressaltam Murphy, Johnson e Lohan (2003), a ação de cortar os laços com o filho morto e deixar tal relação no passado (representada popularmente pela expressão *deixar pra lá* ou pela apropriação popular de uma passagem bíblica, *deixar que os mortos enterrem os mortos*) não é uma condição necessária para outra ação: seguir em frente. Assim, a relação *mãe-filho morto* tende a tomar uma nova forma, à medida que essas mulheres *precisam seguir em frente*, mas ela não desaparece – e geralmente as mães, de fato, não o deixam acontecer.

Os próximos dois estudos revisados tratam mais especificamente das conseqüências mais comuns experienciadas pelos pais que se seguem à morte violenta de um filho: Dyregrov et al. (2003) compararam os preditores e as conseqüências do estresse psicossocial experienciado por pais de filhos vítimas de acidente fatal, suicídio e síndrome da morte súbita infantil (SMSI) e Meij et al. (2005) examinaram o impacto relativo das principais variáveis preditoras do ajustamento de pais em sofrimento pela morte violenta do filho (tal ajustamento foi verificado em termos do sofrimento denominado *grief* e da depressão).

Dyregrov et al. (2003) mostraram que um ano e meio após a morte repentina e violenta do filho, a maior parte dos participantes apresentava sintomas gerais de saúde, maior chance de desenvolver a síndrome do estresse pós-traumático e reações de luto complicado (nesse último caso, 50% das mães sofreram da síndrome do luto complicado cerca de vinte meses após a morte violenta do filho). Pais de suicidas não apresentaram mais dificuldades de se adaptar à nova condição do que pais de vítimas de acidentes fatais, porém apresentaram mais similaridades na vivência de sentimentos de culpa.

Sentimentos de culpa foram também relatados como uma causa comum para o isolamento das mães, sendo este último o melhor preditor de prejuízos no funcionamento

psicossocial dos pais em sofrimento. Além do isolamento, preditores estatisticamente significativos para tais prejuízos foram: não ter outros filhos além do filho falecido (variável altamente significativa), ter baixo nível educacional, não trabalhar fora do ambiente doméstico e ser do sexo feminino. Nesse estudo, a idade do filho morto pareceu não ser um preditor significativo de prejuízos psicossociais.

As mães também relataram perda de energia devido à sensação de que o mundo estava *virado de cabeça para baixo e tudo havia ficado anormal*. Tais vivências podem estar relacionadas à experiência de fragmentação dos pressupostos acerca do mundo e de si mesmo experienciados pelas pessoas submetidas a altos níveis de ambivalência, como afirma Harrist (2006).

Meij et al. (2005), por sua vez, afirmam que fatores individuais são melhores preditores de depressão no caso de mães de filhos vítimas de morte violenta, ao passo que fatores mais característicos do sofrimento pela perda de um filho melhor predizem o luto complicado. Diferentemente dos dados encontrados por Dyregrov et al. (2003), os achados de Meij et al. (2005) indicam que a idade do filho morto é um preditor do luto complicado, principalmente nas fases de adolescência e adultez. Tais achados complementam a noção de crescente interdependência e mutualidade entre pais e filhos adolescentes/jovens adultos defendida por Lamb et al. (1999) (ver *Introdução*). Além disso, os dados empíricos dão suporte à idéia de que ter outros filhos é um preditor de menor possibilidade de vivência de sintomas de luto complicado.

Para Meij et al. (2005), a psicologia evolucionista oferece um melhor suporte teórico explicativo desses achados. Porém, o problema estaria na explicação dos mecanismos psicológicos que ligam os fatores supramencionados com a resposta de luto complicado. De acordo com a teoria do apego, a subitaneidade da perda de um filho pode destruir o sentimento materno de segurança, levando à constante sensação de que não há situação segura, haja vista o fato de que a perda pode ocorrer outra vez inesperadamente. A partir de tais perspectivas teóricas, continuam os autores, as mães seriam mais apegadas ao filho, se comparadas aos pais, devido ao maior investimento de recursos, tempo e esforço delas voltado aos filhos. Conseqüentemente, as mães experienciariam maiores níveis de sintomas do luto complicado quando da perda de um filho. Além dos arcabouços teóricos supramencionados, os autores afirmam que a teoria cognitiva do estresse pode auxiliar na melhor compreensão do sofrimento causado pela perda violenta de um filho.

Em um estudo qualitativo de orientação fenomenológica, Alarcão et al. (2008) reportam os seguintes relatos de mães de jovens assassinados a respeito dessa experiência: o

vínculo persistente com o filho morto foi relatado como sendo um fator originário de angústia; além disso, a articulação entre o amor ao filho morto e a dor permanente foi relatada como sendo uma das principais fontes da dimensão da mãe que busca por justiça e pelo cumprimento da lei; apesar de não demonstrarem apego exacerbado a objetos relacionados ao filho, as participantes apresentaram intenso apego às suas memórias relacionadas ao filho morto, mesmo aquelas cujos filhos haviam morrido por volta de 1998, cerca de dez anos antes do estudo ser realizado; os meios de comunicação foram retratados em dois extremos – como um elemento invasor da privacidade durante a experiência de luto ou como um dispositivo de denúncia pública e aliado na efetivação das investigações e da prisão dos responsáveis pelo crime; este aspecto legal – a prisão dos autores dos crimes - também foi relevante para uma vivência menos sofrida do luto; a crença em Deus e na promessa de um mundo espiritual melhor do que o mundo físico apareceu como fonte de força para lidar com o sofrimento enfrentado; apesar da revolta contra os autores dos crimes, as participantes expressaram compaixão pelas mães dos assassinos de seus filhos; por fim, essas mães passaram a se ver como mulheres que fracassaram em sua função de cuidadoras de alguém, papel este que as mesmas sentiram como sendo roubado delas.

Estudos como o de Harrist (2006) atestam o quão ambivalente é a experiência de se ser mãe de um filho vítima de morte violenta. Assim, considerando-se que os processos de construção de significados são centrais no arranjo e rearranjo constante do repertório de *I-positions* ao longo das experiências de adaptação do *self* às demandas ambientais, a situação de alta exigência de construção de significados funcionais em situações tão ambivalentes como o luto pelo suicídio de um filho jovem/adulto (como apontam Murphy, Johnson & Lohan, 2003) se configura e um cenário único de exploração de processos que expliquem a adaptação da identidade pessoal a uma situação limite para uma *I-position* central - a materna, no presente caso. Nesse sentido, o trabalho de Alarcão et al. (2008) apontam para o fato das mães terem que conviver com uma auto-definição identitariamente conflitante: ser ou ter sido mãe e, simultaneamente, ser uma mãe fracassada em seu papel de cuidadora.

Outro desafio que se põe aqui à teoria do *self* dialógico é a manutenção de uma faceta da identidade pessoal ao longo do tempo, mesmo quando a realidade empírica não mais apresenta os elementos concretos que justifiquem a existência de tal posição, como é o caso de mães que perderam o filho único por motivo de morte violenta. Finalmente, o estudo de Meij et al. (2005) mostra como, desde os níveis biológicos, a separação total, irreversível, súbita e violenta entre mãe e filho explica tantos agravamentos na forma de existir dessas mulheres: uma das tarefas para o sentido de *self* das mesmas seria a reconstrução de um

sentido de segurança que reinstaurasse maiores níveis de estabilidade e menores níveis de incerteza, ambivalência, tensão e sofrimento. Como se dá tal processo no nível subjetivo o qual existe sempre em um determinado contexto cultural e é fundamentalmente dialógico e polifônico? Como a teoria do *self* dialógico pode contribuir, por seu turno, para uma melhor compreensão de tal experiência?

1.2.4 Sofrimento Materno e Apoio Psicossocial

Esta subseção é composta pelo resultado de seis estudos que trataram primordialmente da assistência psicológica a mães de jovens vítimas de morte violenta. Serão relatados, no entanto, apenas os achados pertinentes às questões centrais de interesse do presente estudo.

Murphy et al. (1998) ressaltaram os elementos emocionais como centrais no sofrimento relatado pelas mães participantes de seu estudo, sendo a construção de novos pressupostos sobre o mundo uma tarefa difícil e longa. Murphy (1996) também verificou que componentes da intervenção psicossocial focados na emoção se mostraram mais eficazes e mais bem aceitos pelas mães em sofrimento nos primeiros meses que se seguiram à morte de seus filhos. Tais achados também são corroborados pelos de Alexy (1982), segundo o qual o foco nos sentimentos, emoções e esforços pessoais é mais valorizado pelas mães inicialmente, sendo o foco dirigido à cognição e orientação para a ação valorizado apenas posteriormente. Ainda assim, as mães participantes relataram que o processamento contínuo dos sentimentos e emoções vivenciadas como profundas é muito importante na medida em que promovem uma maior consciência de si e contribuem para a aceitação da perda.

Ainda segundo Murphy et al. (1998), o contato com outros pais na mesma situação apareceu como bom preditor de uma melhor adaptação a essa nova condição de mãe de jovem vítima de morte violenta. A relevância do contato com pais que estão passando ou já passaram por experiência semelhante também é ressaltada por Stubenbort e Donnelly (2001), segundo os quais a experiência terapêutica grupal levou à criação e fortalecimento de laços e de apoio mútuo que persistiram além da duração do grupo.

O compartilhamento de experiências similares também influencia na forma como o suporte oferecido à mãe em sofrimento é percebido por esta, de acordo com os achados de Lehman, Ellard e Wortman (1986). Segundo os autores, a maioria do suporte que intenta cooperar para a melhora das mães em sofrimento é geralmente percebida como ineficiente por estas devido, muitas vezes, a: concepções equivocadas a respeito do tempo necessário para uma superação satisfatória do estado de sofrimento e à tensão presente na interação com a

pessoa em luto, fato este que elevaria a ansiedade e afetaria consideravelmente a *performance* de quem se propõe a oferecer suporte. A ansiedade (de natureza multicausal) experienciada pelo provedor do suporte se mostrou como um elemento mediador crucial do nível de eficácia do suporte oferecido. Dentre algumas estratégias práticas de suporte valorizadas, foram relatadas as seguintes: fazer comentários positivos sobre o filho morto, colocar a mãe em sofrimento com outros que já vivenciaram situações semelhantes e compartilhar lembranças sobre o filho morto.

Por fim, Kaslow, Ivey, Berry-Mitchel, Frankling e Bethea (2009) chamaram a atenção para a necessidade de se levar em consideração aspectos identitários sócio-culturais quando da oferta de apoio profissional às mães em sofrimento pela perda violenta do filho. Dentre as ações práticas, os autores destacaram: oferecer estratégias de enfrentamento culturalmente apropriadas, considerar a identidade cultural da mãe, fortalecer os laços da mãe com sua comunidade de referência e atentar para as formas de enfrentamento que já vêm sendo utilizadas por mães que pertencem a grupos sociais desfavorecidos socialmente, integrando tais estratégias às requeridas no processo de enfrentamento da perda do filho.

Os resultados dos estudos acima relatados remetem a dois aspectos centrais nos estudos sobre processos desenvolvimentais relacionados à noção de si-mesmo: o papel das emoções e a inevitável participação de *Outros sociais relevantes* na constante atualização do senso de *self* elaborada pelos seres humanos. Assim, como pensar as formas através das quais as emoções (certamente negativas) emergentes da perda do filho, as interações com Outros sociais e os significados veiculados no contexto cultural mais amplo, bem como os já integrados à cultura pessoal, são articulados pela mãe em luto, na construção de uma *nova forma de existir como mãe?* - forma esta de existir que toma, inicialmente, dois rumos básicos: o *ser mãe* na ausência total de filhos e o *ser mãe*, simultaneamente, de filho(s) vivo(s) e de um filho *não-vivo*.

1.2.5 Estudos Longitudinais e Prospectivos sobre o Sofrimento Materno Relacionado à Morte de Um Filho

Nesta última subseção da revisão de literatura, serão descritos os resultados de cinco estudos que têm uma característica em comum: trata-se de estudos longitudinais e prospectivos sobre o estresse e o sofrimento oriundos da experiência de perda de um filho por morte violenta. Além disso, são de autoria de um mesmo grupo de pesquisadores com a participação de outros pesquisadores colaboradores em alguns dos estudos.

Murphy et al. (1999) apresentam os seguintes dados em seu estudo longitudinal de cinco anos de duração:

- Pais em luto apresentaram escores médios na medida de estresse duas vezes mais altos do que a média da população estadunidense;
- Pais e mães atenderam aos critérios diagnósticos de depressão e déficit de performance cognitiva os quais persistiram ao longo do tempo;
- Auto-estima e senso de auto-eficácia foram preditores significativos de estresse mental;
- Mães relataram que suas vidas haviam *mudado para sempre*, com a dor da perda permanecendo em suas vidas (dado já relatado previamente na literatura especializada).
- Mães obtiveram altos escores na subescala de alienação pessoal, o que é consistente com a culpa experienciada e os problemas cognitivos já reportados.

Em estudo subsequente, Murphy, Johnson e Lohan (2002) integraram os dados supracitados a medidas da síndrome do estresse pós-traumático (SEPT¹⁹):

- Os escores maternos nas medidas de sintomas da SEPT foram significativamente mais altos do que os paternos;
- Possivelmente os sintomas da SEPT tenham que ser reduzidos primeiro, para que o processo de luto seja vivenciado e superado;
- Apesar de 80% dos respondentes afirmarem que podiam refletir sobre a morte do filho e seguir com suas próprias vidas por volta do terceiro ou quarto ano pós-morte, os escores dos participantes nas medidas de estresse mental e trauma foram duas ou três vezes maiores que os escores da média da população no quinto ano pós-morte. Quatro anos após o evento traumático, muitos pais relataram lembrar-se da morte dos respectivos filhos diariamente.

Murphy, Chung e Johnson (2002) relataram que o sexo da figura parental, a auto-estima e o tipo de estratégias de enfrentamento eram variáveis preditivas de mudanças no estresse mental ao longo do tempo. Acrescente-se a tal lista, ainda no início do processo de luto e sofrimento, estressores concomitantes da vida e sintomas da SEPT.

No que tange à vivência do estresse, Murphy, Johnson, Wu, Fan e Lohan (2003) verificaram que pais de filhos assassinados reportaram maiores escores se comparados com pais de suicidas e de vítimas de acidentes fatais. A mesma relação se deu no que tange aos

¹⁹ Os sintomas da síndrome são separados em três grupos básicos: re-experiência, evitação e hiperexcitabilidade.

níveis de aceitação da morte do filho e de satisfação marital; baixos níveis de satisfação marital podem implicar em problemas de comunicação e em lidar com os outros filhos.

Um último aspecto para o qual os autores chamam a atenção é a descrição das circunstâncias específicas que permeiam cada um dos tipos de morte violenta: conhecer circunstâncias específicas (como diferentes graus e formas de mutilação do corpo da vítima, por exemplo) pode ser relevante para se compreender melhor o que há de único e de comum nas experiências associadas ao luto por vítimas de mortes violentas.

No que tange à prevalência da SEPT e aos preditores de mudanças cinco anos após a morte de um filho, Murphy, Johnson, Chung e Beaton (2003) reportam os seguintes achados: a causa da morte do filho (se violenta ou não), o sexo da figura parental, outro estresse mental concomitante, enfrentamento repressivo ou afetivo e provisão de intervenção psicossocial no início do sofrimento por luto foram preditores significativos da SEPT; a redução dos sintomas da síndrome teve como principais preditores o sexo da figura parental e o apoio social percebido; cinco anos após a morte de um filho, as mães participantes do estudo reportaram a SEPT três vezes mais do que mulheres da população em geral.

Os achados dessas pesquisas colocam em perspectiva possíveis campos de investigação no âmbito dos estudos sobre o *self* dialógico, no que diz respeito à disrupção que a noção de si-mesmo sofre relacionada à auto-estima e ao senso de auto-eficácia, bem como referente à experiência de alienação pessoal (espécie de auto-estranhamento e autopunição). A *I-position* (central) materna volta-se para si mesma, nesses casos, experienciando um intenso questionamento de seu próprio valor, da eficiência de suas ações e do nível de conhecimento que tem sobre si própria.

Os afetos vivenciados como negativos, bem como sintomas psicopatológicos detectados ainda no quinto ano após a morte violenta do filho, parecem predominar no repertório de *I-positions* dessas mães; além disso, o longo tempo transcorrido entre a perda do filho e a retomada de projetos em outras esferas da vida constituem fatores agravantes da ambivalência no longo processo de redefinição de uma nova *I-position* materna, assim como da construção de novos significados relacionados a si mesmo e aos outros sociais relevantes, por tais mulheres.

O que se pode ver, a partir dos achados mencionados, é uma fragmentação seguida de um longo período de tentativa de reconstrução de uma *I-position* central mais funcional e menos marcada pelo sofrimento de perda de um filho. Há de se investigar, assim, processos de alternância nas relações de *dominância* entre *I-positions*, as formas através das quais a *acessibilidade* a outras *I-positions*, que não a materna, se relaciona com outros processos na

reconstrução da identidade pessoal e as mudanças nos níveis de *flexibilidade* do repertório do *self* dialógico ao longo do tempo em sua lenta adaptação ao novo cenário de luto pela morte violenta de um filho.

Os trabalhos integrantes da presente revisão de literatura apresentam algumas características em comum que apontam para os questionamentos listados na seção seguinte (Delimitação do Objeto de Estudo) os quais constituem a problemática desse estudo: primeiramente, há um predomínio de técnicas estruturadas de coleta de dados através de instrumentos padronizados, bem como um tratamento predominantemente estatístico dos dados coletados; verifica-se também um enfoque descritivo e explicativo de relações entre variáveis que influenciam as dificuldades experienciadas pelas participantes dos estudos; há, além disso, uma tendência a se descrever as principais *tarefas* daqueles que perderam filho(s) por motivo de morte violenta em direção à superação do estado de sofrimento daí oriundo.

No que concerne a questões relacionadas ao senso de Eu, tal problemática aparece apenas de forma pontual em poucos estudos e entre informações relacionadas a conseqüências da perda do filho, como no estudo de Dyregrov et al. (2003) e no de Murphy, Johnson e Lohan (2003).

Assim, vale salientar a relevância da problemática destacada a seguir, a qual envolve a exploração de processos dialógicos que enfoquem o espaço subjetivo de constituição do senso de si mesmo ao longo do tempo, processos estes que se referem à relação entre uma pessoa e um Outro social relevante para ela, sendo este Outro (o filho morto) não mais existente no mundo empírico compartilhado socialmente, porém de vital importância para uma dimensão central do Eu dessas mulheres, a *I-position* materna.

1.3. Delimitação do Objeto de Estudo

1.3.1 Definição do Problema

A partir das considerações expostas na apresentação deste estudo, bem como na revisão de literatura, surgem algumas questões (elencadas a seguir) que apontaram possíveis lacunas de investigação que podem vir a possibilitar uma melhor compreensão do processo de adaptação materna à nova condição de mãe de um filho morto na dimensão de sua identidade pessoal. Ressalte-se que tais questionamentos já partem de alguns pressupostos originados dos achados dos estudos revisados, bem como das formulações teóricas que embasam este estudo:

- Como mães de vítimas de morte violenta se adaptam simultaneamente às demandas intra e interpessoais que se seguem à morte do filho, considerando-se a reclusão de suas subjetividades à posição de *mãe em luto*?

- Como, através de processos dialógicos no repertório de posições do *self*, as emoções, com destaque para o sentimento de culpa, fazem a mediação do arranjo e rearranjo das *I-positions*?

- Como são (re)estabelecidos maiores níveis de segurança e menores níveis de incerteza, ambivalência, tensão e sofrimento ao longo do tempo?

- Qual o papel das alterações na auto-estima e no senso de auto-eficácia na **erosão** (prejuízo, enfraquecimento) da *I-position* central materna? Quais mecanismos psicológicos são acionados no processo de busca pela manutenção da integridade máxima possível de tal *I-position*?

- Como se dão as mudanças nos padrões de dominância, acessibilidade e flexibilidade no repertório de *I-positions* ao longo do processo de reconstrução da *I-position* materna e de outras posições?

Além das questões supracitadas, mais focadas nas relações dialógicas entre as *I-positions*, duas outras questões relacionadas ao processo de emergência e mediação semiótica são aqui propostas:

- Como a forma de construção semiótica (condição Nula, Irregular ou Bifurcação de Trajetórias) se relaciona com a caracterização e as transformações de *I-positions* em sua constante adaptação a demandas altamente ambivalentes, como é o caso das mães de vítimas de morte violenta?

- Como signos amplamente generalizados são utilizados nos intercâmbios entre *I-positions* no seu constante adaptar-se às situações ambivalentes supracitadas?

Dessa forma, a partir de tais questionamentos, a questão geral deste estudo foi assim formulada: *Como mães que perderam um filho por morte violenta integram tal perda às suas identidades pessoais (selves) através dos processos de emergência e mediação semiótica?*.

1.3.2 Objetivos

1.3.2.1 Geral. Busca-se, dessa maneira, compreender os processos através dos quais mães que perderam filhos por motivos de morte violenta integram tal fato ao seu repertório de posicionamentos pessoais, focalizando-se os processos de emergência e mediação semiótica.

1.3.2.2 Específicos. Os objetivos específicos foram formulados e organizados hierarquicamente da seguinte maneira:

- I - Identificar os significados atribuídos à morte violenta do filho pelas mães e como estas articulam tais significados às experiências de suas *I-position* materna ao longo do tempo;
- II - Descrever os processos através dos quais mães de vítimas de morte violenta se adaptam simultaneamente às demandas pessoais e às ambientais que se seguem à morte do filho;
- III - Descrever o papel processual das emoções como mediadoras da adaptação das mães à nova situação de luto;
- IV - Analisar as mudanças nos padrões de dominância, acessibilidade e flexibilidade no repertório de *I-positions* ao longo do processo de reconstrução da *I-position* materna e de outras posições;
- V - Analisar como a forma de construção semiótica (condição Nula, Irregular ou Bifurcação de Trajetórias) se relaciona com a caracterização e as transformações de *I-positions* em sua constante adaptação a demandas altamente ambivalentes, como é o caso das mães de vítimas de morte violenta;
- VI - Descrever como signos hipergeneralizados são utilizados nos intercâmbios entre *I-positions* no seu constante adaptar-se às situações ambivalentes supracitadas.

1.3.3 Pressupostos Iniciais

A partir dos referenciais teóricos, dos achados do meu estudo de mestrado e da revisão de literatura, este estudo partiu de alguns pressupostos com relação aos problemas colocados e

aos objetivos estabelecidos.

Presume-se aqui que os significados sobre o evento da morte do filho construídos pelas mães serão relacionados estrategicamente com o intuito de se criar uma representação satisfatória e funcional da *I-position* materna. Simultaneamente, significados negativos a respeito da maternidade e do desempenho como mãe irão permear tais articulações, o que implicará em níveis crescentes de ambivalência e tensão vivenciados pelas participantes ao longo de suas elaborações narrativas sobre seus respectivos *selves*. Outras *I-positions* serão articuladas de maneira igualmente estratégica com o intuito de fornecer um suporte para que tal *impasse semiótico* seja superado, visando salvaguardar, o máximo possível, a integridade da *I-position* materna reconhecidamente fragmentada, como foi o caso das mães de autistas, participantes do meu estudo de mestrado.

Outro pressuposto desse estudo é que as mães de vítimas de morte violenta se adaptam simultaneamente às demandas pessoais e ambientais que se seguem à morte do filho através da construção de signos fortes do tipo ponto, através da condição de emergência semiótica Bifurcação de Trajetórias: verdades absolutas esquematizadoras da realidade serão utilizadas, nesses casos, para justificar a conformação à situação atual. Assim, o repertório de *I-positions* tenderá a ser estruturado sob a dominância rígida ou da *I-position* materna, ou de *I-positions* externas socialmente relevantes que forneçam - ou colaborem decisivamente na construção de - signos rígidos hipergeneralizados.

No que tange à mediação afetiva do arranjo e rearranjo das *I-positions* no espaço imaginado do *self* dialógico, a *I-position* materna engendrará a construção de signos afetivamente carregados que se contraponham a um dos afetos então dominantes no sistema do *self* – a culpa. Para tanto, a mãe refletirá narrativamente acerca de fatos passados que sirvam de explicações causais satisfatórias para a morte do filho, à medida que faz enfraquecer a dominância da culpa no repertório de *I-positions*. Pressupõe-se, aqui, que tal processo se dará de forma irregular, por um longo período de tempo, o que será um dos principais elementos contribuintes para a caracterização e vivência da *I-position* materna como sendo uma *I-position* afetivamente negativa. Será crucial, nesse ponto, a exploração de processos dialógicos e semióticos que evidenciem como são restabelecidos maiores níveis de segurança e menores níveis de incerteza, ambivalência, tensão e sofrimento.

Ao processo de reclusão do repertório de *I-positions*, sob a dominância excessiva de uma de suas posições, associar-se-á a noção de *erosão* da *I-position* supostamente central: a materna. No segundo caso, relatos de um senso de que parte(s) do *self* materno está(estão) ausente(s) representarão uma condição subjetiva única: uma dimensão do *self* se apresentará

ao mesmo tempo como centralizadora dos processos de estruturação subjetiva e dominante, bem como incompleta. A partir da revisão de literatura, pode-se pensar que prejuízos significativos nos níveis de auto-estima e no senso de auto-eficácia contribuem decisivamente para a experiência do sentido de *irrealidade do senso de si* relatado por mães de vítimas de causas violentas de morte.

Finalmente, partindo-se do pressuposto de que ocorre uma disfuncionalidade nos padrões de dominância, acessibilidade e flexibilidade no repertório de *I-positions* do *self* dialógico, pensa-se que signos criados a partir das interações sociais imediatas no presente e no passado mais recente funcionam como ferramentas para a construção de links semioticamente coerentes entre a *I-position* materna pré-morte e a *I-position* materna pós-morte do filho. Esses links preservam, em última instância, a noção mais ampla (os signos hipergeneralizados) de maternidade valorizada para uma determinada mãe, funcionando como espécies de *andaimes* sustentadores daqueles signos hipergeneralizados. Tais processos provavelmente serão cruciais para que o sistema de *I-positions* do *self* seja arranjado em padrões menos rígidos de organização.

1.4 Método

1.4.1 Delineamento

Com base nos procedimentos técnicos, este estudo se constitui em um estudo de caso instrumental coletivo o qual busca construir um conjunto de dados que descrevam em profundidade os processos através dos quais pessoas que sofreram uma ruptura súbita e intensa em seu senso de identidade pessoal integram os fatos geradores de tal ruptura, bem como as consequências daí advindas, ao seu repertório de posicionamentos pessoais, focalizando-se os processos de emergência e mediação semiótica. Nesse sentido, e em consonância com a classificação proposta por Stake (1994), um determinado número de casos, com certas semelhanças e diferenças pré-estabelecidas pelo pesquisador, será estudado na investigação do fenômeno já mencionado, na busca por refinamento teórico (predominantemente), no que diz respeito a mecanismos semióticos no âmbito da teoria do *self* dialógico.

A classificação do estudo como descritivo, baseando-se em seu objetivo geral, também justifica o desenho de estudo de caso, na medida em que a descrição analítica em profundidade de processos, em uma unidade delimitada, busca proporcionar uma maior compreensão de padrões de funcionamento de processos psicológicos humanos complexos; no caso do presente estudo, a construção de significados, assim como a função mediacional dos signos na adaptação das pessoas às situações ambivalentes específicas nas quais elas se encontram são dois processos psicológicos centrais orientadores da investigação.

1.4.2. Subúrbio Ferroviário de Salvador, Bahia, Brasil: Um Contexto de Violência Sócio-Historicamente Cultivada, Habitado por Pessoas Fortes

O contexto sócio-geográfico onde a parte empírica deste estudo foi realizado - Área de Plataforma , em Salvador , Bahia, Brasil - é uma das 22 áreas que integram a área macro conhecida como Subúrbio Ferroviário. De acordo com a Fundação Gregório de Matos (2012), a região era habitada principalmente por pescadores e aldeões, e, ocasionalmente, por veranistas, antes de 1970.

Por volta de 1970, com a construção da Avenida Afrânio Peixoto, pessoas de diferentes partes da cidade e do estado vieram morar em seu entorno, sem qualquer planejamento e apoio governamental. Como resultado, cerca de 600.000 pessoas vivem

atualmente em uma região profundamente afetada por elevadas taxas de desemprego, condições de vida extremamente empobrecidas e sistemas de saúde e de educação formal insuficientes e ineficientes.

Vale a pena ser ressaltado que há, na região, um nível considerável de influência e controle da região por grupos de criminosos, cujas práticas mancham a trajetória de muitas famílias, principalmente com a venda e tráfico de drogas, além de diversas práticas de violência, notadamente homicídios, como Santos (2010) mostra em seu estudo etnográfico. A coexistência de tantos problemas historicamente construídos, juntamente com a negligência governamental, favorece a fácil entrada de jovens adultos, adolescentes e até mesmo crianças (algumas com idade inferior a 10 anos) no mundo do crime. De acordo com registros oficiais da Coordenação de Documentação e Estatística Policial do departamento de Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia – SSP-BA, a cidade Salvador, excetuando-se a sua região metropolitana, apresenta uma média de 140 homicídios por mês.

Duas outras informações relacionadas aos aspectos problemáticos da região são extremamente relevantes para o presente estudo: primeiro, a maioria das pessoas que vivem no Subúrbio Ferroviário são negros, como ocorre na maioria das periferias em todo o país. De uma perspectiva histórica, esse fato tem uma de suas principais raízes no processo de escravidão e sua abolição que ocorreram ainda no período colonial de constituição da nação brasileira - é fácil de detectar que tal situação de opressão apenas se modificou em sua forma de manifestação, mas ainda se faz presente no contexto sócio-político atual. Em segundo lugar, a associação da cor da pele e do bairro residencial é uma questão de grande relevância nas interações da vida cotidiana em Salvador, alimentando estigmas sociais negativos altamente danosos para negros (e) moradores das favelas da cidade de Salvador.

Por outro lado, Santos (2010) desenvolveu um estudo-intervenção o qual vai de encontro aos aspectos já mencionados: os trabalhos artísticos produzidos na área do Subúrbio Ferroviário, nos quais, entre outras coisas, elementos temáticos locais e africanos são recorrentes. O autor mostra como a força e a beleza artística deste contexto, no que pese o potencial de resistência que expressam, têm sido ofuscadas pela condição de violência e extrema pobreza. Esse assunto nos leva ao último tópico nestas considerações contextuais : a influência das instituições religiosas no Subúrbio Ferroviário de Salvador.

No que tange às instituições religiosas, Reis (2010) expõe como certos princípios religiosos e entidades sagradas fazem a mediação das relações cotidianas entre pessoas e seus respectivos contextos no Subúrbio Ferroviário. Para isto, a autora aborda a constituição histórica de tal cenário, desde os primeiros templos católicos construídos no século 17,

passando pelos primeiros templos/terreiros de candomblé estabelecidos na região em 1930, até a presença maciça dos templos pentecostais de diversas denominações que começaram a se instalar na região a partir da última década do século 20. De acordo com esse estudo, as pessoas afirmam que se relacionam diretamente com as entidades espirituais; a decoração das casas quase sempre inclui objetos relacionados com instituições religiosas diversas; a socialização das crianças é desde cedo intermediada diretamente por instituições religiosas como uma espécie de apoio complementar à socialização promovida pelas famílias e, finalmente, as pessoas tendem a intensificar consideravelmente suas práticas religiosas diante de situações difíceis naquele contexto.

1.4.3 Participantes

1.4.3.1 Escolha das participantes. Em termos de participantes, a unidade de análise do estudo de caso ora em questão é um agregado, isto é, “um conjunto sem estrutura interna de indivíduos não diferenciados” (Collis e Hussey, 2005, p.121); portanto, procedeu-se aqui a um trabalho de pesquisa individualizado junto a mães que haviam perdido uma/um, ou mais, filha(o) por motivo de morte violenta, mais especificamente por assassinato. Portanto, os únicos elementos em comum entre as participantes eram o compartilhamento de tal situação de luto e o fato de viverem no mesmo contexto sociocultural e econômico.

O primeiro motivo para tal delimitação se deve ao fato de que os três tipos de morte considerados violentos (acidente, suicídio e assassinato) apresentam algumas implicações específicas para as vivências maternas, como foi verificado na revisão de literatura. Por exemplo: os índices do sentimento de pesar prolongado, denominado por alguns autores como luto complicado, parecem ser mais altos em pais de suicidas, de acordo com Murphy, Johnson e Lohan (2003), embora tal condição não se caracterize necessariamente como mais *problemática* que a de mães que perderam filhos por acidentes fatais ou doenças crônicas; em um estudo longitudinal com duração de cinco anos sobre sofrimento materno, Murphy, Johnson et al. (2003) encontraram evidências de que pais de filhos assassinados vivem sob maior estresse do que pais de suicidas ou de vítimas de acidentes fatais, além de apresentarem menores níveis de aceitação da morte do filho, de satisfação marital, de habilidades comunicativas com o cônjuge e de habilidades para lidar com os outros filhos. Dessa maneira, os processos psicológicos aqui abordados poderão ser mais bem especificados com a circunscrição das participantes a apenas um tipo de experiência de perda de filhos.

Além disso, a escolha por mães de vítimas de homicídios se justifica por sua

relevância social, haja vista os altos índices de violência presentes nas cidades brasileiras, de forma geral, e mais especificamente na cidade de Salvador, local de realização do estudo aqui proposto, como mencionado na subseção anterior.

Destarte, os principais critérios de escolha das participantes foram os seguintes: ter perdido pelo menos um filho por motivo de morte violenta (homicídio); a mãe deveria ser maior de idade e utilizar algum serviço de apoio psicossocial - quando este não foi o caso, disponibilizou-se o serviço de psicologia da Universidade Federal da Bahia – UFBA para a participante. Tais critérios foram fundamentados nos dados relatados nos trabalhos a respeito do sofrimento no luto pela morte violenta de um filho, como explicitado na revisão de literatura, buscando-se, dessa forma, a homogeneização de algumas características relevantes no processo de luto dessas mães (como, por exemplo, tempo transcorrido desde a morte do filho, uso de serviços de apoio psicossocial e especificidades dos padrões de interação entre mãe e filho adolescente/jovem adulto).

Por fim, a escolha intencional e estratégica das participantes se justifica pelo fato de se buscar, neste trabalho, aprofundar as elaborações teóricas a respeito de como as pessoas lidam com eventos da vida os quais implicam em disrupções abruptas e graves no seu sentido de *self*, levando-se em consideração tanto o papel dos significados por elas construídos no transcorrer dessas experiências, como também os processos através dos quais tais significados são construídos. Tal intencionalidade na escolha das participantes é explicitada pormenorizadamente na introdução deste estudo, onde as relações entre meu estudo anterior (de mestrado) e o atual são explicadas, ficando evidente a continuidade entre os temas teóricos que perpassam ambos os estudos e que continuam, aqui, a ser o foco de meu interesse de investigação.

1.4.3.2 Participantes do estudo. Este estudo foi composto, inicialmente, por quatro casos, sendo todas as participantes residentes do Subúrbio Ferroviário da cidade de Salvador, Bahia. Após a coleta e as análises iniciais dos casos (ver subseção intitulada *Procedimentos de Coleta e Análise de Dados* mais à frente), apenas dois dos quatro casos iniciais foram selecionados para integrar este estudo, quais sejam, o de Rebeca e o de Helena.

Os principais motivos para tal seleção foram: insuficiência de dados de um dos casos excluídos (o da participante Luma), o qual foi composto por apenas uma entrevista narrativa curta, sem a possibilidade de ulterior exploração em profundidade de questões pertinentes aos objetivos do estudo, tal como está descrito na seção *Procedimentos de Coleta e Análise de Dados*. Outro motivo foi o fato de que, durante o próprio processo de coleta dos dados, o capítulo referente ao caso de Rebeca já estava sendo analisado e discutido, para ser publicado

no formato de (dois) capítulos de livros, ambos acerca de síntese semióticas pessoais; diante disso, houve uma avaliação, por parte do pesquisador, de que o caso da participante Helena seria apropriado para o estabelecimento de um contraste com o caso de Rebeca, dada a prevalência da construção de sínteses pessoais demasiadamente transitórias e *insatisfatórias* verificadas no caso de Helena – nesse sentido, tal contraste assumiria um caráter complementar, na medida em que viabilizaria a exploração do objetivo principal em duas direções diversas (construção de sínteses satisfatórias, por um lado, e construção de sínteses insatisfatórias acompanhada de uma organização semiótica das experiências afetivas traumáticas e disruptivas), ampliando, assim a compreensão dos processos psicológicos investigados. Por fim, houve uma avaliação, por parte do pesquisador, de que o caso de Helena apresentava uma complexidade e uma profundidade *superior* aos outros dois casos excluídos (Mara e Luma), haja vista que a mesma abarcou diversos aspectos da experiência da perda e do processo de luto os quais não foram abordados (ou foram abordados de maneira breve) pelas outras duas participantes; os principais diferenciais das elaborações feitas por Helena, em termos gerais, foram: organização semiótica dos afetos experienciados no processo de luto, direcionamento social da experiência pessoal, elaboração pessoal de tal direcionamento social e, principalmente, elaboração prospectiva de sua relação com o *espírito* da filha falecida.

No quadro a seguir, os principais dados sóciodemográficos (idade à época de sua participação neste estudo, ocupação, religião e estado civil) das quatro participantes são apresentados, assim como algumas informações relacionadas às suas respectivas perdas (ano de falecimento do filho, idade do filho morto à época do falecimento do mesmo e idade da participante nessa mesma época).

PARTICIPANTE → INFORMAÇÕES PESSOAIS ↓	REBECA	HELENA	MARA	LUMA
NASCIMENTO (Idade à época da participação no presente estudo - 2011)	14.08.1970 (41)	16.12.1959 (51)	19.03.51 (60)	18.01.1952 (59)
OCUPAÇÃO	Prestadora de serviços gerais em uma Unidade Básica de saúde	Pensionista do INSS	Aposentada	Agente comunitária de saúde
RELIGIÃO	Não possui	Evangélica	Católica	Católica
ESTADO CIVIL	Solteira	Solteira	Casada	Casada
1ª. PERDA: * Sexo do Filho Falecido ** Ano da Morte do Filho (Idade do Filho à Época) *** Idade da Participante à Época da Perda	* Masculino ** 2005 (18) *** 34	* Masculino ** 2003 (25) *** 44	* Masculino ** 1998 (21) *** 47	* Masculino ** 2010 (21) *** 58
2ª. PERDA: * Sexo do Filho Falecido ** Ano da Morte do Filho (Idade do Filho à Época) *** Idade da Participante à Época da Perda	* Masculino ** 2010 (16) *** 39	* Feminino ** 2011 (18) *** 51	Não Se Aplica (NSA)	NSA
3ª. PERDA: * Sexo do Filho Falecido ** Ano da Morte do Filho (Idade do Filho à Época) *** Idade da Participante à Época da Perda	* Masculino ** 2010 (18) *** 40	NSA	NSA	NSA

Quadro 1. Características sócio-demográficas das participantes do estudo, assim como informações das mesmas e de seus respectivos filhos mortos à época do falecimento dos mesmos.

1.4.4 Instrumentos de Coleta de Dados

Os instrumentos de coleta de dados foram um questionário sócio-demográfico (Apêndice A), um dispositivo visual para iniciar a narrativa (Apêndice B, para mães de

adolescente morto e C, para mães de adulto morto) e entrevista não-estruturada (entrevista narrativa, conforme roteiro no Apêndice D). Através do primeiro, foram coletados dados pessoais das participantes como endereço, quantidade de moradores em suas respectivas residências, escolaridade, ocupação, idade, renda domiciliar por pessoa, atividades de lazer e dados referentes à morte do filho como data, local e causa da morte. Tais dados foram relevantes para se caracterizar o grupo de participantes e para revelar características individuais de cada participante as quais puderam ser mais bem investigadas nas entrevistas.

A entrevista narrativa, por sua vez, foi utilizada como o veículo principal de coleta de dados, sendo que questões relacionadas ao problema e aos objetivos da pesquisa foram ligadas às falas das participantes sem seguir uma ordem fixa pré-definida. De acordo com Jovechelovitch e Bauer (2002), tal tipo de entrevista visa à estimulação e ao encorajamento de um entrevistado para que o mesmo possa narrar episódios de sua vida ou de seu contexto social a partir de uma proposta do pesquisador o qual procura interferir o mínimo possível no processo de narração central. Ainda segundo os autores mencionados, a entrevista narrativa possui algumas regras "sobre: como ativar o esquema da história; como provocar narrações dos informantes; e, como, uma vez iniciada a narrativa, conservar a narração andando" (Jovechelovitch e Bauer, 2002, p.96). Dessa forma, a entrevista consiste de uma iniciação (formulação do tópico inicial para narração), da narração central, da fase de perguntas (para que lacunas da narrativa central sejam preenchidas de acordo com os objetivos do estudo) e a fase da fala conclusiva (na qual uma conversa mais informal e perguntas mais específicas e mais diretivas podem ser relevantes para a posterior análise dos dados).

Foram evitadas apresentações de pressuposições previamente à colocação das questões, jargões, direcionamento das respostas, inclusão de perguntas muito amplas (do tipo *-Fale-me tudo que você sabe sobre... .*) e perguntas dúbias cujas respostas pudessem se referir a mais de um dos constituintes da questão.

A entrevista narrativa, no entanto, também apresenta algumas limitações, como apontam Jovchelovitch e Bauer (2002), dentre as quais duas se destacam: primeiramente, a comunicação estratégica do informante o qual possui expectativas sobre as possíveis expectativas do entrevistador e, segundo, a existência de regras para a entrevista narrativa; estas regras podem se mostrar irrealistas nos diversos contextos em que são utilizadas e a maior presença de questionamentos por parte do entrevistador pode colocar em questão até mesmo a noção de entrevista narrativa, dando margem à caracterização da mesma simplesmente como uma entrevista semi-estruturada.

1.4.5 Procedimentos de Coleta e Análise de Dados

Apresentações e explicações foram fornecidas às mães, em suas próprias moradias, as quais foram contactadas previamente via um intermediador do próprio grupo de pesquisa do qual o autor deste estudo faz parte. O intuito dessas apresentações e explicações iniciais foi fazê-las entender melhor o trabalho em desenvolvimento, bem como encorajá-las a participar da pesquisa. Após o consentimento informado das participantes (ver Anexo A – Termo de Consentimento Informado), as mães responderam, individualmente, ao questionário sócio-demográfico ao qual se seguiram as entrevistas orais (também individualmente) que foram gravadas por um aparelho eletrônico e transcritas literalmente. Observe-se que o roteiro de entrevista foi utilizado apenas como um parâmetro pelo pesquisador, para que o mesmo avaliasse as áreas abordadas pelas participantes durante a coleta de dados e ancorasse perguntas estratégicas em pontos específicos das narrativas trazidos pelas próprias participantes. Consequentemente, o referido roteiro não foi utilizado para um questionamento direto das participantes.

As entrevistas ocorreram sempre em dias, locais e horários escolhidos pelas participantes. Mais especificamente, as entrevistas aconteceram em salas de duas Organizações Não-Governamentais e em um salão paroquial, todos situados nas proximidades da comunidade de Novos Alagados, no Subúrbio Ferroviário de Salvador. Ressalte-se que ocorreu mais de um encontro entre participante e pesquisador, com o intuito de se explorar a narrativa central e aprofundar aspectos relevantes para os objetivos da pesquisa.

Lieblich, Tuval-Mashiach e Zilber (1998) propõem um modelo para a classificação e organização de tipos de análise de narrativas compostos por duas dimensões: abordagem *holística* versus *categorial* e a segunda, *conteúdo* versus *forma*. Haja vista os propósitos do presente estudo, a perspectiva ‘conteúdo-categorial’ foi a mais apropriada para a leitura, interpretação e análise das narrativas: essas histórias foram divididas em partes e seções pertencentes a uma determinada categoria, partes estas que foram coletadas do corpo geral dos vários ‘textos’ do grupo de participantes. Essas seções foram submetidas à análise de conteúdo, sob uma perspectiva hermenêutica, portanto, qualitativa.

Quatro passos básicos fundamentais foram dados nesta etapa da pesquisa:

- Selecionar subtópicos – com base no problema de pesquisa, seções relevantes foram marcadas e reunidas, formando subtópicos, uma espécie de “universo de conteúdo da área estudada” (Lieblich et al., 1998, p. 112). Mais especificamente, esses subtópicos continham *episódios* narrativos que envolviam eventos de disrupção e reconstrução do sentido de si

mesmo. Após esta organização inicial dos dados, na qual os principais episódios a serem posteriormente analisados foram destacados, as participantes foram consultadas a respeito da validade da organização inicial dos dados e da relevância dos episódios selecionados²⁰. O objetivo, aqui, foi organizar os dados e fundamentar os passos seguintes da análise;

- Destacar eventos dentro de episódios – unidades (palavras, sentenças ou grupos de sentenças) do subtexto foram organizadas em uma sequência temporal, compondo, assim, eventos que integraram o episódio maior narrado. Dessa forma, *aspectos* de cada episódio puderam ser analisados separada e minuciosamente, vindo a ser relacionados entre si posteriormente. Esta organização textual fundamentou a posterior organização da estrutura interna de cada um dos dois capítulos de análise e discussão dos dados, como descrito a seguir.

- Analisar os dados, relacionando as partes dos eventos entre si e explorando os processos aí implicados – de acordo com a articulação dos principais conceitos teóricos que embasam este estudo, buscou-se aqui uma compreensão da dinâmica de integração do evento traumático à construção do senso de continuidade de dimensões do si mesmo, considerando-se os processos de emergência e mediação semiótica no espaço do *self* dialógico. Com relação a essa etapa do processo de *análise*, ver últimos parágrafos da seção de fundamentação teórica, os quais expõem a articulação dos principais conceitos, com destaque para a representação gráfica de tal articulação.

- Discutir os resultados – a compreensão resultante dos processos supramencionados, oriunda da análise sistemática dos dados que compõem os episódios e seus aspectos internos, foi articulada com a literatura teórica atual a respeito da problemática *continuidade/estabilidade* versus *ruptura/mudança* nos estudos do *self*, bem como aos mecanismos semióticos aí implicados. Buscou-se, neste ponto, fazer avançar a discussão teórica relacionada aos construtos aqui articulados, refinando os mesmo em níveis cada vez mais abstratos e generalizados.

- Rediscutir achados com participantes - alguns aspectos dos resultados finais foram discutidos com as mães participantes do estudo.

Assim, de tal processo de análise e discussão, resultou que cada um dos dois capítulos ficou composto, em linhas gerais, por: (a) uma *seção introdutória*, acerca da trajetória de vida da participante, a partir de seu próprio ato dialógico-narrativo junto ao pesquisador; (b) a

²⁰ Neste estudo, episódios narrados são diferenciados de episódios performados. Os primeiros se referem a episódios memorados pela participante durante suas interações com o pesquisador; os segundos constituem episódios experienciados durante a interação da participante com o pesquisador.

análise dos episódios dialógico-narrativos selecionados e seus aspectos internos, sendo tal análise acompanhada pela *discussão teórica* dos achados e (c) um *sumário dos principais achados* do caso que integra o capítulo.

Algumas observações sobre a análise dos dados precisam ser apontadas aqui. Primeiramente, os mediadores semióticos expressos pelas participantes foram rotulados pelo pesquisador, com o intuito de simplificar a apresentação escrita deste estudo. Por exemplo: no caso de Helena (episódio 2), os signos expressos pela participante “na vinda do senhor, . . . ele vai ressuscitar todos os mortos. . . . Quem fez coisas boas, continuarão vivos e quem fez coisas mal, morrerá pra sempre” foram rotulados como *regras da salvação espiritual*.

Um procedimento semelhante foi estabelecido com as posições de Eu. Assim, a posição de Eu *pessoa forte* foi escrita à esquerda da seguinte transcrição: “Tem hora que dá aquelas crises de choro, eu choro, choro, choro, depois, aí, parece que um negócio me levanta assim, *eu fico forte e sigo em frente. Sou assim.*” Tais rótulos são, dessa forma, resultado de inferências do pesquisador a partir dos conteúdos expressos.

Ao longo de todo o corpo do texto, termos destacados com aspas (“ ”) se referem literalmente àqueles usados pelas próprias participantes, ao passo que aqueles destacados em *itálico* são paráfrases, feitas pelo pesquisador, dos discursos das participantes. Ademais, certos argumentos do pesquisador durante as análises são ilustrados por transcrições literais das falas das participantes entre parênteses.

1.4.6 Considerações Éticas

O presente estudo se encontra de acordo com os parâmetros éticos estabelecidos no Código de Ética Profissional do Psicólogo, através da Resolução CFP N° 011/97 de 20 de Outubro de 1997 estabelecida pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 1997); encontra-se, ainda, de acordo com as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos aprovadas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS, 2012), através da Resolução CNS N° 466/12 de 12 de dezembro de 2012.

Assim, este estudo visa à produção de conhecimentos que podem vir a contribuir para a prática profissional (no presente caso, de profissionais que trabalham em instituições de atenção psicossocial a familiares de vítimas de morte violenta); foi, ainda, instruído de um protocolo contendo objetivos, justificativa, procedimentos e salvaguardas éticas a respeito do consentimento, bem como dos limites do uso das informações adquiridas na pesquisa. Foi garantido o caráter voluntário da participação das entrevistadas, as quais foram informadas

sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa, além de ter sido assegurada a confidencialidade a respeito das informações fornecidas e a liberdade para cada participante abandonar o processo quando quer que desejasse. Foi oferecido, ainda, serviço psicoterapêutico às participantes, caso as mesmas desejassem e ainda não o tivessem, através do serviço de psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia - IPS-UFBA.

PARTE II

CAPÍTULO 2
ESTUDO DE CASO - REBECA

Capítulo 2

Estudo de Caso - Rebeca

“Forte eu já provei a Deus que eu sou, graças a Deus!”

(Rebeca)

“Sabe por que é que eu não purgo remorso? Acho que o que não deixa é minha boa memória. . . . Teve grandes ocasiões em que eu não podia proceder mal, ainda que quisesse. Por que? Deus vem, guia a gente por uma légua, depois larga. Então, tudo resta pior do que era antes. Esta vida é de cabeça-para-baixo, ninguém pode medir suas perdas e colheitas. Mas conto. Conto para mim, conto para o senhor.”

João Guimarães Rosa (2001, p. 194)

“Forte como a paz.”

João G. Rosa (2001, p. 394)

2.1 Trajetória Pessoal

A participante aqui denominada Rebeca nasceu em 1970, na cidade de Salvador, Bahia. À época em que participou neste estudo, Rebeca tinha 41 anos de idade e trabalhava como ajudante de serviços gerais em uma unidade pública de saúde. A participante morava com dois de seus filhos em Plataforma, no Subúrbio Ferroviário de Salvador e a principal fonte de renda da família era seu salário, bem como a renda informal dos filhos, os quais faziam trabalhos temporários.

Tendo convivido com seus pais até os 15 anos de idade, ela relata que este período foi marcado por muito sofrimento devido à condição de extrema pobreza na qual sua família viveu, pelas periferias da cidade de Salvador. Faz-se importante ressaltar que este mesmo período teve dois aspectos avaliados como muito positivos por Rebeca em sua narrativa: a liberdade de brincar muito e os cuidados e carinhos dispensados a ela por sua mãe. Estes dois aspectos positivos foram ressaltados pela participante justamente quando a mesma comparou sua infância com a vida após os 15 anos de idade (quando ela constituiu família, ao engravidar de seu primeiro filho, *Valter*, que nasceria no ano seguinte) e, principalmente, com o fato de ter perdido três filhos por motivo de homicídio:

“Pra mim, o Natal acabou. Hoje mesmo, eu tava falando: o natal era bom pra mim quando eu era criança. Eu era feliz e não sabia. [Eu] tava até comentando hoje, lá em casa, com minha nora. Quando eu era criança, eu não tinha nem roupa pra vestir, nem sandália, nem nada. Minha mãe tinha uma vida difícil. . . . Mas, naquela época, eu lhe digo, ao senhor: eu era feliz e não sabia. Agora, hoje em dia, não tem Natal, pra mim. Hoje em dia, quando chega Ano Novo, eu me tranco!”

Até os 22 anos de idade, Rebeca viveu com um esposo que foi avaliado por ela como negligente e violento, fato este que, segundo a participante, contribuiu decisivamente para a entrada de seus filhos no mundo do crime. Rebeca relatou que os filhos ficavam em casa sozinhos (em casa ou pela vizinhança), durante a maior parte do tempo, pois ela precisava trabalhar como doméstica durante a semana e seu esposo passava uma considerável parte do tempo fora de casa, retornando alcoolizado para casa na maioria das vezes.

“Quanto eu tinha filho pequeno, assim que eu ia trabalhar, já pensava em voltar pra casa. Eu era assim. Quando eu tinha filho pequeno, eu dormia de madrugada, pra deixar roupa lavada, pra deixar comida pronta. . . . Minha vida sempre foi isso aí.”

“Quem me ajudava? O pai, praticamente, não me ajudava em nada, que eu passei muita situação. . . . [Valter] nasceu desnutridinho e, naquela época, no posto de saúde, dava leite, dava tudo. Às vezes não tinha nada pra comer, fazia um leite pra [Valter] tomar meio dia, e tudo. Minha mãe, quando tinha, minha mãe me dava, porque o pai saía são e chegava bêbado! E, às vezes, eu arrumava uma faxina pra fazer.”

Rebeca atribuiu a revolta crescente manifestada pelos seus filhos como sendo resultante das agressões, infligidas pelo seu ex-marido, tanto contra ela (que eram constantemente testemunhadas pelos filhos), como contra os filhos.

“Ele [o cônjuge] batia muito nesse menino [Valter], botava de castigo, espancava o menino. . . . Às vezes, eu deixava ele tomando conta do menino, quando eu ia fazer alguma coisa, assim, na rua, ele maltratava o menino, botava o menino de castigo da hora que eu saía até de tarde. . . . Ele [o cônjuge] queria andar me batendo, o menino tinha medo e já começou a ir pra rua, pra procurar abrigo de pessoas que gostasse [dele]. . . . Mas logo cedo [por volta dos 15 anos de idade] se envolveu com droga.”

“Um dia que [marcou, foi quando] ele [cônjuge] bateu na mão desse menino [Valter] de martelo, do cabo do martelo. . . . O menino era pequeno, pequenininho, assim. Na certa, ele [Valter] desobedeceu, né, alguma coisa. Eu não tava em casa, não. Valter tinha, mais ou menos, uns três ou quatro anos. Era pequeno! . . . Eu soube porque o menino falou. . . . Na época, eu não tinha experiência. Se eu tivesse experiência, eu tinha ido lá na delegacia e tinha dado queixa dele”.

“Se o pai tem um filho, por exemplo: já não tem uma roupa, não tem um sapato, não tem um alimento, [e o pai] só quer saber de espancar os filhos, o que é que os filhos vai crescer? . . . Ele espancava os filhos, batia demais nos filhos! O que é que esse menino ia aprender da vida? Ele só ia partir por lado errado! . . . Muita revolta! Era tudo [filhos] revoltado!”

Nesse período de sete anos (dos 15 aos 22 anos de idade) durante o qual Rebeca conviveu com seu ex-marido, ela teve mais quatro filhos. Aos 22 anos de idade, após o nascimento de *Leonardo* (seu quinto filho), Rebeca se separou do primeiro esposo, e, no ano seguinte, deu à luz *Alexandre*, filho de sua segunda relação estável.

Aos 24 anos de idade, Rebeca e seu primeiro esposo se reconciliaram, ela teve o seu sétimo filho e, alguns meses depois, separaram-se definitivamente. Quando Rebeca completou 33 anos de idade, Valter foi assassinado. Aos 40 anos, a participante perdeu Alexandre e Leonardo mortos em abril e novembro de 2010 respectivamente.

2.1.1 As Perdas

Tendo uma infância marcada por muita violência no âmbito doméstico, Valter saiu de casa para morar com conhecidos por volta dos 9 anos de idade, devido aos maus-tratos infligidos pelo pai, de acordo com o relato de Rebeca.

Apesar de Valter já consumir e traficar drogas ilícitas antes dos 15 anos de idade, Rebeca relatou que o filho não havia se envolvido com *crimes graves* como roubar, assaltar ou matar, por exemplo. Valter foi assassinado aos 18 anos de idade, devido a um desentendimento que ele teve com a namorada de um traficante, o qual alvejou Valter em uma emboscada, segundo Rebeca. Ao refletir sobre a impunidade dos autores do crime, Rebeca expressou uma descrença nas instituições responsáveis pela segurança pública, descrença esta também expressa por Helena (ver Capítulo 3).

Com relação a Alexandre, assassinado aos 17 anos de idade, Rebeca relatou que o mesmo se envolveu com a criminalidade de maneira repentina. Embora a participante tivesse sido avisada sobre suspeitas de que Alexandre estava se envolvendo com práticas criminosas, ela relatou que o referido filho sempre negou estar envolvido em tais práticas. Rebeca considerava Alexandre um jovem extremamente educado e carinhoso, o que dificultava a aceitação da morte do filho:

“Tem horas que, quando acontece isso, eu não consigo acreditar! Não consigo acreditar! Eu achava que ele ia ser o filho mais perfeito, do jeito que ele tinha uma educação, só você vendo! . . . Todo mundo falava bem desse menino. E tem hora que eu não acredito! Foi de uma hora pra outra que aconteceu isso!”

Segundo Rebeca, Alexandre havia se envolvido com drogas, porém foi morto porque estava em companhia de um amigo dele que já estava “jurado de morte” por ter ameaçado um policial. Assim, Alexandre teria sido assassinado para não testemunhar contra os autores do homicídio do amigo.

No que diz respeito a Leonardo, Rebeca relatou que o mesmo ficou muito doente após o nascimento, vindo a ter uma “infância normal”, no entanto. A participante descreveu

Leonardo com um jovem muito engraçado, que a ajudava com algumas tarefas domésticas e que tinha o costume de imitar pessoas conhecidas da família e artistas. Já na adolescência, Leonardo começou a fumar maconha, passando a comercializar drogas desde muito jovem; ao ser detido pelo tráfico de drogas ilícitas, Leonardo chegou a ser agredido violentamente por policiais, segundo Rebeca. Aos 18 anos de idade, Leonardo foi assassinado, sendo esta a morte que Rebeca menos compreendeu, pois ela não sabia os motivos exatos pelos quais o crime tinha sido cometido - ela acreditava, no entanto, que ele havia sido “marcado para morrer” por policiais. A participante relatou ter experienciado níveis extremos de sofrimento devido à morte de Leonardo, sofrimento este que vinha diminuindo gradativamente.

Rebeca relatou ver *vultos* em sua casa, os quais seriam de seus filhos; além disso, a mãe de um amigo de Valter disse que o filho dela tinha visto o espírito de Valter no campo onde eles jogavam futebol. Com relação àquelas supostas manifestações espirituais, duas explicações foram fornecidas a Rebeca por outros sociais relevantes: de um lado, evangélicos teriam lhe dito que as aparições eram a manifestação do Diabo; de outro, espíritas teriam lhe explicado que o espírito de cada um de seus filhos ainda não tinha aceitado a morte prematura, ficando, assim, cada um deles apegado ao *mundo terreno*. Dessas explicações, Rebeca adotou a segunda como verdade.

A participante disse ter se tornado uma pessoa mais isolada e com uma visão de mundo mais pessimista após as perdas dos filhos. No entanto, como forma de tentar superar o sofrimento pelas perdas, ela procurava cultivar sua alegria junto às pessoas mais próximas, além de acreditar que Deus já estava lhe ajudando (e continuaria a lhe ajudar) a superar a dor das perdas.

2.1.1.1 As informações sobre os homicídios. Ao longo dos diálogos com o pesquisador, Rebeca não falou sobre seu último encontro com cada um dos filhos vítimas de homicídio, como o fez Helena, mas relatou os momentos nos quais ela recebeu as notícias de cada falecimento. No caso de Valter e de Leonardo, as notícias chegaram por telefone, enquanto que Rebeca soube da morte de Alexandre através de um programa de rádio.

“Como ele [Alexandre] frequentava centro [educacional], jogava futebol e estudava, eu achava, um futuro melhor pra ele, que ia ser do futuro dele. Mas, infelizmente...”

“Eu dizia a ele: ‘Você vai ser jogador de futebol! Brevemente vou ver você lá no estrangeiro!’, dizia com ele.”

“Os outros diz que é ruim, que só vê miséria no rádio. Mas se não fosse através do rádio, eu não ia saber que ele [Alexandre] tinha falecido. Chegou uma moça lá [na casa de Rebeca] . . . e disse: A polícia chegou na casa de [nome do amigo de Alexandre com quem este morava] e levou gente. Aí meu coração já ficou... Aí, eu escutando a rádio, [e foi veiculada] que no bolso dele [um jovem encontrado morto naquela manhã] só tinha esse cartão [de usuário do sistema de saúde]. Achou o cartão mas não disse o nome. Disse: ‘Eu não vou dizer o nome, que possa ser que ele [jovem encontrado morto] não

seja o dono do cartão'. Aí, pronto! Aí, eu pressenti logo o que foi. . . . Liguei para o pai dele, o pai dele foi [no Instituto Médico Legal] e resolveu tudo.”

“Quando falou [no rádio] da tatuagem, que tinha tatuagem – e ele [Alexandre] tinha uma tatuagem assim no braço, escrito assim: ‘Só Deus julga’ – aí eu já sabia.”

2.2. Episódios Analisados

Ocorreram três encontros entre participante e pesquisador, sendo que o primeiro consistiu na apresentação do pesquisador a Rebeca, em uma conversa informal e na apresentação do estudo para Rebeca.

No segundo encontro, após fornecer alguns dados sócio-demográficos, Rebeca foi convidada a narrar sua experiência como mãe de filhos que haviam sido vítimas de homicídio. Assim, a participante iniciou sua narrativa abordando sua relação conjugal com o ex-marido, principalmente no que tange à violência física infligida tanto a ela, quanto aos próprios filhos pelo ex-cônjuge. O que se seguiu, nos cerca de 40 minutos seguintes, foi uma narração na qual muitos assuntos foram abordados de maneira rápida, estando quase todos relacionados, direta ou indiretamente, às trajetórias dos filhos no mundo do crime e às suas respectivas mortes, bem como sua dor como mãe diante de tais fatos (ver Quadro 2). Em seguida, após pesquisador e participante combinarem os detalhes do encontro subsequente, Rebeca expressou interesse em continuar o diálogo ainda naquele primeiro encontro, abordando o assunto que viria a integrar o primeiro episódio analisado: o fato de ela ser “uma pessoa forte”, diferentemente do que algumas pessoas que testemunharam seu comportamento durante os funerais e enterros de seus filhos tinham sugerido (“uma pessoa sem sentimentos”).

No terceiro encontro, Rebeca relatou mais detalhadamente as circunstâncias de morte dos três filhos, as repercussões do comportamento violento e negligente do ex-esposo no desenvolvimento dos filhos, sua visão de mundo após as perdas, seus conflitos com os filhos devido ao comportamento agressivo dos mesmos e a visão espírita a respeito das mortes supostamente prematuras dos filhos.

O Quadro 2 mostra os principais assuntos abordados pela participante, na sequência em que os mesmos apareceram nos diálogos com o pesquisador. Em todos estes relatos, a participante descreveu os acontecimentos e expressou opiniões sobre os mesmos através de um discurso marcado por elevados níveis de dor, revolta e *certeza* (como, por exemplo, “Deus sabe da força de cada um” e “Sou um tipo de uma mãe que eu observo tudo. . . . Eu não fecho o olho pra fingir de conta que não tô vendo”). No entanto, dois daqueles momentos de diálogo com o pesquisador foram marcados por algum nível de ambivalência e tensão: o primeiro ocorreu quando Rebeca abordou o fato de ser uma “pessoa forte”, em contraposição à caracterização de “pessoa sem sentimentos”, tal qual havia sido expressa por conhecidos que a viram agir *naturalmente* durante os funerais dos filhos; o segundo momento, marcado por uma certa ambivalência, ocorreu quando Rebeca narrou a ocasião na qual ela havia

denunciado um de seus filhos à polícia, bem como a repercussão de tal ato na relação *atual* dela com um dos filhos vivos, o qual apresentava ocasionalmente comportamentos agressivos no ambiente doméstico. A partir dos objetivos deste estudo, estes foram os dois episódios escolhidos para análise e discussão do caso de Rebeca, cujas localizações nos diálogos estão indicadas em sublinhado no Quadro 2, o qual se encontra integralmente na página seguinte.

ENCONTRO	ASSUNTOS ABORDADOS NO ENCONTRO
Segundo	<ul style="list-style-type: none"> - Relação conjugal com ex-marido, marcada por negligência e violência. - Conflitos dos filhos com policiais. - Sofrimento devido às perdas. - Relação conflituosa dos policiais com a comunidade. - Sofrimento devido à trajetória dos filhos no mundo da criminalidade. - Situação dos filhos vivos. - As ocasiões das mortes dos filhos. - Seu desempenho como mãe. - A entrada dos filhos no mundo da criminalidade. - As ocasiões das mortes dos filhos. - Conflitos dos filhos com policiais. - As ocasiões das mortes dos filhos. - <u>Característica pessoal marcante: ser extrovertida e forte.</u> - Relação conjugal com ex-marido, marcada por negligência e violência. - <u>Característica pessoal marcante: ser extrovertida e forte.</u>
Terceiro	<ul style="list-style-type: none"> - As ocasiões das mortes dos filhos. - Relação conjugal com ex-marido, marcada por negligência e violência. - Visão de mundo atual (pessimista). - Fenômeno de aparição do espírito dos filhos mortos. - <u>Conflitos com os filhos devido ao comportamento agressivo dos mesmos e o dilema relacionado a denunciar os próprios filhos à polícia.</u> - Fenômeno de aparição do espírito dos filhos mortos. - Sofrimento como predestinação. - <u>Característica pessoal marcante: ser extrovertida e forte.</u> - As ocasiões das mortes dos filhos. - Relação conjugal com ex-marido, marcada por negligência e violência. - As ocasiões das mortes dos filhos. - Sofrimento devido às perdas. - Seu desempenho como mãe. - Visão de mundo atual (pessimista). - Seu desempenho como mãe. - Fenômeno de aparição do espírito dos filhos mortos. - Deus como fonte de força. - Situação dos filhos vivos.

Quadro 2. Assuntos abordados por Rebeca em dois encontros, na sequência em que os mesmos apareceram nas respectivas entrevistas.

O episódio aqui intitulado *Síntese pessoal de uma posição de eu forte* envolveu a elaboração, por parte de Rebeca, de uma compreensão ampla e satisfatória de sua própria condição no mundo. Como fundamento de tal elaboração, observou-se a construção de uma

dimensão de si caracterizada por sua força em ter enfrentado de maneira tão eficiente as *adversidades impostas pela vida*, cujo extremo foi o assassinato de três de seus filhos.

Já no episódio nomeado como ‘*Denúncia do próprio filho (Valter) à Polícia*’ como *uma Síntese Pessoal*, Rebeca refletiu sobre a decisão de denunciar seu filho Valter (que seria assassinado anos depois) à polícia e de como tal decisão repercute atualmente em sua relação com outro filho que, assim como Valter, também manifesta comportamentos agressivos em casa. A participante expôs, assim, processos de tomada de decisões em dois momentos distantes no tempo, mas cujas *sínteses semióticas*, apesar de completamente diferentes, se configuraram como o resultado de um processo complexo mais generalizado.

Estes dois episódios foram destacados da história narrada por Rebeca e analisados separadamente, sendo que ligações entre os mesmos e a narrativa geral foram feitas sempre que necessário, com vistas a uma melhor compreensão dos processos especificamente envolvidos no episódio analisado. Segue-se, na próxima subseção, a análise dos processos semióticos implicados na construção de uma dimensão central do *self* dialógico de Rebeca.

2.2.1 A Síntese Pessoal de Uma Posição de Eu ‘Forte’ ao Longo de Uma Trajetória de Vida Marcada por Sofrimento Intenso

Como já mencionado, Rebeca *descreveu* diversos eventos relacionados à sua vida conjugal e à sua experiência materna ao longo dos 40 minutos iniciais de diálogo com o pesquisador. Ao final desta parte do encontro, o pesquisador percebeu que a participante havia *concluído* sua narrativa e, assim, propôs a conclusão daquele encontro, solicitando à participante que a mesma refletisse sobre alguns aspectos específicos daqueles eventos nos dias seguintes, com o intuito de explorar tais reflexões no encontro subsequente.

Entretanto, Rebeca interrompeu o pesquisador dizendo-lhe que gostaria de falar sobre algo naquele momento: “Não, eu vou lhe dizer logo um pouquinho, aqui.” Como pode ser visto no Quadro 3, a participante buscou externalizar uma compreensão de sua *força para enfrentar tanta dor na vida*, bem como as razões pelas quais ela havia passado por *tudo aquilo*.

Os elementos específicos do episódio aqui analisado (característica pessoal central, bem como a explicação da gênese daquela característica pessoal central e do sofrimento pessoal) foram selecionados a partir de trechos sequenciais localizados próximo ao final da primeira entrevista narrativa e foram transcritos na ordem em que os mesmos apareceram na narração original. Os principais signos que daí emergiram se relacionaram tanto com a

construção de uma posição de eu relativamente central, bem como com o agente catalisador de tal construção.

No quadro a seguir, os referidos signos emergentes se encontram sublinhados, na coluna à direita; as principais posições de eu envolvidas no referido processo, na coluna à esquerda; a seta dupla entre as posições de eu indica o caráter dialógico da relação estabelecida entre a participante no momento de sua fala, i.e., entre a participante em um determinado posicionamento pessoal, de um lado, e o Outro social relevante com o qual a posição de eu interna *dialoga*, do outro. Por exemplo, na primeira linha do referido quadro, a noção de si mesma como *pessoa sem sentimento* é enunciada por Rebeca no momento da entrevista junto ao pesquisador, mas, de fato, os signos relacionados a tal noção (“Quando um filho morre, parece que eu não tenho sentimento”) emergem da atualização de interações prévias entre a participante e Outros sociais relevantes (nomeados por ela mesma como “os outros”).

POSIÇÕES DE EU	SIGNOS MEDIADORES
<ul style="list-style-type: none"> ● Eu-Pessoa Forte ↔ Conhecidos (“os outros”) 	<p>Não, eu vou lhe dizer logo um pouquinho, aqui. <u>Tem hora que eu nem me entendo</u>. Por isso eu digo ao senhor que eu sou uma pessoa forte. Por incrível que pareça... É por isso que os outros dizem que <u>quando um filho morre, parece que eu não tenho sentimento</u>. Eu não sei porque... Eu acho que é <u>coisa de Deus</u>.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● Eu-Pessoa Forte ↔ Eu-Mãe+Pai 	<p>Porque eu sou mãe e sou pai, então <u>tenho que ter uma cabeça que funcione para fazer as coisas</u>. <u>Eu não dou ataque</u>. Tem hora que dou aquelas crises de choro, e paro. <u>E vou pra frente, tomar conta do que posso fazer, do sepultamento e tudo!</u> <u>Eu não dou crise, nunca desmaiei, nem nada, não!</u> É por isso que estou dizendo que eu sou forte! . . . Às vezes, que tá lá no caixão, que dou umas crises de choro, quando vai enterrar. <u>Eu sou firme, assim, tem hora que nem eu me entendo!</u> . . . <u>A minha cabeça fica ali, só pra aquilo ali</u>. Se eu sou mãe e sou pai, e <u>tenho que resolver tudo? Eu tenho que ter uma cabeça!</u> <u>Porque eu não tenho ninguém por mim. Eu mesmo que tenho que resolver minhas coisas!</u> Nesse ultimo sepultamento, do último menino, [nome de uma amiga], juntou todo mundo, aí mandou a moça da funerária, ela andou junto comigo, pra tudo... <u>E eu ali, ó! Sozinha ali, e Deus</u>. Eu sou forte! <u>Nunca dei ataque, nunca desmaiei, essas coisas, não.</u> . . . <u>Sigo ali em frente</u>.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● Eu-Pessoa Forte ↔ Deus 	<p>Tem hora que dá aquelas crises de choro, eu choro, choro, choro, depois, aí, <u>parece que um negócio me levanta assim</u>, eu fico forte e sigo em frente. <u>Sou assim</u>. Não fico assim, me</p>

	derramando, deitada, deprimida, porque aconteceu... Tudo bem: '[falo que] dá vontade de morrer, de não existir mais! Por que aconteceu isso? Eu queria meu filho vivo!'. <u>[Mas] eu não posso deixar o cadáver dentro da minha casa pro resto da vida</u> , porque tá morto e eu não quero me livrar. <u>Vai ter que enterrar mesmo... Fazer o quê? Eu peço força a Deus!</u> [PESQUISADOR (P.): E você atribui essa força a quê?] Eu peço <u>minha força</u> , assim, eu acho que é Deus que me dá.
● Eu-Pessoa Forte ↔ Outros Filhos	[P.: E por que você acha que você é forte?] Eu também tenho os outros filhos também, né? Eu penso nisso. Tenho meu filho caçula. Porque <u>se eu morrer, quem vai cuidar de meus outros filhos?</u> . . . Por isso que eu to dizendo ao senhor que eu sou muito forte!
● Eu-Pessoa Forte ↔ Deus	Mas, Deus que dá <u>força</u> . Deus não dá... <u>Deus dá o frio conforme o cobertor</u> .
● Eu-Pessoa Forte ↔ Conhecidos	Às vezes... Tem hora que... <u>Tem hora que...</u> Eu não vou mentir para o senhor: <u>eu não acredito!</u> Tô sendo sincera! Eu sou sincera! Tem hora que todo mundo diz assim: 'Ah, Deus dá o frio conforme o cobertor. Se Deus viu que ia acontecer <u>isso</u> na sua vida, é porque <u>você tinha que aguentar?</u> ' <u>Tem hora que fico acreditando, tem hora que não, que não acredito, tem hora que eu tô com a mente que eu não sei nem mais o que pensar.</u>
● Deus ↔ Mãe Enlutada	[P.: Por que tem hora que você não acredita?] Porque... Sei lá... Se eu dissesse que Deus vai dar um sofrimento desse a mim?!? Sei lá, eu penso assim, sei lá! <u>Como é que Deus vai dar um sofrimento a um ser humano? Porque <i>aguenta?!?</i> Aí, nessa parte aí, eu fico <u>confusa, não sei nem em que acreditar.</u></u>
● Eu-Pessoa Forte ↔ Espiritismo	O centro espírita, o senhor sabe, né? Que <u>tem a vida depois da morte</u> , e que não sei. . . . E quando vc passa um sofrimento desse de <u>morte de filho</u> <u>eu não sei se aquilo é verdade, ou é mentira...</u> se eu vim pro mundo pra passar <u>aquilo mesmo</u> . Que o centro espírita tem isso, sabe?
● Eu-Pessoa Forte ↔ Protestantismo	<u>Mas na igreja de crente, não. . . . Se é verídico mesmo aquele negócio, se não é, <u>nem sei o que pensar!</u></u>
● Eu-Pessoa Forte ↔ Conhecidos	[P.: Me chamou a atenção você falar que, às vezes, não acredita [no ditado popular <i>Deus dá o frio conforme o cobertor</i>]. Quando é que você não acredita? E por quê? Porque... Uma fatalidade dessa acontece na minha vida! . . . Eu não entendo não, moço. Eu não sei o que entender! Tem hora que diz que <u>a gente veio no mundo pra passar por certas experiências, pra gente provar a Deus até quando é que eu sou forte. <u>Tem hora que eu não acredito.</u></u>

<ul style="list-style-type: none"> ● Eu-Pessoa Forte ↔ Deus ● Eu-Pessoa Forte ↔ Amigos 	<p><u>Forte</u> eu já provei a Deus que eu sou, graças a Deus! Eu tenho muitos amigos bom, que eu só tenho amizade boa. Ele <u>me dá força</u>, aquele lá de cima. E minhas amizades me dá uma palavra de carinho, me dá uma palavra de conforto. Isso torna a pessoa ser <u>forte</u>!</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● Eu-Pessoa Forte ↔ Conhecidos 	<p>. . . [P.: E vc acha justo uma pessoa passar o que você passou pra se mostrar forte para Deus?] Não. Não acho não. Mas como diz, <u>todo mundo tem uma prova pra passar aqui</u>, né? Quem sou eu pra dizer alguma coisa? <u>Todo mundo não tem uma prova pra passar?</u> Eu já tô passando a minha desde quando eu nasci. Já venho passando minha prova e até hoje eu tô passando! Até quando, só Deus é quem sabe.</p>

Quadro 3. Construção semiótica de uma posição de eu central e relevante (Eu-Pessoa Forte) por Rebeca, ao longo da busca por significados acerca de seu sofrimento.

Um aspecto central do trecho transcrito acima é o processo de construção de uma instância relevante do self da participante: a sua posição como uma pessoa forte. Em contraste com a suposta posição de *pessoa sem sentimentos*, sugerida por seus conhecidos, o *Eu-Pessoa Forte* teria sido o resultado da ação de Deus sobre a vida de Rebeca. Assim, sintetizar uma posição *Eu-Pessoa Forte* coerente e satisfatória poderia capacitá-la a contornar tal ambivalência, ao bloquear a emergência e possível dominância da posição *pessoa sem sentimentos*. Mas houve também, em certa medida, uma falta de compreensão, por parte de Rebeca, das razões que a faziam ser tão forte: “Tem hora que eu nem me entendo. Por isso eu digo ao senhor que eu sou uma pessoa forte. . . . Os outros dizem que quando um filho morre, parece que eu não tenho sentimento. . . . Acho que é coisa de Deus”. Tal apresentação errática de si pode ser vista como uma espécie de epígrafe para o que estava por vir nos minutos seguintes de narração.

A segunda fonte de força para Rebeca se apresentar como uma pessoa forte foi a sua posição de *mãe e pai simultaneamente*. Ela considerou sua necessidade prévia de criar seus filhos praticamente sozinha como um fato que propiciou o desenvolvimento de habilidades necessárias para controlar seus afetos, pensamentos e comportamentos, com o objetivo de atender às necessidades imediatas de cada situação experienciada (no presente caso, o funeral de um filho foi destacado). Vale ressaltar aqui o fato de que Rebeca constantemente se referiu a situações de funeral e sepultamento de um filho de uma forma generalizada e no tempo presente, como se fossem acontecimentos cotidianos, ao invés de experiências concretas e

específicas que ocorreram no passado: “Tem hora que dou aquelas crises de choro, e paro. E vou pra frente, tomar conta do que posso fazer”. Por outro lado, nesta mesma seção da narrativa há também o uso de memórias relacionadas com a experiência passada (educação dos filhos praticamente sozinha, assumindo simultaneamente os papéis de uma mãe e de um pai) para evidenciar, no presente, que sua *natureza forte* realmente existe.

O terceiro trecho da narrativa transcrita no Quadro 3 mostra tanto a incerteza revelada na primeira parte como a certeza apresentada na segunda. Porém, mais uma vez, a representação de Rebeca como uma pessoa forte - apesar dos momentos ocasionais de fraqueza - prevaleceu como uma característica central em seu repertório de posições de Eu, em uma experiência ainda mais dramática do que testemunhar o funeral de um filho, qual seja, assistir ao enterro do próprio filho.

A quarta e quinta partes do trecho se destacam no processo de reconstrução do *self* da participante. Logo após ter chegado a conclusões aparentemente definitivas relacionadas à questão do ser ou não ser forte, Rebeca duvidou dessas conclusões, questionando o mesmo instrumento semiótico (um ditado popular) que ela havia acabado de usar para cingi-las. Na quarta parte, o nível de certeza atingiu o seu ponto mais alto: ela incluiu seus filhos, que ainda estão vivos, como fatores que contribuíram para o seu *status* de pessoa forte, ela também afirmou, sem dúvida, que Deus fez dela uma pessoa forte e, finalmente, ela usou um ditado popular bem conhecido para ilustrar suas considerações sobre a questão. De acordo com tal ditado, Deus balanceia os problemas (e os seus resultados dolorosos) que ele inflige sobre os seres humanos de acordo com a força de cada indivíduo. Conseqüentemente, o fato de ter passado por tanta dor na vida pôde ser explicado pelo fato de que *Deus sabia que ela era forte o suficiente para enfrentar tudo aquilo*.

No entanto, no sexto e sétimo trechos do excerto transcrito, Rebeca permitiu a entrada de altos níveis de incerteza e ambivalência, quando disse não acreditar ocasionalmente naquele ditado popular, questionando, em seguida, a existência de ações divinas supostamente danosas. A discordância parcial do referido ditado popular por Rebeca permite a entrada de considerável nível de incerteza no sistema de signos que a participante utilizou para fundamentar sua *natureza forte* e, também, no repertório de posições envolvidos na questão de ter tido três filhos assassinados. Assim, a participante reconheceu que ela ainda não tinha atingido uma compreensão satisfatória da existência de um Deus supostamente tão ameaçador: “Como é que Deus vai dar um sofrimento a um ser humano? Porque *aguenta?!?* Aí, nessa parte aí, eu fico confusa, não sei nem em que acreditar”.

Ao longo dos últimos cinco trechos da transcrição, vê-se que Rebeca cedeu à incerteza: ela considerou o ponto de vista do espiritismo sobre o destino dos indivíduos e sobre a vida após a morte; ela também levou em consideração o ponto de vista protestante o qual é divergente do primeiro no que tange à predestinação; em seguida, a participante trouxe o conhecimento popular sobre as ações de Deus, segundo o qual uma das tarefas dos seres humanos seria provar sua força para Deus.

No penúltimo trecho do excerto aqui analisado, Rebeca reafirmou sua posição de Eu central, até então construída de maneira errática: “Forte, eu já provei a Deus que eu sou. . . . Ele [Deus] me dá força”. Esta afirmação, já próxima ao final de sua fala, indica que, de fato, a posição de Eu *pessoa forte* pode ser considerada uma síntese pessoal construída pela participante.

Ao adotarmos a definição de síntese como um fenômeno que “implica no processo de união de diferentes elementos em uma nova totalidade complexa” (Valsiner, 2002a, p. 255), podemos argumentar que a posição *eu-pessoa forte* é uma totalidade funcional semioticamente construída, com propriedades qualitativamente distintas das propriedades dos signos que a integram quando considerados isoladamente (ver discussão deste episódio). Ademais, as características da totalidade em questão foram agregadas a partir de um campo semiótico complexo e através da mediação de um elemento catalisador multiforme (*Deus*), como demonstrado nas subseções seguintes.

Quando o pesquisador, baseado nos questionamentos expressos por Rebeca até então, inseriu uma questão a respeito de quão justo seria ter que sofrer intensamente para provar a Deus que se é forte, Rebeca avaliou tal princípio como *não justo*, porém reinseriu incerteza na problemática, ao final do diálogo: “Mas, como diz, todo mundo tem uma prova pra passar aqui, né? Quem sou eu pra dizer alguma coisa?”.

Os esforços de Rebeca para construir significados a respeito de sua própria experiência de sofrimento teve como um de seus aspectos centrais a síntese de uma posição de Eu central, rotulada por ela de *pessoa forte*. Os principais elementos envolvidos nesta construção pessoal foram: as perdas traumáticas e o luto daí decorrente; sofrimento ao longo da vida; suas habilidades em fazer coisas de caráter prático (como contratar os serviços das empresas funerárias) após receber a notícia da morte de um filho; julgamento social negativo destas habilidades em tais situações; fontes de força pessoal e fonte de sofrimento.

Por outro lado, percebe-se aqui que um elemento central funcionou como mediador, *agindo sobre* outros elementos de uma determinada forma e *fornecendo* as condições necessárias para a emergência da síntese final (posição de Eu *pessoa forte*). Este elemento

central é aqui considerado como um signo catalisador de configuração complexa (*Deus*), o qual foi cultivado na cultura pessoal da participante de maneira idiossincrática, a partir das sugestões coletivas a respeito de tal elemento.

Tanto a configuração deste signo catalisador, quanto sua contextualização ao longo da síntese da posição de Eu central constituem os dois aspectos analisados neste episódio, os quais integram as subseções a seguir.

2.2.1.1 *Deus* como catalisador semiótico multiforme sugerido coletivamente e configurado individualmente. A idéia generalizada de um Deus onipotente, predominante no contexto sociocultural de Rebeca, foi cultivada por ela no âmbito do self como a principal fonte explicativa para eventos relevantes em sua vida. Assim, de acordo com ela, Deus havia lhe dado força durante toda a sua vida e que a ação d’Ele poderia explicar porque, no presente, ela cuida tão bem de si mesma, de suas roupas, é geralmente bem-humorada nas interações sociais, entre outras coisas, apesar de todas as dificuldades que ela havia enfrentado na vida. Dito isto, e com base na maneira enfatizada com que Rebeca afirmou que Deus tem lhe dado força, é plausível supor que o significado dominante imputado ao signo generalizado *Deus* foi *fonte de força*.

No entanto, Rebeca também atribuiu a Deus todo o sofrimento ao longo de sua vida, desde a pobreza extrema durante a infância até o comportamento violento de seu ex-marido, as perdas disruptivas e o doloroso processo de luto conseqüente:

“Eu não sei o que entender! Tem hora que diz que a gente veio no mundo pra passar por certas experiências, pra gente provar a Deus até quando é que eu sou forte. . . . Forte eu já provei a Deus que eu sou.”

“Mas como diz, todo mundo tem uma prova pra passar aqui, né? . . . Eu já tô passando a minha desde quando eu nasci. Já venho passando minha prova e até hoje eu tô passando! Até quando, só Deus é quem sabe.”

Assim, outro significado que pode ser considerado como sendo imputado por Rebeca ao signo generalizado *Deus* é *fonte de ameaça* (ao seu bem estar²¹), ainda que *fonte de força* predomine, de acordo com a participante. Por fim, ela reconheceu que só Deus sabe quando suas tribulações acabariam e talvez ela devesse aceitar tudo o que Ele havia planejado para ela, embora Ele também possuísse o poder para impedir que o sofrimento acontecesse.

O terceiro significado imputado ao signo *Deus* foi *fonte de força-e-ameaça*, através do uso do ditado popular *Deus dá o frio conforme o cobertor*, logo após Rebeca ter utilizado o ditado para ilustrar o significado *fonte de força*: “Deus que dá força. Deus não dá... Deus dá o

²¹ Alternativamente, pode-se pensar este significado imputado ao signo *Deus* como *fonte de sofrimento*.

frio conforme o cobertor.” A despeito de tal significado híbrido ser constricto pelo mais prevalente *fonte de força*, devido à incerteza de Rebeca acerca da exatidão daquele, *fonte de força-e-ameaça* representava e apresentava uma entidade divina onipotente que tanto ajuda aqueles que estão em necessidade, bem como impõe-lhes dificuldades, para que possam provar a sua força para ele. Quanto a Rebeca, *Deus* não só permitiu que ela sofresse muito, mas também *a fez sofrer*, fornecendo-lhe, por outro lado, a força necessária para superar a dor por Ele infligida. Este duplo papel supostamente desempenhado por *Deus*, codificado em um ditado, diferenciou essa qualidade imputada dos dois significados descritos anteriormente.

A Figura 4 mostra uma representação tríplice do agente catalisador *Deus* (invólucro maior, pontilhado), cujas principais qualidades imputadas por Rebeca, em sua narrativa, foram: fonte de força, fonte de ameaça e fonte simultânea de força-e-ameaça.

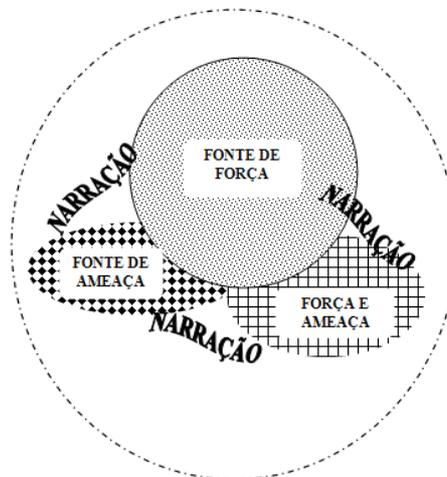


Figura 4. Representação gráfica tríplice do catalisador semiótico *Deus*.

Nesta representação do signo multiforme *Deus*, significados específicos nela imputados, a partir da experiência pessoal de Rebeca, compõem uma idéia pessoal de *Deus* com ênfase em algumas de suas características centrais para a participante.

Além disso, apesar de um dos significados promovidos coletivamente ter prevalecido (*Deus* como uma fonte de força), a participante também levou em consideração e enfatizou um significado não-promovido (*Deus* como fonte de ameaça), ao questionar o ditado popular *Deus dá o frio conforme o cobertor*: “Como é que *Deus* vai dar um sofrimento a um ser humano? Porque *aguenta?!?*”. Nesse sentido, a construção semiótica de Rebeca difere de outras que concordam totalmente com tal ditado e, por conseguinte, com a idéia difundida de

que só Deus conhece as razões de suas próprias ações, como foi, de fato, sugerido a ela por alguns de seus conhecidos.

2.2.1.2 O funcionamento catalisador do signo multiforme *Deus* através da contextualização de seus significados imputados. Ao tentar compreender e representar-apresentar um aspecto específico do seu *self* (*ser forte*, por ter superado situações extremamente difíceis), Rebeca contextualizou um signo multiforme construído intersubjetivamente. Três momentos desta atividade semiótica de construção do *self* podem ser discernidos, considerando-se como ponto de partida o contraste entre a posição de *Eu pessoa forte* e a visão de outras pessoas sobre ela, segundo a qual ela seria uma *mãe sem sentimentos*, principalmente devido ao seu comportamento nos funerais e enterros de seus próprios filhos.

Do ponto de partida mencionado no parágrafo anterior, Rebeca enfatizou inicialmente um aspecto específico do signo generalizado *Deus* (como fonte de força), a fim de explicar porque ela seria uma pessoa forte, isto é, alguém capaz de cuidar de tarefas práticas durante os funerais e enterros de seus filhos: “Eu acho que é coisa de Deus”; “Eu tenho que ter uma cabeça que funcione para fazer as coisas”; “E vou pra frente, tomar conta do que posso fazer, do sepultamento e tudo! . . . É por isso que estou dizendo que eu sou forte!” Tal ênfase na relação positiva entre Deus e a posição *pessoa forte* continuou nos dois minutos e 25 segundos seguintes de narrativa (correspondentes às quatro primeiras seções do trecho transcrito no Quadro 3), até quando ela introduziu o ditado popular *Deus dá o frio conforme o cobertor*, com o intuito de ilustrar, de forma generalizada, o fato de que Deus realmente ajuda aqueles que estão em necessidade, como tinha ocorrido com ela.

Porém, logo em seguida, Rebeca hesitou por um tempo e, refletindo sobre suas próprias crenças (“Eu não vou mentir para você. Sou uma pessoa sincera!”), apresentou uma visão mais pessoal sobre o assunto, expressando uma discordância parcial com relação ao referido ditado (ou, ao menos, com relação à sua primeira interpretação do mesmo). A participante fez, assim, emergir uma zona híbrida de significados, uma vez que o ditado expressaria tanto a benevolência de Deus para com os seres humanos (como uma fonte de força), bem como sua conivência com o - ou mesmo promoção do - sofrimento dos seres humanos (constituindo-se, assim, em uma ameaça ao bem-estar das pessoas). O resultado intermediário do processo, naquele momento, foi a emergência do signo *confusa*: “Como é que Deus vai dar um sofrimento a um ser humano? Porque aguenta?!? Aí, nessa parte aí, eu fico confusa, não sei nem em que acreditar”. Assim, o ditado funcionou de forma híbrida

(*fonte de força-e-ameaça*) como um significado imputado ao signo mais geral *Deus*, favorecendo a emergência da ambivalência experienciada pela participante.

Na conclusão da síntese da posição *Eu-Pessoa Forte*, o aspecto potencialmente ameaçador da idéia generalizada de Deus foi focalizado novamente pela participante. Assim, após contrastar duas visões institucionais sobre a questão da predestinação - principalmente no que diz respeito à possibilidade de pré-definição divina do sofrimento humano, para que as pessoas provem sua força a Deus - Rebeca, por fim, reconheceu sua submissão à vontade de Deus:

“Uma fatalidade dessa acontece na minha vida! . . . Eu não entendo não, moço. Eu não sei o que entender! . . . Forte, eu já provei a Deus que eu sou. . . . Mas como diz, todo mundo tem uma prova pra passar aqui, né? Quem sou eu pra dizer alguma coisa? Todo mundo não tem uma prova pra passar? Eu já tô passando a minha desde quando eu nasci. Já venho passando minha prova e até hoje eu tô passando! Até quando, só Deus é quem sabe”.

Neste sentido, o significado aqui imputado por Rebeca estava relacionado ao controle exercido por Deus sobre a vida humana - sendo a vida da própria participante uma sucessão de eventos carregados de sofrimento -, apresentando um Deus cujas ações podem eventualmente se transformar em uma ameaça à sua *força já comprovada*. Assim, pode-se supor que a frase final (“Até quando, só Deus é quem sabe”) passou a orientar o sistema de signos em direção a um futuro no qual experiências de sofrimento poderão ser compreendidas como mais eventos de provação estabelecidos por Deus.

A Figura 5 ilustra a síntese da posição de *Eu pessoa forte*, sintetizada a partir da ação do catalisador multiforme *Deus*, de acordo com as construções pessoais descritas acima. Rebeca, a participante envolvida no contexto conversacional de pesquisa, é representada pelo círculo preto na figura a seguir:

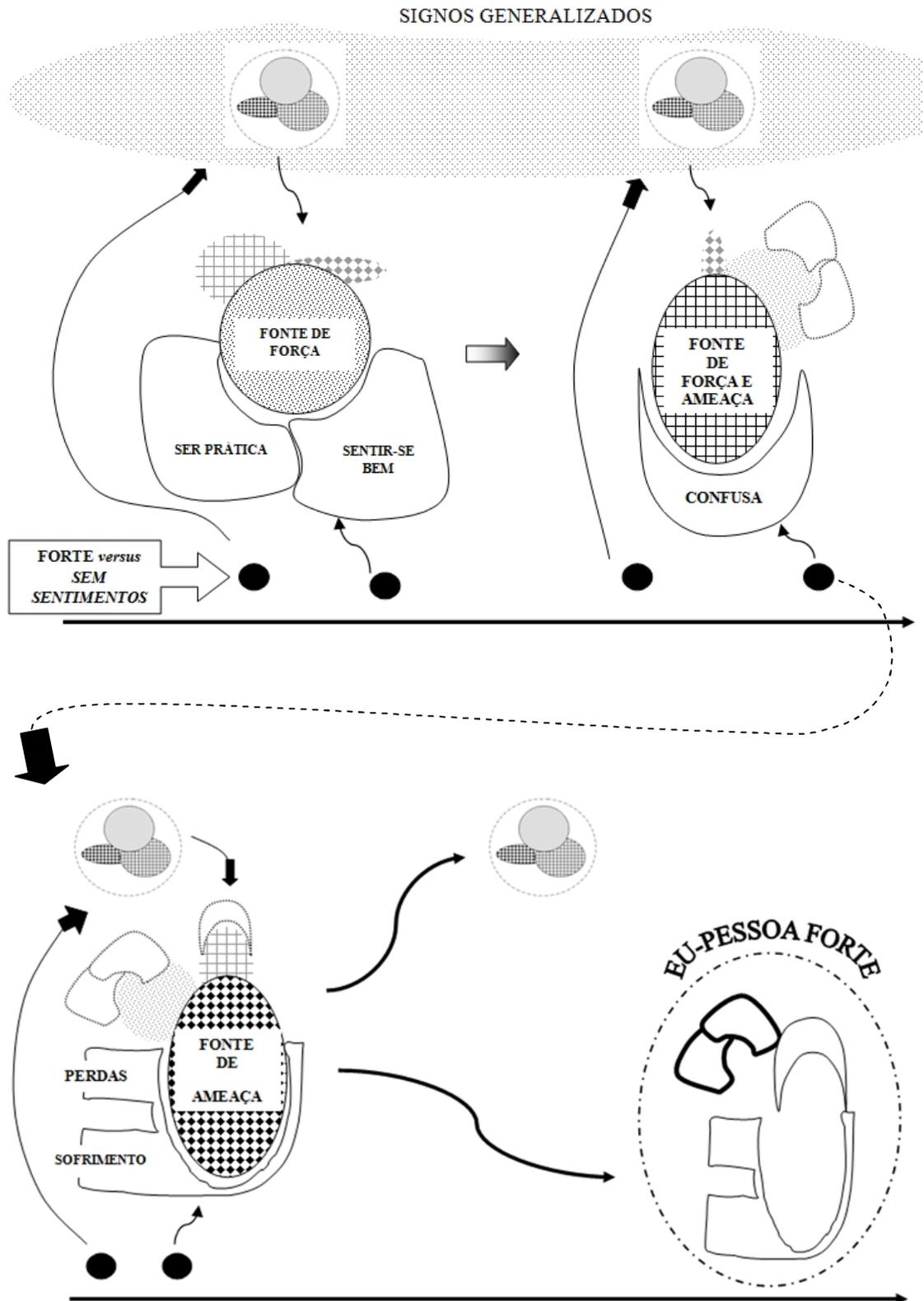


Figura 5. Síntese de uma posição de Eu constituída por elementos conflitantes através da mediação de um catalisador multiforme.

Ao contextualizar o signo generalizado *Deus* no processo catalítico e refletir sobre cada um dos seus significados ao longo da narração, Rebeca os relacionou de maneira específica a certos signos reguladores. Assim, a posição de *Eu pessoa forte* pôde encontrar as supostas evidências necessárias para a sua própria existência através da mediação daqueles signos reguladores; além disso, tal posição de *Eu* emergiu como uma totalidade que extinguiu a manutenção de uma posição de *Eu pessoa sem sentimentos*, a qual havia sido atribuída inicialmente a Rebeca por pessoas conhecidas.

A questão mais relevante para Rebeca, no episódio analisado, parece ter sido o cultivo de uma *natureza pessoal forte condensada na forma de uma posição de Eu central*, em detrimento de uma *natureza negativamente avaliada como sem sentimentos*, a qual havia sido sugerida pelo entorno cultural e seus direcionamentos na experiência do luto materno. Assim, qualidades imputadas a Deus, bem como dados autobiográficos (ter que trabalhar fora de casa e ainda cuidar dos filhos) mediaram a construção e funcionaram como fundamento semiótico para a manutenção da posição *Eu-Pessoa Forte*.

Ao co-construir, cultivar e contextualizar tal catalisador multiforme, Rebeca pôde encontrar um espaço para exercer o seu protagonismo através de *links* narrativos, variação de posicionamentos, através do estabelecimento de relações específicas entre posições de *Eu* internas e externas, bem como pela atribuição de valências afetivas, valores e relevância diferenciada para cada um dos elementos do signo generalizado catalisador. Ao longo de tal processo, a participante criou um cenário subjetivo idiossincrático, complexo e dinâmico no qual foi possível agir em consonância com sua história pessoal e intenções *atuais*, sendo tudo isso integrado a uma história pessoal mais ampla, da qual podemos destacar: o intenso sofrimento devido às condições sócio-econômicas desfavoráveis ao longo da vida; o carinho e os cuidados recebidos de sua mãe; as brincadeiras da infância; a morte violenta de seus filhos; os discursos das instituições religiosas a respeito de Deus e da condição humana e, por fim, sua luta para se constituir como uma *pessoa forte* diante do julgamento presente nas vozes externas que povoam o repertório do seu self dialógico.

Neste sentido, uma síntese foi alcançada, porém não completamente livre de tensão: por um lado, pôde-se perceber um catalisador complexo com componentes consideravelmente conflitantes e, por outro lado, ocorreu a síntese de uma posição de *Eu central* e, em certa medida, funcional, mas que não pôde ser satisfatoriamente entendida ou explicada por Rebeca, ainda que reconhecida explicitamente por ela. As características diversas do catalisador multiforme, cuja autoridade - atribuída pessoal e coletivamente - não podia ser questionada, possibilitou, por fim, a formação de tal totalidade multifacetada, *sentida* e

cultivada no centro do cenário dinâmico, polifônico e dialógico do *senso de si mesmo* de Rebeca.

2.2.1.3 Discussão do episódio – A contextualização de catalisadores semióticos multiformes na construção do *si mesmo*. Dois aspectos gerais podem ser destacados a partir desta análise do episódio aqui intitulado *A Síntese Pessoal de Uma Posição de Eu ‘Forte’*: (a) o caráter complexo de signos que podem funcionar como catalisadores semióticos, aqui denominados de *catalisadores semióticos multiformes* e (b) a contextualização de tais signos na construção pessoal do *senso de si mesmo* em situações altamente ambivalentes.

2.2.1.3.1 Catalisadores semióticos multiformes. Com base na análise deste primeiro episódio, *catalisadores semióticos multiformes* são aqui concebidos como signos que fornecem as condições para que outros signos mediem diretamente processos psicológicos através da *ênfase pessoal em alguns dos aspectos do signo catalisador*. Assim, como signos generalizados que usualmente assumem a forma de rótulos abrangentes, a noção de catalisadores multiformes implica na idéia de dominância de um signo aparentemente homogêneo sobre uma miríade de significados subsumidos, os quais, por sua vez, participam de maneira singular da emergência de uma dada construção psicológica.

Tomando-se como fundamento o que foi apresentado na seção referente à fundamentação teórica a respeito do conceito de catalisador semiótico na psicologia cultural de orientação semiótica (Valsiner, 2000; Valsiner, 2002a; Beckstead et al., 2009; Cabell, 2010, 2011a, 2011b), bem como sobre a noção de qualidades imputadas dos signos (Peirce, 1868a, 1868b, 1873), a idéia de catalisadores semióticos multiformes pode ser compreendida da seguinte forma:

Signos compartilhados se constituem geralmente em meios através dos quais significados são expressos, sendo que um determinado signo pode *cobrir* uma gama de significados os quais representam apenas certos aspectos de um objeto. Neste caso, um signo generalizado assume a função de um rótulo abrangente que funciona como um *invólucro semiótico relativamente estável*, cobrindo um campo complexo de significados interrelacionados (qualidades imputadas àquele signo – ver Figura 4).

Os significados cobertos por um signo são postos em relação mútua através de seu uso construtivo pela pessoa em situações cotidianas, em especial através de construções narrativas. Dessa forma, uma integração hierárquica composta por dois níveis pode ser discernida aqui: em um nível, vê-se uma integração entre o signo generalizado e os significados a ele imputados; em outro, percebe-se uma integração entre os significados subsumidos por aquele signo generalizado. No primeiro caso, vê-se um signo mais

generalizado do que cada um dos significados a ele imputados, ao passo que, no segundo caso, alguns dos significados imputados àquele signo generalizado são mais dominantes do que outros, ao serem considerados pela pessoa como *mais importantes, mais relevantes afetivamente, mais corretos, etc.*

Quando tal signo multiforme orchestra outros signos em direção à emergência de uma síntese pessoal, ele funciona como um catalisador semiótico multiforme, tal como o signo *Deus*, no caso de Rebeca. Esta versão de *catalisadores semióticos* busca expandir as discussões iniciais a respeito do referido construto, ao propor que, no processo de construção de uma dada síntese pessoal, o mesmo catalisador semiótico torna possível a ocorrência de sínteses parciais intermediárias devido à sua própria natureza multifacetada. Nesse sentido, preserva-se a função catalisadora do signo, tal qual inicialmente proposta na psicologia semiótico-cultural (Valsiner, 2000; Beckstead et al., 2009; Cabell, 2010, 2011a, 2011b), mas a forma através da qual o catalisador semiótico funciona na emergência da síntese pessoal é aqui especificada, já que diferentes qualidades suas (ou significados a ele imputados) são estrategicamente contextualizadas em diferentes momentos do processo catalítico.

Nota-se, assim, que não apenas os próprios significados imputados a esses signos multiformes, como também as construções narrativas que os mantêm em relação são flexíveis, a despeito de sua relativa estabilidade ao longo do tempo. Dessa maneira, catalisadores semióticos multiformes propiciam flexibilidade à organização estratégica de reguladores semióticos, organização esta que pode ser perpassada por altos níveis de ambivalência e tensão quando *perturbações graves* estão envolvidas no processo – no caso de Rebeca, por exemplo, havia uma tensão envolvendo sua elaboração de uma versão *forte* de si mesma e sua compreensão do porquê de ter experienciado tanto sofrimento ao longo de sua vida.

Vale ressaltar, por fim, que significados imputados podem estar *mais ou menos* de acordo com diversos discursos institucionais (e suas proibições, exigências, etc.) ou orientações pessoais (intenções individuais, necessidades, etc.), sendo a pessoa, como criativa construtora e contextualizadora de significados, a agente que finaliza esse processo de atribuição de significados a um signo generalizado, decidindo quais os significados serão imputados a um signo generalizado e como eles serão organizados hierarquicamente sob aquele rótulo geral.

2.2.1.3.2 Contextualização de aspectos de catalisadores semióticos multiformes.

Tomando-se um determinado instante ao longo do fluxo temporal como o ponto de partida de um processo catalítico, pode-se supor que a pessoa focaliza intencionalmente signos generalizados cultivados subjetivamente (e co-construídos intersubjetivamente),

contextualizando alguns de seus aspectos através da *contextualização projetiva*, i.e., através da “reinscrição de significados previamente construídos no processo de emergência de sentidos pessoais sob novas circunstâncias” (Abbey & Valsiner, 2004, para. 34). Enquanto que o ato de contextualizar um signo generalizado no processo catalítico pode ser guiado predominantemente por uma contextualização projetiva *social*²², a ênfase em um ou outro aspecto de tal signo tende a ser dominada pela contextualização projetiva *pessoal*, como pôde ser visto na contextualização, por Rebeca, do catalisador semiótico *Deus*.

O que se segue, assim, é a articulação do *aspecto enfatizado no catalisador multiforme* com os signos emergentes na situação, a partir de operações mentais (como construção de conexões causais, comparações, exemplificações, etc.), originando-se, dessa forma, sínteses parciais a serem integradas ulteriormente. Um elemento crucial aqui é a manutenção de ligações entre certo significado imputado do catalisador e os signos a ele associados (por exemplo, a ligação entre *Deus como fonte de força e eu como pessoa forte, ao invés de ‘mãe sem sentimento’*). Como elementos parciais, estes signos associados regulam a construção pessoal da síntese, a qual adquire o caráter de uma totalidade minimamente coerente – e significativa para a pessoa - ao final.

Ressalte-se que todo o processo catalítico é influenciado por estados afetivos desde seu início, de forma que tais estados afetivos canalizam, por exemplo, a contextualização projetiva inicial; a experiência afetiva, por sua vez, é alterada subsequentemente à medida que a construção catalisada se torna, em maior ou menor grau, satisfatória para a pessoa ao longo do fluxo temporal.

Por fim, quando a síntese satisfatória para a pessoa é alcançada, o catalisador semiótico multiforme é mantido no sistema semiótico da pessoa, i.e., em sua cultura pessoal, sofrendo, tal signo generalizado, mínima ou nenhuma transformação. Os significados imputados deste signo, por sua vez, são mais suscetíveis de sofrer transformações, as quais tendem a ser ignoradas devido a dois fatores principais: a subordinação de tais significados ao rótulo generalizado, bem como a tendência pessoal a manter tal rótulo inalterado dada a sua relevância/dominância nos âmbitos da cultura pessoal e coletiva.

Ao invés de se conceber uma relação aleatória ou inespecífica entre catalisadores e reguladores semióticos, a análise e a discussão deste episódio sugerem a existência de um sistema no qual *aspectos imputados* a um catalisador semiótico são narrativamente

²² Na contextualização projetiva social, há o predomínio de valores compartilhados coletivamente, em detrimento de idéias cultivadas individualmente. Na contextualização projetiva pessoal, as idéias da pessoa são priorizadas no processo de contextualização (Abbey & Valsiner, 2004).

relacionados entre si, bem como a reguladores semióticos específicos, possibilitando, por fim, a conexão mútua desses reguladores.

Sendo aqueles elementos catalisadores construídos ao longo da trajetória de vida da pessoa, na interface entre a cultura pessoal e a coletiva, eles *assumem uma função catalisadora* em momentos nos quais determinadas sínteses são consideradas necessárias - como acontece pervasivamente com mães enlutadas em seu processo de integração da perda violenta de um filho ao seu sentido de *self*. Este último ponto nos remete ao processo de ativação de catalisadores semióticos, o qual compõe a análise do próximo episódio.

2.2.2 Denúncia do próprio filho (Valter) à Polícia como uma Síntese Pessoal

O episódio analisado na presente seção foi narrado por Rebeca no terceiro encontro, no momento em que foi solicitado à participante que a mesma falasse sobre a sua relação com Valter durante o período em que o filho tinha por volta dos 12-15 anos de idade, bem como sobre os planos feitos tanto por ela quanto pelo filho com relação ao futuro dele naquela época. Rebeca relatou que ela pensava que Valter seria um jogador de futebol quando ele era criança, pois o mesmo gostava muito de “jogar bola” com os amigos da vizinhança.

Rebeca já havia mencionado que Valter era um jovem “revoltado” e, neste momento do diálogo com o pesquisador, a participante relatou que ela entrava constantemente em conflito com os filhos, no intuito de fazer com eles a obedecessem. Assim, ela exigia que eles não ficassem o dia inteiro pelas ruas do bairro, que não retornassem para casa muito tarde e que eles respeitassem as pessoas da vizinhança, pois “as mães sempre querem o melhor para seus filhos” e ela, Rebeca, queria ter filhos “bem comportados” - segundo Rebeca, seus filhos só passaram a “fazer coisas erradas” após *crecerem*.

O pesquisador pediu a Rebeca, então, que ela narrasse algum evento específico envolvendo um conflito entre ela e Valter à época em que Valter começou a sair com os amigos do bairro com maior frequência, ao que se seguiu o seguinte relato:

“Depois, quando ele já tava homem, já, nas drogas, um dia ele pegou a tampa da panela de pressão para me rumar, ne mim. Aí, eu discuti com ele, nervosa. Aí eu disse: ‘Olha, se me jogar, essa tampa de panela em mim, eu te mato!’ Falei isso com ele. Porque nunca vi filho bater ne mãe, né? Quando ele pegou a tampa de panela pra me rumar... Aí pronto. . . . Eu nem me lembro porque eu discuti. Foi por alguma coisa. Eu nem me lembro! . . . Ele não veio rumar a tampa, não porque eu enfrentei ele. . . . Eu falei [que o mataria] da boca pra fora – é claro que eu não tenho coragem de matar ninguém, né? . . . Ali, foi uma forma de me expressar. . . . Jamais eu vou fazer uma coisa dessa, né?”.

Após a passagem transcrita acima, Rebeca continuou a falar sobre a revolta de Valter contra as pessoas em geral, devido ao sofrimento que ele experienciou ao longo da vida: “Ele era um menino muito revoltado. Eu achava que ele era muito revoltado. . . . [Por causa] dos problemas, o pai batia. . . . [Ele] demonstrava que era revoltado [através da] fisionomia dele. Às vezes, era um pouco agressivo... Você sente quando o menino é revoltado.” Este foi momento exato em que o pesquisador decidiu abordar a entrada de Valter no mundo da criminalidade - ao longo dos 2 minutos e 49 segundos subsequentes, rebeca narrou os eventos que a levaram a denunciar o filho à polícia, ocasionando, assim, a prisão do mesmo:

Pesquisador: “E quando você viu Valter entrando para esse mundo das drogas, você...”

Rebeca: “Não... Olhe: eu sou um tipo de mãe que eu observo tudo. Eu nunca vi ele fumando, nem nada. Mas eu via, quando tava em casa, eu via muito movimento de gente indo lá em casa. Aí eu passei, ó: a juntar uma coisa com a outra! Quando perguntava a ele, ele dizia que era mentira. Mas eu não sou um tipo de uma mãe que fecho o olho pra fingir de conta que não tô vendo. Aí eu... Aí peguei, e, no desespero, porque eu nunca entrei nesse mundo de droga, eu nunca fumei droga. Nem sequer, eu nunca fumei cigarro. Mas eu, como eu via dando no rádio, esse negócio do tráfico, de nego chegar e matar a família toda... E eu não sabia que ele tava vendendo droga.”

A partir desse ponto da narrativa, a participante começou a relatar um acontecimento que teve início com sua chegada em casa após um dia de trabalho e cujo desfecho foi a prisão de Valter - o foco do seu relato, então, foi a tomada de decisão concernente à denúncia do filho à polícia naquele dia:

Rebeca: “Um dia, uma vez, eu saí pra trabalhar – acho que ele tava com uma droga numa lata, não sei o que aconteceu com essa droga, que sumiu – ele queria quebrar tudo dentro de casa. Aí, eu peguei, fui lá na escola, no CAM [Casa de Acolhimento ao Menor], fui lá e chamei a polícia, aí prendeu ele também no CAM. Porque eu não sabia, quando os policial foi lá em casa, achou um monte de droga lá em casa. E eu não sabia, aí eu peguei...”

“Ele também se revoltou comigo, mas eu fiz pro bem dele, sabe? Porque eu não sabia em que mundo ele tava entrando. Com que pessoas ele tava lidando. Se eu saía pra trabalhar, não andava na rua. Vivia de casa pro trabalho, de casa pro trabalho... Eu ia saber com que mundo ele tava se envolvendo? Com que pessoas ele tava se envolvendo? . . . Aí, pronto: ele foi pro CAM também, o pessoal levaram ele pro CAM. Aí, quando ele soube que foi eu, ele ficou revoltado, mas só que eu fiz pro bem dele!”

Pesquisador: “E quando ele lhe encontrou, depois que ele soube que foi você quem tinha o denunciado à polícia, . . . você falou o que pra ele?”

Rebeca: “Eu disse a ele que eu não sabia em que mundo que ele tava vivendo, que eu tinha medo que alguém chegasse lá e matasse eu, minha mãe e minha irmã, que morava comigo. Eu não sei esse mundo de droga; eu não sei a convivência. Um modo de proteger ele e a família também.”

Os eventos aqui relatados, que integram o núcleo deste episódio, estão organizados no Quadro 4, de acordo com suas respectivas funções (atribuídas pela participante) no processo catalítico, do qual a síntese (na forma da decisão *denunciar o filho à polícia*) emergiu. Na coluna da esquerda do Quadro 4, encontram-se listados os nomes dos elementos integrantes de um ciclo catalítico, baseados naqueles observados no caso de Rebeca; na coluna do meio,

tem-se os elementos específicos integrantes do episódio narrado por Rebeca e, por fim, as transcrições dos trechos da fala da participante, nos quais tais elementos podem ser observados (em sublinhado), encontram-se na coluna da direita.

ELEMENTOS DO CICLO CATALÍTICO	ELEMENTOS ESPECÍFICOS DO CASO DE REBECA	EXCERTOS COM OS ELEMENTOS DO CICLO CATALÍTICO SUBLINHADOS
EVENTO CRÍTICO	Testemunho do comportamento agressivo do filho	- Um dia, uma vez, eu saí pra trabalhar <u>ele queria quebrar tudo dentro de casa.</u>
ELEMENTOS FOCALIZADOS NO CONTEXTO E PERCEBIDOS COMO ALTAMENTE RELEVANTES	- Presença de drogas em casa. - Confirmação da suspeita de que Valter estava, de alguma forma, envolvido no mundo das drogas.	- Acho que <u>ele tava com uma droga numa lata</u> , não sei o que aconteceu com essa droga, que sumiu.
ATIVADORES DOS CARALISADORES	- Representação de <i>traficantes</i> veiculada nos meios de comunicação. - Conhecimento insuficiente sobre <i>o mundo no qual Valter estava se envolvendo.</i>	- Como eu via dando no rádio, esse negócio do tráfico, de <u>nego chegar e matar a família toda...</u> - Porque <u>eu não sabia em que mundo ele tava entrando; com que pessoas ele tava lidando.</u> - <u>Eu não sei esse mundo de droga; eu não sei a convivência.</u>
CATALISADORES SEMIÓTICOS	- Medo de ser assassinada. - Medo de que os familiares fossem assassinados.	- Eu tinha <u>medo</u> que alguém chegasse lá e matasse eu, minha mãe e minha irmã, que morava comigo.
REGULADORES SEMIÓTICOS	- Proteção (para si mesma, para sua família e para o próprio Valter).	- Um <u>modo de proteger</u> ele e a família também. - Eu fiz <u>pro bem dele!</u>
SÍNTESE PESSOAL	- Denunciar o filho à polícia.	- Eu peguei, fui lá na escola, no CAM, <u>fui lá e chamei a polícia</u> , aí prendeu ele também no CAM.

Quadro 4. Principais elementos envolvidos na síntese pessoal *denunciar o filho à polícia*.

De acordo com os relatos de Rebeca, os conflitos entre ela e Valter eram frequentes. No entanto, em um daqueles conflitos, ao invés de enfrentar o filho, a participante decidiu, pela primeira vez em sua trajetória como mãe, denunciar Valter à polícia. Considerando-se tal decisão como uma síntese pessoal que integrou um episódio narrado, buscou-se aqui

compreender *como* tal decisão foi construída, partindo-se de uma concepção de causalidade mediada e sistêmica (Valsiner, 2000).

Inicialmente, Rebeca presenciou o comportamento violento do filho, sendo este o evento crítico disparador da sequência de processos que a levariam a tomar a decisão de procurar a polícia. No entanto, tal evento *em si mesmo* não foi o suficiente para que a participante o fizesse, haja vista o fato de que Valter já havia se comportado de maneira violenta diversas outras vezes e Rebeca nunca efetivara tal denúncia.

Um novo elemento, assim, foi considerado nesta análise: a ênfase dada por Rebeca a um determinado elemento (“droga n’uma lata”, a qual estava sendo procurada por Valter) integrante daquele contexto *específico e recorrente* de interação entre mãe e filho, elemento este de grande relevância para Rebeca, se considerado a partir da perspectiva de sua história junto a Valter.

Entretanto, pressupõe-se aqui que não foi a detecção da *presença* da droga em casa *em si* (assim como não foi o comportamento violento de Valter *em si*) que *causou diretamente* a decisão de procurar a polícia. O que se percebe é a contextualização de significados pré-existentes, diante da ocorrência singular de um evento familiar, marcado pela presença de um elemento contextual *novo* (a droga procurada em casa). Vê-se que estes signos pré-existentes (*traficantes como potenciais assassinos das famílias de seus inimigos e mundo das drogas como um mundo desconhecido*) foram internalizados a partir da interação de Rebeca com a cultura coletiva, sendo mantidos na cultura pessoal da participante.

O que se percebe, até este ponto descrito, é a configuração de um complexo perceptivo-semiótico canalizador da experiência afetiva em uma direção específica. Assim, diferentemente das outras ocasiões de conflito com o filho (nas quais Rebeca o enfrentava, a despeito do medo que ela sentisse), o medo, desta vez, configurou-se em uma experiência afetiva intensa e singular, estando relacionado ao risco de morte no qual Valter, a própria Rebeca, bem como seus familiares se encontravam. Supõe-se, aqui, que este campo afetivo-semiótico rotulado como *medo* (de uma chacina que poderia ser cometida por traficantes) favoreceu o surgimento das condições para que a síntese pessoal viesse a ser construída ulteriormente por Rebeca.

O mediador afetivo-semiótico que promoveu (mais) diretamente a tomada de decisão final (denunciar Valter à polícia), segundo o relato da participante, foi *proteção* (de si mesma, da mãe, da irmã e *do próprio Valter*). A especificidade deste elemento promotor foi de extrema relevância para a síntese aqui analisada, uma vez que a participante poderia, por

exemplo, expulsar Valter de casa, sendo orientada por uma intenção de proteção apenas de si mesma, da mãe e da irmã, dentre outras possibilidades.

Neste processo de construção de uma síntese pessoal de extrema relevância para Rebeca, a partir de seu posicionamento como mãe de um jovem envolvido com o tráfico de drogas, percebe-se, resumidamente, os seguintes sub-processos:

- A canalização da emergência de um campo afetivo hipergeneralizado (rotulado através do signo *medo* (de um crime que poderia vitimizar toda a família)), através de um complexo integrado por: (a) a ocorrência singular de um tipo de evento recorrente (comportamento agressivo de Valter), (b) a ênfase pessoal em um elemento específico do contexto (“droga n’uma lata”), e (c) a contextualização de signos previamente construídos acerca de tais elementos contextuais (“esse negócio do tráfico, de nego chegar e matar a família toda” e “[esse mundo de droga,] eu não sei a convivência”). Esta organização inicial da experiência possibilitou ao campo afetivo emergente adquirir um *caráter catalisador* ao longo do processo da síntese pessoal em questão;

- A emergência de mediadores afetivo-semióticos específicos (proteção de si mesmo, proteção de familiares e proteção do próprio Valter) a partir do campo afetivo supramencionado;

- A construção de uma síntese pessoal (*denunciar Valter à polícia*) promovida semioticamente, através do mediador afetivo-semiótico *proteção*.

Assim, o campo afetivo-semiótico (*medo*) emergiu a partir da interseção entre percepções atuais e o funcionamento corrente de signos previamente construídos (ver Figura 6), à medida que um elemento relevante da situação (*drogas em casa*) foi trazido, por Rebeca, para o foco central de sua experiência, ocasionando a contextualização de singificados pré-existentes (*traficantes como algozes, em potencial, das famílias de seus inimigos*).

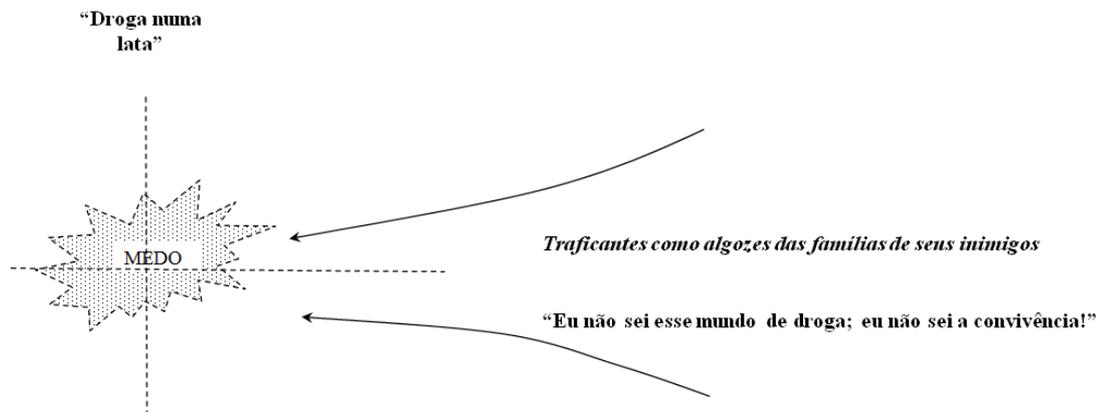


Figura 6. Emergência do campo afetivo-semiótico *medo de ser assassinada*, a partir da ênfase em um elemento relevante do contexto e da canalização de signos previamente construídos.

Neste caso (Figura 6), a novidade na experiência afetiva se deveu à especificidade dos signos contextualizados naquela ocorrência do comportamento violento de Valter. Em outras palavras, esses signos organizaram o campo afetivo nomeado como *medo* de forma a transformá-lo em um agente catalisador (*medo de ser assassinada por traficantes*) de uma decisão singular na trajetória de Rebeca como mãe: denunciar o filho.

Na representação gráfica a seguir (Figura 7), vê-se como este complexo de *ativadores catalíticos* são articulados no processo de construção de uma síntese pessoal: do conflito entre Valter (V.) e Rebeca (R.), representado pelo raio hachurado, ocorreu a organização inicial do campo afetivo emergente, tal como descrito na Figura 6; dessa forma, o campo afetivo emergente ganhou novas características (*MEDO de assassinato*), quando comparado a experiências de medo similares em conflitos prévios entre Rebeca e Valter. Este primeiro momento é representado na Figura 7 através da linha espessa pontilhada.

Em seguida, o campo afetivo-semiótico MEDO assumiu uma função catalisadora, ao *criar as condições* para a orquestração (linha pontilhada mais fina) de signos que *promoveram* a construção de uma das possibilidades de síntese pessoal.

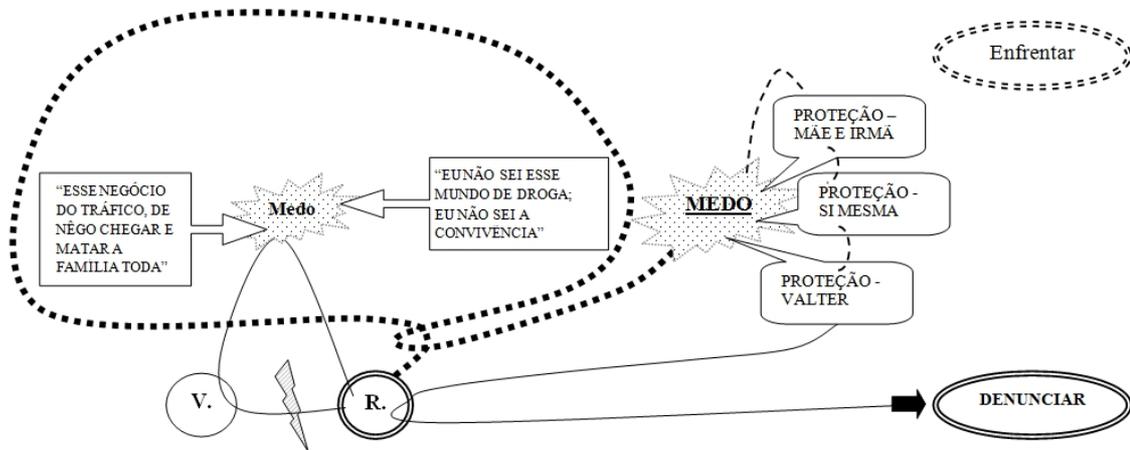


Figura 7. Organização semiótica do campo afetivo emergente (*Medo*) o qual passa a desempenhar uma função catalisadora (*MEDO*) na construção da síntese pessoal *denunciar o próprio à polícia*

Considerando a transformação do mediador afetivo-semiótico, pode-se dizer que uma mudança crucial ocorreu na experiência subjetiva de Rebeca neste episódio: o *medo da agressividade de Valter* se transformou em *medo da violência extrema (homicídio) dos traficantes contra ela (Rebeca), a mãe, a irmã, e o próprio Valter*. Esta mudança contribuiu significativamente para que o campo afetivo fosse intensificado e se expandisse de forma a possibilitar a emergência de signos por ele regulados (*autoproteção, proteção do filho e proteção de outros familiares próximos*). Em outras palavras, aquela mudança na experiência subjetiva de Rebeca contribuiu para que o campo afetivo-semiótico rotulado como *medo* assumisse uma função catalisadora em seu processo de decisão.

Em suma, a decisão de denunciar Valter para a polícia consistiu, assim, em uma síntese pessoal promovida por signos cuja organização situacional foi orquestrada por um catalisador afetivo-semiótico (*MEDO*). No entanto, a função catalítica de tal mediador só foi possível devido à circunstância caracterizada por um *complexo ativador catalítico* integrado por: (a) a ênfase pessoal em um elemento relevante de uma situação crítica, associada à (b) contextualização de significados pré-existentes relacionados com a problemática central para Rebeca.

No que concerne ao modelo de causalidade catalisada sistêmica, dois novos elementos foram adicionados nesta análise: um evento crítico, disparador do processo de construção da síntese pessoal, e um *complexo ativador catalítico*. Este complexo ativador catalítico, por sua vez, é composto pelo destaque dado a um ou mais elementos circunstanciais considerados como altamente relevantes para a pessoa, bem como pela contextualização de significados previamente construídos os quais são relacionados àqueles elementos contextuais priorizados

pela pessoa. No caso de Rebeca, é importante ressaltar que a mídia local explora intensamente e de maneira sensacionalista os casos de violência que ocorrem nas regiões economicamente pobres da cidade de Salvador.

Incluir estes novos elementos no sistema semiótico-catalítico permite a consideração das sínteses pessoais (tais como “fui lá e chamei a polícia”, no caso de Rebeca) como construções que possuem uma história inserida na trajetória da pessoa. Assim, a utilização de significados pré-existentes, por Rebeca, fundamentou-se na *contextualidade* da experiência pessoal da participante; tal *contextualidade*, por sua vez, caracterizou-se pelo testemunho direto do comportamento agressivo do filho, seguido pela confirmação de uma suspeita prévia e do conhecimento referente às implicações, para toda a família, do envolvimento de um de seus integrantes no tráfico de drogas.

O que pôde ser visto na análise deste episódio foi uma infusão de signos (pré-existentes na cultura pessoal) na experiência afetiva de tal forma que o campo afetivo emergente foi transformado em um regulador geral de caráter catalítico. Tal catalisador semiótico passou, então, a orientar a relação de Rebeca com seu ambiente de maneira indireta, ao propiciar a emergência e articulação de signos (*proteção de si mesma, proteção da mãe e da irmã, e proteção do filho*) que promoveram diretamente a construção da síntese pessoal final (*denunciar o filho à polícia*). No centro do processo aqui analisado, destacou-se o protagonismo (semioticamente mediado) de Rebeca, cujas ações incidiram sobre fatores ambientais relevantes que foram percebidos por ela como ameaçadores para sua integridade.

2.2.2.1 Discussão do episódio – A ativação de signos em direção a uma função catalisadora como um processo semioticamente mediado. De acordo com a análise deste episódio (*Denúncia do próprio filho à Polícia como uma Síntese Pessoal*), percebe-se que o estabelecimento de uma condição necessária para um determinado resultado ocorrer, i.e., o funcionamento de um elemento catalisador, pode ser o direcionador central em um processo sistêmico de transformação, sendo que tal *direcionador* pode também ter seu próprio funcionamento sujeito a restrições específicas estabelecidas por signos pré-existentes na cultura pessoal. No caso de Rebeca, especificamente, investigou-se as maneiras através das quais determinados elementos funcionaram como *ativadores de catalisadores semióticos* (ou *ativadores catalíticos semióticos*), i.e., como determinados elementos, ao longo do processo psicológico de tomada de decisões, viabilizaram a transformação de um dado mediador no sentido de fazer com que este funcionasse como um catalisador do processo em questão.

Ativadores catalíticos semióticos (ACSs) são aqui concebidos como signos que *dão suporte distinto* a outros signos, os quais passam a funcionar como provedores das condições

necessárias para que certa regulação semiótica ocorra; em outras palavras, ACSs dão apoio a um signo, de modo que este *se transforme* em um *catalisador semiótico*. ACSs são construídos e cultivados a partir das interações significativas das pessoas com seus mundos, principalmente aquelas interações prévias envolvendo *áreas específicas de suas vidas* nas quais a construção de sínteses pessoais, *no presente*, é altamente relevante.

Assim, tal noção de ACSs se endereça diretamente à seguinte questão: *O que leva um signo a funcionar como catalisador?*. O principal argumento da análise aqui discutida é que signos são contextualizados em um determinado processo psicológico como *catalisadores* a partir da contextualização prévia de outros signos de apoio, denominados aqui de *ativadores semióticos*. Estes ativadores semióticos, por sua vez, sendo cultivados na cultura pessoal, emergem nas interações iniciais que a pessoa estabelece com elementos percebidos como relevantes de uma situação qualquer.

No caso de Rebeca, apesar de o campo afetivo-semiótico *medo* poder já ter emergido em circunstâncias semelhantes no passado (mediando diretamente sua decisão de sair de casa com o intuito de se afastar do filho violento, por exemplo), a organização situacional de significados analisada neste episódio favoreceu a *transformação* de tal campo afetivo em um catalisador afetivo-semiótico. Dessa forma, em termos mais gerais, pode-se dizer que signos são *semioticamente apoiados* na direção de uma *função catalisadora*; isto é, eles *adquirem* este *status*, ao invés de simplesmente emergirem em um processo psicológico como catalisadores *em si mesmos*.

No processo de ativação catalítica tal como representado na Figura 7, presume-se que certos signos oriundos da interação da pessoa com seu contexto funcionam como suporte para que outros emergentes assumam uma função catalisadora nos processos psicológicos ali envolvidos. No exemplo do episódio analisado, o campo afetivo-semiótico rotulado como *medo* foi *semioticamente organizado* de uma forma que propiciou a reconfiguração da experiência afetiva, a qual passou a funcionar como uma condição catalisadora da decisão pessoal de denunciar o próprio filho à polícia.

Ao longo de uma dada mediação semiótica (i.e., uma relação estabelecida entre um objeto e uma mente interpretante, através de um signo mediador) em uma determinada interação, a *contextualização de signos previamente construídos e relacionados a elementos centrais de tal interação* podem transformar a função inicial exercida por aquele signo mediador. Assim, este mediador semiótico pode passar a funcionar como uma *condição semiótica* a partir da qual signos promotores mediarão diretamente a construção de sínteses

peçoais relevantes - isto equivale a dizer que este signo mediador pode passar a *catalisar* a construção, semioticamente mediada, de sínteses peçoais.

2.3 Sumário das Discussões do Caso – O Caráter Historiado, Pessoal e Semioticamente Orientado das Construções de Sínteses Pessoais

No presente estudo de caso, investigou-se as formas através das quais Rebeca, uma mãe cuja trajetória fora marcada por três perdas violentas de filhos jovens, construiu sínteses pessoais relacionadas a aspectos centrais de tais perdas. No primeiro episódio, a investigação focalizou a organização, durante os diálogos com o pesquisador, de uma experiência prévia de alta relevância para Rebeca: a definição da suposta *natureza* de sua condição de mãe, condição esta de considerável centralidade na vida da participante. No segundo episódio, ao falar sobre os conflitos que haviam ocorrido entre ela e um de seus filhos mortos, Rebeca abordou sua tomada de decisão de denunciar aquele filho à polícia.

O Quadro 5 apresenta os principais aspectos analisados em cada episódio:

EPISÓDIO	ASPECTO ANALISADO
<p>1º. A Síntese Pessoal de Uma Posição de Eu ‘Forte’ ao Longo de Uma Trajetória de Vida Marcada por Sofrimento Intenso</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● A construção de signos multifacetados que podem funcionar como catalisadores semióticos, aqui denominados de <i>catalisadores semióticos multififormes</i>. ● A contextualização de <i>catalisadores semióticos multififormes</i> na construção do <i>senso de si mesmo</i> em situações altamente ambivalentes.
<p>2º. Denúncia do próprio filho (Valter) à Polícia como uma Síntese Pessoal</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● A contextualização de signos pré-existentes na cultura pessoal, os quais direcionam o funcionamento de signos emergentes em uma interação atual em direção a uma função catalítica.

Quadro 5. Aspectos analisados nos dois episódios selecionados do caso da participante Rebeca.

Em ambos os episódios, pôde-se perceber o êxito da participante na construção de sínteses pessoais relevantes, cujo caráter de totalidade das mesmas (“Eu sou uma pessoa forte” e “Fui lá e chamei a polícia – eu fiz pro bem dele”) prevaleceu, a despeito dos elementos afetivo-semióticos conflitantes envolvidos em tais construções.

A seguir, são apresentados alguns desdobramentos das discussões que integraram este estudo de caso. Como Rebeca não diferenciou suas experiências de acordo com a morte de cada um dos três filhos, como o fez Helena (Capítulo 4), as reflexões a seguir estão agrupadas

de acordo com os respectivos episódios nos quais as discussões relacionadas ocorreram. Ao final, algumas especificidades da experiência de luto de Rebeca são ressaltadas.

2.3.1 Primeiro Episódio - A Síntese Pessoal de Uma Posição de Eu ‘Forte’

2.3.1.1 Catalisadores semióticos multiformes como signos fortes cultivados no nível ontogenético de organização da experiência. Signos fortes representam satisfatoriamente um dado aspecto da realidade, sendo este aspecto considerado a partir do ponto de vista de uma determinada pessoa em um dado contexto (Abbey & Valsiner, 2004). Quando signos fortes são continuamente contextualizados, passando a integrar a cultura pessoal de alguém de maneira mais perene, eles próprios passam a se constituir em *objeto* das atividades semióticas engendradas por aquela pessoa, através da imputação de significados aos mesmos.

Assim, signos fortes cultivados no nível ontogenético de organização da experiência passam a mediar as relações entre uma mente interpretante e uma gama cada vez mais ampla de objetos. A permanência de um signo como este no sistema semiótico da pessoa, a despeito das constantes infusões contextualizadas de significados (principalmente daqueles mutuamente antagônicos) no mesmo, fundamenta-se na notável relevância atribuída a tal signo no âmbito da cultura coletiva e da história pessoal.

Entretanto, esta resistência à transformação, no que diz respeito ao seu aspecto de rótulo abrangente, é complementada por uma notável flexibilidade na subsunção de uma miríade progressivamente diversificada de significados relevantes para a pessoa. Esta *multiformidade intrassigno*, ao assumir uma função catalisadora, contribui para a flexibilidade e a complexidade das sínteses psicológicas relevantes para a pessoa.

2.3.1.2 A pessoa como agente co-construtora e contextualizadora do catalisador semiótico multiforme. O processo catalítico descrito no primeiro episódio analisado enfatiza o potencial construtivo das pessoas, através de suas co-criações e contextualizações projetivas pessoais de signos ao longo de suas ações *orientadas por objetivos*. Assim, espera-se que determinado catalisador semiótico multiforme funcione dentro de certos limites de possibilidades os quais são constrictos pelos signos a ele imputados.

Muito embora signos generalizados (como *decência, honra, patriotismo, etc.*) integrem campos de disputa por poder entre diversas instituições sociais - bem como entre estas e determinados indivíduos -, a característica multifacetada de tais signos possibilita o exercício do protagonismo pessoal através do processo de imputação e da contextualização de

significados. Dessa forma, mesmo sob um rígido direcionamento social, o próprio estabelecimento daqueles limites (para o funcionamento de um catalisador multiforme) supramencionados é, ao fim, determinado pela pessoa.

Entretanto, catalisadores multiformes são comumente referidos como *entidades* que supostamente *agem sobre* a experiência subjetiva da pessoa, como um exemplo do que Valsiner (1998) chamou de “inventividade psicológica humana” na fundação de nossa “socialidade internalizada” (*internalized sociality*) (pp.28-29).

Este movimento subjetivo contínuo entre um dado *rótulo semiótico abrangente* e os signos emergentes em uma interação específica implica em um processo cíclico (Valsiner, 1998). Nesse sentido, a emergência de novidades psicológicas se baseia na organização estratégica de significados específicos em uma certa contextualização do signo generalizado, bem como na transformação de algumas características do último através daqueles – por exemplo, quando a configuração interna de um catalisador semiótico multiforme se torna inflexível à medida em que reguladores semióticos são coordenados através dele.

2.3.2 Segundo Episódio - *Denúncia do próprio filho (Valter) à Polícia como uma Síntese Pessoal*

2.3.2.1 A relevância das histórias pessoais para a compreensão da catálise semiótica. Duas contribuições que podem ser derivadas da noção de *ativadores catalíticos semióticos* para a discussão acerca da causalidade catalítica na psicologia semiótico-cultural são: (a) a inclusão do histórico de um dado ciclo catalítico quando da investigação de tal ciclo; e (b) a centralidade do protagonismo pessoal ao longo do ciclo catalítico.

Assim, pôde ser observado que um elemento afetivo-semiótico *se torna* uma condição necessária para que determinada síntese ocorra, ao invés de *ser, em si mesmo*, uma condição necessária para tal. Este *tornar-se catalisador semiótico*, por sua vez, é definido a partir da interação entre a ênfase dada a elementos percebidos em um contexto atual e a contextualização de signos pré-existentes relacionados a tais elementos contextuais.

Em concordância com esta idéia de *historicidade pessoal dos catalisadores semióticos*, pode-se afirmar que um signo pode se configurar em *uma, dentre um conjunto de condições possíveis* para a ocorrência de uma síntese pessoal. Aqui, o que definirá qual dentre aquelas condições funcionará como um catalisador não será suas propriedades intrínsecas, como ocorre na catálise química, mas sim a interação entre fenômenos perceptivos e a contextualização projetiva pessoal mencionada no parágrafo anterior. Por outro lado,

determinado signo pode assumir predominantemente a função de catalisador na ocorrência de um conjunto de sínteses psicológicas específicas.

Intrinsecamente relacionada a esta noção de *historicidade pessoal dos catalisadores semióticos*, encontra-se a segunda contribuição oriunda da noção de *ativadores catalíticos semióticos*, qual seja: a centralidade do protagonismo e da intencionalidade da pessoa no processo de construção de sínteses pessoais relevantes. A despeito da variação no grau em que as pessoas *controlam deliberadamente* a construção de suas sínteses pessoais, o funcionamento dos catalisadores semióticos se fundamenta em alguns aspectos das histórias de vida das pessoas, as quais continuamente representam (ao mesmo tempo em que intencionalmente propõem versões personalizadas de) seus mundos através da contextualização de signos; estes, por fim, criam as possibilidades para que outros signos exerçam funções específicas, como a catalítica, por exemplo.

William James (1890/1918) argumentou que “pensamentos tendem a uma Forma Pessoal” (p.225). Colocando-se a discussão acerca do que James queria dizer com o termo *pensamentos*²³ à parte, pode-se dizer que o autor enfatizou a natureza personificada da sucessão de estados mentais do ser humano, fora do qual nenhum pensamento pode ser encontrado – a despeito da profusão de criações humanas que podem representar e mediar relações entre pensamentos. Estes, assim, são “encontrados em consciências individuais, mentes, *selves*, eu’s e você’s” (James, 1890/1918, p.226). Esta centralidade do agente humano no estudo de processos psicológicos tem ressurgido como uma problemática em diferentes momentos da história da psicologia, como apontado na discussão feita por Wolman (1971) acerca do antropomorfismo e o reiomorfismo²⁴ envolvidos nos estudos dos processos psicológicos *humanos*.

Mais recentemente, na psicologia cultural de orientação semiótica, a noção de “construção reflexiva semiótica” (Valsiner, 2002a, p. 252) se constitui em um exemplo apropriado do antropomorfismo defendido por Wolman (1971) e da referida centralidade do agente humano considerado por James (1890/1918): tal noção diz respeito à percepção e reflexão de um agente (eu) acerca de um ponto no espaço (aqui), o qual se posiciona continuamente ao longo do fluxo temporal (no agora), sendo tal sistema experiencial um ponto de partida para a “expansão de diferentes perspectivas” (Valsiner, 2002a, p. 255).

²³ Para James (1890/1950, p. 186) pensamentos são estados de consciência os quais sugerem a onipresença de referências a objetos outros que não o próprio estado mental.

²⁴ O ato de privar “seres humanos de características tipicamente humanas ao mesmo tempo em que se aplica leis da física aos seres humanos” (Wolman, 1973, *apud* Wolman, 1984, p. 27).

Considerando-se as análises e discussões integrantes do caso de Rebeca, a ênfase deste estudo no protagonismo pessoal implicado nas sínteses relevantes para a pessoa buscou contribuir, em termos gerais, para as discussões acerca da idéia de catalisadores semióticos na psicologia semiótico-cultural, e também na recontextualização da idéia generalizada de catálise na psicologia.

2.3.3 “A Mãe Quer o Melhor pro Filho” – A Consideração das Perdas dos Filhos a Partir da Própria História de Vida

Ao longo dos diálogos com o pesquisador, Rebeca não abordou o luto relacionado a uma perda específica, embora tenha enfatizado a intensidade do sofrimento devido à morte de Leonardo. Além disso, a participante disse não ter percebido o processo de entrada dos filhos no mundo da criminalidade, o que justificaria sua abordagem das trajetórias dos filhos com base no período da infância dos mesmos e, posteriormente, a partir de suas histórias como integrantes de uma rede de relações envolvendo o tráfico de drogas.

Assim, Rebeca abordou as experiências pessoais oriundas das perdas a partir das relações destas experiências com eventos prévios de sua história pessoal. Como exemplos, pode-se citar: as relações entre seu comportamento durante os funerais e o fato de ter criado os filhos por conta própria; a expectativa de que os filhos tivessem um *bom comportamento*, baseando-se no pressuposto de que eles deveriam considerar o sofrimento dela junto ao ex-marido e tentar, de alguma maneira, *reparar* tal sofrimento; e a responsabilização dos filhos e do ex-marido pelo envolvimento dos jovens no mundo do tráfico (o que ocasionaria, posteriormente, a morte dos filhos), já que ela sempre precisou trabalhar fora de casa para pagar as despesas domésticas.

Em termos gerais, pode-se afirmar que Rebeca se avaliou positivamente como mãe, já que ela se esforçou ao máximo para garantir a assistência às necessidades básicas dos filhos, como moradia, alimentação, vestuário e saúde, por exemplo. Além disso, ela sempre fez com que os filhos se comportassem apropriadamente, *quando estes ainda eram crianças*:

“Eu não sei se eu prejudiquei [os filhos] porque eu queria filho que seja tudo certinho. Eu odeio menino pequeno que esculhamba os outros, que xinga, que fala mal. Eu odeio! Meus filhos nunca fizeram isso! Nunca! Depois de homem, sim - problema deles! . . . Então, eu queria que meus filhos fosse tudo certinho. Qualquer queixa que os outros fizesse, eu batia mesmo! Eu não aceitava esse negócio, de querer isso na minha porta! Eu não aceitava menino desobediente! Eu era desse jeito! Porque eu sempre gostava de menino perfeito!”

Esta auto-avaliação positiva possivelmente se relaciona com a avaliação de Rebeca acerca de duas situações relevantes por ela experienciadas, as quais foram caracterizadas por altos níveis de ambivalência e tensão: o julgamento alheio de acordo com o qual ela era uma *mãe sem sentimentos*, devido ao seu comportamento durante os funerais dos filhos, e o fato de ela ter denunciado um filho à polícia, sendo que este filho foi posteriormente vítima de homicídio. Como pôde ser visto nas análises dos episódios deste caso, a participante construiu significados satisfatórios relacionados à sua experiência pessoal, validando, a partir da perspectiva *atual*, sua conduta naquelas situações conflituosas: ela era uma “pessoa forte”, ao invés de ser uma pessoa *sem sentimentos*; e a denúncia do filho à polícia se justificava pela sua intenção de proteger a si mesma, a família e o próprio filho.

Rebeca cogitou a possibilidade de ter falhado como mãe em dois aspectos: sua rigidez com que tratou os filhos durante a infância dos mesmos (cuja intenção *subjacente* era fazê-los se comportar adequadamente) e sua ausência ao longo do crescimento dos filhos (a qual poderia ser justificada pelo fato de que ela precisava trabalhar, segundo a própria participante).

Dois fatores foram ressaltados por Rebeca como sendo relevantes contributivos para o sofrimento por ela experienciado ao longo da vida: primeiro, as condições de extrema pobreza nas quais ela viveu desde a infância; segundo, a negligência associada à violência intensa e constante infligidas pelo cônjuge - estes dois fatores foram também ressaltados pela participante Helena, como pode ser visto no Capítulo 3. É interessante notar, também, que ambas as participantes atribuíram ao comportamento violento dos seus respectivos cônjuges, ainda que parcialmente, a revolta dos filhos e a entrada dos mesmos no mundo da criminalidade.

Por fim, com relação às suas perspectivas para o futuro, Rebeca afirmou:

“O mundo pra mim já acabou, sabe? Porque dessas tragédias que eu já vivi, a pior de todas, não foi nem tanto a tragédia que eu vivi, de sofrer com o pai de meus filhos, foi que eu queria meu filho vivo. A tragédia pior, pra mim, foi essa. Então, o mundo pra mim, sei lá, eu ando com medo de tudo. Eu evito andar em certos lugar que eu já não ando mesmo. Sou muito conservada. . . . Eu não tenho certeza mais de nada. Eu, hoje em dia, eu tenho medo de tudo. Às vezes, quando acontece um assassinato lá em Simões Filho, eu vivo ligando pro meu outro menino [que mora em Simões Filho] já preocupada porque ele mora lá, né? Embora ele já não esteja se envolvendo mais em coisa errada. . . . Então eu vivo num mundo assim. Todo dia eu digo: ‘Se eu pudesse eu morava dentro de um mato, fora de vizinho, fora de ninguém’. Eu gosto de morar em lugar sossegado. . . . O que eu tinha pra perder, eu já perdi. O que vier agora, é lucro.”

“[Só vou me adaptar a essas perdas] com o passar dos anos. Porque isso daí é uma coisa... Porque Deus fez a vida eterna, fez o mundo, fez tudo. E nada foi feito num piscar de olho. Deus tá me dando força e acredito que vai me dar mais ainda para eu superar, pra esse sentimento [de sofrimento pela perda] for se afastando, se afastando. Hoje em dia tá acontecendo comigo: que você pede muito a

Deus e Deus ouve suas preces. . . . Deus vai aliviando o sofrimento, sim. Vai fazendo com que você se esqueça o que aconteceu, da morte, essas coisas, . . . do que eles [filhos] passaram antes de morrer.”

CAPÍTULO 3
ESTUDO DE CASO - HELENA

Capítulo 3 - Helena

“Era um filho bom pra mim. Muito bom! . . . [Ele] só pensava no melhor pra mim. Pena que ele ‘se envolveu’ muito novo!”
(Helena)

“Quero viver só pra meus filhos... Acabar meus diazinhos de vida, que eu tenho ainda, com meus filhos. Na paz. Na tranquilidade...” (Helena)

“- só esperava o nada virar coisas.”
João G. Rosa (2001, p. 356)

“O mais escuro uivo humano da dor de separação.”
Clarice Lispector (1998, p. 13)

“Forte como a paz.”
João G. Rosa (2001, p. 394)

3.1 Trajetória Pessoal

A participante Helena nasceu em 1959, no estado de Alagoas, estando com 53 anos de idade na ocasião de sua participação no presente estudo, quando era pensionista do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e residia em um imóvel alugado no bairro São João do Cabrito, no Subúrbio Ferroviário de Salvador. Nessa época, a participante convivia com dois irmãos (sendo um deles portador de deficiência mental), dois netos e uma filha; a renda média da família era de aproximadamente 3,5 salários mínimos.

Helena conviveu com seus pais biológicos no estado de Alagoas até os doze anos de idade, quando seus pais se separaram; a partir de então, passou a viver apenas com seu pai e mais três irmãos, de cujos cuidados ficara incumbida, pelo período de um ano, o que a levou a parar os estudos ainda no segundo ano do ensino fundamental. A participante relatou ter sofrido muito devido à ausência da mãe neste período.

Aos 13 anos de idade, Helena foi trazida para Salvador, BA., por sua mãe. A mudança de Alagoas para a Bahia é lembrado como um evento permeado por tensão, mas, principalmente, pelo protagonismo de Helena:

“Por umas três vezes, ela [a mãe] ia [para Alagoas] e voltava [para a Bahia], e a gente ficava lá. A gente sentia muita falta dela, chorava muito por falta dela! E aí a gente sofreu muito! . . . Quando ela resolveu trazer [para a Bahia], ela queria trazer só a mim; então ela queria deixar as minhas duas irmãs e meu irmão, que era pequenininho, era bebê, tinha um ano e pouco! . . . Aí, eu disse que não vinha . . . por causa de meu irmão, que era pequenininho; porque eu era maior e quem cuidava dele. As outras, eram pequenas - como iam cuidar dele? . . . Foi aí que ela decidiu trazer a mim e a meu irmão. Aí eu vim!”.

Dos treze aos dezesseis anos de idade, Helena trabalhou como doméstica em Salvador, período referido como de grande sofrimento pela participante. Inicialmente, a escassez de alimentos em casa a forçou a procurar um emprego como doméstica; em seguida, o assédio sexual de patrões a faz retornar para casa; porém, conflitos com o padrasto a levaram a procurar emprego novamente e a participante finalmente encontrou um emprego considerado satisfatório por ela, por volta dos 14 anos de idade, no qual ficaria por dois anos. Nesse período, conheceu Oscar, com quem passou a conviver maritalmente a partir dos 16 anos de idade.

Aos 17 anos de idade, já no terceiro mês de gravidez do primeiro filho, Helena descobriu que Oscar mantinha duas outras relações conjugais e, segundo a participante, as brigas oriundas desta descoberta marcaram o início de um longo período de sofrimento. Relatando não poder retornar para a casa dos pais, saber que não teria condição financeira para criar, por conta própria, o filho que nasceria em breve (Marcos), e por se saber envolvida com seu então parceiro (Oscar), Helena diz ter decidido dar continuidade à relação conjugal na qual se encontrava. No entanto, a trajetória da participante na esfera conjugal foi marcada por constantes agressões físicas, humilhações e negligência perpetradas pelo companheiro a partir de então:

“Quando eu fui mãe pela primeira vez, eu sofri muito! Meu marido era ruim, perverso, judiava de mim! E aí, muito presa, ele não me dava chance para trabalhar. Eu gostava de trabalhar, ter minhas coisinhas, ele não me dava! Eu era prisioneira, passava muita necessidade!”.

Aos 23 anos de idade, Helena deu à luz o seu segundo filho, ao que se seguiu a sucessão de seis perdas gestacionais. Aos 27 anos de idade, ela teve o seu nono filho; aos 32, o 10º filho e, aos 34, o 11º filho (Jane). Embora a participante tenha sofrido com problemas de saúde por um longo período (fato este negligenciado constantemente pelo seu esposo, principal provedor financeiro da família), só aos 37 anos de idade sua insuficiência renal

crônica foi diagnosticada e, a partir de então, o procedimento de hemodiálise passou a fazer parte do cotidiano de Helena.

Helena trabalhou predominantemente como *dona-de-casa*, passando a trabalhar fora de casa como doméstica apenas por volta dos 30 anos de idade, com a permissão de seu companheiro. Como já mencionado, a vida da participante nas esferas conjugal e materna foi profundamente marcada por muita violência e falta de recursos financeiros. No episódio de violência mais marcante para Helena, ela quase perdeu a visão devido à agressão do companheiro:

“Essa noite que eu cheguei doente, ele inventou de dormir aí [em casa]. Eu com aquela dor de cabeça! Me deitei e garrei no sono. Ele também deitou e dormiu. Mas quando foi de madrugada . . . ele veio mexer comigo, mas eu estava com aquela dor de cabeça insuportável, que eu não queria nada! Eu só queria ficar quietinha ali, para ver se a dor de cabeça passava. Mas ele achou que era mentira minha, que era porque eu estava trabalhando na rua, . . . que eu estava com outro na rua, disse que não ia deixar mais eu trabalhar. Aí, quando ele veio para insistir, aí eu empurrei ele, aí ele me deu um murro! . . . Aí, botei a mão no olho e comecei a chorar, chorar, chorar . . . Aí, pronto: quando ele olhou para mim, o [meu] olho na mesma da hora roxeou, ficou tudo roxo! . . . Eu escondi. Eu passei quase um mês sem poder voltar ao trabalho, o olho ficou todo preto, os dois olhos! . . . Passou tempo para ficar bom. Eu nem saía na rua de vergonha! Isso aí me machucou muito!”.

Helena contava com sua mãe como principal fonte de apoio contra a opressão do companheiro, porém ela evitava compartilhar seus problemas com a mãe “pra evitar confusão”. Assim, após a morte desta, o sofrimento de Helena aumentou consideravelmente, segundo o relato da participante.

Com o agravamento de seu problema renal, Helena relata que sentia cada vez mais a necessidade de se separar de seu companheiro, o que ocorreu de maneira gradativa após o diagnóstico da doença, quando a participante tinha cerca de 37 anos de idade: “mesmo assim ele ainda insistia comigo! . . . E aí ele começava a perturbar, mas eu não tinha mais saúde para fazer as vontades dele! Eu não tinha mais saúde, eu não queria mais e aquilo foi ficando insuportável!”. A estratégia utilizada por Helena para afastar o companheiro foi colocar seus netos e sua filha mais jovem para dormir com ela, o que resultou no afastamento gradativo do mesmo:

“Aí ele foi se afastando, foi se afastando, se afastando... E chegou um tempo que eu disse: ‘Olhe, não dá mais! Não tenho mais saúde, não tenho mais paciência, não quero mais saber de viver com homem, vou viver agora só com meus filhos! Siga a sua vida! Se você tem sua mulher pra lá, continue com ela que eu vivo cá, só com meus filhos!’ Então, . . . eu acho que todo sofrimento que eu passei, que ele me fez passar, esfriou o que eu sentia [por ele]”.

No entanto, a aceitação definitiva da separação, por parte do companheiro, só aconteceu 13 anos depois: “Ele insistia! Então, para não ter confusão dentro de casa com os filhos, eu ia aceitando. . . . Ele era muito violento! Se eu dissesse assim, de cara, que eu não queria nada, ele me agredia!”.

Seis anos antes desta separação definitiva, Marcos, o primeiro filho de Helena, havia sido assassinado, aos 25 anos de idade (a participante tinha 44 anos à época desta perda). Oito anos depois, ela perdeu sua filha mais jovem, Jane, que tinha 18 anos de idade, também por motivo de homicídio. Na ocasião da participação de Elena no presente estudo, haviam transcorrido nove anos desde a primeira perda, e um ano e dois meses, da segunda perda.

3.1.1 As Perdas

De acordo com o relato de Helena, Marcos cresceu muito revoltado devido à violência que o mesmo sofreu – e presenciou -, praticada pelo pai. Por volta dos 15 anos de idade, o jovem já usava drogas ilícitas e já havia cometido muitos furtos até os 19 anos de idade, embora tenha também trabalhado até então. Ainda segundo a participante, seu filho “matou muita gente” e, aos 17 anos de idade, já era procurado pela polícia.

Marcos se envolveu em diversos conflitos com policiais e foi preso algumas vezes. Em um destes conflitos, foi alvejado, ficou gravemente ferido, foi mantido em tratamento médico e, em seguida, sob custódia. Helena chegou a vender a própria casa e a se mudar para o interior do estado, retornando para Salvador algum tempo depois, com o filho já em liberdade. Posteriormente, Marcos foi detido mais uma vez por envolvimento com tráfico de drogas. No entanto, o fato de Marcos ter atentado contra a vida de policiais foi o que contribuiu mais diretamente para ele ter sido assassinado, segundo a participante.

Conhecendo o envolvimento de Marcos com práticas criminosas e, acima de tudo, ciente do fato de que o filho já havia sido jurado de morte por diversas pessoas, Helena reconheceu que a morte do mesmo não chegou a surpreendê-la muito. Assim, um dia quando Marcos retornava para casa, foi seguido e morto pelos seus algozes em uma emboscada.

Diferentemente do que ocorreu quando da morte de Marcos, a perda da filha mais jovem, Jane, foi extremamente inesperada para a participante. Helena relatou que a perda de Jane a fez sentir vontade de morrer e, em muitos momentos nas entrevistas, ela expressava a intensidade da dor experienciada, com expressões como: “Parece que minha vida acabou!”. Helena estimava muito a companhia de Jane, estudante de 18 anos de idade, pois a filha se fazia presente em muitos momentos ao longo do seu dia, divertia a mãe com músicas e danças

em casa, expressava seu carinho pela mãe frequentemente (a alegria e a afetividade de Jane foram características continuamente ressaltadas pela participante ao longo dos encontros), ajudava em algumas atividades diárias e cuidava de Helena quando esta ficava doente.

Jane saiu de casa no fim de uma tarde de sábado e seu corpo foi encontrado na manhã do dia seguinte, com a face parcialmente mutilada e um tiro na região temporal da cabeça, além de outras marcas de agressão. A autoria e as motivações do homicídio não foram esclarecidas até o momento da participação de Helena no presente estudo, embora a participante tivesse uma suspeita sobre a autoria e a motivação *injusta* do crime. Mesmo assim, Helena não conseguia aceitar nem compreender o nível da violência cometida contra Jane, já que ela desconhecía qualquer fato ou informação indicativa de que a filha havia feito algo que explicasse tal ação violenta, diferentemente, por exemplo, do que ocorrera com seu filho Marcos. O principal fator, no entanto, que havia colocado Jane em situação de risco (sem ser causa direta do óbito), segundo a própria participante, foi o fato de sua filha estar namorando um jovem envolvido com o tráfico de drogas no bairro onde residiam.

As seguintes passagens do relato da participante nos possibilitam vislumbrar (ainda que vagamente) a intensidade de seu sofrimento:

“Até hoje não me conformo com a morte dela, tem dia que eu sinto tanta saudade que eu fico até doente! Esse final de semana mesmo, eu fiquei tão doente! De tanta saudade! Não esqueço ela, nunca! Eu não durmo direito, não me alimento... Se eu pudesse, eu nem comia nada mais! . . . Às vezes eu durmo, assim, logo no início, porque eu tomo remédio. Aí me dá um pouquinho de sono, aí durmo, assim, as primeiras horas, depois eu acordo e não consigo mais dormir... Uma tristeza, não tenho força pra sair pra lugar nenhum!”

“A minha vida, desse dia pra cá, é uma tristeza! . . . Eu sinto falta dos carinhos, da atenção que ela tinha comigo... Eu sinto tanta falta! Tem dia que eu penso tanto, que acho que vou ficar louca, . . . só pensando nela! . . . Não me sai da minha mente, assim, durante o dia. Às vezes eu me movimento muito, assim, trabalho, . . . pra não ficar muito ali, parada, pensando. Porque se eu ficar só, assim, parada pensando, pensando, vou ficar doida, vou enlouquecer. . . . Esses dias que eu fiquei ainda muito deprimida, porque eu fiquei adoentada. . . . Aí, eu fiquei parada. Aí, foi pior pra mim porque eu ficava pensando mais. Porque quando eu tava assim, doente, ela sempre tava ali comigo, cuidando de mim e tudo!”

Ao final do terceiro encontro, Helena deixou claro suas antigas preocupações com o futuro de Jane, principalmente no que se referia a três esferas da vida: estudos, trabalho e vida conjugal/família:

“Às vezes passava, assim, na minha mente, eu ficava, assim, pensando pelo amor que eu tinha por ela... Eu ficava, assim, pensando: ‘Meu Deus, eu tenho tanto medo . . . de acontecer alguma coisa com Jane!’ Porque eu tinha muito amor por ela! Parecia que meu amor todo era dela! . . . Eu conversava com ela: ‘Ô filha, eu tenho tanto medo de morrer, filha, e deixar você aí! Quero ver que você termine seus estudos, . . . que você ganhe seu dinheirinho, tenha sua vida independente, arranje um bom rapaz pra casar com você, que cuide de você, que goste realmente de você pra você não sofrer!’”.

Quando questionada sobre o suporte recebido, de maneira geral, após a morte de Jane, a participante relatou que não havia recebido nenhum tipo de apoio substancial, com exceção de alguns integrantes da instituição religiosa da qual ela fazia parte e, de forma mais breve, de duas profissionais (uma assistente social e uma psicóloga) integrantes do serviço de hemodiálise do qual Helena era usuária. É importante ressaltar que, dentre outros fatores, a estigmatização das famílias vulneráveis economicamente nas quais ocorrem óbitos por homicídio, assim como os possíveis riscos de retaliação (por parte dos perpetradores dos homicídios) direcionada a quem apoiar tais famílias contribuem significativamente para o isolamento dos familiares enlutados; soma-se a tais fatores a quase que total ausência de apoio psicossocial (jurídico, psicológico, etc.) a essas mesmas famílias, o que agrava ainda mais o estado de precarização no qual elas se encontram (Espinheira, 2003; Santos, 2010). Nesse sentido, a precarização se manifesta claramente através da fragilização das redes sociais formais e informais nessas condições de óbito por homicídio, como fica nítido no relato de Helena.

3.1.1.1 O último encontro. Por fim, assim como a outra participante deste estudo, Helena destacou, muito emocionada, os últimos instantes junto à filha. Ela disse ter sentido uma saudade não-usual de Jane naquele dia e que, mesmo sob chuva, apressou-se para ir ao encontro da filha após um dia de trabalho:

“Eu tava trabalhando nessa época. . . . Quando eu cheguei, ela tava dormindo, deitada no sofá. . . . Eu deixei ela dormir. Tava uma tarde fria, um pouco chuvosa, assim, nublado. . . . Depois, [ela] levantou, aí, deitou a cabeça, assim, no meu colo. Ficou com a cabeça, assim, deitada no meu colo e aí eu fiquei, assim, acariciando o cabelo dela, conversando com ela. . . . Mas o pai ligou pra ela ir comprar gasolina. . . . Aí, pronto. . . . ela saiu umas 5:30 [da tarde]. . . . Me deu aquela vontade de ir [porque Jane parecia estar sem disposição]! Mas, devido ao meu problema de saúde, . . . o dia todo na luta, pra lá e pra cá, limpando, arrumando, . . . eu disse assim [para mim mesma]: ‘Eu não vou, não. Estou com os pés muito doendo!’ . . . Foi a última vez que vi minha filha com vida, na hora que ela saiu, 5:30 da tarde! . . . Eu fiquei tão pouco, meu Deus, naquele dia, com a bichinha!”

3.2. Episódios Analisados

Helena participou de cinco encontros durante a fase de coleta de dados, sendo que o primeiro destes encontros consistiu na apresentação pessoal de Helena ao pesquisador e à apresentação do estudo para Helena. Dessa forma, foram feitos quatro encontros subsequentes envolvendo a coleta de dados propriamente dita. No primeiro, ela forneceu alguns dados sócio-demográficos (ver Apêndice A - Ficha de Dados Sócio-Demográficos) e narrou um pouco de sua experiência como mãe de filhos vítimas de homicídio. Assim como as outras participantes, Helena narrou quase que exclusivamente a história de vida dos filhos e os eventos mais diretamente relacionados à morte dos mesmos neste primeiro encontro, a despeito da questão por mim enunciada ter focalizado a experiência da participante como mãe. De qualquer forma, minha intervenção como pesquisador foi mínima neste primeiro encontro, sendo o ato narrativo da participante priorizado então.

No segundo encontro, a questão geral inicial foi enunciada novamente; ademais, outras questões, ancoradas na narrativa formulada no encontro anterior, foram formuladas, o que caracterizou este segundo encontro como uma entrevista semi-estruturada. Nesta ocasião, a participante falou mais sobre sua própria trajetória pessoal desde a infância, conversou sobre algumas fotografias de Jane trazidas para o encontro e, próximo ao final da entrevista, começou a abordar mais especificamente sua experiência como mãe de filhos vítimas de homicídio. No terceiro encontro, Helena se aprofundou nas questões envolvendo sua experiência materna de perdas e, finalmente, no quarto encontro, eu compartilhei com a participante minhas impressões e análises dos pontos considerados por mim como mais relevantes.

O quadro a seguir mostra os principais assuntos abordados pela participante, na ordem em que os mesmos apareceram nos diálogos integrantes dos três encontros intermediários, durante os quais a construção dos dados propriamente dita ocorreu. Dentre os temas elencados no referido quadro, os três seguintes (que se encontram sublinhados) são especialmente relevantes para a investigação proposta no presente estudo: *O pesar experienciado por Helena e as concepções popular e bíblica da vida após a morte* (tema oriundo da segunda entrevista); *Plano para reencontrar Jane no pós-morte* e, por fim, *O ódio experienciado por Helena* (ambos do terceiro encontro). Tal relevância se deve ao fato de que os esforços da participante para integrar a perda considerada por ela como a mais traumática foram abordados mais especificamente nessas seções.

ENCONTRO	ASSUNTOS ABORDADOS NO ENCONTRO
Segundo	<ul style="list-style-type: none"> - A trajetória de Marcos: da adolescência até a morte do mesmo, aos 18 anos de idade. - Jane - a dor da perda. A ocasião do homicídio. As possíveis motivações e os prováveis envolvidos no crime. A saudade da filha. - Os outros integrantes da família: demais filhos e irmãos de Helena.
Terceiro	<ul style="list-style-type: none"> - Vida conjugal (da participante). - Infância e adolescência: abandono materno, mudança para a Bahia e primeiros empregos em Salvador. - Vida conjugal (da participante). - Infância e adolescência: abandono materno e mudança para a Bahia. - <i>A nova vida</i> em Salvador, BA.: a saída de casa e a rotina nas casas dos patrões. - O início do namoro com Oscar (futuro parceiro). - <i>A nova vida</i> em Salvador, BA.: a saída de casa e a rotina nas casas dos patrões. - Vida conjugal (da participante). - Filhos, adoecimento e separação. - Comentários sobre fotos de Jane trazidas para o encontro. - Os estudos bíblicos. - <u>O pesar experienciado por Helena e as concepções <i>popular</i> e <i>Bíblica</i> da vida pós-morte²⁵.</u> - Estratégias de enfrentamento no processo de luto.
Quarto	<ul style="list-style-type: none"> - Persistência da criminalidade na família. - <u>Plano para reencontrar Jane na vida pós-morte.</u> - <u>O ódio experienciado por Helena.</u> - O último encontro: o dia do desaparecimento de Jane. - O nascimento e os primeiros meses de vida de Jane. - Comparação entre a morte de Jane e a de Marcos. - Eventos relacionados à morte de Marcos. - Persistência da criminalidade na família. - Planos para a vida de Jane, feitos por Helena.

Quadro 6. Assuntos abordados por Helena nos três encontros, na sequência em que os mesmos aparecem nas respectivas entrevistas.

Faz-se necessário ressaltar aqui que os temas supracitados abarcam episódios relacionados mais especificamente à experiência de Helena no que diz respeito à perda da filha, Jane. Assim, antes de iniciar a descrição, análise e discussão dos episódios que foram selecionados para integrar este estudo, apresento, nos parágrafos seguintes, algumas das prováveis razões de Helena ter enfatizado sua experiência de luto com relação à morte de Jane, se comparada com a experiência relacionada à morte de Marcos. Para isto, nos parágrafos subsequentes, serão apresentadas três características da experiência de Helena no que diz respeito, especificamente, à perda de um filho que se envolveu com o mundo do crime

²⁵ A expressão *vida pós-morte* será referida doravante como *pós-morte*.

(Marcos): (a) a *normalização* do assassinato do filho; (b) o intenso sofrimento e revolta com relação aos perpetradores do crime, independentemente do que os motivou a assassinar Marcos; e (c) a capacidade de contextualização da trajetória do filho morto na trajetória intergeracional da família.

Helena disse ter superado, em certa medida, o sofrimento oriundo da morte de Marcos, o que não tinha acontecido ainda com relação à morte de Jane. Por *superação*, entenda-se aqui uma minimização da intensidade e da pervasividade do sofrimento e da revolta oriundos da perda, de acordo com os parâmetros expostos pela própria participante – por exemplo, ao falar de sua experiência atual de ódio, Helena fez a seguinte comparação: “A pessoa que matou meu filho, eu tinha . . . muito ódio . . . dele! . . . Sofri muito quando ele [Marcos] morreu, . . . mas eu me conformei. . . . Mas esse ódio que eu tinha dele [pessoa que matou Marcos] eu não tenho mais”.

Dentre os fatores que teriam contribuído para aquela relativa superação de uma perda, quando comparada à outra, foram mencionados: o tempo transcorrido desde as respectivas perdas, já que fazia apenas cerca de um ano que Jane tinha morrido, em contraste com nove anos decorridos desde a morte de Marcos; a constante companhia de Jane, inclusive em situações nas quais Helena se encontrava doente e era cuidada pela filha; a alegria constante de Jane, como uma característica marcante da filha, a qual promovia alegria na vida da própria Helena e, por fim, o fato de Jane não ter se envolvido em ações criminosas, diferentemente de Marcos, o que imprimia à morte da filha um caráter de ruptura extrema.

Ainda de acordo com o relato da própria participante, a morte de Marcos já era esperada, de certa forma, devido ao envolvimento do filho no mundo da criminalidade. Com relação a esta expectativa materna, observada em contextos caracterizados pela precarização da qualidade de vida e negligência social, estudos (Espinheira, 2003; Santos, 2008) têm constatado uma tendência generalizada a se justificar o assassinato de jovens envolvidos em atividades criminosas através da ênfase em uma suposta *condição criminosa à qual eles pertencem*, condição esta (i.e., sujeito este) que deve ser eliminada(o) do contexto social. Fomenta-se, dessa forma, um etos promotor de uma cultura na qual signos coletivamente compartilhados, mantenedores de uma lógica punitiva e opressora, ratificam a matança de jovens em situação de conflito com a lei, sendo esses jovens moradores das regiões economicamente pobres dos grandes centros urbanos, tal como ocorre no Subúrbio Ferroviário da cidade de Salvador.

A despeito desta normalização da morte violenta do filho, a participante disse ter sofrido intensamente quando da ocorrência do referido homicídio. Além disso, Helena relatou

que Marcos não havia se envolvido em práticas criminosas no período que antecedeu a *emboscada* que o vitimizara, fato este que levou a participante a experimentar uma grande revolta durante os anos que se seguiram à morte do filho. No caso de Helena (assim como no caso de Rebeca), a normalização da perda traumática do filho envolvido em atos criminosos foi acompanhada pelo relato de um sentimento de revolta, mesmo com a participante sabendo do envolvimento do filho com o *mundo do crime* (i.e., assaltos, tentativas de homicídio e homicídios).

Ademais, quando convidada a falar de sua experiência de perdas e luto, Helena, inicialmente, elaborou uma narrativa pessoal que deixou explícita uma trajetória de vida marcada por *violências constantes*, as quais se deram em diversos âmbitos: institucional, familiar e na vida cotidiana (ver *delimitação do campo da violência* em Espinheira, 2003, pp. 154-155). Assim, o relato do abandono parental ainda na infância, da infraestrutura precária nas comunidades onde tinha morado, das violências físicas sofridas, da constante escassez de recursos financeiros, do abandono dos estudos e a necessidade de trabalhar já na adolescência, das péssimas condições de trabalho, bem como da negligência e violência do cônjuge com relação a ela e aos filhos se configurou em uma espécie de prelúdio do que ocorreria posteriormente: o envolvimento do filho em atos de criminalidade e o conseqüente assassinato do mesmo.

Três elementos relevantes para a compreensão da especificidade da experiência de luto de Helena, no que diz respeito à perda de um filho que havia se envolvido com a criminalidade, podem ser destacados a partir das considerações anteriores: a normalização do assassinato do filho que havia se envolvido com a criminalidade; a experiência de sofrimento e revolta intensa, independentemente das motivações dos perpetradores do crime; e a capacidade de contextualização da trajetória do filho morto em uma história mais ampla, a qual remete à configuração sócio-econômica de seu contexto de desenvolvimento, à história da família e à trajetória da própria participante. Estes elementos compõem a discussão sobre a constrição social da experiência de luto materno no contexto do Subúrbio Ferroviário, na cidade de Salvador, discussão esta que integra o Capítulo 4 do presente estudo.

Como já anunciado anteriormente, as próximas subseções trazem especificamente os episódios analisados e discutidos neste capítulo, sendo todos eles relacionados mais intimamente com a experiência, vivida por Helena, de perda da filha, Jane.

3.2.1 O Pesar e as Concepções Popular e Bíblica da Vida Pós-Morte

Na narrativa inicial do primeiro encontro, Helena mencionou que participava de um grupo de estudos sobre a Bíblia e, baseando-me em tal afirmação, eu trouxe o assunto no segundo encontro, quando eu a questionei sobre o início da participação dela em tal grupo, bem como acerca de suas motivações para participar do mesmo. A partir de então, Helena passou a abordar a problemática envolvendo, por um lado, sua experiência de pesar e por outro, suas relações com as perspectivas aqui denominadas de *popular* e *bíblica* acerca das relações entre vivos e mortos.

O episódio transcrito no Quadro 7, o qual se encontra nas duas páginas seguintes, foi analisado a partir de dois aspectos do pesar experienciado por Helena: primeiro, a ambivalência envolvendo a expressão de seu sofrimento (chorar) e, segundo, o sofrimento oriundo de sua necessidade incessante de rever Jane. A transcrição do primeiro aspecto se encontra nas 13 primeiras linhas da coluna da direita no referido quadro, sendo os mesmos separados dos trechos referentes ao segundo aspecto por uma linha em branco. A temporalidade do aspecto considerada na análise e o tema foram os dois parâmetros que demarcaram a separação destes dois aspectos: o primeiro aspecto, relacionado à expressão do choro, constituiu-se em um episódio narrado e o segundo, sobre a vontade e a necessidade de rever a filha, em um episódio performado durante a entrevista. Ambos, no entanto, são perpassados pelo tema das concepções coletivamente compartilhadas acerca do pós-morte que direcionam a experiência de pesar de Helena. A fala da participante que aborda o episódio em questão durou 7 minutos e 5 segundos, após cerca de uma hora de diálogo com o pesquisador.

Ainda no Quadro 7, as principais posições de Eu estão identificadas na primeira coluna, e os principais signos mediadores da experiência de Helena foram destacados em sublinhado, na coluna da direita. A sequência do discurso da participante e suas interações com o pesquisador foram mantidas devido à relevância de tal sequência para a análise e discussão dos dados, como poderá ser visto mais adiante neste estudo.

PRIMEIRO ASPECTO - AMBIVALÊNCIA ENVOLVENDO A EXPRESSÃO DO SOFRIMENTO (CHORAR)	
POSIÇÕES DE EU	SIGNOS MEDIADORES
Eu-Mãe ↔ Bíblia	[PESQUISADOR (P.): Antes, a senhora estudava [a Bíblia] para conhecer melhor a Deus. Depois que Jane morreu, a senhora estudava só para conhecer melhor a Deus, ou tinha outros motivos?] Pra <u>conhecer melhor a Deus</u> , pra <u>saber</u> , também, <u>quando as pessoas morre, pra onde vai</u> . <u>Como é a morte...</u> <u>Como é, quando a pessoa morre...</u> Eu queria saber...
Eu-Mãe ↔ Conhecidos	...porque o pessoal ficava dizendo para mim que <u>Jane estava sofrendo</u> , que Jane estava <u>vagando</u> , que tava <u>sofrendo</u> , que <u>não era para eu chorar</u> porque <u>Jane sofria</u> .
Eu-Mãe ↔ Bíblia	No estudo bíblico, diz assim: <u>quem morreu, acabou!</u> <u>Morto não sente dor</u> , <u>não sofre</u> , <u>não vê</u> , <u>não pode conversar com você</u> , <u>nem você pode conversar com ele</u> . O que a Bíblia ensinou é isso aí: <u>quem morreu, tá no sono profundo</u> , <u>não acorda mais!</u> <u>Só quando Deus quiser ressuscitar os mortos!</u> . . .
Eu-Mãe ↔ Conhecidos	[P.: Quem é que lhe falava que ela estava sofrendo?] O povo! . . . Diziam assim: ‘ <u>O espírito de Jane tá sofrendo porque você tá chorando!</u> ’ . . . ‘ <u>Não fique chorando muito!</u> ’ Porque <u>Jane estava sofrendo</u> , <u>estava vagando...</u> ‘ <u>Jane precisa de paz para descansar!</u> ’ Bem assim!
Eu-Mãe ↔ Conhecidos	Eu ficava até com <u>medo de chorar!</u> Eu chorava escondido!
Eu-Mãe ↔ Conhecidos	‘Jane morreu forçada! <u>Não tava na hora de Jane morrer!</u> . . . <u>Você fica chorando e Jane fica sofrendo!</u> Deixa a menina descansar!’
Eu-Mãe ↔ Conhecidos	Aí, eu chorava escondido! Chorava escondido pra <u>ninguém ver eu chorando</u> , [pois] quando vinha a vontade de chorar, eu chorava mesmo!
Eu-Mãe ↔ Bíblia	Aí, depois que eu aprendi, que eu li na Bíblia <u>isso aí</u> , eu digo:...
Eu-Mãe Enlutada ↔ Bíblia	...‘Ó, sabe de uma? <u>Na hora que me der vontade de chorar, eu choro e pronto!</u> <u>Não é nada assim do que falavam!</u> ’
Eu-Mãe ↔ Conhecidos	Até [nome de uma conhecida próxima de Helena] dizia <u>isso</u> pra mim, <u>que o espírito de Jane tava sofrendo!</u>
Eu-Mãe ↔ Conhecidos	[P.: E quando lhe falavam isso, a senhora pensava o que? Eu pensava que era <u>verdade</u> . . . Eu chorava escondido, eu chorava! . . . Eu chorava mesmo! Não tinha jeito, não! Quando vinha a vontade de chorar, eu chorava! . . . Eu tentava não chorar, mas eu chorava. . .

Eu-Mãe ↔ Deus	Eu pedia <u>força</u> a Deus: ‘Ô meu Deus, me ajude! Me dê <u>força pra eu suportar, pra eu não chorar!</u> ’ Mas eu chorava mesmo!
Eu-Mãe ↔ Bíblia	[P.: A senhora lembra de alguma passagem da Bíblia que fale sobre isso... De que, depois que morremos, não nos comunicamos mais com os vivos? . . . Naquele livro, fala que <u>os mortos não veem nada, não sentem</u> ... Que <u>os mortos estão mortos</u> ... <u>Estão dormindo em sono profundo!</u> Que <u>a gente não pode fazer nada por eles, nem eles pode fazer nada pela gente.</u>
SEGUNDO ASPECTO - SOFRIMENTO ORIUNDO DA NECESSIDADE DE REVER JANE	
POSIÇÕES DE EU	SIGNOS MEDIADORES
Eu-Mãe ↔ Jane	[P.: Isso faz a senhora se sentir como?] Sobre isso aí, assim, eu digo a você que eu tinha <u>vontade</u> de ver minha filha! Eu tenho <u>necessidade</u> de ver! Eu tenho <u>necessidade</u> !
Eu-Religiosa-Mãe ↔ Deus	Às vezes, quando eu deitava, assim, eu pedia a Deus. Eu digo: ‘Ô meu Deus, eu tenho <u>tanta vontade</u> de ver minha filha, Senhor! Eu tenho <u>tanta vontade!</u> ’
Eu-Mãe ↔ Jane	Eu até hoje sinto <u>necessidade</u> de ver minha filha...
Eu-Religiosa ↔ Bíblia	...mas eu sei que <u>eu não vou ver</u> porque na Bíblia diz que, <u>aqui, não é possível.</u>
Eu-Mãe Enlutada	[P.: E a senhora se sente como?] Eu fico <u>triste!</u> Eu fico <u>triste</u> ... Eu fico <u>triste</u> .
Eu-Mãe ↔ Conhecidos	As pessoas, às vezes, diziam assim pra mim: ‘ <u>A sua filha está olhando por você. Fique assim não!</u> Jane, <u>de onde ela tá, ela tá olhando por você, ela tá vendo seu sofrimento</u> ’.
Eu-Mãe ↔ Bíblia	E, agora, eu sei que <u>não é mais isso</u> [i.e., <u>que Jane não estaria olhando por ela, como diziam as pessoas</u>], que <u>não é mais</u> ...
Eu-Mãe ↔ Jane	Aí, a gente fica <u>triste</u> . Eu fico <u>triste</u> , entendeu? Também, <u>alegre, animada</u> ... Porque eu sei, também, que <u>ela não sente dor, não tá sofrendo</u> , entendeu? É isso: <u>um pouco triste</u> , porque eu sei que <u>não vou ver minha filha nunca mais, nunca mais!</u> E, também, <u>aliviada</u> , porque eu sei que <u>ela não tá sofrendo</u> . Somente.

Quadro 7. Principais posições de Eu e signos mediadores de dois aspectos do episódio *O Pesar e as Concepções Popular e Bíblica do Pós-Morte*.

3.2.1.1 Ambivalência envolvendo a expressão do sofrimento (chorar). No primeiro aspecto do pesar experienciado por Helena, há uma ambivalência envolvendo a *vontade* de chorar *versus* o *medo* de chorar. Por um lado, Helena expressa a inevitabilidade da vontade de

chorar devido à perda da filha, comportamento este considerado universal entre as pessoas em luto (Bowlby, 1980/1998); por outro, a participante relata o medo que sentia de chorar, chegando mesmo a fazê-lo de forma escondida, pois temia causar sofrimento ao espírito da filha falecida, de acordo com a direção social por ela recebida. Tal direção social será denominada *comunicabilidade (entre vivos e mortos)*²⁶ deste ponto em diante do presente estudo.

A escalada constante da tensão, devido à impossibilidade de não sentir vontade de chorar, bem como de não chorar, levou Helena a construir uma solução a partir de dois recursos disponíveis relevantes para a participante na ocasião: a Bíblia e um livro de estudos sobre a Bíblia. Assim, já sendo frequentadora de uma instituição religiosa, Helena encontrou nos estudos bíblicos uma descrição específica do que *ocorre* com o espírito daqueles que morrem, qual seja: eles *permanecem mortos*, em uma espécie de *sono profundo*, até o dia em que Deus os ressuscitar, não havendo qualquer possibilidade de contato entre vivos e mortos. Esta concepção da relação entre vivos e mortos será referida doravante como *incomunicabilidade (entre vivo e mortos)*²⁷.

A entrada de tal signo forte no sistema de significados cultivados por Helena modificou a relação da mesma com a ambivalência sentir *vontade* de chorar *versus* sentir *medo* de chorar. Dessa forma, a participante passou a expressar livremente seu pesar através do choro, eliminando a ambivalência e a tensão presentes anteriormente: “Depois que eu aprendi, que eu li na Bíblia isso aí, eu digo: ‘Ó, sabe de uma? Na hora que me der vontade de chorar, eu choro e pronto! Não é nada assim do que falavam!’”.

Pode-se ver que, inicialmente, os signos integrantes do conhecimento popular acerca das relações entre vivos e mortos (por exemplo, *não chorar*; *se chorar*, *Jane sofrerá*; *Jane está vagando*; *Jane precisa descansar*) funcionaram como elementos semióticos constritores de um aspecto da experiência de luto de Helena (chorar). Nesse primeiro momento, Helena não dispunha de outros recursos semióticos que pudessem mediar a transformação de tal constrição. Assim, ela “chorava escondido, pra ninguém ver”.

Em seguida, Helena buscou co-construir recursos semióticos cultivados em uma esfera relevante de sua experiência pessoal (religiosa), no entanto, a participante não obteve sucesso

²⁶ A direção social segundo a qual alguma forma de comunicação entre vivos e mortos é possível foi referida de diversas maneiras por Helena, como, por exemplo: “Jane, de onde ela tá, ela tá olhando por você, ela tá vendo seu sofrimento” e “O espírito de Jane tá sofrendo porque você tá chorando!”.

²⁷ O princípio segundo o qual não existe qualquer comunicação entre o mundo dos vivos e o dos mortos teve duas implicações para a experiência de Helena, como poderá se visto ao longo da análise deste episódio: por um lado, a sua expressão de sofrimento passou a ser considerada como algo que não acarretaria sofrimento para o espírito de Jane; por outro, a participante aceitou definitivamente que não haveria nenhuma possibilidade de haver qualquer contato com a filha.

inicialmente: “Eu pedia força a Deus: ‘Ô meu Deus, me ajude! Me dê força pra eu suportar, pra eu não chorar!’ Mas eu chorava mesmo!”. Até esse momento, percebe-se o predomínio da condição de emergência semiótica errática altamente ambivalente, na qual há um insucesso na construção de signos que medeiam satisfatoriamente (i.e., através de baixos níveis de ambivalência e tensão) a relação da pessoa com seu ambiente. Em seguida, a participante engendrou um processo de construção de significados baseado na condição de bifurcação de trajetórias com ênfase na certeza (assistida pela instituição religiosa, através da prática de grupo de estudos bíblicos), internalizando²⁸, assim, o signo forte *incomunicabilidade*, o qual eliminou temporariamente a ambivalência e a tensão então experienciadas.

A partir dos dados ora em análise, pôde-se visualizar duas esferas de experiência das quais Helena fazia parte e que foram enfatizadas neste episódio: a comunidade circunvizinha (que não frequenta a instituição religiosa frequentada por Helena) e a instituição religiosa. As co-construções semióticas de Helena a partir de suas interações em tais esferas originaram signos que foram cultivados e associados à esfera de onde os mesmos se originaram.

Assim, a incidência do discurso popular acerca do luto sobre a experiência de Helena, a dominância de tal discurso através de signos específicos (*comunicabilidade, não chorar*) em sua experiência de luto e a ambivalência daí resultante levaram a participante a buscar, em outra esfera de sua experiência, signos que mediassem satisfatoriamente a tensão instaurada. Essa busca ocorreu a partir de duas ações: a escolha por uma esfera específica (religiosa) e o engajamento propriamente dito de construção de significados dentro desta esfera, inicialmente através do endereçamento direto a Deus (“Eu pedia força a Deus: ‘Ô meu Deus, me ajude! Me dê força pra eu suportar, pra eu não chorar!’”) e, por fim, através dos estudos bíblicos.

A resolução da problemática enfrentada por Helena neste primeiro aspecto do episódio se deu através da generalização de um signo fornecido institucionalmente, generalização esta possibilitada pela ocupação privilegiada dessa instituição tanto no contexto sócio-cultural, quanto no *sistema do self* de Helena. Assim, a generalidade e dominância do signo *incomunicabilidade* foram qualidades atribuíveis ao mesmo *apenas* devido à sua localização dentro de uma esfera específica e privilegiada do ambiente do qual Helena fazia parte. A voz

²⁸ A *internalização* é aqui compreendida como um processo construtivo de análise de mensagens (materiais semióticos) presentes no ambiente da pessoa, acompanhada da síntese de novas formas de tais signos no domínio intrapsicológico. Tal síntese é mediada por reguladores semióticos através das seguintes instâncias subjetivas: zona de retenção de materiais que são seletivamente focalizados pela pessoa; zona de generalização dos conteúdos focalizados para além do contexto específico de sua origem e, finalmente, zona de transformação dos conteúdos generalizados em materiais semióticos afetivamente relevantes os quais são intencionalmente apropriados, de maneira única, pela pessoa. Ao final, tem-se uma integração subjetiva da mensagem ao repertório de signos cultivados pela pessoa no seu domínio intrapsicológico (Valsiner, 2007).

culturalmente dominante (instituição religiosa neopentecostal) forneceu, assim, os signos específicos *consequentemente* dominantes no sistema de significados cultivados pessoalmente por Helena, originando um cenário de dupla dominância semiótica. Em tal cenário, a idéia de *comunicabilidade* entre vivos e mortos (idéia esta que certamente é oriunda de outras instituições religiosas que não a de Helena) foi destituída de sua relevância e dominância para o senso de si mesmo da participante, a partir de um re-enquadramento da problemática em questão dentro de uma nova esfera de experiência e, conseqüentemente, de um reposicionamento de si mesma perante seus outros sociais relevantes (“Ó, sabe de uma? Na hora que me der vontade de chorar, eu choro e pronto! Não é nada assim do que falavam!”).

Este primeiro aspecto do presente episódio se configura em uma discussão mais ampla sobre sistemas e subsistemas pessoais de significados (cuja discussão específica se encontra mais à frente) que precede a problemática do segundo aspecto do episódio, o qual envolve as esferas de experiência aqui intituladas de maternidade e religiosidade. Na seção seguinte, vê-se, mais especificamente, a vontade e a necessidade pervasivas de rever a filha, por um lado, e a verdade religiosa da incomunicabilidade irrevogável entre vivos e mortos, por outro.

3.2.1.2 Sofrimento oriundo da necessidade incessante de rever Jane. Ao passo que a internalização do signo forte *incomunicabilidade entre vivos e mortos* eliminou a ambivalência e a tensão acerca do ato de chorar, a internalização de tal signo também inseriu uma nova ambivalência e tensão na experiência de Helena posteriormente, pois tal incomunicabilidade eliminou qualquer possibilidade da participante realizar seu intenso desejo de rever a filha. Vale ressaltar que essa premência por buscar e recuperar a pessoa morta tem sido relatada como um fenômeno comum nos processos de luto (Bowlby, 1980/1998). Elaboraões semiótico-afetivas nesse novo cenário intrapsicológico integraram o segundo aspecto do episódio analisado, principalmente no que concerne à regulação afetiva da participante após a assimilação daquele signo forte.

Esta nova ambivalência fez com que a experiência de pesar, no sentido restrito do termo (i.e., sofrimento oriundo do anseio pela recuperação da pessoa falecida associado à diminuição da esperança de que tal recuperação ocorrerá), adquirisse mais proeminência e contornos mais nítidos na experiência de Helena. A partir do momento em que a participante apresentou a resolução da primeira ambivalência, ela foi questionada por mim sobre como ela se sentia diante da certeza de que não haveria como ela se comunicar com sua filha, Jane. Helena iniciou, então, um processo de tentativa de regular-se afetivamente, levando em consideração tanto a aceitação irrestrita da verdade bíblica *incomunicabilidade* (entre vivos e mortos), quanto seu desejo persistente de rever Jane.

A Figura 8 mostra a posição de Eu materna (círculo branco) e os posicionamentos externos do sistema do *self* de Helena envolvidos em sua auto-regulação (parte inferior da figura). Os principais signos emergentes encontram-se na parte superior da figura e seus respectivos níveis de generalidade são representados pelas elipses (em ordem ascendente: signos pré-verbais, signos verbais específicos, signos verbais generalizados e signos hipergeneralizados). Nessa representação gráfica, o mesmo signo generalizado *incomunicabilidade*, o qual havia promovido a expressão pública de choro e sofrimento anteriormente, passou a exercer um papel antagonista (com relação à necessidade da participante de rever Jane), sendo o mesmo um elemento decisivo para a intensificação do seu pesar, como apresentado na Figura 8.

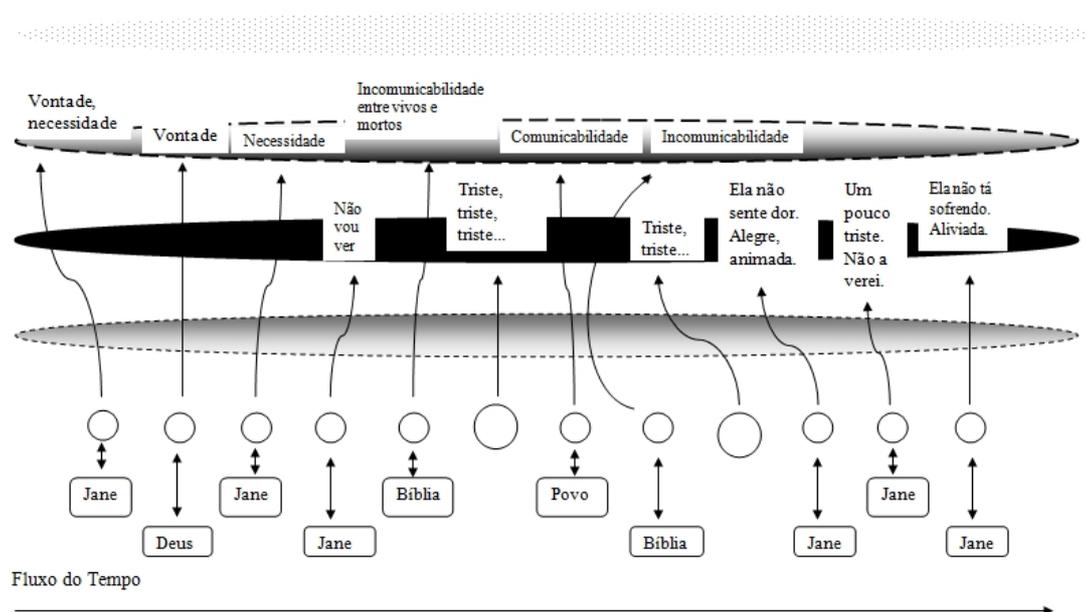


Figura 8. Posicionamentos e emergência de signos envolvidos na regulação afetiva de Helena, após a internalização do signo forte *incomunicabilidade entre vivos e mortos*.

A força do signo generalizado *incomunicabilidade* se deveu predominantemente ao fato do mesmo ter sido assimilado previamente a um subsistema específico de signos generalizados e hipergeneralizados, os quais foram cultivados pela instância religiosa do senso de si mesmo de Helena. Assim, dada a centralidade dos princípios religiosos na vida da participante, o princípio de incomunicabilidade entre vivos e mortos não foi questionado em nenhum momento por ela; no entanto, Helena também não questionou sua vontade em reencontrar a filha, chegando a enfatizar que necessitava reencontrá-la, fatos estes que contribuíram para a vivência de tensão e ambivalência enfrentadas por Helena.

Os signos generalizados *vontade* e *necessidade* podem ser aqui concebidos como uma codificação verbal de um campo afetivo intenso e pervasivo – um campo afetivo hipergeneralizado -, o qual foi, ainda que minimamente, experienciado no contexto da entrevista, a partir do meu questionamento a respeito dos sentimentos e emoções de Helena. Após ter a própria filha Jane como Outro relevante naquela situação de *vontade* e *necessidade*, a participante se lembrou dos seus diálogos com Deus a respeito do mesmo assunto e, finalmente, reafirmou a necessidade de rever Jane.

Esses segundos de fala promoveram uma abertura para uma experiência afetivamente errática, ambivalente, tensa e isenta de tentativas de construção de novos significados, haja vista o fato de que a trajetória abordada no aspecto em questão do episódio já se encontrava previamente constricta por dois elementos dominantes: um signo forte do tipo campo generalizado (*incomunicabilidade*) o qual havia sido previamente internalizado e um elemento intrapessoal pervasivo (a *vontade* e a *necessidade* de rever a filha falecida). Dessa forma, a *vontade* e a *necessidade* de rever Jane foram contrastadas com a certeza de que tal fato jamais ocorreria.

O que se seguiu, como representado na Figura 8, foi uma oscilação do *self* entre campos semióticos generalizados e específicos permeados por signos postos em relação de tensão, bem como as conseqüências afetivas de tal cenário. As conseqüências afetivas foram traduzidas em expressões verbais específicas, com predominância do signo *triste*, sendo tal *tristeza* expressa também de outras formas como, por exemplo, através do choro. Se pensarmos que aqui se trata de uma mãe relatando seu sofrimento oriundo da perda violenta de uma filha muito amada por ela (“Tem dia que eu sinto tanta saudade, que eu fico até doente!”; “Eu não durmo direito, não me alimento... Se eu pudesse, eu nem comia nada mais! . . . Uma tristeza, não tenho força pra sair pra lugar nenhum!”), podemos considerar as externalizações de tal signo específico (*triste*) como esquematizações intensas de campos afetivos hipergeneralizados os quais foram traduzidos diretamente para expressões verbais extremamente sintéticas.

Dessa forma, a palavra *triste* expressa no trecho transcrito ora em análise é um signo do tipo ponto que condensa um campo afetivo amplo e avassalador no contexto de diálogo durante a entrevista. Ressalte-se que é plausível conceber como qualitativamente semelhantes a tristeza expressa por Helena durante a entrevista e aquela tristeza que ela dizia sentir constantemente fora do contexto de entrevista. Assim, a despeito do caráter de novidade de cada experiência de tristeza no fluxo temporal ininterrupto e irreversível, tal codificação específica do fenômeno afetivo, no caso de Helena, pode ser vista como um movimento

recorrente de constrição de um campo afetivo hipergeneralizado pervasivo, movimento este organizado semioticamente.

O signo *comunicabilidade*, fornecido por pessoas conhecidas de Helena, emergiu como um ex-mediador da relação de Helena com sua filha, sendo o mesmo contratado com a nova certeza de que não há comunicação entre vivos e mortos; nesse sentido, o signo *comunicabilidade* apareceu como um signo fraco, já excluído do repertório de significados cultivados por Helena. É interessante notar o fato de que, anteriormente, o signo *comunicabilidade* implicava em ambivalência e sofrimento e, neste segundo momento do episódio, a rarefação da potência mediacional do mesmo, via dominância do signo *incomunicabilidade*, é que implicou em sofrimento, como expresso no seguinte enunciado: “E, agora, eu sei que não é mais isso, que não é mais. . . . Aí, a gente fica triste. Eu fico triste”.

Os estados codificados como *alegre*, *animada* e *aliviada*, ao final do episódio ora em questão, podem ser considerados aqui como possuindo uma abrangência mais restrita no campo afetivo de Helena devido, principalmente, ao fato de que tais experiências afetivas estavam relacionadas a um aspecto não dominante dentro do signo mais amplo *incomunicabilidade*, qual seja, o fato de que o espírito de Jane estaria imune a quaisquer ações das pessoas vivas²⁹, inclusive do próprio sofrimento de Helena (uma descrição mais detalhada da complexidade interna dos signos se encontra no Capítulo 3, referente ao caso da participante Rebeca). Além disso, tais manifestações afetivas de *alegria*, *ânimo* e *alívio* apareceram apenas no episódio ora analisado, sendo, assim, pouco proeminentes ao longo de todo o processo das entrevistas.

No nível dos signos generalizados, nota-se uma hierarquia intranível, com dominância do signo *incomunicabilidade*, o qual havia sido fornecido pela instituição religiosa via grupo de estudos bíblicos. No entanto, percebe-se uma tensão envolvendo os signos *incomunicabilidade*, de um lado e *vontade* e *necessidade*, de outro, tensão esta que medeia a experiência afetiva de tristeza, codificada no signo tipo ponto *triste*. Em outras palavras, verifica-se uma ambivalência que envolve, por um lado, um signo forte generalizado e, por outro, um estado afetivo hipergeneralizado, sendo este último codificado verbalmente através de termos generalizados (*vontade* e *necessidade*).

Considerando especificamente os seis primeiros elementos (signos emergentes e respectivas posições de Eu envolvidas) da Figura 8, pode-se notar, no plano microgenético, um processo semioticamente mediado de transformação na experiência afetiva de Helena

²⁹ Tal aspecto do signo *incomunicabilidade* pode ser visto na seguinte afirmação de Helena: “A gente não pode fazer nada por eles [mortos], nem eles pode fazer nada pela gente” (ver 3ª e 13ª linhas do Quadro 2).

durante o diálogo com o pesquisador, processo este composto por quatro momentos principais:

Inicialmente, a participante expressou sua intensa vontade e necessidade de rever a filha (experiência afetiva hipergeneralizada), como resposta à pergunta a respeito de como ela se sentia diante da certeza da impossibilidade do reencontro com Jane.

Tal campo afetivo, no entanto, foi constricto pelo signo “Eu não vou ver [Jane]” o qual, por sua vez, resultou da internalização do signo forte *incomunicabilidade* (“Na Bíblia diz que, aqui, não é possível”). Percebe-se, assim, a ocorrência de uma *compressão* da experiência afetiva intensa e pervasiva caracterizada pela *vontade e necessidade* de reencontro com alguém já falecido, compressão esta mediada pelo signo generalizado *incomunicabilidade* e o seu conseqüente específico (“Não vou ver”); ademais, tais elementos conflitantes integraram um campo afetivo-semiótico ambivalente, ao invés de se excluírem mutuamente, neste segundo momento do processo de transformação afetiva.

Em seguida, da ambivalência entre a vontade e a necessidade de rever a filha, de um lado, e o signo internalizado (portanto, imbuído de sentido pessoal e afetivamente relevante para a participante), forte e generalizado, de outro, emergiu um estado de tensão cujo resultado mediato foi outro campo afetivo hipergeneralizado.

Por fim, tal estado afetivo hipergeneralizado foi imediatamente codificado em termos específicos (“Eu fico triste”). Assim, antes da participante continuar suas reflexões sobre as diversas concepções da vida pós-morte, ela repetiu a expressão “Eu fico triste” três vezes, em um tom de voz descendente e com alguns segundos de silêncio entre cada repetição. Neste ponto do episódio, vê-se a configuração de um novo estado afetivo hipergeneralizado, cuja gênese foi mediada por signos generalizados internalizados a partir das relações concretas de Helena com outros sociais relevantes e cuja configuração final foi externalizada através de um signo específico (*triste*).

A Figura 9, a seguir, apresenta a articulação entre os dispositivos semióticos e os campos afetivos hipergeneralizados envolvidos no processo microgenético de transformação do estado afetivo de Helena ora descrito. Dessa forma, seguindo o mesmo esquema gráfico da Figura 8, a figura a seguir complementa a anterior, ao apresentar os cinco níveis de organização dos fenômenos afetivos (Valsiner, 2007). Em ordem ascendente (ver elipses horizontais na Figura 9), tais níveis de organização dos fenômenos afetivos são: fisiológico; nível dos sentimentos gerais imediatos; nível emocional diferenciado; nível generalizado e, por fim, o nível hipergeneralizado (Valsiner, 2007), como descritos no Capítulo 1.

Na parte superior esquerda da Figura 9 encontra-se a representação do campo afetivo hipergeneralizado (margado por linhas pontilhadas descendentes) sendo codificado através de símbolos generalizados (*vontade* e *necessidade*); em seguida, vê-se a emergência do signo específico (“Não vou ver”) oriundo do signo generalizado aqui referido como *incomunicabilidade* (“Na Bíblia diz que, aqui, não é possível”); a seta espessa ascendente entre os níveis hipergeneralizado e generalizado representa a conseqüente compressão do campo afetivo que é caracterizado pela vontade e necessidade de rever Jane; na parte superior direita da referida figura, por fim, tem-se a expansão do campo afetivo de Helena o qual é imediatamente circunscrito pelo termo específico *triste*.

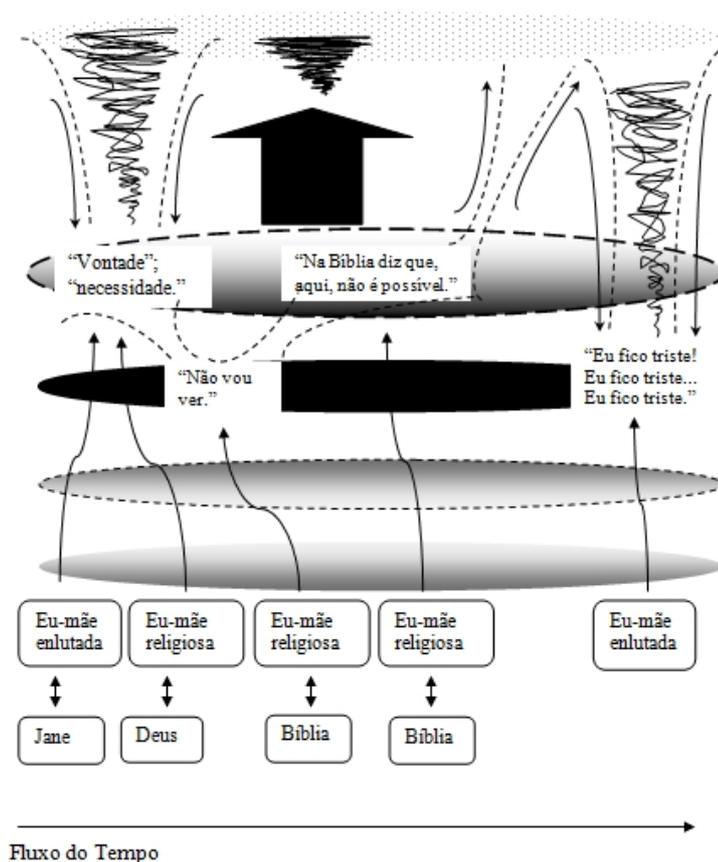


Figura 9. Processo de compressão do campo afetivo hipergeneralizado e a conseqüente emergência de um novo campo afetivo, através da mediação do signo forte *incomunicabilidade*.

Nesses 118 segundos de narrativa, Helena elaborou verbalmente uma tentativa de vivenciar seu pesar da maneira mais satisfatória para si mesma, atentando simultaneamente para os direcionamentos sociais de tal experiência. Se o signo *incomunicabilidade* funcionou

inicialmente como um mediador semiótico satisfatório na resolução da ambivalência envolvendo a expressão pública (chorar) de seu pesar, a contextualização deste signo generalizado na problemática a respeito da vontade de Helena de ter algum contato com Jane foi um fator de reinstauração de ambivalência e tensão.

Uma das questões centrais neste episódio analisado é a problemática envolvendo as relações entre a esfera pessoal e a coletiva na vivência do luto materno. Assim, verificou-se uma demanda do contexto para que Helena superasse a dor da perda e seguisse em frente, sendo que estudos têm demonstrado que a conexão contínua entre mãe e filho morto é um fenômeno relativamente comum (Alarcão, Carvalho & Pelloso, 2008; Murphy, Johnson & Lohan, 2003).

Por outro lado, o vínculo persistente com o filho morto tem sido relatado como um fator favorecedor de sofrimento materno (Alarcão, Carvalho & Pelloso, 2008), fato este que abre espaço para intervenções por parte de instituições sociais as quais almejam contribuir para a diminuição do sofrimento das mães enlutadas através da eliminação ou enfraquecimento máximo dos laços que as mesmas mantêm com seus filhos. No entanto, e como pode ser visto neste episódio do caso de Helena, parte considerável do apoio que intenta cooperar para uma suposta melhora do estado da mãe em sofrimento é geralmente percebida como ineficiente pelas mães em processo de luto, devido a concepções excessivamente normatizadoras acerca do tempo necessário para uma superação satisfatória do estado de pesar (Lehman, Ellard e Wortman, 1986). Dessa forma, mesmo no caso em que a concepção religiosa sobre as relações entre vivos e mortos (*incomunicabilidade*) contribuiu para a diminuição do sofrimento da participante, um novo estado de ambivalência e tensão surgiu, justamente a partir da manutenção de tal concepção no sistema pessoal de significados de Helena, haja vista o fato de que tal signo dominante ia de encontro à vontade e necessidade de rever a filha.

Na subseção a seguir, os dois aspectos integrantes deste episódio são discutidos à luz das noções de sistemas semióticos pessoais, posições de Eu e processo de constrição semiótica da experiência afetiva.

3.2.1.3 Discussão do primeiro episódio – Constrição semiótica de campos afetivos através do reposicionamento do *self* ao longo de subsistemas semióticos. A noção de sistemas semióticos foi central no primeiro aspecto deste episódio intitulado *O Pesar e as Concepções Popular e Bíblica do Pós-Morte*. De acordo com a psicologia cultural de orientação semiótica, sistemas semióticos são compreendidos aqui como um conjunto de signos articulados hierarquicamente entre si por um agente (individual ou coletivo), possuindo

tal conjunto tanto uma abertura para mudanças, como também um nível de estabilidade ao longo do tempo (Valsiner 1998; 2007). Tais sistemas podem existir de maneira compartilhada coletivamente (codificados em normas, códigos de valores e de conduta, propagandas, construções arquitetônicas, obras artísticas, etc.), formando um complexo compartilhado heterogêneo e dinâmico de signos, ou podem assumir uma forma pessoal e idiossincrática (por exemplo, rede de significados construídos a partir de relações intersubjetivas e cultivados no âmbito intrasubjetivo ao longo do tempo), igualmente heterogênea e dinâmica. No primeiro caso, tem-se a cultura coletiva e, no segundo, a cultura pessoal (sistema semiótico pessoal), cujas interrelações ocorrem através dos processos construtivos de internalização e externalização³⁰ (Valsiner, 1998; 2007).

A partir da análise do primeiro aspecto do episódio anteriormente abordado, a cultura pessoal pode ser compreendida, adicionalmente, como um conjunto *dinamicamente estável* de significados associados a esferas específicas de experiência pessoal, compondo, tais significados, subsistemas semióticos hierarquicamente relacionados entre si. Assim, podemos pensar em uma dupla hierarquia dentro do sistema semiótico pessoal: uma, entre subsistemas e outra, dentro de cada subsistema semiótico (entre signos). Outros termos têm sido utilizados para se referir à noção aqui adotada de subsistemas semióticos pessoais, tais como *zonas da cultura pessoal*, as quais funcionam como *sistemas de orientação pessoal*, i.e., uma espécie de sistema produtor de significados o qual permite à pessoa compreender e agir no mundo; tais sistemas de orientação são construídos *a partir de conceitos e conjuntos semióticos*, adquirindo uma relativa estabilidade ao longo do tempo à medida em que medeiam satisfatoriamente a relação da pessoa com o mundo (Zittoun, 2012, p. 522). Ao se considerar tais *zonas* da cultura pessoal como subsistemas, enfatiza-se sua relativa *organização hierárquica interna*, organização esta engendrada pela pessoa ao longo de suas relações intersubjetivas. Assim, signos mais relacionados a uma determinada esfera de vida da pessoa tendem a ser organizados de maneira hierárquica, tornando-se, portanto, não apenas um sistema *semiótico de orientação pessoal*, mas também um *locus* para intervenções *específicas* e, conseqüentemente, transformações subjetivas igualmente *específicas*.

Esta *concepção hierárquica dual da cultura pessoal* implica no reconhecimento de que a própria organização hierárquica do sistema semiótico é mediada por signos generalizados e afetos hipergeneralizados os quais medeiam a organização do sistema. No

³⁰ A *externalização* é aqui compreendida como um processo de análise pessoal de elementos intrapsicológicos (como concepções pessoais a respeito de um determinado fenômeno, por exemplo), acompanhado de sua transposição para o espaço externo (intersubjetivo) na forma de novas sínteses desses elementos, levando a uma modificação do ambiente externo (Valsiner, 1998).

caso de Helena, por exemplo, pode-se ver a dominância do subsistema semiótico relacionado à sua esfera de experiência religiosa, dominância esta que, por sua vez, é mediada por signos generalizados como *respeito ao sagrado*, *fé*, e *temor a Deus*, como expresso pela participante em outros momentos das entrevistas.

Além disso, a concepção dual do sistema semiótico pessoal nos permite contextualizar a gênese da dominância assumida por determinados signos no âmbito das interações sociais específicas da pessoa, uma vez que tal assunção é canalizada pela hierarquia de subsistemas. No caso de Helena, por exemplo, a dominância do signo *incomunicabilidade* sobre o signo *comunicabilidade* ocorreu devido à centralidade do subsistema semiótico referente à esfera de experiência pessoal da participante como mulher religiosa e integrante de uma instituição neopentecostal específica no Subúrbio Ferroviário de Salvador, BA.

Assim, os subsistemas semióticos pessoais bem como os signos que os integram existem como realidades psicológicas e têm seu funcionamento definido a partir de uma subjetividade que se posiciona em um espaço e um tempo compartilhados, originando um *sistema eu-aqui- agora* (Valsiner, 2002a). Uma determinada posição de Eu interna pode, então, ser concebida aqui como um centro experiencial subjetivo, em torno do qual signos específicos são organizados hierarquicamente cada vez que essa posição interna ganhar proeminência em uma determinada interação; complementarmente, pode-se afirmar que a cultura pessoal funciona como um *plasma semiótico* no qual o próprio senso de si mesmo se encontra amalgamado através do cultivo de diversas versões *semióticas* de si narrativamente construídas.

Ainda com relação à dominância semiótica, duas de suas características podem ser ressaltadas aqui: o poder de estimulação afetiva do signo e automaticidade do funcionamento semiótico. Dessa forma, uma vez que um signo é internalizado e imbuído de força representacional (signo forte) para alguém, esta mesma pessoa se torna afetivamente sensível a questões (principalmente às desafiadoras, tais como re-elaborações, questionamentos, reconceitualizações, oposições, etc.) que envolvam tal signo. Associado a esta característica, o funcionamento usual de mediadores semióticos dominantes tende a ocorrer de maneira minimamente ou, até mesmo, não deliberada.

Vale lembrar que um signo dominante em um determinado subsistema da cultura pessoal (logo, um signo internalizado) é uma co-construção pessoal mediada ela mesma por afetos. Ademais, tal signo é integrado ao sistema semiótico da pessoa através de uma apropriação idiossincrática de elementos externos, apropriação esta mediada por signos pré-existentes na cultura pessoal (Valsiner, 2007). Dessa forma, subsistemas semióticos

dominantes tendem a promover o estabelecimento de determinados signos como dominantes em diferentes esferas de experiência da pessoa.

No presente estudo, a experiência afetiva da participante Helena foi constrita de uma maneira específica por um signo dominante, como apresentado na subseção intitulada *Sofrimento oriundo da necessidade incessante de rever Jane*. Tal maneira específica, aqui nomeada de *compressão semiótica da experiência afetiva*, é compreendida como a atenuação temporária da intensidade de um campo afetivo hipergeneralizado através da mediação de signos fortes, sendo tal mediação também promotora de transformações qualitativas da experiência afetiva.

Possivelmente, esses microciclos afetivo-semióticos compostos por *campos afetivos hipergeneralizados, signos fortes mediadores e novos campos afetivos emergentes* são recorrentes ao longo da trajetória de pessoas que enfrentam perdas traumáticas, durante o processo de integração de tais perdas aos seus sistemas semióticos pessoais. Assim, a experiência de luto, cujas bases biológicas remontam à história filogenética da espécie humana (Bowlby, 1908/1998), é marcada pela recorrência da constrição semiótica de campos afetivos hipergeneralizados avassaladores.

Isto equivale a dizer que a pessoa co-constrói dispositivos semióticos (por exemplo, os símbolos *Quem morreu, tá no sono profundo, não acorda mais! Só quando Deus quiser ressuscitar os mortos!*) os quais, à primeira vista, parecem ser meras representações de uma suposta realidade externa (objeto da representação), sendo que tanto a internalização dos mesmos, quanto seus usos são mediados afetivamente. No que tange especificamente aos seus usos, o que os torna relativamente eficazes na constrição de campos afetivos é a eclosão de experiências afetivas a cada vez que tais dispositivos exercem seu papel mediacional em interações (intra e intersubjetivas) relevantes para a pessoa.

Dessa forma, um dado campo afetivo hipergeneralizado, codificado através de um símbolo generalizado (por exemplo, *vontade e necessidade*), mantém sua dominância no sistema *eu-aqui-agora* no instante de tal codificação. Entretanto, no caso de uma necessidade extrema, como a necessidade pervasiva de reencontro com um filho jovem falecido, os limites do complexo *campo afetivo-signo necessidade* podem ser expandidos de forma a originar níveis extremamente altos de sofrimento. Entretanto, os limites de tal sofrimento podem ser, ainda que minimamente, constritos por outros campos afetivos que emergem *junto com* a contextualização de signos fortes previamente internalizados.

Esta *ativação semiótica*, i.e., a entrada de um signo previamente internalizado em um determinado fluxo afetivo-semiótico, ocorre a partir do posicionamento subjetivo no âmbito

de um subsistema semiótico pessoal, posicionamento este semioticamente mediado – por exemplo, ao sentir vontade de rever a filha, Helena não se reposiciona a partir do subsistema semiótico relacionado à sua experiência como portadora de doença renal crônica, mas sim como mãe religiosa, endereçando-se a Deus em busca de auxílio. Assim, essa instância subjetiva central da experiência, referida como Eu em um determinado instante, assume uma posição que se encontra imersa em um sistema semiótico, com referência à qual certos signos terão maior centralidade. Ao funcionar como centro interpretante de sua própria experiência, tal posição de Eu restringirá a amplitude das possibilidades de emergência semiótica, favorecendo um destes signos centrais a funcionar, no cenário subjetivo do *self*, como conseqüente semiótico das reações desta posição de Eu aos signos precedentes (ver Figura 9).

Na ocorrência de conflitos entre tais complexos afetivo-semióticos adjacentes no fluxo do tempo, em termos de suas respectivas valências afetivas ou seus conteúdos representacionais, o campo afetivo hipergeneralizado inicialmente experienciado pode sofrer uma compressão, como foi visto no caso da participante Helena. De tal ambivalência, por fim, emergirá um novo campo afetivo qualitativamente diferente dos anteriores o qual, por sua vez: a) mediará a reconfiguração do sistema do *self*, favorecendo a assunção da dominância por uma nova posição de Eu; b) será rotulado e avaliado através de signos de diversos graus de generalidade e c) funcionará como precedente afetivo-semiótico a partir do qual novos campos afetivo-semióticos emergirão, estando a nova posição de Eu dominante (aninhada em um subsistema semiótico) no centro deste processo de transformação afetivo-semiótico.

No episódio a seguir (*Plano Para Reencontrar Jane na Vida Pós-Morte*), pode-se ver a construção semiótica de uma solução para a problemática envolvendo, por um lado, o desejo de Helena de rever a filha e, por outro, o princípio da incomunicabilidade entre vivos e mortos. A idéia de *ressurreição dos mortos*, que já aparece no primeiro episódio, ganha, assim, centralidade nas elaborações da participante no episódio a seguir.

3.2.2 Plano para Reencontrar Jane na Vida Pós-Morte – A Construção, Manutenção e Funcionamento de um Signo Promotor

Este episódio teve seu início a partir de uma conversa informal entre pesquisador e participante alguns minutos antes da terceira entrevista, quando Helena afirmou que planejava se mudar para outra cidade, pois ela estava vivendo sob grande estresse devido a diversos fatos que vinham acontecendo em sua residência. Considerando que o estresse a que estava sendo submetida poderia agravar seus problemas de saúde e, conseqüentemente, ocasionar sua

morte, Helena afirmou: “[Eu preciso me mudar para outra cidade] porque eu não quero morrer agora! Não posso morrer agora!”.

Minutos depois, já no contexto da terceira entrevista, esta afirmação de Helena foi trazida como ponto inicial do diálogo, quando Helena foi questionada acerca das razões pelas quais ela *não queria e não podia morrer* então. O que se seguiu foi a explicação da afirmação mencionada, estando este assunto relacionado com a problemática do episódio anterior: a vontade de rever a filha e a concepção bíblica da vida após a morte. Ao longo deste novo episódio, Helena explicou o porquê de não poder morrer então, falou sobre a necessidade de se purificar do ódio que sentia e sobre o que vinha fazendo para alcançar este objetivo. A abordagem destes assuntos se deu ao longo dos 20 primeiros minutos do terceiro encontro.

O Quadro 8, o qual se encontra integralmente na página seguinte, mostra a transcrição dos 3 minutos e 38 segundos ao longo dos quais Helena explicitou sua necessidade de permanecer viva para se purificar espiritualmente, com o intuito de reencontrar Jane na vida após a morte. As principais posições de Eu se encontram na coluna da esquerda e os principais signos mediadores no episódio se encontram sublinhados na coluna da direita.

POSIÇÕES DE EU	SIGNOS MEDIADORES
Eu-Mãe Enlutada Religiosa ← → Eu-Impura	Eu <u>não posso morrer agora</u> , vou te dizer porque: primeiro, <u>se eu morrer agora, eu posso não ver minha filha depois da minha morte</u> . Quer dizer, <u>no grande dia que Deus ressuscitar os mortos, eu posso não ver minha filha</u> , entendeu? [Pesquisador: Não.]
Eu-Mãe Enlutada Religiosa ← → Eu-Impura	Entendeu não? Assim, ó: Porque eu ainda <u>não tô liberta!</u> Entendeu? Eu <u>não tô liberta</u> . Que <u>pra eu ter uma ressurreição após a morte, eu tenho que me libertar de todas coisas</u> . Assim... Vamos supor, assim... Eu xingo... Quer dizer, eu xingo... Eu faço algumas <u>coisas que ainda desagrada a Deus, né?</u> . . . Eu falo coisas que eu não devo falar, entendeu? E aí, isso aí, eu sei que <u>não agrada a Deus</u> . Aí, a pessoa, pra... Eu <u>tenho que limpar meu coração, né?</u> <u>Tirar toda mágoa, todo rancor do meu coração...</u>
Eu-Impura ← → Responsáveis pela Morte de Jane	Que eu tô com o <u>coração cheio de mágoa - eu tô sim!</u> Depois da morte de Jane, eu fiquei com o meu <u>coração cheio de mágoa, de revolta!</u> E eu sei que <u>isso aí desagrada a Deus</u> .
Eu-Mãe Enlutada Religiosa ← → Eu-Impura	E então, por isso que eu digo a você que eu <u>não posso morrer agora</u> , por esse motivo.
Eu-Mãe ← → Filhos Vivos	E também que eu <u>não posso deixar meus filhos na rua da amargura</u> aí, <u>sem um teto pra morar</u> , entendeu?
Eu-Religiosa ← → Livro de Estudos da Bíblia	Aí, é assim: sabe que <u>na vinda do Senhor, quando Ele voltar, que Ele vai ressuscitar todos os mortos e aí, todos os mortos vão ser ressuscitados</u> . Um, pra <u>quem fez coisas boas, continuarão vivos e quem fez coisas mau, morrerá pra sempre</u> . Assim que eu aprendo, <u>isso aí</u> , no livro – eu nem trouxe, que essa semana eu não estudei. Entendeu? Eu não estudei, essa semana. Aí eu não marquei nada [no livro], entendeu?
Eu-Mãe Enlutada Religiosa ← → Bíblia	E aí eu tô vivendo <u>nessa esperança</u> de um dia eu <u>rever minha filha</u> . Pelo menos, <u>dar um abraço nela</u> - eu vivo <u>nessa esperança!</u> Assim, como a Bíblia ensina, entendeu? <u>Não sei...</u>

Quadro 8. Principais posições de Eu e signos mediadores envolvidos na construção e manutenção do signo forte “Não posso morrer agora”.

Inicialmente, vale lembrar que, já no primeiro episódio Helena havia mencionado brevemente que a impossibilidade de reencontrar a filha se restringia a *esta vida aqui na terra*, em contraste com a *vida espiritual* do mundo pós-morte: “O que a Bíblia ensinou é isso aí: quem morreu, tá no sono profundo, não acorda mais! *Só quando Deus quiser ressuscitar os mortos!*” e “Eu não vou ver [minha filha] porque na Bíblia diz que, *aqui*, não é possível”. No entanto, esta questão não foi enfatizada pela participante no segundo encontro, surgindo apenas na terceira entrevista, de onde o episódio ora analisado foi retirado. Este aspecto menos enfatizado anteriormente ganhou a proeminência e a função de um novo signo

generalizado no terceiro encontro, doravante referido como *comunicabilidade pós-salvação (espiritual)*.

Se, no episódio anterior, o signo forte *incomunicabilidade* foi um elemento central na instauração de elevados níveis de ambivalência e tensão, a ressalva feita a tal signo (i.e., tal incomunicabilidade só se aplica à vida terrena) serviu como ponto de partida para Helena projetar sua trajetória no tempo, a qual incluía desde elementos concretos e percebidos como mais passíveis de serem influenciados por suas ações, até aqueles mais abstratos e vistos como menos dependentes de suas ações. Dentre os primeiros, estão *mudar-se de cidade para preservar sua saúde* e, assim, *permanecer viva* e *garantir moradia para seus filhos*; dentre os menos controláveis, *purificar-se do ódio sentido pelos responsáveis pela morte de Jane*, *obter a salvação espiritual* e, como consequência, *viver eternamente* e *reencontrar Jane*.

O trecho transcrito no Quadro 8 começa com a afirmação “eu não posso morrer agora”, a qual é focalizada totalmente no presente e termina com uma consideração projetada para um futuro intensamente desejado: “Eu tô vivendo nessa esperança de um dia eu rever minha filha. Pelo menos, dar um abraço nela”. Entre estes extremos, encontra-se uma construção semiótica errática centrada no desejo intenso de reencontrar a filha, com tal construção errática oscilando consideravelmente em termos de temporalidade, isto é: ela engloba *o que não deve acontecer no futuro próximo* (morrer); *aquilo que pode – mas espera-se que não venha a - acontecer em um futuro distante* (não reencontrar a filha); *o que ainda não existe no presente, mas tem que existir em um futuro próximo* (libertar-se de afetos considerados pecaminosos); *aquilo que existe no presente* (estar com o coração cheio de mágoa); *o que acontecerá em um futuro distante* (ressurreição e julgamento dos mortos) e *aquilo que se espera que aconteça em um futuro distante* (rever Jane). Destaca-se aqui o fato de que Helena mencionou diretamente apenas um evento relevante do seu passado no episódio transcrito (“Depois da morte de Jane, eu fiquei com o meu coração cheio de mágoa, de revolta!”), priorizando, assim, construções semióticas que se estendiam do presente para o futuro e vice-versa. A despeito de tal oscilação na organização semiótica de sua trajetória, Helena expôs a seguinte hierarquia de tarefas a serem cumpridas para que o seu desejo de reencontrar a filha viesse a se concretizar: preservar sua saúde física, purificar-se, ser salva e, finalmente, reencontrar Jane.

Os três primeiros trechos do Quadro 3 trazem signos integrantes do processo de construção de um signo forte generalizado (“Não posso morrer agora”), construção esta mediada por campos afetivos hipergeneralizados e por uma cadeia semiótica estruturada a partir de um signo forte dominante, como descrito nos próximos parágrafos. Os signos que

emergiram inicialmente se referiram ao *não reencontro de Helena com a filha após a morte* (“eu posso não ver minha filha depois da minha morte”) como acontecimento mais provável, caso a participante morresse à época de sua participação no presente estudo (daí ela afirmar que não poderia morrer então). A partir da análise do primeiro episódio, é possível supor que o campo afetivo hipergeneralizado referido como *vontade e necessidade de rever Jane* mediou a emergência do signo “eu não posso morrer agora”, a partir do signo “se eu morrer agora, eu posso não ver minha filha depois da minha morte”. Isto é, se a morte *no presente* pode implicar no não reencontro com Jane, mas Helena sente vontade e necessidade de reencontrá-la, *não morrer agora* é o que emerge como construção pessoal mediada por aquele campo afetivo hipergeneralizado.

De acordo com o segundo trecho do quadro, a explicação para tal acontecimento imaginado (não reencontrar Jane) seria o seu estado aqui denominado de *impuro*, inicialmente referido através da expressão “não tô liberta”. Da relação entre os signos *alta probabilidade do não reencontro* e este estado de *impura*, Helena fez emergir o signo forte *necessidade de purificação* (“eu tenho que me libertar de todas as coisas. . . . Eu tenho que limpar meu coração”; “tirar toda mágoa, todo rancor do meu coração”), cuja justificativa era o fato de seu estado impuro *desagradar a Deus*. Assim, o segundo trecho termina com a repetição da tarefa recém-emergente - e semioticamente mediada - *purificar-se*.

No terceiro trecho transcrito, a posição de Eu *impura* se tornou central na experiência da participante, quando ela apresentou uma explicação do seu estado de *impureza*: “eu tô com o coração cheio de mágoa” (“Eu tô sim!”) e “de revolta”, reafirmando o fato de que tal estado desagradava a Deus. Assim, seu posicionamento como pessoa *impura* mediou dois signos consequentes: *possibilidade do não reencontro com Jane* e *desagradar a Deus*. Apesar de Helena ter mencionado, no segundo trecho, seu ato de xingar como um elemento constituinte de seu estado *impuro*, considera-se aqui que o elemento central do mesmo era a mágoa e a revolta que ela sentia com relação aos autores do homicídio de Jane, como poderá ser visto no próximo episódio.

O quarto trecho transcrito apresenta a reafirmação do signo forte “não posso morrer agora”, cuja justificativa complementar (não deixar os filhos sem moradia) foi apresentada no trecho seguinte. No sexto trecho, Helena expôs um signo generalizado aqui denominado de *regras da salvação espiritual* (“na vinda do Senhor, . . . ele vai ressuscitar todos os mortos. . . . Quem fez coisas boas, continuarão vivos e quem fez coisas mal, morrerá pra sempre”), o qual explicava a gênese semiótica da relação entre os signos *impura* e *alta probabilidade de não reencontro com Jane*.

Por fim, a internalização do signo generalizado *regras da salvação espiritual* também mediou diretamente a emergência de um campo afetivo hipergeneralizado, categorizado através do signo *esperança* (de rever a filha e lhe dar um abraço após a salvação espiritual). Tal mediação foi expressa mais claramente por Helena poucos minutos após a exposição do presente episódio: “quando começou o estudo sobre os mortos, aí me deu a esperança de rever a minha filha de novo” e “quando chegou no estudo dos mortos, dizendo que os mortos podiam ressuscitar, que podiam se abraçar e tudo - porque tem essas coisas no livro - isso aí me deu mais força ainda!”.

3.2.2.1 Mediação de relações entre signos pelo signo dominante *regras da salvação espiritual* e pelo campo afetivo hipergeneralizado *esperança*. Nos três primeiros trechos deste fluxo semiótico, observa-se uma explicação da construção e da manutenção de um signo forte (“Eu não posso morrer agora”). Inicialmente, Helena apresentou dois mediadores semióticos relevantes pré-existentes (*probabilidade de não reencontro com Jane e não liberta*) cujas construções prévias tinham sido mediadas por um signo forte internalizado (*regras da salvação espiritual*) e por um campo afetivo hipergeneralizado (“mágoa” e “revolta”) respectivamente.

No entanto, este mesmo signo forte internalizado havia promovido também a emergência do campo afetivo hipergeneralizado *esperança*, como demonstrado no último trecho transcrito do Quadro 8. Este campo afetivo hipergeneralizado, por sua vez, mediou a emergência do signo *necessidade de purificação*, a partir do reconhecimento de seu estado de *não liberta*.

Outra justificativa para tal *necessidade de purificação* emergiu em seguida, possivelmente mediada pela dominância do campo afetivo hipergeneralizado caracterizado pela “mágoa” e “revolta”: “faço algumas coisas que ainda desagrada a Deus” e “isso aí, eu sei que não agrada a Deus”. Dentre essas coisas que desagradavam a Deus, Helena enfatizou sua mágoa, revolta e ódio com relação aos autores do crime que vitimizou Jane, como poderá ser visto em detalhes no próximo episódio, a despeito de sua afirmação inicial de que *xingar e falar coisas que não deveria* eram o que desagradavam a Deus.

O que se seguiu, no restante do segundo trecho bem como no terceiro, foi uma nova oscilação entre estes dois campos afetivos hipergeneralizados, com a intensificação da experiência de “mágoa” e “revolta” (“Eu tô sim!”) a qual antecedeu a reafirmação e o fortalecimento do signo forte originador da sequência aqui destacada: “por isso que eu digo a você que eu *não posso morrer agora*, por esse motivo”.

Neste episódio, vê-se um fluxo de signos previamente construídos e postos em relação durante a conversa com o pesquisador, signos estes que funcionaram como *andaimés semióticos* sustentadores de um signo forte dominante (“não posso morrer agora”) o qual, por sua vez, orientou a trajetória da participante no sentido de se engajar em ações que preservassem sua saúde física. A seguir, são apresentadas as principais relações estabelecidas (por Helena) entre tais signos, bem como paráfrases da fala de Helena, com os respectivos signos envolvidos em tais relações. Os termos em destaque (em itálico) chamam a atenção para a relação indicada em cada tópico:

- Causalidade provável – *A consequência de minha morte pode ser não rever minha filha; Eu posso não rever minha filha porque eu ainda não estou liberta.*

- Causalidade direta (evidenciada biblicamente) – *O fato de eu não estar liberta causa um desagrado a Deus.*

- Justificação, como ato de explicar os fundamentos de uma decisão – *O fato de desagradar a Deus, por não estar liberta e estar com o coração cheio de mágoa e revolta, justifica minha necessidade de limpar meu coração.*

Os eventos integrantes do primeiro tipo de relação foram mediados por uma cadeia hierarquizada de signos, ao passo que o evento da terceira relação foi mediado por um campo afetivo hipergeneralizado.

No primeiro caso, pode-se supor a existência de uma cadeia semiótica hierarquizada construída previamente que medeia a relação causal estabelecida, cuja apresentação durante o diálogo com o pesquisador se deu com a consequência (não ver a filha depois da morte) antecedendo a causa (não estar liberta). Esta cadeia semiótica aqui pressuposta se configura em uma sucessão de representações que emergem a partir de signos antecedentes, cuja sequência *aproximada*, pode ser descrita como se segue.

Inicialmente, tem-se o signo “Eu não tô liberta”, o qual faz emergir outro signo em forma de uma apreciação valorativa: “Isso desagrada a Deus”; em seguida, outra apreciação valorativa em forma de signo generalizado, suposta pelo pesquisador, pode ter emergido como avaliação do *não agradar a Deus: desagradar a Deus é algo mau*; o signo dominante *regras da salvação* estabelece, por conseguinte, a amplitude de possibilidades de novas construções semióticas, a partir da constatação de que se está desagradando a Deus, i.e., fazendo algo mau – dessa forma, uma consequência (novamente suposta pelo pesquisador) é semioticamente gerada: *Eu posso vir a morrer para sempre no juízo final*; finalmente, outra

representação, em forma de nova consequência possível, é construída semioticamente: “se eu morrer agora, eu posso não ver minha filha depois de minha morte” [porque *eu posso vir a morrer para sempre no juízo final*].

O signo forte generalizado e internalizado *regras da salvação* funcionou como organizador de tal cadeia semiótica, estabelecendo as relações entre o estado de *não liberta* e a *possibilidade de não rever a filha*. Esta cadeia semiótica mediadora da relação causal construída previamente por Helena se encontra representada graficamente na Figura 10.

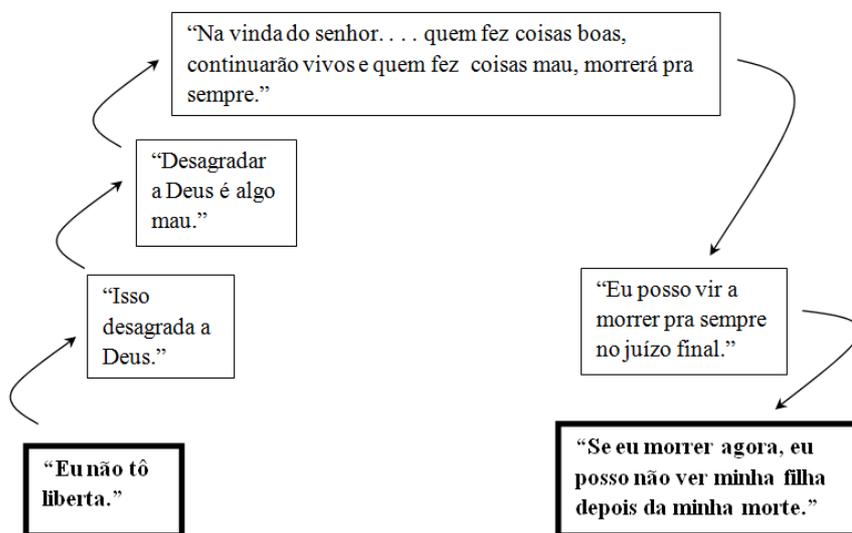


Figura 10. Cadeia semiótica mediadora da relação causal entre o estado de *não liberta* e a *possibilidade de não rever Jane*.

É plausível supor que a relação causal *semioticamente estabelecida* em formato de cadeia hierarquizada (Figura 10) funcionou como mediadora semiótica quando Helena externalizou a sequência “eu posso não ver minha filha . . . porque eu ainda não tô liberta”.

No caso da *justificação*, a intenção de Helena de não mais desagradar a Deus, através da purificação de seu coração, foi mediada pela *esperança* de que, ao fazê-lo, ela seria absolvida e alcançaria a vida eterna na ocasião do juízo final. A Figura 11 mostra a representação dessas duas mediações acima expostas, com disposição da cadeia semiótica representada na Figura 10 entre os signos “posso não ver minha filha” e *não liberta*, preservando-se assim a sequência apresentada pela participante.

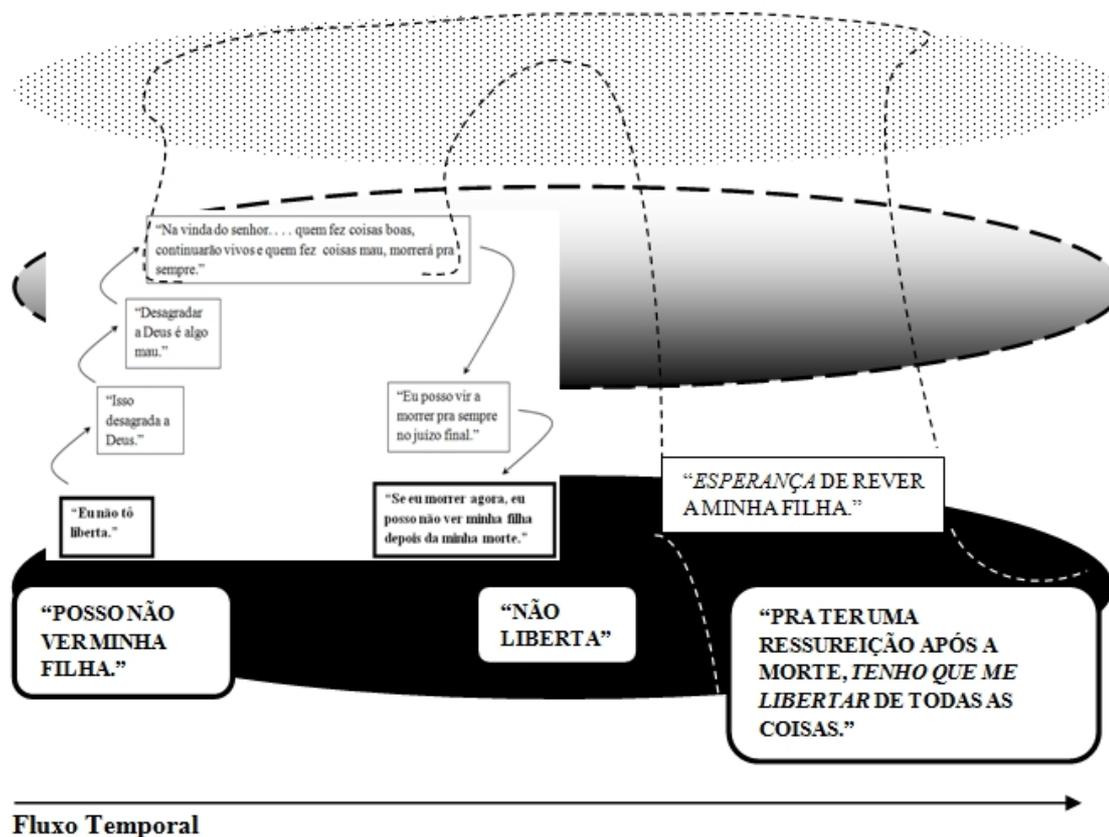


Figura 11. Mediação das relações de causalidade e justificação entre signos estabelecidas por Helena.

Em ordem ascendente, os níveis de organização dos fenômenos afetivos (representados pelas elipses ao fundo, na Figura 11) envolvidos no trecho ora analisado do presente episódio foram: nível emocional diferenciado, nível generalizado e o nível hipergeneralizado. O campo afetivo hipergeneralizado, o qual se originou previamente do signo generalizado *regras da salvação* e fora codificado através do signo específico *esperança*, passou a mediar a relação entre os signos *não liberta* e *necessidade de libertação/purificação*. Dessa forma, a necessidade da participante de se libertar da condição de impura emergiu a partir da esperança de que, caso conseguisse se purificar, a ela seria concedida a vida eterna no pós-morte e, conseqüentemente, a possibilidade de reencontrar Jane.

A origem do processo de construção do signo forte “Eu não posso morrer agora” foi detalhada por Helena nos 14 minutos subsequentes ao episódio ora analisado transcrito no Quadro 8. Nessa continuação de sua narrativa, a participante abordou a desistência de facilitar a própria morte, ao relatar:

“Quando Jane morreu, eu queria morrer. Eu queria morrer também. Eu pensei em parar de fazer hemodiálise, eu não comia, eu não dormia, fiquei muito debilitada. . . . Aí, depois, eu voltei, continuei os estudos Bíblicos, com o pessoal... E aí, aquilo foi me animando. . . . Aí eu disse: ‘Não, não quero morrer agora! Não posso morrer agora! Se eu morrer agora, meu Deus, vai ser ruim pra mim! . . . E eu quero, é... Continuar, né? Viva. Até Deus me libertar de tudo.’”

“E aí, quando começou o estudo sobre os mortos, aí me deu a esperança de rever a minha filha de novo, entendeu? . . . [Os outros integrantes do grupo de estudos bíblicos] falavam que Deus estava comigo, que eu não desanimasse, que Deus tava me dando força... Aquilo ali me animava um pouco. . . . Quando chegou no estudo dos mortos, dizendo que os mortos podiam ressuscitar, que podiam se abraçar e tudo - porque tem essas coisas no livro - isso aí me deu mais força ainda!”

Assim, ao tomar conhecimento de que poderia reencontrar sua filha, Helena abandonou o plano de facilitar a própria morte através da desistência do tratamento médico, pois tal ato a impediria de obter a absolvição divina e, conseqüentemente, de reencontrar Jane. No entanto, a principal dificuldade enfrentada por Helena, no que dizia respeito à sua vontade de rever Jane, era *limpar o seu coração deliberadamente*, como pôde ser observado na análise deste episódio e nos parágrafos seguintes.

3.2.2.2 Necessidade de limpar o coração para agradar a Deus. Ao ser questionada sobre outras ações que ela fazia, além de *preservar a própria vida*, para promover sua salvação espiritual no pós-morte, Helena formulou verbalmente suas idéias através da expressão “Fazer a vontade de Deus” repetidas vezes. Em seguida, ela especificou o que seria *fazer a vontade de Deus*, ao abordar sua necessidade de se purificar espiritualmente:

“Então, assim: consertar meu coração, que tá cheio de mágoa, cheio de... Até ódio no coração! É muita mágoa, muito ódio! Fazer coisas boas, é isso que Deus quer [de nós]. Deus quer o nosso coração limpo, coração puro, entendeu? É isso.”

Ao ser solicitada a falar sobre mais detalhes a respeito da mágoa e ódio sentidos, Helena especificou com relação a quem ela sentia tais afetos: “Das pessoas que matou Jane. Tenho muita mágoa, muito ódio deles!”. Para Helena, nenhuma motivação poderia justificar um ato violento tão extremo, o que a fazia sentir ainda mais ódio dos autores do crime.

Uma nova ambivalência pode ser percebida aqui: de um lado, a necessidade de purificar o coração para alcançar a salvação e, de outro, o reconhecimento da natureza pervasiva da mágoa e do ódio por ela experienciados. Quando questionada sobre o que ela vinha fazendo para resolver esta tensão, Helena afirmou:

“Eu tô pedindo a Deus. Só tô pedindo a Deus pra tirar todo ódio do meu coração, toda mágoa. Tô pedindo! *Só Ele pode me ajudar! Só Ele pode tirar toda mágoa do meu coração.* . . . Pedindo a Ele: assim como Ele me deu força pra sobreviver depois da morte de Jane, que Ele tire toda mágoa do meu coração, todo ódio! Eu peço...”

Ao considerar Deus como principal suporte para que ela conseguisse superar a mágoa e o ódio experienciados, Helena acessou o subsistema semiótico aqui intitulado de *religioso* em busca de uma solução para uma tensão instaurada a partir de elementos do próprio subsistema (purificação como pré-requisito para a salvação; salvação como condição para o reencontro com Jane), já que ela demonstrou pensar que sentir mágoa e ódio pelos algozes da filha era inevitável. Nesse sentido, a suposta demanda divina pela erradicação de tais afetos (mágoa e ódio) pode ser considerada um elemento semiótico instaurador da ambivalência e da tensão aqui descritas e, para solucionar tal problema, Helena recorreu ao próprio Deus em busca de ajuda para retirar a mágoa e o ódio do seu coração: “Só Ele pode me ajudar! Só Ele pode tirar toda mágoa do meu coração”.

A despeito das tensões envolvendo os signos internalizados, a crença de Helena em uma divindade e na possibilidade de um mundo espiritual melhor do que o mundo então vivenciado por ela se constituiu em uma fonte de força para enfrentar o sofrimento da perda violenta da filha, fato este que tem sido relatado como uma tendência comum em tais casos de perda (Alarcão, Carvalho e Pelloso, 2008).

Além disso, o engajamento da participante em estratégias ativas de enfrentamento focadas em suas experiências afetivas, através de processos de co-construção e reconstrução semiótica, possibilitou-lhe lidar diretamente com alguns eventos estressores decorrentes da morte da filha, sendo tais estratégias relatadas como altamente funcionais em estudos sobre a saúde de pais de vítimas de mortes violentas (Alexy, 1982; Murphy, Johnson, et al., 1998; Murphy, Lohan, et al., 1999). Alguns desses estressores enfrentados por Helena foram: a vontade de parar o tratamento médico e de morrer, bem como seu sofrimento diante da impossibilidade de reencontrar a filha, como expresso no primeiro episódio analisado. Nesse caso, fica explícita a relevância do apoio psicossocial dado a mães de vítimas de morte violenta, principalmente no que tange aos aspectos afetivos de tal experiência (Alexy, 1982), o qual foi provido pelo grupo de estudos bíblicos de uma instituição religiosa, no caso de Helena.

3.2.2.3 Discussão do segundo episódio – Construção e manutenção de um signo promotor a partir de posicionamentos do *self* e a constrição de um campo afetivo hipergeneralizado. Três aspectos gerais da análise deste episódio são de especial relevância para este estudo: o primeiro aspecto refere-se à complexidade das estruturas semióticas que promovem o cultivo de um signo forte e generalizado no sistema semiótico pessoal ao longo do tempo. O segundo, diz respeito aos dois níveis nos quais o fluxo semiótico acontece na organização microgenética da experiência: o nível dos signos emergentes e utilizados em uma

interação específica e o nível das *relações* estabelecidas, pela pessoa, entre os signos ao longo do fluxo semiótico. O terceiro aspecto trata do ato de *contextualização projetiva social* instauradora de ambivalência a ser superada pela própria pessoa.

Neste episódio, intitulado *Plano para Encontrar Jane na vida Pós-Morte – A Construção, Manutenção e Funcionamento de um Signo Promotor*, o signo forte e generalizado “eu não posso morrer agora” foi considerado como sendo de grande relevância para a participante na ocasião de sua participação neste estudo, promovendo diretamente tomadas de decisões importantes, como dar continuidade ao tratamento de saúde, por exemplo. Após ser questionada acerca do porquê de tal afirmação, logo no início da interação com o pesquisador, a participante externalizou um complexo semiótico cujos signos constituintes foram postos em relações de causalidade e justificação.

Pressupõe-se aqui que o referido signo forte havia sido subjetivamente *cultivado* por Helena no âmbito de sua cultura pessoal, cultivo este apoiado por: (a) outros signos fortes generalizados, (b) signos específicos coordenados pelos signos fortes generalizados, e (c) campos afetivos hipergeneralizados.

Assim, pode-se pensar que um signo forte, generalizado e dominante em uma determinada esfera de experiência da pessoa perdura através da mediação de outros signos e campos afetivos igualmente cultivados, porém postos em relações mútuas específicas pela pessoa. Através destas relações, por sua vez, a pessoa *explica a existência e promove a manutenção* daquele signo forte generalizado e dominante.

Outro aspecto destes complexos semióticos é a centralidade que a intencionalidade da pessoa assume no cultivo de signos fortes generalizados. A emergência de tais signos no sistema semiótico pessoal pode ser mediada por intenções oriundas de campos afetivos hipergeneralizados e pervasivos, como foi o caso de Helena no que diz respeito ao papel desempenhado por sua *vontade e necessidade* de rever Jane.

Além disso, tais signos são *mantidos* ao longo do tempo e exercem funções relevantes no âmbito do sistema semiótico pessoal, mediando a emergência e a manutenção de outros signos, como, por exemplo *purificar-se*, no caso de Helena. Assim, a vontade e a necessidade de rever Jane, a decisão de não morrer e a tarefa autoimposta (e semioticamente mediada) de purificar-se promovem a regulação semioticamente mediada dos afetos, como é discutido mais adiante nesta seção.

Nesse sentido, o cultivo de mediadores semióticos fortes e generalizados na cultura pessoal integra o conjunto das funções mentais superiores as quais implicam em intencionalidade, orientação pessoal para objetivos relevantes e flexibilidade (Valsiner, 2013).

Este primeiro aspecto destacado das análises do presente episódio (existência de uma cadeia semiótica de sustentação de um signo forte) funciona em dois níveis de mediação ao longo dos quais a pessoa tem a possibilidade de enfatizar determinados mediadores semióticos ou as cadeias semióticas hierarquizadas que estabelecem as relações entre os mesmos.

Esta flexibilidade característica dos sistemas semióticos humanos constitui o cerne do segundo aspecto enfatizado neste episódio do caso de Helena. Assim, a possibilidade de uma mediação entre signos *expressos* (para a própria pessoa ou para outros interlocutores) através de cadeias semióticas hierarquizadas não externalizadas, bem como a oscilação subjetiva de um nível para outro, são possibilitadas pela capacidade humana de se deslocar subjetivamente de uma posição de Eu para outra, a partir das interações nas quais a pessoa se encontra; este deslocamento, por sua vez, tende a ocorrer de maneira semioticamente mediada.

Mais especificamente, pode-se dizer que a relação estabelecida entre dois ou mais signos na organização microgenética da experiência é construída pela dimensão do *self* referida como Eu (*I*), na medida em que a pessoa se posiciona subjetivamente a partir da perspectiva de uma posição interna específica, de cujo sistema semiótico emergirá - ou em cujo sistema semiótico será sintetizado - um mediador relevante para o contexto.

Como exemplo, considere-se o trecho inicial do episódio ora discutido (ver Quadro 8 e Figura 11): ao expor que poderia não ver a filha no pós-morte, Helena refletiu sobre uma posição interna (mim) aqui denominada de *impura* (isto é, com o coração cheio de mágoa, revolta e ódio); nesse sentido, a expressão “não ver minha filha” se aplicava a uma posição cujo estado é o de *impura*. Complementarmente, a posição assumida como Eu foi considerada como sendo *mãe-enlutada-religiosa*, pois a filha já falecida era um outro social relevante explícito na passagem (o que justifica sua posição de *mãe enlutada*) e a opinião de que o reencontro com a mesma poderia não ocorrer era fundamentada em seu conhecimento religioso (justificando-se, assim, sua posição de *religiosa*).

O mediador semiótico que emergiu subsequentemente foi *não liberta*, utilizado como predicado da 1ª pessoa (*eu*), o que justifica a consideração de que, neste segundo momento, a posição interna dominante era a *impura*. Verifica-se, assim, a seguinte sequência de posicionamentos: *Eu-Mãe Enlutada Religiosa* [em diálogo com] *Me-Impura* → *Eu-Impura* [...]. No entanto, o que a análise do episódio explorou foi a transição (representada neste parágrafo pela seta horizontal) de uma posição de Eu para outra e, de acordo com a análise previamente exposta, percebe-se que um *posicionamento intermediário*, semioticamente organizado e não articulado verbalmente estabeleceu as *relações* entre os signos expressos (ver Figura 11). Neste caso, percebe-se três posicionamentos do centro subjetivo sentido

como Eu, com a externalização de signos relacionados a apenas dois destes movimentos subjetivos.

Assim, um reposicionamento em um determinado instante se constitui em um deslocamento subjetivo do *senso de si mesmo*, deslocamento este oriundo da reação pessoal a um signo prévio, durante o qual signos medeiam a assunção de uma nova posição de Eu. Complementarmente, esta posição de Eu recém-assumida orienta as possibilidades de novas emergências semióticas e de novos reposicionamentos, a partir das *relações* entre os signos que mediarão sua assunção e aqueles integrantes de seu subsistema semiótico.

Sendo tais relações entre signos estabelecidas pela pessoa a partir de um determinado posicionamento, as mesmas podem ser cultivadas no nível ontogenético de organização da experiência pessoal, passando a funcionar de maneira automática em contextualizações específicas no nível microgenético. Dessa forma, reposicionamentos podem ocorrer como *breves pulsos subjetivos* ao longo dos quais posições de Eu de diferentes níveis de funcionamento dialogam: tem-se, por um lado, aquelas mais diretamente relacionadas aos signos externalizados e, por outro, aquelas que estabelecem as relações entre tais signos.

O terceiro aspecto relevante da análise do presente episódio diz respeito à contextualização projetiva social instauradora de ambivalência, a qual envolve a inserção de um signo forte (previamente internalizado a partir de uma sugestão social) no processo de mediação semiótica, promovendo a escalada da ambivalência. No caso de Helena, por exemplo, a questão central foi a tensão entre a *esperança de rever a filha* (além da “vontade” e “necessidade”) e o *ódio com relação aos autores do crime*: entre esses dois campos afetivos hipergeneralizados, a contextualização de um *complexo semiótico* dominado por um signo fornecido coletivamente (*regras da salvação*) promoveu a escalada dos níveis de ambivalência e tensão.

Dessa forma, a tensão não surgiu a partir dos dois campos afetivos supramencionados em si mesmos (esperança de rever Jane *versus* ódio dos autores do crime), mas sim a partir da mediação do signo forte *regras da salvação* estabelecido entre tais campos afetivos. Assim, um signo internalizado dominante pôde estabelecer um impedimento (em potencial) à realização de uma intenção pessoal, ao promover uma relação de incompatibilidade entre campos afetivos pervasivos. Originou-se, daí, uma demanda intrassubjetiva por construção semiótica com vistas à superação de tal obstáculo - no caso de Helena, por exemplo, duas dessas construções foram: “não posso morrer agora” e “tenho que limpar meu coração”, ambas tendo como objetivo principal a transformação do campo afetivo caracterizado pela *mágoa, revolta e ódio*.

Vê-se, neste caso, que a regulação semiótica dos afetos pode resultar de uma interação entre: (a) intenções pessoais, e (b) signos fornecidos coletivamente, porém *cultivados pela própria pessoa*. Retornando novamente ao caso de Helena como exemplo, ninguém a aconselhou diretamente a se livrar do ódio pelos autores do crime contra Jane, sendo tal decisão oriunda de uma dedução (a despeito da gênese intersubjetiva dos signos aqui envolvidos): *Pessoas impuras morrerão para sempre; quem sente ódio é impuro; eu sinto ódio; eu sou impura; eu morrerei para sempre*. Tal construção intrassubjetiva diferiu do direcionamento da experiência afetiva analisada no primeiro episódio, no qual Outros sociais relevantes apresentaram direta e explicitamente os obstáculos disparadores da necessidade de construção semiótica (através de falas como “O espírito de Jane tá sofrendo porque você tá chorando! . . . Não fique chorando muito!”).

O que se busca ressaltar aqui é a complexidade afetivo-semiótica da experiência humana, no sentido de que a pessoa mesma pode cultivar e contextualizar, no cenário imaginado do *self*, signos que impõem barreiras às suas próprias aspirações pessoais, a despeito do caráter intrinsecamente intersubjetivo dos processos de internalização e externalização semiótica. Em tais casos, as experiências de organização semiótica de campos afetivos podem se configurar em cenários intrassubjetivos altamente demandantes de construção de novos signos fortes.

Em termos gerais, neste segundo episódio Helena abordou o processo de construção de uma *solução temporária* para algumas ambivalências e tensões de sua experiência de pesar, solução esta que implicava em: cuidar de sua própria saúde com o intuito de prolongar sua vida ao máximo; adquirir uma casa que seria herdada pelos filhos após sua morte; *livrar-se* dos afetos referidos como *mágoa*, *revolta* e *ódio* para ser absolvida no juízo final e, finalmente, reencontrar Jane.

Na origem deste processo, verificou-se um signo forte (“Eu não posso morrer agora”) promotor de tomadas de decisões e da construção semiótica de uma trajetória em direção a um futuro específico, cuja emergência e manutenção foram exploradas a partir de suas relações com outros signos e campos afetivos. Entre estes signos sustentadores do signo forte (“Eu não posso morrer agora”) foram estabelecidas relações que explicavam sua emergência e promoviam sua manutenção no sistema semiótico pessoal, sendo tais relações estabelecidas a partir de posicionamentos e reposicionamentos no âmbito do *self*.

Por fim, vale ressaltar a constrição de campos afetivos através de signos fortes, os quais foram construídos a partir de uma necessidade de superar um obstáculo semiótico à realização de uma intenção pessoal relevante. Na discussão deste episódio, abordou-se uma

intenção oriunda de campos afetivos hipergeneralizados e pervasivos e um obstáculo semiótico cultivado pela própria pessoa .

Durante cerca de 15 minutos após o excerto aqui analisado, Helena abordou três assuntos, os quais estavam relacionados ao segundo episódio, como exposto anteriormente: a sua desistência de *facilitar* a própria morte através da desistência do tratamento médico, o grupo de estudos bíblicos (mais especificamente o que ela denominou de “estudos sobre os mortos”) e, finalmente, as ações que seriam promotoras de salvação espiritual (“fazer a vontade de Deus” e “limpar o coração”).

Na sequência do diálogo com o pesquisador, a qual constitui o terceiro e último episódio do caso de Helena, a mediação semiótica da experiência afetiva da participante foi abordada mais detalhadamente pela mesma. Neste episódio seguinte, Helena, pela primeira vez durante sua participação neste estudo, assumiu uma postura protagonista mais proeminente no que tange à construção de significados, ao questionar tanto a suposta inadequação do ódio que ela sentia pelos autores do homicídio de Jane, como a possibilidade de não alcançar a vida eterna por sentir tal ódio.

3.2.3 O Ódio Experimentado por Helena

No trecho do diálogo que constitui este terceiro episódio, Helena refletiu sobre a problemática envolvendo a inevitabilidade da experiência de ódio (com relação aos autores do assassinato de Jane) e a possível condenação divina oriunda de tal experiência afetiva. Ressalte-se que a problemática supracitada já aparece de maneira incipiente no segundo episódio (*Plano para Reencontrar Jane na Vida Pós-Morte*), no qual a participante utilizou os signos “mágoa” e “revolta” para caracterizar o campo afetivo hipergeneralizado que poderia ocasionar sua condenação espiritual no juízo final.

Enquanto que, no segundo episódio, a participante assumiu a necessidade de não mais experimentar aqueles afetos que ocasionariam sua condenação espiritual, no presente episódio a participante apresenta uma avaliação mais pessoal de suas experiências afetivas, atenuando, dessa forma, a dominância do signo forte *necessidade de purificação*.

Ao longo dos três quadros de transcrições integrantes das subseções a seguir, vê-se uma tentativa de organização semiótica da experiência afetiva hipergeneralizada e rotulada através do signo “ódio” por parte de Helena. De acordo com a transcrição integrante do Quadro 9, Helena inicialmente expressou dúvida com relação à inadequação do ódio sentido por ela; no Quadro 10, observa-se uma oposição mais explícita (ainda que hesitante) à idéia

de que seu sentimento era *inapropriado* (no sentido de *pecaminoso*); por fim, de acordo com o Quadro 11, Helena expressou sua opinião acerca da possibilidade de ser condenada espiritualmente por sentir tal ódio, a partir de uma questão colocada pelo pesquisador a qual, por sua vez, originou-se justamente da oposição manifesta por Helena no trecho do Quadro 10. Estes três aspectos integrantes do presente episódio serão referidos respectivamente como: *Questionamento acerca da inadequação do ódio experienciado*; *Normalização do ódio experienciado* e, por fim, *Questionamento acerca da possibilidade de ser condenada*.

3.2.3.1 Questionamento acerca da inadequação do ódio experienciado. No final do segundo episódio, após reafirmar que precisava limpar seu coração e que ainda sentia ódio pelos autores do homicídio que vitimizara Jane, Helena expressou da seguinte forma sua esperança de vir a ser *libertada* de tal ódio: “Assim como Ele [Deus] me deu força pra sobreviver depois da morte de Jane, que Ele tire toda mágoa do meu coração, todo ódio! Eu peço...”. Em seguida, Helena ponderou: “Eu não sei se é bom ou se não é [sentir esse ódio]”.

Esta última afirmação foi considerada aqui como o início do novo episódio, pois aí foi apresentada uma avaliação *pessoal* do campo afetivo experienciado, modificando o posicionamento da participante com relação ao que vinha sendo abordado até então. Em outras palavras, neste ponto foi inserida uma avaliação *pessoalmente construída* (“Eu não sei se é bom ou se não é”) a respeito de um aspecto central da experiência de Helena, diferentemente da avaliação presente no episódio anterior (baseada no signo “os impuros morrerão para sempre”), a qual havia sido internalizada a partir do direcionamento fornecido por um outro social relevante (instituição religiosa).

O Quadro 9, disponível integralmente na página seguinte, mostra a transcrição dos 107 segundos ao longo dos quais Helena explicitou sua dúvida com relação à inadequação do ódio por ela experienciado. As principais posições de Eu envolvidas neste aspecto do episódio se encontram na coluna da esquerda e os principais signos mediadores no episódio se encontram sublinhados na coluna da direita.

POSIÇÕES DE EU	SIGNOS MEDIADORES
Eu-Mãe Enlutada Religiosa ↔ Eu-Impura	Eu <u>não sei se é bom ou se não é...</u> Eu ter ódio no coração, deles [dos autores do crime contra Jane].
Eu-Mãe Enlutada ↔ Autores do Homicídio	Porque eles me fizeram muito mal, eles <u>fizeram muito mal, me fizeram! Me fizeram muito mal!</u>
Eu-Mãe Enlutada Religiosa ↔ Eu-Impura	Eu <u>não sei se é bom ou se é ruim</u> eu ter esse ódio todo.
Eu-Mãe Enlutada Religiosa ↔ Deus	Mas, mesmo assim, eu tô pedindo [a Deus que Ele <u>tire toda mágoa do meu coração</u>].
Eu-Mãe Enlutada ↔ Autores do Homicídio	Porque, <u>pensando bem, eles acabaram com a minha vida; acabou com o meu sonho</u> que eu tinha pra minha filha... <u>Tirar a minha filha, assim! Praticamente, assim, arrancar de mim, assim, cruelmente! Levar e matar</u> minha filha!
Eu-Mãe Enlutada	<u>Não quero nem pensar muito!</u> Hoje mesmo, eu amanheci chorando...
Eu Mãe Enlutada ↔ Autores do Homicídio	<u>Eu não sei como é que faz uma coisa dessas com uma menina daquela. Não sei! Tem gente do coração muito duro!</u>
Eu Mãe Enlutada ↔ Jane	A bichinha, <u>tão indefesa</u> , meu Deus! <u>Tão frágil!</u>

Quadro 9. Principais posições de Eu e signos mediadores envolvidos no questionamento, por Helena, da inadequação do seu ódio com relação aos autores do homicídio que vitimizou Jane.

No início deste episódio, destaca-se a expressão “Não sei se é bom”, cujo significado foi esclarecido posteriormente pelo pesquisador junto à participante. Assim, através da referida expressão, a participante tentou expressar sua dúvida quanto à adequação de sentir ódio em sua condição de mãe enlutada, tomando como referência os princípios religiosos da instituição por ela freqüentada. Dessa maneira, a expressão foi parafraseada posteriormente das seguintes formas: “Será que Deus acha, de fato, incorreto eu sentir esse ódio?” e “É incorreto mesmo eu sentir ódio nessa situação em que eu perdi minha filha?”.

Após apresentar tal questionamento, Helena justificou o porquê de sua dúvida (“Eles me fizeram muito mal”), ao que se seguiu a reintrodução da dúvida anterior (“Eu não sei se é bom ou ruim eu ter esse ódio”). Baseando-nos nas reações de Helena quando de sua fala a respeito do *mal que a fizeram* (principalmente através do choro), podemos afirmar que tal signo mediou a emergência de um campo afetivo hipergeneralizado.

Em seguida, Helena contrapôs à sua dúvida (sobre a inadequação de seu ódio) a sua crença em tal inadequação, ao afirmar que pedia a Deus que a purificasse. No entanto, ela retornou à sua dúvida manifesta inicialmente, através de uma justificativa considerada por ela como plausível para a existência do ódio experienciado (“Eles acabaram com a minha vida”) – esta justificativa para o ódio experienciado será doravante referida através da expressão “Eles me fizeram muito mal”.

Nestes cinco primeiros trechos do Quadro 9, verifica-se uma tentativa *errática* de construção de significados acerca do próprio ódio experienciado através do uso dos signos “bom” e “ruim”, os quais foram considerados insatisfatórios (i.e., *frágeis*) para avaliar o campo afetivo semiótico em questão. Ademais, não apenas os referidos signos foram externalizados, mas também a explicação para a emergência do signo “bom” (“Porque eles me fizeram muito mal” e “Porque eles acabaram com a minha vida”). Ressalte-se que a justificativa para a existência do signo “ruim” havia sido exposta anteriormente (ver segundo episódio), quando a participante explicou que *ter o coração cheio de ódio e mágoa* seria ruim porque isto *desagradaria a Deus*.

Dessa maneira, pode-se pensar aqui em uma primeira organização semiótica do campo afetivo hipergeneralizado, o qual havia sido rotulado através de signos específicos (“mágoa”, “revolta” e “ódio”), seguida de uma segunda mediação semiótica, qual seja, a que avaliou tal campo afetivo como ruim, isto é, atribuiu-lhe um caráter de *incorreto*, *pecaminoso* e *indesejado*. Ambas as mediações orientaram a conduta de Helena para uma determinada direção, como cuidar da própria saúde e purificar-se espiritualmente, como pode ser visto no segundo episódio.

Neste início de episódio, percebe-se uma tentativa de reorganização semioticamente mediada do campo afetivo através do signo “bom”, o qual promoveria a reorientação do pensar, sentir e agir de Helena, uma vez que a posição de *impura* seria extinta e a posição de *mãe enlutada*, cujo sofrimento e experiência afetiva foram apresentados como justificáveis, seria fortalecida. Neste processo de reorganização semiótica do campo afetivo, o signo “Eles me fizeram muito mal” funcionou como um organizador afetivo-semiótico, o qual mediou a caracterização do campo afetivo hipergeneralizado como “bom”. Pode-se dizer, dessa maneira, que a avaliação do “ódio” como possivelmente “bom”, por parte de Helena, foi oriunda de uma primeira avaliação tanto do evento traumático (assassinato da filha por terceiros), como de uma das consequências afetivas deste evento (ódio) – esta primeira avaliação pode ser vista em afirmações como “Eles me fizeram muito mal”, “Eles acabaram

com a minha vida; acabou com o meu sonho que eu tinha pra minha filha”, “Tirar a minha filha, assim! Praticamente, assim, arrancar de mim, assim, cruelmente!”

Embora a participante tenha deixado em aberto o processo de construção de significados a respeito de sua experiência afetiva nesta primeira parte do episódio, a manutenção do signo “Eles me fizeram muito mal...” abriu a possibilidade para o fortalecimento ulterior do signo emergente “bom”. Assim, o signo forte afetivamente relevante “Eles me fizeram muito mal” mediou o direcionamento da avaliação do campo afetivo em direção a “bom”, como seria, de fato, afirmado por Helena nos minutos seguintes: “Eu acho *normal* sentir esse ódio”. Esta *normalização* mais acentuada do ódio experienciado é analisada na próxima seção integrante deste episódio.

3.2.3.2 Normalização do ódio experienciado. Após o questionamento inicial da adequação do ódio experienciado, Helena descreveu a revolta que sentia devido ao crime que vitimizou sua filha, bem como à impunidade favorecedora dos autores do crime: “Eu entreguei na mão de Deus, entreguei na mão de Deus. Que Deus que faça justiça porque eu sei que a dos homens não vai ser feita. Que a Sua justiça seja feita”.

O sentimento de revolta já havia sido mencionado anteriormente por Helena (ver Quadro 8, no episódio 2). Além da revolta, a mágoa e o ódio também tinham sido referidos como experiências afetivas que deveriam ser *eliminadas*, para que ela fosse *liberta* - daí serem tais afetos considerados aqui como elementos integrantes de sua posição de *Eu impura*. Como o que estava em questão nesta parte da entrevista era a tentativa de uma avaliação positiva, por parte de Helena, do *ódio* experienciado e, partindo do pressuposto de que ódio, revolta e mágoa eram avaliados de maneira similar por Helena, o pesquisador retornou ao assunto anterior, referente à tentativa de avaliação positiva do ódio por ela experienciado.

Dessa maneira, a seguinte pergunta foi introduzida no diálogo pelo pesquisador: *A senhora falou algo que chamou minha atenção. A senhora disse: “Eu não sei se é bom ou ruim, esse ódio”. Por que a senhora falou isso?* O que se seguiu foi uma tentativa de organização do campo afetivo hipergeneralizado similar à anterior, com destaque para a emergência do signo “normal [sentir esse ódio]”. O Quadro 10 traz a transcrição literal do trecho em questão, com as posições de *Eu* envolvidas nesta nova tentativa de organização do campo afetivo (na coluna da esquerda) e os principais signos emergentes do diálogo entre tais posições (sublinhados, na coluna da direita).

POSIÇÕES DE EU	SIGNOS MEDIADORES
Eu-Mãe Enlutada ↔ Autores do Homicídio	Por que?... Eu falei?... Eu que te falei que não sei se esse ódio é bom ou ruim, né? E por que eu ter esse ódio deles? Porque <u>eles tiraram a coisa mais preciosa que eu tinha na minha vida</u> , que era a minha filha. E aí <u>o que é que eu posso sentir por uma pessoa dessa?</u> Né isso? [Só] Posso sentir <u>muita raiva e muito ódio!</u>
Eu-Mãe Enlutada Religiosa ↔ Deus	Eu digo a você: <u>eu não sei se é bom ou ruim</u> pelo fato de minha filha... Porque eu sei que <u>Deus não quer o coração cheio de ódio</u> , entendeu?
Eu-Mãe Enlutada ↔ Jane	Mas, pôxa! É <u>minha filha!</u> Era <u>minha filha!</u> Era <u>a filha que eu amava demais!</u>
Eu-Mãe Enlutada ↔ Eu-Ímpura	Então, assim, <u>eu acho normal sentir esse ódio deles.</u> <u>Eu acho normal.</u>
Eu-Mãe Enlutada ↔ Deus	Mas eu sei que Deus... Eu quero dizer pra você que <u>eu não sei se Deus me quer com esse ódio no coração</u> , deles! Entendeu? É isso!

Quadro 10. Principais posições de Eu e signos mediadores envolvidos na organização do campo afetivo hipergeneralizado nomeado como “ódio”, com destaque para a emergência do signo “normal [sentir ódio]”.

Inicialmente, Helena reafirmou que seu ódio se justificava pelo fato de lhe terem *retirado* a filha. Desta vez, porém, ela se referiu a Jane como “a coisa mais preciosa que [ela possuía] na vida”; em seguida, ela restringiu as possibilidades do que poderia sentir pelas pessoas que haviam lhe retirado tal “coisa mais preciosa” a uma única possibilidade: “muita raiva e muito ódio”. Entretanto, Helena permitiu a reentrada de incerteza no processo de organização semiótica de sua experiência afetiva, ao enfatizar a generalidade do signo forte “Deus não quer o coração cheio de ódio”.

Em seguida, a participante se posicionou mais uma vez a partir da perspectiva de uma mãe enlutada por motivo de violência cometida por terceiros, fazendo emergir, assim, o signo “normal”. Dessa forma, sentir ódio seria algo já esperado entre as pessoas que perdem um filho por homicídio, o que tornaria tal reação afetiva compreensível nestes casos. Sob esta perspectiva, Helena não seria uma pessoa ímpura por sentir tal ódio, mas uma mãe em processo de luto pela perda violenta de uma filha.

De acordo com o último trecho transcrito no Quadro 10, Helena contrastou uma opinião pessoal com o que Deus *poderia querer*, i.e., ela contrastou sua avaliação pessoal de um campo afetivo hipergeneralizado (*ódio*) com um signo generalizado possivelmente

oriundo de outro campo afetivo hipergeneralizado (*fé*). Desta vez, o signo forte “Deus não quer o coração cheio de ódio” teve sua dominância atenuada, pois a participante enfatizou a particularidade de sua experiência, não mais expressando certeza a respeito da referida idéia geral. Assim, tem-se a emergência do signo “*Eu não sei se Deus me quer com esse ódio*”, ao invés da reiteração do signo generalizado “Deus não quer o coração cheio de ódio”.

Neste segundo aspecto do presente episódio, nota-se uma condição errática de emergência semiótica, com a alternância de signos frágeis (“bom” e “ruim”) e a construção de um signo forte³¹ (“normal [sentir esse ódio]”). Este novo signo emergiu a partir da afirmação de que sentir ódio (dos responsáveis pela morte da filha) era o único sentimento que ela poderia experienciar: “E aí, *o que é que eu posso sentir* por uma pessoa dessa? . . . [Só] *Posso sentir* muita *raiva* e muito *ódio!*”. Partindo desta constatação, Helena construiu o signo “acho *normal* sentir esse ódio”, não chegando tal signo a desempenhar uma dominância exclusiva no sistema semiótico da participante, como pode ser visto no último trecho, mas promovendo, tal signo, a transformação de um signo dominante pré-existente.

Como visto até então, Helena externalizou uma ambivalência envolvendo, por um lado, experiências afetivas pervasivas como ódio, mágoa e revolta e, por outro, princípios organizadores destas experiências, co-construídos a partir de suas relações com uma instituição religiosa. Considerando-se que ambos (experiências afetivas e signos organizadores supramencionados) foram constituídos em distintas esferas da experiência pessoal, pode-se pensar que há, no âmbito do *self*, uma hierarquia de posições internas relevantes, na qual as vozes de uma das posições dominantes funcionam de maneira antagônica aos conteúdos afetivo-semióticos pervasivos da outra.

Assim, a relação estabelecida entre as posições *mãe enlutada religiosa* e *impura*, presente já no segundo episódio deste caso, foi marcada por uma forte ambivalência (agradar a Deus *versus* aceitar o ódio experienciado), pela ausência de transformações qualitativamente relevantes e pela manutenção de ciclos de retroalimentação entre vozes internas no âmbito do *self*, de acordo com a noção de *dialogicidade baseada em relações de retroalimentação (mutual in-feeding form of dialogicality)* (Valsiner, 2002a, p. 258). Um alto nível de tensão se originou de tal cenário subjetivo, sendo o mesmo sustentado principalmente pela intenção de reencontro com a filha após o juízo final, pois a satisfação desta “vontade” de Helena dependia da erradicação da posição de Eu *impura* (e seu respectivo sistema semiótico) mediada pela dominação absoluta da posição de Eu *mãe enlutada religiosa*.

³¹ A *força* do signo “normal” poderá ser vista no terceiro aspecto deste episódio, no qual a participante o utiliza como fundamento para a avaliação de uma possível condenação futura.

No aspecto ora discutido (*Normalização do ódio experienciado*), Helena construiu um certo nível de flexibilidade em direção à superação da ambivalência e tensão experienciadas, promovendo, no âmbito afetivo-semiótico, uma abertura para o questionamento de uma possível condenação divina no juízo final, como de fato ocorreu alguns minutos após a fala transcrita no Quadro 10.

Como poderá ser visto na próxima subseção (intitulada *Questionamento da possibilidade de ser condenada*), a participante posicionou-se contrária àquela possível condenação, fortalecendo a posição de *Eu mãe enlutada*, em detrimento da posição *impura*, além de atenuar a dominância (outrora exclusiva) da posição *mãe enlutada religiosa*; por outro lado, Helena também cultivou a permanência da centralidade de Deus dentro do seu sistema semiótico.

3.2.3.3 Questionamento da possibilidade de ser condenada. Ao final da fala da participante, transcrita no Quadro 10, o pesquisador parafraseou o conteúdo expresso com o intuito de verificar se sua compreensão se coadunava com aquilo que Helena acabara de externalizar. Dessa forma, houve consenso entre participante e pesquisador com relação a uma questão central no processo de luto de Helena, qual seja, ela já não tinha certeza se Deus julgava o fato de ela sentir ódio como sendo algo apropriado ou incorreto.

Após a confirmação desta informação junto à participante, o diálogo prosseguiu como transcrito abaixo:

Pesquisador: “É como se a senhora pudesse perguntar: ‘Mas será, Senhor, que é incorreto eu sentir esse ódio? É justo eu ser julgada por estar sentindo esse ódio?’...”

Helena: “Esse ódio... É isso. É.”

Pesquisador: “A senhora acha justo a senhora ser condenada por sentir esse ódio, essa mágoa?”

O objetivo do pesquisador, ao fazer este último questionamento, foi inserir signos que funcionassem como disparadores semióticos que demandassem uma intensa construção de signos com vistas à reorganização do sistema afetivo-semiótico da participante. A espera por tal construção se deveu ao fato de que, naquele momento, estavam sendo contrapostas duas das posições centrais do repertório de posições de Helena - *mãe enlutada* e *Deus* - sendo que a última exercia forte dominância não apenas no âmbito intrassubjetivo da participante, como também no seu contexto cultural.

O Quadro 11, a seguir, mostra a transcrição da fala da participante que se seguiu à questão mencionada anteriormente (*A senhora acha justo a senhora ser condenada por sentir esse ódio, essa mágoa?*):

POSIÇÕES DE EU	SIGNOS MEDIADORES
Eu-Mãe Enlutada ↔ Deus	Eu, sinceramente, eu te digo uma coisa: eu <u>não acho</u> [justo ser condenada por sentir esse ódio, essa mágoa] – eu! -, entendeu?
Eu-Mãe Enlutada ↔ Eu-Impura	Mas eu <u>não sei</u> , meu filho, se Deus, como você tá falando aí, <u>se eu vou ser condenada</u> por sentir esse ódio!
Eu-Impura ↔ Deus	Porque segundo... Diz que <u>Deus não quer a gente com o coração cheio de ódio, nem de mágoa. Que pra gente servir a Ele, fazer as vontade dele, a gente tem que ter um coração puro, um coração limpo!</u> E eu, com esse ódio no meu coração? Não sei... Eu tô pedindo a Ele pra tirar, mas, até agora, eu continuo com esse ódio. Até agora, eu continuo com muito ódio deles, muita mágoa! Muita mágoa!
Eu-Mãe Enlutada Religiosa ↔ Deus	Pode até ser que mais tarde Deus vá <u>limpando</u> , né? <u>Limpando meu coração...</u> Não sei se é porque tá muito... Só tem um ano, tá muito <u>recente pra mim</u> , né? <u>Pode ser que com o passar do tempo...</u>

Quadro 11. Transcrição da avaliação pessoal de Helena a respeito de uma possível condenação espiritual futura, juntamente com a manutenção do signo forte *regras da salvação*.

Nestes últimos 78 segundos de abordagem da problemática acerca de sua salvação espiritual, Helena afirmou inicialmente que não considerava *justa* sua condenação no juízo final, por sentir ódio dos autores do assassinato de sua filha, ampliando, dessa forma, a avaliação anterior a qual se aplicava apenas à adequação/inadequação do seu ódio. Assim, pode-se considerar a avaliação expressa no primeiro trecho do Quadro 11 como sendo resultante da avaliação anterior: se o ódio experienciado era justificável, então não seria justo ela ser condenada por experienciar o mesmo, a despeito do princípio geral de que “Deus não quer a gente com o coração cheio de ódio, nem de mágoa”. Destaca-se, no referido trecho, a ênfase dada por Helena ao caráter pessoal de tal avaliação (“Eu não acho – eu! – entendeu?”), ressaltando-se, dessa forma, seu protagonismo (na condição de *mãe enlutada*) ao longo do processo de organização semiótica do campo afetivo hipergeneralizado nomeado como “ódio”.

No segundo trecho, percebe-se a reentrada da incerteza a respeito da adequação do ódio experienciado e, conseqüentemente, da possibilidade de ser condenada, i.e., “morrer para sempre”. Ao se posicionar como *mãe enlutada*, Helena demonstrou não saber se, de fato, tal

posicionamento seria considerado como tal - i.e., como *enlutada* - por Deus, ou se ela seria julgada como uma pessoa *impura* por sentir tal ódio. Nota-se, assim, o funcionamento contextualizado de um signo forte generalizado pré-existente (*regras da salvação espiritual*), o qual fora fornecido pela instituição religiosa frequentada por Helena. Presume-se aqui que após a emergência do signo “eu não acho [justo]”, ocorreu uma mediação através do signo generalizado *regras da salvação espiritual*, cujo elemento resultante foi externalizado através de símbolos, os quais expressaram a incerteza da participante quanto à avaliação divina de sua experiência afetiva (“Mas eu não sei . . . se eu vou ser condenada”). A mediação aqui descrita ocorreu de forma semelhante à mediação entre os dois signos externalizados “posso não ver minha filha” e “não estou liberta”, signos estes adjacentes no fluxo temporal e postos em relação, tal como representado na Figura 11, no segundo episódio.

Os dois primeiros trechos do Quadro 11 mostram uma oscilação intrassubjetiva entre uma avaliação pessoal (“Eu não acho [justo ser condenada]”) e um signo oriundo da internalização de um direcionamento social (possibilidade de ser condenada, baseando-se nas *regras da salvação espiritual*), ambos cultivados nos subsistemas semióticos relacionados às posições *Eu-mãe enlutada* e *Eu-mãe enlutada religiosa*, respectivamente. Tais *regras da salvação espiritual* foram representadas por Helena no trecho subsequente através das seguintes idéias gerais: *não ter o coração cheio de ódio, nem de mágoa; fazer as vontades de Deus, e ter um coração puro, um coração limpo*.

Após considerar tais princípios gerais como possíveis explicações de uma eventual condenação futura, Helena reafirmou o signo forte *regras da salvação* (“Deus não quer a gente com o coração cheio de ódio, nem de mágoa”), ao passo que assumiu a posição de *Eu impura*, ao reconhecer que ela continuava experienciando muito ódio e muita mágoa (“Até agora, eu continuo com muito ódio deles, muita mágoa! Muita mágoa!”). Nesse sentido, foi favorecida uma intensificação da ambivalência entre a necessidade de agradar a Deus (“Pra gente servir a Ele, fazer as vontade dele, a gente tem que ter um coração puro, um coração limpo!”) e a pervasividade do ódio experienciado.

O aspecto do episódio ora analisado (*Questionamento da possibilidade de ser condenada*) foi caracterizado por uma construção semiótica errática acerca das conseqüências que poderiam advir da experiência pervasiva de sentir ódio. Dois elementos principais integraram tal construção: uma avaliação pessoal da possível condenação (fundamentada na normalização prévia do ódio) e o compartilhamento, com Deus, da tarefa de purificação espiritual.

Com relação ao primeiro elemento, percebe-se o fortalecimento do signo *normal*, o qual passou a organizar a experiência afetiva de Helena e que serviu de base para a participante avaliar como *injusta* sua possível condenação. No entanto, Helena manteve o signo *regras da salvação espiritual* no seu sistema semiótico, cultivando, assim, certo nível de ambivalência e tensão experienciadas, já que tais *regras* se aplicariam a *qualquer* experiência de ódio. Como solução para tal impasse afetivo-semótico (aceitação da experiência de ódio *versus* aceitação da idéia de que as pessoas devem *não sentir* ódio), Helena recorreu à sua principal fonte de força (Deus), a qual poderia ajudá-la a se livrar de tal ódio. Dessa forma, Helena *compartilhou* com Deus a tarefa de se purificar, já que *só ele poderia ajudá-la*, passando assim a *esperar* da ação divina a solução para a ambivalência em questão: “Eu tô pedindo a Ele pra tirar, mas, até agora, eu continuo com esse ódio. . . . Pode até ser que mais tarde Deus vá limpando, né? . . . Pode ser que com o passar do tempo...”.

Esta emergência semiótica errática através de signos fortes (“não acho [justo]” e *regras da salvação*) só foi possível devido ao *cultivo da centralidade* de duas posições de Eu internas dominantes - *mãe enlutada* e *mãe enlutada religiosa* - cujos outros sociais relevantes eram Jane e Deus respectivamente. Campos afetivos, intencionalidades específicas e signos fortes foram cultivados a partir da perspectiva de cada uma destas posições, sendo que os antagonismos existentes entre as mesmas permaneceram no sistema semiótico de Helena.

Ao final de suas reflexões acerca da própria experiência afetiva e de seu objetivo de salvação espiritual, Helena apresentou uma configuração da paisagem imaginada do *self* constituída pela manutenção de um campo afetivo hipergeneralizado pervasivo, pelo cultivo de um signo generalizado antagônico a tal campo afetivo e pela emergência de um campo afetivo caracterizado pela esperança de uma solução divina para tal antagonismo.

Assim, observou-se, ao final do processo de construção dos dados ora analisados, a construção pessoal de um signo forte (*normal*), o qual promoveu o reconhecimento e a normalização do campo afetivo *ódio*, sendo os limites de tal campo afetivo delineados através da manutenção de um signo generalizado antagônico (*regras da salvação espiritual*); da ambivalência resultante (campo afetivo hipergeneralizado *versus* signo generalizado), emergiu um campo afetivo caracterizado pela *esperança* de uma solução a ser instaurada por *Deus*.

Por um lado, pode-se observar certo nível de protagonismo pessoal por parte de Helena, através de sua avaliação de sua experiência afetiva e da forma como esta deveria ser julgada; por outro, vê-se a dominância de um direcionamento social no âmbito intrapsicológico, direcionamento este ancorado em um campo afetivo hipergeneralizado (*fé*).

Como configuração do senso de si mesmo, emerge um cenário intrassubjetivo dominado por duas posições dv internas (*mãe enlutada* e *mãe enlutada religiosa*) que se alternam em um fluxo errático de construção semiótica através de signos fortes, promovendo, assim, a manutenção de altos níveis de ambivalência e tensão subjetivamente experienciados.

Três aspectos foram destacados neste episódio intitulado *O Ódio Experienciado por Helena*: (a) *Questionamento acerca da inadequação do ódio experienciado*, (b) *Normalização do ódio experienciado*, e (c) *Questionamento acerca da possibilidade de ser condenada*. Ao longo destas três subseções do episódio ora analisado, a participante refletiu sobre sua experiência afetiva, partindo de um estado de incerteza quanto à adequação da mesma e construindo, enfim, uma avaliação pessoal de tal experiência; esta avaliação, por sua vez, promoveu o fortalecimento da posição de *Eu mãe enlutada*, em detrimento da posição *impura*, resultando na externalização de outra avaliação pessoal a respeito da possibilidade de vir a ser condenada espiritualmente. Simultaneamente, Helena cultivou a centralidade de um signo forte generalizado, o qual funcionou como antagonista tanto de sua experiência afetiva, quanto de suas avaliações pessoais. Por fim, prevaleceu um cenário subjetivo marcado por ambivalências e tensões entre posições de *Eu* e entre mediadores semióticos pessoalmente cultivados, a partir do qual emergiu um novo campo afetivo projetado para o futuro (“Pode até ser que mais tarde Deus vá limpando, né? Limpando meu coração...”).

3.2.3.4 Discussão do terceiro episódio – A organização semiótica de campos afetivos como fundamento para mediações semióticas ulteriores e a co-dominância de signos fortes antagônicos. Três questões gerais se destacam a partir da análise deste episódio: (a) o processo de valoração da experiência afetiva, (b) o funcionamento do campo afetivo semioticamente organizado como mediador de construções semióticas ulteriores, e (c) condição errática de emergência semiótica através de signos fortes.

A avaliação pessoal da experiência afetiva resultante do impacto de um evento traumático pode influenciar a dominância exercida por signos fortes internalizados que organizam a experiência afetiva, quando tal *organização* se mostra insatisfatória para a pessoa. No entanto, para que uma avaliação pessoal engendre tal influência, ela precisa emergir de uma *relação* entre o evento traumático e o campo afetivo dele resultante, relação esta percebida pela pessoa.

Dessa forma, no que tange à organização semiótica dos afetos, a pessoa se engaja inicialmente em uma dupla tarefa: reconhecer e rotular o campo afetivo experienciado, ao passo que uma segunda avaliação semiótica ocorre, qual seja, a atribuição de um valor pessoal a tal campo afetivo semioticamente codificado. Ambos os movimentos, por sua vez, são

mediados por direcionamentos sociais referentes às formas através das quais os afetos *devem ser* individualmente experienciados, direcionamentos estes internalizados de maneira única por cada pessoa em cada situação específica.

Partindo-se da idéia de que o ato reflexivo organiza a relação afetiva da pessoa com o mundo (Valsiner, 2007), a segunda apreciação pessoal acima mencionada é vista aqui como um elemento instaurador de contornos mais precisos na experiência afetiva, estabelecendo o nível inicial de intensidade da experiência ao longo de um *continuum*. Pode-se imaginar, assim, um processo composto por movimentos duais ao longo do qual a cada tentativa de reconhecimento e nomeação (codificação simbólica) de um determinado campo afetivo, são engendradas tentativas de avaliação pessoal de tal campo afetivo recém-nomeado, promovendo-se, assim, o estabelecimento de novas configurações afetivas (em termos de qualidade e intensidade); estes campos afetivos emergentes, por sua vez, orientarão novas ações de organização semiótica, i.e., novas nomeações, seguidas por valorações (semioticamente mediadas) dos campos afetivos.

Surge, dessa maneira, um cenário subjetivo complexo, no qual afetos são experienciados de maneira mais ou menos intensa a depender da organização semiótica engendrada, o que pode favorecer, por exemplo, a transformação qualitativa, a atenuação ou a intensificação da experiência afetiva, promovendo-se, posteriormente, o cultivo de determinados significados, a tomada de decisões específicas e a execução de certas ações (no caso de Helena, por exemplo, a normalidade atribuída ao seu ódio mediou a posterior avaliação de uma condenação futura como *não justa*).

Complementarmente ao modelo multinível de organização dos fenômenos afetivos humanos (Valsiner, 2007), segundo o qual experiências afetivas de diferentes níveis de generalidade³² são organizadas semioticamente através de rótulos semióticos também de níveis diversos de generalidade, o que é enfatizado neste estudo é a canalização pessoal ao longo da qual a *intensificação*, a *atenuação* ou a transformação qualitativa de *uma determinada experiência afetiva* são mediadas pela valoração pessoal do campo afetivo, sendo tal valoração, por sua vez, mediada semioticamente. Sob esta perspectiva, tal valoração toma a experiência afetiva como *objeto* já organizado semioticamente (i.e., rotulado através de signos de diversos níveis de generalidade) e promove sua manutenção em um determinado nível de intensidade, sua intensificação, atenuação ou modificação qualitativa.

³² Nível fisiológico (Nível 0), nível dos sentimentos gerais imediatos (Nível 1), nível emocional diferenciado (Nível 2), o nível generalizado (Nível 3) e, por fim, o nível hipergeneralizado (Nível 4) (Valsiner, 2007; ver seção intitulada *Fundamentação Teórica*, no Capítulo 1 deste estudo).

Esta valoração da experiência afetiva aqui descrita se fundamenta nas relações que a pessoa estabelece entre a experiência afetiva em questão e os eventos que propiciaram sua eclosão, tal como ocorreu com a participante Helena quando de sua avaliação da experiência de ódio como *normal* (“Tiraram a coisa mais preciosa que eu tinha na minha vida. . . . O que é que eu posso sentir por uma pessoa dessa? . . . [Só] Posso sentir . . . muito ódio! . . . Então, assim, eu acho *normal* sentir esse ódio deles”).

Com estas considerações anteriormente expostas, não se pretende ir de encontro ao fato de que o direcionamento social das experiências afetivas pessoais poderá ser sempre viabilizado nesses breves momentos de nomeação e valoração da experiência afetiva, uma vez que tais ações podem ser mediadas por signos internalizados a partir das interações da pessoa com outros sociais relevantes. Pretende-se, aqui, enfatizar a ação construtiva pessoal dos dispositivos semióticos correguladores da experiência afetiva. Retornando ao caso de Helena, por exemplo, pode-se perceber que a *normalização* da sua experiência afetiva, fundamentada na particularidade da experiência da própria participante, possibilitou-a reduzir, em alguma medida, os níveis de ambivalência com relação ao *sentir ódio*; tal fato, contudo, não eliminou a outra avaliação da experiência afetiva (vista como inadequada), direcionada por signos fornecidos por outros sociais relevantes.

O segundo ponto destacado neste episódio concerne ao fato de que, uma vez organizado semioticamente, campos afetivos pervasivos passam a dominar a mediação de construções semióticas ulteriores em uma direção que se coaduna com a particularidade da experiência pessoal e as intenções da pessoa. Assim, a organização e o cultivo semiótico de campos afetivos centrais para a pessoa (como o *ódio* comumente relatado por mães de vítimas de homicídio), através de signos generalizados (como *normal*, *justo*, *natural*, etc.), podem mediar a organização de subsistemas semióticos pessoais diversos, bem como de outros campos afetivos, de maneira satisfatória para a pessoa.

No caso de Helena, por exemplo, sua relação com uma ação divina imaginada (*condenação espiritual*) foi transformada a partir da organização semiótica do campo afetivo *ódio*; desta forma, a participante pôde se opor, no presente, a uma possível condenação futura. Nesse sentido, a capacidade pessoal de construir dispositivos semióticos reorganizadores de experiências afetivas intensas e pervasivas (sendo tal organização mediadora da organização de experiências posteriores) se constitui em um fator central para a construção de relativa autonomia e protagonismo da pessoa ao longo de suas relações inter e *intrassubjetivas*.

A terceira e última questão destacada neste episódio diz respeito à condição errática de emergência semiótica através da alternância de signos fortes. Diferentemente da condição

errática composta por signos frágeis ou médios (Abbey & Valsiner, 2004), a condição errática aqui enfatizada se refere à alternância frequente e intensa entre duas certezas cultivadas, consideradas como altamente relevantes, porém percebidas como inconciliáveis, pela pessoa.

Em tal condição de emergência semiótica, dois (ou mais) signos medeiam a relação da pessoa com um determinado objeto, ambos representando o objeto satisfatoriamente para a pessoa, com a dominância temporária de um deles implicando em um aumento considerável dos níveis de ambivalência e tensão experienciadas pela pessoa. Ademais, níveis altos de incerteza tendem a emergir cada vez que um dos signos medeia a relação entre objeto e mente interpretante em um contexto específico de interação.

Nestes casos, a pessoa reconhece (e cultiva) a co-dominância dos sistemas semióticos aos quais os signos antagônicos pertencem, ao passo que mantém *fendas semióticas* entre estes signos, gerando, dessa forma, uma suscetibilidade à experiência de ambivalência e tensão a cada vez que tais signos são contextualizados em novas mediações semióticas, como pôde ser observado no caso de Helena ao longo dos três aspectos constituintes do episódio aqui discutido. Tais *fendas semióticas* são aqui concebidas como a separabilidade *percebida* entre signos, separabilidade esta sustentada pela manutenção de um antagonismo e uma co-dominância entre esses mesmos signos, os quais são altamente relevantes para a pessoa; ao confrontar tais signos, a pessoa experiencia um estado de incerteza o qual promove a escalada dos níveis de ambivalência e tensão. Em tal situação, a pessoa *parece suspender temporariamente* o processo de construção de novos significados a respeito de um determinado fenômeno, atendo-se alternadamente àqueles signos previamente construídos, a despeito da ambivalência daí resultante.

Este episódio (*O Ódio Experienciado por Helena*) foi considerado pelo pesquisador como o último trecho de diálogo no qual Helena se engajou, de maneira mais proeminente, em ações construtoras de alguma forma de integração das perdas à sua condição de então. Mais especificamente, este foi o último momento no qual Helena buscou organizar semioticamente sua experiência de luto no que dizia respeito: à sua *vontade* de rever Jane e à expressão de seu pesar; aos seus planos para reencontrar a filha e, por fim, à sua experiência de ódio com relação aos autores do crime que vitimizara Jane, bem como às possíveis consequências de tal experiência afetiva. A próxima seção traz uma síntese da análise do caso de Helena, bem como a articulação dos pontos principais que integram a discussão do caso.

3.3 Sumário das Discussões do Caso

Helena participou do presente estudo através de cinco encontros com o pesquisador, sendo o primeiro encontro dedicado a uma conversa sobre o estudo, os três encontros subsequentes, à realização das entrevistas e, o último, a uma discussão junto à participante sobre as análises iniciais dos principais pontos destacados pelo pesquisador. A partir desta organização inicial dos diálogos, e com base no objetivo geral do estudo, três episódios foram escolhidos para o estudo do caso: (a) *O pesar experienciado por Helena e as concepções popular e Bíblica da vida pós-morte*, (b) *Plano para reencontrar Jane no pós-morte*, e (c) *O ódio experienciado por Helena*.

Ao longo destes três episódios, a participante priorizou a abordagem da sua experiência de luto com relação à perda de sua filha (Jane). Com relação à morte de Marcos, Helena se restringiu a descrever a trajetória do filho a partir da adolescência do mesmo, bem como os fatos que levaram ao seu assassinato, o qual ocorrera nove anos antes da ocasião da participação de Helena no presente estudo (ver seção intitulada *As Perdas*). Percebe-se, assim, a construção de dois relatos acentuadamente diferenciados acerca de suas experiências de perdas: um, referente à perda de uma filha sem histórico de envolvimento com ações criminosas (Jane) e outro relato relacionado à morte de um filho que se envolveu com a criminalidade (Marcos).

3.3.1 Luto Relacionado à Morte de Jane

No que tange ao luto relacionado à morte de Jane, diversos aspectos já apontados por outros estudos (Alarcão, Carvalho & Pelloso, 2008; Lehman, Ellard & Wortman, 1986; Lohan & Murphy, 2007; Murphy, Johnson & Lohan, 2003; Santos, 2008) foram observados nos relatos de Helena, tais como: sofrimento intenso e pervasivo devido à perda; a redefinição da condição materna junto ao filho morto; a manutenção dos laços com o filho morto; revolta contra os autores do homicídio e contra as instituições ligadas à segurança pública, quando os autores do crime não são presos; a crença em Deus e em um mundo espiritual melhor como fonte de força para lidar com o sofrimento e, por fim, uma avaliação negativa, pela mãe, das intervenções sociais excessivamente diretivas (como, por exemplo, o pré-estabelecimento de formas através das quais o sofrimento pela perda deveria ser expresso) com relação ao seu processo de luto.

De maneira mais específica, no entanto, a experiência afetiva de Helena, na interface entre as esferas pessoal e pública, foi um dos aspectos mais ressaltados pela participante. Ao longo dos três episódios destacados pelo pesquisador, a participante explorou a forma através da qual o contexto imediato havia tentado direcionar a expressão de seu sofrimento, os meios através dos quais ela poderia reencontrar Jane na vida após a morte e, por fim, a sua experiência de ódio com relação aos autores do homicídio que vitimizara Jane. O Quadro 12, a seguir, mostra a distribuição dos principais aspectos analisados de acordo com os episódios mencionados anteriormente.

EPISÓDIO	ASPECTO ANALISADO
<p>1º. O Pesar e as Concepções Popular e Bíblica da Vida Pós-Morte</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Dominância entre signos e entre subsistemas semióticos. ● Natureza semioticamente mediada do <i>posicionamento pessoal</i> e natureza posicionada da <i>contextualização semiótica</i>. ● Compressão da experiência afetiva.
<p>2º. Plano para Reencontrar Jane na Vida Pós-Morte</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Estabelecimento de relações específicas entre signos através da contextualização de cadeias semióticas.
<p>3º. O Ódio Experienciado por Helena</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Valoração da experiência afetiva. ● Condição errática de emergência semiótica através de signos fortes.

Quadro 12. Aspectos analisados em cada episódio do caso de Helena.

Nas subseções a seguir, os resumos das discussões de cada um destes episódios serão listados de acordo com os respectivos aspectos analisados nos mesmos.

3.3.1.1 Primeiro episódio - *O pesar e as concepções popular e bíblica da vida pós-morte*. Em termos gerais, pode-se dizer que as discussões deste episódio giraram em torno das relações entre construções semióticas que ocorrem de forma relativamente deliberada e as experiências afetivas inerentes a tal atividade, levando-se em consideração as tensões existentes entre o direcionamento social e a orientação pessoal reguladoras de experiências afetivas pervasivas e intensas, como é o caso do pesar. Segue-se, assim, o resumo dos principais pontos discutidos nos três aspectos integrantes deste episódio.

3.3.1.1.1 *Dominância entre signos e entre subsistemas semióticos pessoais:*

- Duas características da dominância semiótica foram destacadas neste episódio: (a) o poder de estimulação afetiva do signo (como no caso do signo *incomunicabilidade* neste

episódio, por exemplo) e (b) a automaticidade do funcionamento de um signo em determinadas situações.

- Uma organização hierárquica de determinados signos é cultivada a partir de um posicionamento pessoal, o qual surge das inserções específicas e recorrentes da pessoa em certas esferas de experiência. Esses *subsistemas semióticos* são contextualizados cada vez que um centro experiencial subjetivo, em diálogo com seu contexto, emerge na forma de uma posição de Eu.

- Por outro lado, esses mesmos subsistemas semióticos são organizados hierarquicamente através da mediação de signos generalizados e afetos hipergeneralizados. Esta macro-organização da cultura pessoal (dinamicamente estável e continuamente reconstruída) ocorre através da contextualização de signos centrais em um determinado subsistema semiótico, o qual passa a exercer uma dominância sobre os demais. Assim, em uma dada interação, duas relações de dominância são estabelecidas a princípio: uma, entre signos integrantes dos subsistemas semióticos pessoais e outra, entre esses subsistemas semióticos.

3.3.1.1.2 Posicionamento pessoal semioticamente mediado e contextualização semiótica posicionada:

- Cada posicionamento pessoal emerge a partir das interpretações afetivo-semióticas iniciais (minimamente deliberadas) referentes aos signos presentes no contexto de interação.

- Complementarmente, esse centro experiencial subjetivo, referido como Eu em um determinado ponto no fluxo temporal e no espaço, encontra-se imerso em um sistema semiótico, no qual certos signos são mais relevantes naquele momento e para aquela posição. Ao funcionar como centro interpretante de sua própria experiência, tal posição delimita a amplitude das possibilidades de emergência semiótica em uma dada interação, seja favorecendo um daqueles signos centrais pré-existentes a funcionar como consequente semiótico de suas reações aos signos precedentes ou promovendo a síntese de novos signos dominantes.

3.3.1.1.3 Compressão da experiência subjetiva:

- Tal compressão consiste em uma atenuação temporária da intensidade de uma experiência afetiva, através da mediação de signos fortes, sendo tal mediação também promotora de transformações qualitativas da experiência afetiva.

- O que torna certos signos eficazes na constrição de campos afetivos é a eclosão de experiências afetivas a cada vez que tais dispositivos semióticos medeiam interações (intra e intersubjetivas) relevantes para a pessoa - em outras palavras, o que os torna eficazes é a

emergência de campos afetivos associada à *contextualização* de signos fortes previamente internalizados.

Vale ressaltar que os três aspectos supramencionados são interrelacionados, sendo o primeiro deles, referente à noção de *dominância*, mais geral. Assim, o fenômeno aqui denominado de *compressão da experiência afetiva* é explicado através de uma das características da dominância semiótica, qual seja, o *poder de estimulação afetiva do signo* ou, posto de maneira mais apropriada, a sensibilidade afetiva desenvolvida pela pessoa com relação a uma construção semiótica subjetivamente cultivada.

A natureza mediada do posicionamento pessoal, por sua vez, fundamenta-se na automaticidade (outra característica de signos dominantes) através da qual signos que emergem inicialmente em uma determinada interação favorecem a proeminência de um determinado subsistema semiótico. Este sistema semiótico, estando associado a uma dada esfera de experiência da pessoa, canaliza a assunção de uma posição de Eu específica, em detrimento de outras.

3.3.1.2 Segundo episódio - Plano para reencontrar Jane na vida pós-morte. Neste episódio, as relações estabelecidas entre signos através da *contextualização implícita de uma cadeia semiótica hierarquizada* constituíram o elemento central de análise. Este estabelecimento de relação entre signos pode ser considerado uma espécie de extensão de um dos assuntos abordados no primeiro episódio, qual seja, *a natureza mediada dos posicionamentos pessoais e a natureza posicionada das contextualizações semióticas*. Destarte, na subseção a seguir, são listadas as principais características de tal contextualização implícita de uma cadeia semiótica hierarquizada.

3.3.1.2.1 Estabelecimento de relações específicas entre signos através da contextualização de cadeias semióticas:

- Signos podem ser contextualizados de maneira explícita ou implícita, sendo que contextualizações implícitas podem mediar a relação (estabelecida pela pessoa) entre dois signos explicitamente contextualizados.

- Signos contextualizados implicitamente entre dois signos externalizados podem configurar uma cadeia semiótica hierarquizada que fundamenta a relação estabelecida, pela pessoa, entre aqueles signos externalizados.

- Tais cadeias semióticas, quando cultivadas no nível ontogenético de organização da experiência, podem mediar de maneira automatizada a relação entre signos externalizados em situações microgenéticas específicas.

- Partindo-se do princípio de que contextualizações semióticas são de natureza posicionada (isto é, ocorrem a partir de posicionamentos pessoais associados a subsistemas semióticos), relações estabelecidas entre signos no nível microgenético, através da contextualização implícita de cadeias semióticas, podem indicar a ocorrência de uma alternância de *breves pulsos subjetivos*, os quais possibilitam o estabelecimento de relações específicas entre signos em um curto lapso de tempo no fluxo microgenético de organização da experiência. Isso equivale a dizer que tais relações entre signos são possibilitadas pela capacidade humana de se deslocar subjetivamente de uma posição de Eu para outra, de maneira rápida e imaginativa (i.e., relativamente independente das interações concretas nas quais a pessoa se encontra).

A questão da mediação semiótica automatizada, referida no primeiro episódio, surge novamente aqui, porém relacionada à ocorrência de reposicionamentos sutis que possibilitam a contextualização de cadeias de signos hierarquicamente organizados. Tais cadeias são cultivadas no sistema semiótico ao longo do tempo e promovem, em certa medida, uma tendência pessoal a estabelecer determinadas relações entre uma ampla gama de signos, canalizando, assim, a tomada de decisões em muitas situações concretas – por exemplo, a cadeia semiótica apresentada na análise deste episódio (cujo signo organizador era *regras da salvação espiritual*) poderia direcionar o comportamento de Helena em diversas situações nas quais ela tivesse que avaliar a *adequação* de uma ação a ser tomada.

3.3.1.3 Terceiro episódio - O ódio experienciado por Helena. A análise deste último episódio explorou a relação de antagonismo entre a construção pessoal de uma valoração da própria experiência afetiva, de um lado, e a contextualização de signos fortes internalizados a partir de direcionamentos sociais relevantes, de outro. Foi evidenciada, assim, uma condição de emergência semiótica errática singular, composta por signos fortes e propiciadora de uma experiência recorrente de altos níveis de incerteza fundada na manutenção de certezas incompatíveis, porém altamente relevantes para a pessoa.

3.3.1.3.1 Valoração da experiência afetiva:

- A valoração pessoal da experiência afetiva resultante do impacto de um evento traumático pode influenciar a dominância exercida por signos fortes internalizados que organizam a experiência afetiva, quando tal *organização* se mostra insatisfatória para a pessoa. No entanto, para que uma avaliação pessoal engendre tal influência, ela precisa emergir de uma *relação* entre o evento traumático e o campo afetivo dele resultante, relação esta percebida pela pessoa.

- Inicialmente, a pessoa se engaja em uma dupla tarefa: por um lado, reconhecer e rotular o campo afetivo experienciado; por outro, atribuir um valor pessoal a tal campo afetivo semioticamente codificado, sendo ambas as ações suscetíveis ao direcionamento social. Esta atribuição de valor se fundamenta preponderantemente na *relação que a pessoa estabelece* entre a experiência afetiva e os eventos dos quais esta experiência foi oriunda.

- Ulteriormente, tal valoração pode favorecer a orientação pessoal na reorganização da experiência afetiva, promovendo sua intensificação, atenuação ou transformação qualitativa. A ênfase, aqui, recai na ação pessoal construtiva dos dispositivos semióticos correguladores da experiência afetiva.

3.3.1.3.2 *Condição errática de emergência semiótica através de signos fortes:*

- Ao invés da alternância de signos frágeis e médios, há aqui a alternância frequente entre duas certezas rígidas, pessoalmente cultivadas (i.e., dois signos fortes), consideradas como altamente relevantes, porém percebidas como inconciliáveis pela pessoa.

- Em tal condição, níveis altos de incerteza tendem a emergir cada vez que um dos signos fortes medeia a relação entre objeto e mente interpretante em um contexto específico de interação, haja vista o fato de que a contextualização do mesmo promove a imediata contextualização do outro signo (co-dominante). No episódio analisado, por exemplo, o objeto foi o ódio experienciado por Helena e os signos fortes foram “normal” e *impuro*.

- A pessoa reconhece (e cultiva) a co-dominância e o antagonismo entre tais signos fortes, mantendo *fendas semióticas* entre os mesmos. Tais *fendas semióticas* são aqui concebidas como aqueles *momentos* caracterizados por altos níveis de incerteza, dos quais emergem experiências intensamente ambivalentes, ao passo que não há a emergência de signos que regulem o antagonismo entre os signos em questão.

Dois elementos interrelacionados se destacaram na análise deste episódio: primeiramente, a valoração (semioticamente mediada) da experiência afetiva, a qual pode possibilitar à própria pessoa um maior protagonismo na organização semiótica dos afetos por ela experienciados, já que a pessoa *ocupa um lugar privilegiado* quando se trata de construir significados sobre sua própria experiência intrassubjetiva – isso equivale a dizer que a pessoa *é especialmente apta* a construir signos fortes sobre si mesma.

Por outro lado, a condição inerentemente intersubjetiva da constituição do *self* possibilita o cultivo pessoal de signos *internalizados igualmente fortes*, já que são oriundos de um direcionamento social altamente relevante para a pessoa. Assim, quando signos fortes internalizados entram em uma relação antagonista com aqueles signos construídos a partir das

avaliações e valorações pessoais, origina-se uma condição de emergência semiótica errática integrada por signos fortes, da qual emergem continuamente elevados níveis de incerteza, ambivalência e tensão.

Por fim, no Capítulo 4, os achados constantes da análise e discussão do caso de Helena serão articulados entre si e com aqueles oriundos do caso da participante Rebeca (Capítulo 2). Dessa forma, o próximo capítulo será integrado por três seções compostas pelas discussões feitas até então neste trabalho (referentes ao caso de Helena e ao de Rebeca), seções estas que tratarão sobre os seguintes temas: (a) a constrição social da experiência de luto materno no contexto do Subúrbio Ferroviário da cidade de Salvador, Bahia; (b) processos afetivo-semióticos envolvidos na construção dialógica do *self* em situações de perdas traumáticas; e (c) contribuições da psicologia cultural de orientação semiótica para a *teoria da reconstrução de significados* nos processos de luto.

CAPÍTULO 4
ARTICULAÇÃO DOS ACHADOS DOS ESTUDOS DE CASO

Capítulo 4 – Articulação dos Achados dos Estudos de Caso

A psicologia cultural de orientação semiótica concebe a construção de sentidos sobre as relações das pessoas com o mundo como sendo mediada por fenômenos afetivos os quais, por sua vez, são culturalmente organizados através da criação e do uso de signos (Valsiner, 2007). Desta forma, a capacidade mental reflexiva (cognitiva) funciona como um dispositivo semiótico emergente que possibilita a organização da relação afetiva da pessoa com o mundo (Valsiner, 2007). A partir de tais princípios gerais, pode-se afirmar que, em algum momento ao longo do fluxo de organização semiótica, a experiência afetiva se torna um *objeto*, a respeito do qual signos são construídos. Em outras palavras, a experiência afetiva pode ser tomada como um objeto cuja *organização* por uma mente auto-reflexiva *interpretante* se dá por meio da construção de signos os quais, por sua vez, passam a mediar tanto as transformações de tal experiência afetiva, quanto a relação daquela mente interpretante com a referida experiência afetiva.

Esta organização da experiência afetiva, coletivamente direcionada e individualmente orientada, torna-se proeminente nas situações em que as reações a perdas relevantes (como a perda de um filho por motivo de homicídio, por exemplo) se constituem no objeto de intervenção e controle (Valsiner, 2007). O caso da participante Helena, integrante do presente estudo, abordou a organização semiótica da experiência afetiva na interface entre as dimensões pessoal e coletiva, esta última sendo abordada a partir de seu funcionamento intrapsíquico através de mediadores semióticos subjetivamente cultivados (como *regras da salvação espiritual e comunicabilidade entre vivos e mortos*, por exemplo). No caso da participante Rebeca, por outro lado, foram exploradas as construções de sínteses pessoais orientadas predominantemente pela intencionalidade da participante, intencionalidade esta em constante diálogo com o direcionamento social presente em seu contexto.

Ressalte-se aqui o fato de que enquanto o direcionamento social buscava canalizar a experiência de luto de Rebeca a partir da sua não manifestação do choro em um determinado momento, tal direcionamento tentava canalizar a experiência de luto de Helena com base em sua manifestação de choro constante – em um caso, buscava-se direcionar o não chorar e, no outro, o chorar da mãe em seu processo de luto.

A análise destes dois casos mostrou como o papel ativo exercido pelo sujeito co-construtor das mensagens em um dado contexto de interação (Valsiner, 2007) parece ser consideravelmente atenuado através da dominância de subsistemas semióticos integrantes da cultura pessoal, como pôde ser visto no caso de Helena. Mesmo quando esta desempenhou

um papel mais protagonista ao longo de sua experiência de luto (contra o direcionamento de que ela não deveria continuar chorando pela perda da filha), logo em seguida ela internalizou, sem alterações significativas, o direcionamento social relacionado às relações entre vivos e mortos fornecido pela instituição religiosa.

As seções a seguir do presente capítulo se referem a três elementos originados dos dois capítulos de estudo de caso: (a) Algumas considerações acerca de características do Subúrbio Ferroviário da cidade de Salvador que funcionam como constritores contextuais relevantes para as experiências de luto materno; (b) Processos semióticos envolvidos na organização da experiência afetiva e na construção e reconstrução dialógica do senso de *Self* em situações de perdas violentas; e (c) algumas considerações acerca de possíveis contribuições da psicologia cultural de orientação semiótica para a área de estudos sobre o luto, mais especificamente, a abordagem centrada nos processos de reconstrução de significados.

4.1. Construção Social da Experiência de Luto Materno no Contexto do Subúrbio Ferroviário, na Cidade de Salvador, Bahia

As participantes deste estudo apontaram dois fatores como sendo os mais relevantes para a instauração de sofrimento e revolta dos filhos desde a infância dos mesmos: o estado de extrema pobreza, aliado à negligência e violência paternas. Para Helena e Rebeca, a escassez de recursos para a sobrevivência, aliada à convivência com a violência no âmbito doméstico cotidianamente contribuiriam decisivamente para que seus filhos saíssem de casa ainda na infância/adolescência dos mesmos, o que os colocou em uma situação de vulnerabilidade a qual culminaria com o envolvimento dos filhos em práticas criminosas e, por fim, na morte dos mesmos. Ressalte-se, no entanto, que nem todos os filhos mortos mencionados neste estudo tiveram envolvimento com práticas criminosas, de acordo com o relato das participantes.

Um fato que chama a atenção nas falas das participantes foi a estrutura de suas narrativas centrais: embora as mesmas fossem convidadas a falar sobre suas respectivas experiências como mães de filhos vítimas de homicídio, as mesmas começaram suas narrativas relatando as suas respectivas histórias de vida desde a infância, ambas marcadas pela pobreza e por violências.

Esta construção narrativa espontânea, a qual pareceu funcionar como uma espécie de prólogo à narração da história pessoal específica relacionada com a experiência de luto, faz-nos pensar na possibilidade de que estas mães, ao contrário do que se supõe comumente, conseguem também *contextualizar* a trajetória dos filhos mortos ao longo de uma história intergeracional cujos constritores pessoais e sócio-econômicos exercem um papel relevante na configuração das trajetórias das novas gerações (i.e., na configuração das trajetórias dos filhos que se envolvem com a criminalidade). Em termos *narrativos* (Chase, 2005), é como se, nos casos aqui abordados, a inserção prévia e espontânea de uma história de vida mais ampla fosse necessária para que a narração de um aspecto mais específico e relevante da vida da pessoa (perda traumática do filho) fosse construída de forma *significativa*.

Esta idéia nos permite supor que à visão mais baseada em uma lógica individualista e essencialista, geralmente expressa em frases do tipo *Meu filho foi morto porque ele escolheu o caminho errado* ou *Meu filho morreu porque ele era criminoso*, acrescenta-se outra visão mais *contextualista* da trajetória de seus filhos, sendo esta menos elaborada verbalmente, porém fortemente *sentida* por estas mães. A partir deste outro ponto de vista, essas mulheres

parecem *suspeitar* que, independentemente dos erros cometidos pelos seus filhos, a *execução* não deveria ter ocorrido - mais ainda: a entrada de um filho no mundo da criminalidade, a despeito das escolhas individuais do mesmo, teria ocorrido não *apenas* devido a fatores intrapessoais, mas também devido a fatores contextuais.

Estas mães, detentoras do conhecimento das histórias intergeracionais da família, testemunhas de configurações históricas existentes em tempos e lugares negligenciados pelo poder público e vítimas elas mesmas (e suas *crianças*) de diversas formas de violência, experienciam erraticamente o luto dos filhos assassinados, entre *responsabilizações* focalizadas no nível pessoal e uma tímida indignação contra os fatores contextuais mais amplos os quais canalizam, não acidentalmente, trajetórias de inúmeros jovens para uma engrenagem letal cujas partes se retroalimentam à custa das vidas daqueles mesmos jovens. A perda de um filho por motivo de assassinato, dessa forma, parece ser percebida como *a violência mais trágica*, incrustada em uma sucessão de tragédias *menores* que integram a história dessas mulheres e suas famílias.

Ao final, diante do abandono explícito pelo poder público (cujos integrantes, muitas vezes, são os algozes na história) e pela sociedade, em geral, aliado à impotência sentida pela comunidade local para combater mais diretamente os homicídios de jovens, a normalização da perda do filho infrator é ressaltada nas falas destas mães, enquanto que a revolta pela *construção* (de caráter pessoal, mas também social e processual) desta perda é severamente silenciada. A despeito desta *normalização*, essas mães relatam experiências de sofrimento extremo quando da morte de um filho que havia se envolvido em práticas criminosas, além de manterem a idéia de que, apesar das infrações dos filhos, eles não deveriam ser mortos.

Ademais, a implicação destas reflexões para o presente estudo reside na noção de que esta característica específica do contexto no qual este estudo foi desenvolvido, i.e., este “dilaceramento social do morador da periferia³³” (Espinheira, 2003, p. 159) canaliza as experiências individuais de perda por homicídio na direção de uma *intensificação do foco de intervenções nos aspectos intrassubjetivos* no processo de luto. Em contrapartida, verifica-se uma ausência de elaborações intrapessoais fundamentadas em um enfrentamento coletivo das condições que contribuem para (e reforçam) a matança generalizada e contínua de jovens em tal contexto.

³³ Resumidamente, esta dilaceração se caracteriza pela escassez da oferta de serviços públicos e privados básicos de qualidade, considerados fundamentais para a vida urbana, tais como infra-estrutura apropriada para as especificidades locais, serviços de saúde, educação, segurança, lazer e transporte, por exemplo. Os atos violentos e repressivos mais explícitos, cometidos tanto por agentes do poder público, quanto por integrantes da própria comunidade, *complementam* este dilaceramento social do morador da periferia (Espinheira, 2003, pp. 157-159).

No presente estudo, o “dilaceramento social do morador da periferia” (Espinheira, 2003, p. 158-159) é concebido como o principal constritor da experiência de luto das participantes. Tal experiência é externalizada principalmente no que diz respeito ao sofrimento pela ausência em si do filho, bem como à forma através da qual esta ausência passou a existir (i.e., a forma violenta da perda). Outras formas de enfrentamento, como a busca pela *justiça* (o que, no caso dessas mães, seria a prisão dos assassinos de seus respectivos filhos) aplicada tanto aos seus respectivos casos, quanto aos casos de outras famílias, são paulatinamente silenciadas tanto nas incursões destas mulheres nas diversas instituições sociais por elas frequentadas, como também nas suas experiências íntimas de luto e pesar. Este seria um constritor cultural *a posteriori* da experiência afetiva individual envolvida no luto.

Decorre daí, *supostamente*, a ênfase observada na própria experiência afetiva durante o processo de luto. Diferentemente do esperado, o processo de integração da perda de filhos por motivo de homicídio, nos casos estudados, teve como principal objeto de reflexão pessoal a própria experiência afetiva em suas relações com o entorno social contemporâneo de suas experiências afetivas. Dessa forma, a organização semiótica da experiência afetiva foi vista como central para as participantes, quando se esperava que as participantes se envolvessem em construções ligadas à reconstrução das representações dos filhos cultivadas por elas, a possíveis falhas suas (das mães), a arrependimentos, ou elaborações similares. Percebeu-se, assim, uma rarefação de questões ligadas a justiça social (e formas de enfrentamento de caráter legal e coletivo) e amplificação de questões ligadas à intrasubjetividade, mais especificamente, à dimensão afetiva de suas respectivas experiências de luto. É como se apenas isto pudesse ser feito, diante dos obstáculos existentes para a reconstrução de suas vidas em outros termos como, por exemplo, a efetivação da justiça com a prisão dos criminosos.

Porém, ao buscarem outros sociais relevantes que validassem as reformulações que suas histórias de vida demandavam, devido às perdas violentas, essas mulheres se depararam com diversos interlocutores que, pela perspectiva das mesmas, tinham fortes limitações quanto a compreender suas respectivas condições dentro de trajetórias singulares junto a seus filhos e ex-cônjuges. Como dois exemplos de tal *construção* também no plano microsocial, pode-se mencionar: o julgamento de Rebeca como pessoa sem sentimento, devido ao fato de ela não ter se desesperado nos funerais dos filhos e a intervenção dos conhecidos de Helena, com o intuito de lhe fazer para de chorar, aceitar a perda de Jane e seguir em frente, com menos de um ano decorrido da morte da filha.

4.2. Processos Semióticos Envolvidos na Organização das Experiências Afetivas e na Construção Dialógica do Senso de *Self* em Situações de Perdas Violentas

4.2.1 Processos Afetivo-Semióticos em Condições de Rupturas Extremas

Para a psicologia cultural de organização semiótica, os afetos medeiam o processo de construção de significados, ao passo que as experiências afetivas são elas mesmas organizadas semiótica e culturalmente; ademais, a organização semiótica das experiências afetivas ocorre através da contextualização de signos de diferentes níveis de generalidade, bem como através de diferentes níveis de organização da experiência (micro, meso e ontogenético) (Valsiner, 2007).

Assim, a rotulação verbal de um campo afetivo hipergeneralizado implica na pré-organização, afetivamente mediada, do vocabulário a ser utilizado nas reflexões pessoais acerca de tal campo afetivo; no entanto, a despeito de sua codificação, o referido campo afetivo conserva uma abertura em uma certa direção afetiva geral, a qual possibilita a sua subsequente indiferenciação (*de-differentiation*), voltando a ser experienciado como um sentimento hipergeneralizado não capturável por meio da linguagem verbal (Valsiner, 2007).

Ainda a partir desta perspectiva, valores sugeridos socialmente se mesclam às experiências afetivas, tornando possível o direcionamento social de tais experiências *particulares*. Este direcionamento social ocorre também a partir da estruturação de cenários de interação presentes no cotidiano das pessoas, nos quais os limites da experiência e expressão afetivas são continuamente estabelecidos e renegociados (Valsiner, 2007).

Estes princípios gerais aqui sumarizados apontam para dois aspectos considerados relevantes pela psicologia semiótico-cultural no que tange ao estudo da experiência afetiva humana: o primeiro deles é o direcionamento social da experiência afetiva e o segundo, as interrelações entre tal tipo de experiência e processos semióticos.

No presente estudo, aqueles dois aspectos da experiência afetiva enfatizados pela psicologia semiótico-cultural tiveram centralidade (principalmente no caso da participante Helena). Vale lembrar que os casos estudados apresentaram duas especificidades relevantes para suas respectivas análise e discussão: o *caráter de ruptura* das experiências das participantes, bem como o *elevado nível de sofrimento* por elas expresso e relatado. Assim, durante os diálogos com o pesquisador, as participantes abordaram experiências prévias, ao mesmo tempo em que se engajaram em construções afetivo-semióticas significativas relacionadas às suas experiências de perda.

4.2.1.1 Caráter tríplice da organização hierárquica semiótica em contextualizações específicas. O principal argumento aqui apresentado é o de que qualquer contextualização projetiva implica em uma atividade de natureza tríplice, a qual envolve: (a) a complexidade do sistema semiótico pessoal, o qual é organizado em subsistemas relativamente independentes; (b) a organização hierarquizada dos signos integrantes dos subsistemas semióticos; e (c) a complexidade *intrassigno*, cujos significados imputados pela pessoa são continuamente organizados e reorganizados sob a dominância de um invólucro semiótico generalizado. Este caráter tríplice do processo de contextualização projetiva, tal como apresentado neste estudo, baseia-se na noção de *signos multiformes* (primeiro episódio do caso da participante Rebeca) e na concepção hierárquica dual da cultura pessoal (primeiro episódio do caso da participante Helena), os quais, por sua vez, fundamentam-se nas formulações teóricas da psicologia cultural de orientação semiótica tal como foi mostrado na seção referente à fundamentação teórica.

Inicialmente, vale lembrar que o processo de contextualização projetiva diz respeito à “reinscrição de signos previamente construídos em um dado processo de emergência de sentidos pessoais sob novas circunstâncias” (Abbey & Valsiner, 2004, par. 34). Esta reinscrição, no entanto, é direcionada tanto pela canalização contextual estabelecida de quais subsistemas semióticos serão envolvidos naquele dado processo de emergência, quanto pela intencionalidade da pessoa envolvida na circunstância em questão (por exemplo, a configuração *comunicabilidade entre vivos e mortos-vontade pervasiva de chorar-incomunicabilidade entre vivos e mortos*, no primeiro episódio do caso de Helena).

Da relação entre fatores contextuais e pessoais em uma determinada situação, ocorre um direcionamento da entrada de determinados subsistemas semióticos em detrimento de outros, no processo de contextualização projetiva. Este aspecto da contextualização projetiva resulta de uma organização semioticamente mediada e ampla da esfera intrassubjetiva, na qual um centro organizador da experiência sentido como sendo Eu (I) ganha proeminência ao interpretar sua experiência presente, favorecendo, assim, a igual proeminência de um subsistema semiótico a ele relacionado.

Tal interação inicial da pessoa com elementos relevantes de seu contexto resulta, por outro lado, em um *posicionamento* subjetivo contextualizado, o qual, apesar de não ser previamente estabelecido, tende a ser um daqueles mais centrais para a própria pessoa em sua história ontogenética, principalmente aqueles mais relacionados às questões presentes naquela interação específica. Ressalte-se que subsistemas semióticos altamente relevantes, como aqueles relacionados à esfera profissional ou religiosa de experiência, por exemplo, podem

dominar de forma recorrente o processo de contextualização projetiva, funcionando como um *sistema* [semiótico dominante] *de orientação* do pensar, sentir e agir da pessoa, o qual guia o processo de co-construção de significados (Zittoun, 2006).

Um exemplo deste primeiro aspecto da contextualização semiótica pôde ser visto na análise do caso da participante Helena, quando a mesma contextualizou signos oriundos da esfera religiosa de sua experiência, ao longo do processo de superação da ambivalência instaurada por signos internalizados a partir da esfera *pessoal* (isto é, da esfera composta por pessoas próximas que a aconselhavam a não chorar pela morte de Jane). O que se percebeu naquele caso foi não apenas a dominância de um signo sobre outro (*incomunicabilidade entre mortos e vivos* sobre *comunicabilidade*), mas, principalmente, a dominância de um subsistema semiótico (*religiosidade*) sobre outros (concernentes ao âmbito das *relações pessoais* com amigos, vizinhos, conhecidos, familiares, etc.), estando cada um desses subsistemas ligado a esferas específicas de experiência pessoal da participante.

A partir da perspectiva de um centro pessoal organizador da experiência, signos cultivados em um subsistema semiótico passam a ser organizados hierarquicamente e são, por fim, efetivamente *inseridos* no processo corrente de construção de significados. Neste segundo aspecto da contextualização projetiva, dois elementos se destacam: a imbricação do *senso de Eu* em um complexo semiótico co-construído ao longo da trajetória da pessoa e o caráter complexo dos subsistemas semióticos específicos.

Ao ser assim contextualizado, no entanto, um signo pode funcionar como veículo de significados diversos ou até mesmo antagônicos, como pôde ser visto no caso da participante Rebeca (primeiro episódio), quando da contextualização de um ditado popular, segundo o qual *Deus* exerceria tanto um papel protetor, quanto uma função danosa para a pessoa. Neste ponto, uma terceira e importante dimensão do processo de contextualização pode ser percebida, uma vez que a atribuição de significados a um determinado signo contextualizado possibilita uma contextualização projetiva paralela àquela contextualização inicialmente considerada.

Presume-se, aqui, que este terceiro aspecto da contextualização projetiva abre a possibilidade para um maior protagonismo pessoal no processo de contextualização semiótica, na medida em que, mesmo quando um determinado signo externalizado advém de um forte direcionamento social, é a ação construtiva da pessoa que definirá os conteúdos a ele imputados, os quais exercerão *de fato* uma mediação semiótica singular em uma dada circunstância.

No caso de Rebeca, por exemplo, a contextualização projetiva social se configurou, ao final, em um catalisador semiótico multiforme de uma posição de Eu central (igualmente multiforme). Assim, além de permitir um maior protagonismo da pessoa, o terceiro aspecto da contextualização projetiva pode propiciar a construção inovadora de sínteses pessoais *possuidoras de* diversos graus de complexidade e flexibilidade, deixando, assim, uma abertura constante para a inovação criativa no âmbito pessoal, a despeito do abundante direcionamento social presente nos cenários institucionais coletivamente construídos.

Vale enfatizar, por fim, que este terceiro aspecto também se constitui em uma via privilegiada para transformações qualitativas relevantes em um determinado subsistema semiótico pessoal, uma vez que a atribuição constante e intensa de significados a um signo dominante naquele subsistema pode originar altos níveis de ambivalência e tensão *intrassigno*, levando, por exemplo, à sua extinção, substituição ou seu reposicionamento no subsistema (podendo, tal signo, passar a ser dominado por outros signos, por exemplo). Esta transformação no âmbito *interno* de signos relevantes pode levar à reestruturação do subsistema como um todo e, finalmente, a transformações mais amplas na cultura pessoal, i.e., no nível ontogenético de organização da experiência.

Esta discussão acerca da contextualização de signos subjetivamente cultivados pode ser refinada com a consideração do processo de posicionamento do senso de Eu ao longo do fluxo de emergência semiótica, como apresentado na próxima subseção.

4.2.1.2 Uma tríade subjetiva: signos, afetos e o senso de *self*. Para a psicologia cultural de orientação semiótica, o processo de construção de significados – ou a construção pessoal de mundos significativos para a própria pessoa – se constitui em um dos fenômenos nucleares da realidade psicológica humana (Valsiner, 2007; 2013). Dois dos elementos centrais envolvidos em tal processo são: os instrumentos que fazem a mediação da relação entre a mente humana interpretante e um dado objeto (os *signos*), bem como a ampla gama de fenômenos afetivos que permeiam a ação construtora de significados (sendo tais fenômenos, por sua vez, suscetíveis a uma organização semioticamente mediada) (Valsiner, 2007).

Outro elemento relevante envolvido no processo de construção de significado é o *senso de si mesmo* na função de *organizador subjetivo* da experiência, sendo tal experiência localizada em um determinado espaço e ao longo do fluxo temporal. Esse senso de si mesmo é, dessa forma, concebido como um centro experiencial pessoal, o qual assume uma configuração sistêmica do tipo *eu-aqui-agora (here-now-I-system)* (Valsiner, 2002a, p. 252). As análises e discussões dos casos deste estudo apontam para a centralidade de tal elemento no processo de organização semiótica da experiência, mais especificamente no que diz

respeito à contextualização de signos ao longo de uma determinada experiência no nível microgenético, bem como à mediação semiótica envolvida na própria configuração deste sistema eu-aqui-agora. Faz-se útil, neste ponto, uma breve exposição da noção de *estado mental presente* (o *pulso de pensamento* referido como Eu em um determinado instante), de James (1890/1918), bem como as articulações desta com a versão semiótica do *self* dialógico, especificamente aquela formulada por Valsiner (1998; 2002a; 2002b; 2005) e Valsiner e Cabell (2012).

Para James (1890/1918), o senso de Eu (*pure Ego*) consiste em um pulso ou uma seção ao longo do fluxo de pensamento, sendo este melhor compreendido como um fluxo de *ciência* (no sentido de *Sciousness*, i.e., conhecimento sobre algo), ao longo do qual alguns *objetos do conhecimento* são considerados como, dentre outras coisas, o *Mim* (James, 1890/1918, p. 304). Nesse sentido, cada seção do fluxo de pensamento é uma pequena amostra de ciência, conhecimento (*sciousness*), sobre o *Mim* e o *não Mim*, sem que o estado subjetivo *reflexivo* (o *Eu*) possa ser simultaneamente contemplado (James, 1890/1918, p. 304). Este estado subjetivo reflexivo foi nomeado de diversas formas, tais como: pulso de *Pensamento* (como veículo de escolha e de cognição), estado mental presente, o Pensador, o Ego puro (*pure Ego*) núcleo real de nossa identidade pessoal e seção identificadora do fluxo do pensamento (James, 1890/1918, pp. 330-342).

Ao focalizar certo aspecto presente ou rememorado do *self empírico*³⁴ em um dado instante, o estado mental presente (ou breve pulso de pensamento) possibilita a emergência de uma experiência afetiva, ainda que muito sutil, na qual se fundamenta o reconhecimento vívido daquele aspecto como sendo integrante do *Mim*, e não de outrem (James, 1890/1918, pp. 330-342). Dessa forma, o *self* (empírico) presente é captado, tornado concreto e *palpável* a partir de sua apreensão por uma dada seção do fluxo de pensamento no momento presente (James, 1890/1918, pp. 330-342).

Este pulso de pensamento, no entanto, ao funcionar como uma *condição subjetiva indispensável* para o conhecimento do *self* e do *não self*, não se constitui em algo sobre o qual se pode pensar no mesmo momento em que o *self* presente (empírico) é focalizado (James, 1890/1918, p. 304). Assim, tal ato de conhecer no momento presente não é imediatamente

³⁴ De forma simplificada, o *self empírico* é um dos dois constituintes do *Self* (juntamente com o *Eu* ou *pure Ego*) e se constitui em tudo o que alguém chama de *mim* ou *meu/minha*. Este constituinte do *self* é composto por uma dimensão material, uma social e outra espiritual. O *self* material inclui todas as coisas (incluindo o nosso próprio corpo) e pessoas que são objetos de nossas preferências e de nossos interesses práticos mais relevantes; o *self* social é o reconhecimento que alguém recebe das pessoas com quem ele/ela se relaciona; e o *self* espiritual, por fim, diz respeito a disposições ou faculdades psíquicas, tais como habilidade para argumentar e consciência moral, por exemplo (James, 1890/1918, p. 291-305).

conhecível, sendo-o apenas em reflexões subsequentes, já que ele não pode funcionar como pensamento e objeto de pensamento simultaneamente (James, 1890/1918, p. 340).

Esta diferenciação entre Eu e Mim proposta por James (1890/1918) fundamenta a teoria do *self* dialógico, segundo a qual o Eu “tem a possibilidade de se mover . . . de uma posição *de Eu* para outra de acordo com as mudanças ao longo do tempo” (Hermans, 1996, p. 33). Nesta teoria, posições de Eu são concebidas como perspectivas subjetivas que funcionam ao longo das relações diretas da pessoa com o seu contexto, exercendo o papel de um centro primordial de organização no *self* (Hermans, 1996, pp. 42-43). Ademais, tais posições se originam a partir das relações da pessoa com outros sociais relevantes, sendo cultivadas ao longo de sua trajetória.

Na teoria do *self* dialógico, a abordagem do senso de Eu enfatiza a natureza relacional e posicionada da subjetividade em um tempo e um espaço. Assim, no que tange à situacionalidade do *self*, reconhece-se que “o Eu tem a possibilidade de se mover, como no espaço, de uma posição para outra, de acordo com mudanças na situação e no tempo” (Hermans, 1996, p. 33). Com relação à natureza relacional do *self*, assume-se, a partir de tal perspectiva dialógica, que “o Eu tem a capacidade de atribuir imaginativamente uma voz a cada posição, para que relações dialógicas entre posições possam ser estabelecidas” (Hermans, Kempen & van Loon 1992, p. 28). No que diz respeito ao caráter posicionado do *self*, uma determinada posição de Eu é capaz de “concordar, discordar, compreender, confundir-se com, opor-se a, contradizer, questionar e até ridicularizar o Eu em outra posição” (Hermans, Kempen & van Loon, 1992, p. 29). Como a pessoa pode tomar a iniciativa de se deslocar entre diferentes posições ao longo de suas interações intra e intersubjetivas, a noção de *reposicionamento* é considerada também como sendo de grande relevância para a teoria do *self* dialógico.

A partir da perspectiva dialógica, o ato de posicionar-se subjetivamente se constitui em uma *apropriação* pessoal - e uma identificação - de certos elementos como sendo o Eu (Hermans, 2012, p. 9) em uma dada situação localizada no tempo e no espaço. Tal ato pode emergir em uma interação dialógica de oposição, caracterizando-se, assim, como um contraposicionamento; ademais, o caráter intrinsecamente temporal dos processos dialógicos favorece o contínuo reposicionamento do *self* (Hermans, 2012, p. 8). No entanto, uma questão pode ser aqui levantada: *como* ocorrem, mais precisamente, tais posicionamentos?

As noções comumente apresentadas de posição de Eu (Hermans, Kempen & van Loon, 1992) e de posicionamento (Hermans, 2012) podem tender para um essencialismo da noção de Eu, pois de acordo com os autores ora mencionados, o Eu (na concepção de James

de *pure Ego*) assume posições previamente construídas, *flutuando* de uma posição para outra ao longo das interações intra e interpessoais. Sugere-se, assim, que há posições para serem *assumidas* ou *postas em movimento*; nesse sentido, o Eu será sempre *definível* a partir de seu contexto de interação e as posições de Eu parecem existir como entidades que esperam ser, a qualquer momento, assumidas pelo Eu.

Pressupõe-se aqui, a partir das discussões dos casos deste estudo, que a natureza semioticamente guiada das apropriações que a pessoa faz de seu mundo pode contribuir para uma melhor compreensão dos processos de posicionamento. Assim, em uma abordagem semiótica da teoria do *self* dialógico, a contínua contextualização de signos promotores regula a reorganização das posições de Eu ao longo do tempo; tais signos funcionam, dessa maneira, como guias para futuras ações e construções semióticas, revestindo o *self* dialógico de uma natureza temporal orientada para o futuro (Valsiner, 2005, p. 202).

A problemática envolvendo as relações entre o senso de Eu e o Mim (que se torna um predicado do Eu) faz emergir uma questão próxima àquela do processo de posicionamento e reposicionamento subjetivo, qual seja: “como podemos descobrir que algo a que chamamos de *self* existe de fato?” (Valsiner & Cabell, 2012, p. 90). Para os referidos autores, o *self* constrói a si mesmo a partir de um estado nebuloso no qual o Eu é predicado de si mesmo, de onde novos predicados (i.e., novos signos) emergem (Valsiner & Cabell, 2012, p. 90). Nesse sentido, o signo Eu não possui nenhuma referência clara, desempenhando a função de “associar a experiência vivida pelo indivíduo com uma forma de expressão comunicável e social” (Neuman apud Valsiner & Cabell, 2012, p. 90). Este estado nebuloso no qual o Eu é predicado de si mesmo assemelha-se à noção de Eu (*pure Ego*), de James (1890/1918), mencionada anteriormente.

Retornando à questão levantada anteriormente, acerca do *processo* de posicionamento, assume-se aqui que uma dada posição de Eu (tal qual utilizada na teoria do *self* dialógico) se constitui em um complexo de predicados relacionados ao Eu. Tal complexo é caracterizado ainda por uma relativa estabilidade ao longo do tempo, sendo *cultivado* pela pessoa em seu sistema semiótico, e estando associado a um dado subsistema semiótico (por conseguinte, a uma dada esfera de experiência) da cultura pessoal.

Nesse sentido, o Eu (de acordo com a noção de *pensamento não conhecível no presente*, de James) age através da ativação daqueles conjuntos semióticos rotulados como *I-positions*, sendo que estas só podem ser inferidas por um observador/interlocutor a partir dos signos contextualizados em uma dada interação. Dito de outra forma, a pessoa interpreta e reage ao seu ambiente relevante de uma forma tal que um dado *complexo semiótico* ganha

proeminência subjetivamente e guia a construção de significados subsequente, sendo que este *complexo semiótico* comumente funciona como predicado do senso de Eu, passando a ser experienciado como o núcleo íntimo da experiência. Nesse ponto, tem-se, momentaneamente, um posicionamento definido a partir do qual a pessoa consegue situar mais explicitamente a perspectiva a partir da qual ela se relaciona dialogicamente. O que se enfatiza aqui é o caráter processual do *Eu-posicionado* (*positioned-I*), em contraste com a noção de posição de Eu (*I-position*).

No intervalo de tempo entre o encontro com um dado elemento relevante do contexto e a assunção em si de uma determinada posição de Eu, pode-se conceber a ocorrência de um pré-posicionamento (ou um quase posicionamento), ao longo do qual mediadores semióticos previamente internalizados (e afetivamente relevantes) canalizam, em um nível pré-reflexivo, o estabelecimento do posicionamento do senso de Eu. Como já mencionado, uma vez que a perspectiva adotada subjetivamente se associa a determinado subsistema semiótico e a uma dada esfera da experiência pessoal, o emergente *Eu posicionado* passa a guiar a construção semiótica subsequente, a partir de suas interpretações dos signos previamente contextualizados pela própria pessoa ou por seus interlocutores.

Nesse sentido, pode-se conceber um cenário subjetivo dinâmico e de contornos difusos no qual signos pré-existent na cultura pessoal medeiam a configuração momentânea da experiência intrassubjetiva, quando da interação da pessoa com elementos relevantes de seu contexto; esta nova configuração subjetiva, por sua vez, passa a orientar imediatamente a emergente construção semiótica, fundamentando-se tanto na experiência afetiva presente, oriunda de sua interação com tais elementos contextuais relevantes, quanto em suas intencionalidades voltadas para determinados âmbitos da experiência futura.

Para a psicologia cultural de orientação semiótica, o uso contextual de signos tende a ser afetivamente mediado e a experiência afetiva, semioticamente organizada. A partir das discussões da presente subseção, pode-se enfatizar um terceiro elemento como sendo central na organização afetivo-semiótica da experiência humana: o processo de posicionamento do *senso* de Eu, o qual se constitui em um *locus* privilegiado para o funcionamento mediador de signos previamente internalizados ao longo do processo de estruturação do *self* dialógico; uma vez existindo como *Eu-posicionado*, a pessoa passa a orientar, de maneira significativa para si mesma, a construção semiótica emergente, ao longo do fluxo ininterrupto e oscilante da experiência subjetiva, através de níveis diferenciados de protagonismo pessoal. Isto equivale a dizer que, se ao longo do processo de posicionamento, signos sugeridos culturalmente podem favorecer a contextualização projetiva social, a construção semiótica a partir de um *Eu*

posicionado pode favorecer a contextualização projetiva pessoal - neste último caso, verifica-se a eclosão de novidade psicológica significativa para a pessoa, favorecida pela idiosincrasia da experiência afetiva e pelas intenções pessoais que perpassam construções singulares de significados.

4.2.1.3 Dominância semiótica: sensibilidade afetiva a determinados signos e automaticidade do funcionamento semiótico. As duas subseções anteriores enfatizaram o papel direcionador que signos internalizados e cultivados no nível ontogenético da experiência exercem tanto no processo de posicionamento do senso de Eu, quanto no estabelecimento das possibilidades de construção semiótica em uma determinada situação. Nota-se, assim, que um dos elementos centrais para uma melhor compreensão dos processos semióticos é a dominância de um dado mediador semiótico sobre outros.

No caso da participante Rebeca, por exemplo, certos signos cultivados no nível ontogenético (como *ter sido mãe e pai simultaneamente*) favoreciam, de maneira recorrente, a dominância da posição de Eu *pessoa forte*; estando esta posição relacionada a esferas da experiência como trabalho, maternidade, infância e vida conjugal, bem como aos subsistemas semióticos a elas relacionados, determinados signos fortes oriundos de tais subsistemas semióticos exerciam continuamente uma dominância semiótica sobre outros sugeridos socialmente (e.g., a dominância do signo *pessoa forte por não se desesperar durante os funerais dos filhos sobre mãe sem sentimentos*).

Na análise do caso da participante Helena, foram enfatizadas duas características dos signos que exercem recorrentemente uma dominância sobre outros: o poder de evocação afetiva dos signos dominantes e a automaticidade do funcionamento de tais signos no sistema semiótico pessoal.

Presume-se, aqui, que signos cultivados ao longo da trajetória pessoal relevante ou signos oriundos de áreas centrais da vida da pessoa, ainda que internalizados recentemente, podem favorecer a eclosão de experiências afetivas significativas. Quando confrontada com uma situação envolvendo experiências afetivas intensas, a pessoa pode, através da contextualização de mediadores semióticos dominantes, transformar qualitativamente tais experiências. Nesse sentido, um mediador semiótico do tipo símbolo não é, *em si mesmo*, *afetivo*, mas pode exercer um papel central na promoção de determinadas experiências afetivas, sendo o ato de orar um exemplo nítido de tal potência dos símbolos na promoção da emergência de afetos – conseqüentemente, é mais apropriado afirmar que *a pessoa se torna afetivamente sensível* a determinados símbolos por ela co-construídos e cultivados ao longo de sua trajetória. Percebe-se, assim, uma sensibilidade afetiva a um signo específico.

No caso da participante Helena, por exemplo, o signo dominante *regras da salvação espiritual* promovia a emergência de um campo afetivo caracterizado pela *necessidade de purificar-se* (do ódio sentido pelos autores do crime que vitimizara sua filha). Percebe-se, dessa forma, um campo afetivo cuja emergência se originava da mediação semiótica exercida por um signo dominante (*regras da salvação*), sendo este signo dominante contraposto a um campo afetivo hipergeneralizado rotulado como *ódio*.

A segunda característica relevante de tais signos dominantes é a forma através da qual os mesmos tendem a ser contextualizados em interações específicas, qual seja, de forma implícita (i.e., não verbalizada), minimamente deliberada e estabelecendo relações específicas entre outros signos externalizados explicitamente.

É plausível supor que esta quase *automaticidade* do funcionamento de um signo dominante se fundamenta no grau de sensibilidade que a pessoa apresenta com relação ao mesmo, isto é, o potencial que tal mediador possui para promover determinadas experiências afetivas. Ademais, a contextualização implícita de um signo dominante pode ocorrer também na forma de uma cadeia semiótica organizada sob a dominância de tal signo, sendo esta cadeia semiótica relativamente estável e cultivada em um determinado subsistema semiótico da cultura pessoal ao longo da trajetória da pessoa.

Mantendo-se em mente o fato de que signos internalizados são cultivados em relações hierarquizadas com outros signos, configurando assim subsistemas semióticos; atentando-se também para o fato de que subsistemas semióticos são associados a esferas específicas da experiência da pessoa, pode-se pensar que a contextualização não externalizada de signos dominantes também implica em posicionamentos do senso de Eu.

Tais *posicionamentos intermediários* envolvem um deslocamento do senso de Eu entre o nível implícito e o explícito do processo de contextualização semiótica, propiciando maior flexibilidade e dinamismo às relações dialógicas no nível da organização microgenética da experiência. Assim, um signo externalizado pode preceder uma contextualização semiótica implícita (não externalizada) a qual, por sua vez, relaciona o signo previamente externalizado ao signo externalizado subsequentemente. Isso equivale a dizer que determinados posicionamentos podem funcionar predominantemente como estabelecadores implícitos de relações significativas entre signos externalizados, sendo este funcionamento uma possível característica central das posições de Eu dominantes na cultura pessoal.

No caso de Helena, por exemplo, ficou evidente tanto a centralidade de sua posição como pessoa religiosa, como também a dominância de signos relacionados à esfera religiosa de sua experiência pessoal, sendo os mesmos continuamente contextualizados implicitamente

ao longo do estabelecimento de relações entre signos externalizados. Como apresentado na análise do segundo episódio (*Plano para Encontrar Jane na Vida Pós-Morte*) do referido estudo de caso, o signo dominante *regras da salvação espiritual* fundamentou a suposta relação causal entre a condição de *não liberta* assumida pela participante e a alta probabilidade de Helena não reencontrar Jane no dia do Juízo Final; ao relacionar tal complexo semiótico com a vontade e necessidade pervasivas de reencontrar Jane, Helena construiu e cultivou subjetivamente o signo promotor *eu não posso morrer agora*, o qual, por sua vez, mediou ações importantes para Helena, tais como dar continuidade ao tratamento médico e afastar-se de situações estressantes.

4.2.1.4 Organização do campo afetivo: construção de autonomia intra e interpessoal. Um dos objetos mais desafiadores com o qual a *mente interpretante* pode se deparar é certamente um campo afetivo hipergeneralizado experienciado por esta mesma mente interpretante. Ademais, compreender e organizar satisfatoriamente, a partir da perspectiva pessoal, uma experiência afetiva intensa, duradoura e alvo de acentuada intervenção social se constitui em uma dupla tarefa a qual leva, muito comumente, ao isolamento exacerbado e à conseqüente acentuação do sofrimento, como ocorre com muitas mães de jovens que foram vítimas de homicídio. Um aspecto crucial da organização semiótica de experiências afetivas intensas, como aquelas experienciadas por mães em tal condição de luto, é a valoração satisfatória dos afetos em questão, sendo que a construção desta própria valoração ocorre de maneira semioticamente mediada.

A centralidade dos fenômenos afetivos nos processos psicológicos humanos não diz respeito apenas ao papel mediador exercido mais diretamente pelas emoções e sentimentos ao longo das interações da pessoa com seu ambiente relevante. Há, na vida cotidiana das pessoas, um considerável engajamento na busca pela *compreensão* acerca do *que* se sente em um determinado tempo e espaço, *com relação a quem* se sente algo, *do porquê* de sentirem, *como* devem experienciar, *como intensificar* ou *abrandar* esse *algo* e de *como erradicar* um determinado estado afetivo, para mencionarmos apenas algumas possibilidades.

Nesse processo de organização da experiência afetiva, a pessoa toma esta dimensão de sua própria experiência pessoal não apenas como objeto de conhecimento, mas também de contínua intervenção. Com relação aos dois níveis de organização da experiência afetiva mais comumente discerníveis e nomeáveis (o rotulado por categorias emocionais específicas e o generalizado), pode-se conceber a existência da manutenção dinâmica de uma organização semiótica hierarquicamente estruturada e organizadora do campo afetivo ao longo do tempo, sendo a dominância semiótica aí implicada cultivada subjetivamente. No caso de mães

enlutadas por motivo de homicídio de seus respectivos filhos jovens, o usual prolongamento de experiências afetivas intensas ao longo de anos implica em um trabalho igualmente prolongado e intenso de organização semiótica dessas experiências.

Uma vez que determinada organização semiótica se mostra insatisfatória para a pessoa, novas camadas de complexos semióticos são construídas com vistas a imprimir novos contornos quantitativos e/ou qualitativos à experiência afetiva. Central neste processo é a valoração (socialmente direcionada e individualmente orientada) que a pessoa faz dos afetos experienciados. No caso de mães de vítimas de homicídios, as relações que elas estabelecem entre o evento da perda e os afetos daí oriundos, levando em consideração a história pessoal do filho morto e suas próprias histórias, orientam suas valorações dos afetos por elas experienciados. Dessa maneira, elas transformam uma dada organização semiótica do campo afetivo ao contrapor suas avaliações com aquelas fornecidas pelo direcionamento social, engendrando uma reconfiguração na forma através da qual elas lidam com os próprios afetos, ao priorizar a orientação pessoal nesse processo.

No caso de Helena, como é comum nessas situações de perda, a avaliação do ódio que a participante relatou sentir pelos autores do crime como *normal* foi promovida por dois fatores principais: por um lado, o ato de violência extrema dos autores do crime e, por outro, a inevitabilidade de, deliberadamente, deixar de sentir tal ódio. Como *a coisa mais preciosa em sua vida*, quando da ocasião do crime, era sua filha, segundo a participante, *ela só poderia sentir muito ódio dos criminosos*, a despeito do ensinamento bíblico segundo o qual não se deve odiar nem mesmos os próprios inimigos. Assim, mesmo sob um forte direcionamento social (*não odiar ou amar a todos*), nota-se aqui um elevado protagonismo pessoal através do cultivo de dispositivos semióticos reguladores da experiência afetiva (*normal; eu só posso sentir ódio; estou esperando que ele [Deus] tire esse ódio do meu coração*).

Este campo afetivo semioticamente *reorganizado* passa a canalizar, assim, novas construções de significados em uma direção que se coaduna tanto com a singularidade da experiência pessoal, quanto com as intenções correntes da pessoa. Esta capacidade de tomar a própria experiência afetiva como objeto de significação e intervenção resulta de (ao mesmo tempo em que favorece) um grau considerável de autonomia e protagonismo pessoal nas relações intra e intersubjetivas.

4.3 Contribuições da Psicologia Cultural de Orientação Semiótica para Uma Abordagem da Reconstrução de Significados nos Processos de Luto

Como já delineado no capítulo referente à fundamentação teórica deste estudo, uma abordagem da dinâmica de reconstrução de significados nos processos de luto enfatiza a tendência humana a elaborar e reelaborar continuamente as transformações oriundas de perdas significativas, cujo exemplo mais dramático é a morte de uma pessoa amada.

Assim, uma perda significativa desafia o senso de coerência que as pessoas constroem a respeito de suas trajetórias de vida, haja vista o fato de que tal senso de coerência tem como uma de suas principais fontes de validação as outras pessoas por elas amadas (Neimeyer, 2001; 2006). Nesse sentido, experiências pessoais altamente disruptivas desconstroem ou contradizem aspectos da narrativa maior de vida da pessoa enlutada como, por exemplo, a narrativa pessoal mais geral segundo a qual alguém se apresenta como uma mãe eficiente. A erosão de aspectos de tal narrativa tende a deflagrar a busca por uma reedição de tal narrativa pessoal maior, através da inserção de novos interlocutores que validem a história de vida reformulada, a qual emerge a partir da perda (Neimeyer, 2001; 2006).

Assim, o ato de construir significados das próprias experiências de perda implica em uma redefinição explícita dos papéis e posicionamentos assumidos pela pessoa em suas relações interpessoais relevantes, ao passo que também implica em uma reformulação implícita da forma como o enlutado passa a antecipar acontecimentos futuros e se engajar em outras relações sociais afetivamente relevantes. No entanto, esse processo de reconstituição do senso de si mesmo em suas relações com as pessoas e eventos relevantes, ocorre em um cenário subjetivo marcado por subsistemas de significados fragmentados e incompatíveis (Neimeyer, 2001).

De acordo com a discussão do terceiro episódio do caso de Helena, pode-se pensar de maneira mais específica como tal cenário subjetivo pode se configurar. A partir da consideração de que o ódio que sentia pelos autores do homicídio de Jane era normal, assim como da manutenção do signo forte *regras da salvação espiritual*, a participante cultivou signos fortes os quais, apesar de *representarem* satisfatoriamente aspectos de sua realidade, promoveram uma condição errática de construção de significados ancorada no cultivo de signos fortes e perpassada por altos níveis de tensão.

Desta tensão entre, por um lado, lidar com a perda de alguém amado, como um filho, associada à escassez de Outros interlocutores que podem auxiliar, dentre outras coisas, na tarefa de reconstrução narrativa e dialógica de aspectos do senso de *self* e, por outro lado, as

crecentes demandas intra e interpessoais por tal reconstrução favorecem (ou pressionam) a emergência de narrativas novas e mais complexas que possam garantir uma mínima coerência em tal cenário fragmentado e perpassado por elevados níveis de sofrimento (Neimeyer, 2001). Em tais casos, um dos principais desafios para a pessoa enlutada consiste na busca pela preservação de aspectos por ela valorizados, ao passo que outras posições de Eu surgem como iminentes possibilidades de novas formas de existir (Neimeyer, 2001).

Esse movimento duplo de preservação e inovação no âmbito do *self* é efetivado a partir de uma construção semiótica complexa, a qual abarca uma história de vida localizada em uma trama intergeracional, como foi exposto pelas participantes nos dois casos analisados neste estudo. Como pôde ser visto no primeiro episódio do caso de Rebeca, mais especificamente, a não aceitação de uma determinada posição de Eu (*pessoa sem sentimento*) e o fortalecimento de outra posição (*pessoa forte*) após a morte de cada um dos filhos envolveram narrativamente aspectos da infância e da relação conjugal da participante.

Mesmo no episódio em que Rebeca poderia ser julgada mais explicitamente pelas pessoas como uma mãe *sem sentimentos* por ter denunciado um de seus filhos para a polícia, pôde-se perceber uma tal reconstrução da própria trajetória pessoal ao longo da qual o ato de denunciar o filho à polícia não apenas fazia sentido, como também tinha sido um ato de *proteção* para o filho. A reconstrução narrativa de seus atos junto ao referido filho, que seria morto poucos anos após a referida denúncia, apresentou a contextualização e a historicidade, no âmbito pessoal, de um percurso relacional que culminaria, em uma dada circunstância, na denúncia à polícia. Rebeca apresentou, assim, os elementos que contribuíram e, principalmente, *como* tais elementos contribuíram para que aquela denúncia ocorresse. Essa apresentação narrativa das formas específicas através das quais determinados elementos contribuíram (de maneira mais ou menos direta) para a tomada de decisão (denunciar o filho à polícia) promoveu a preservação de uma dimensão do *self* (*pessoa forte*), assim como a extinção da outra posição socialmente sugerida (*pessoa sem sentimento*).

Muito embora estudos tenham mostrado que o insucesso na construção de significados satisfatórios (para a própria pessoa enlutada) acerca da morte de um filho contribui significativamente para uma experiência de luto marcada por sofrimento intenso e crônico (Neimeyer, 2005; ver também a revisão de literatura do presente estudo), a seguinte especificidade se destacou nos dois casos aqui analisados: as mães participantes deste estudo focalizaram predominantemente o envolvimento dos seus filhos com práticas de tráfico de drogas e outras infrações desde a infância e adolescência dos mesmos, sendo as mortes desses filhos vistas como eventos que comumente já fazem parte das trajetórias daqueles que se

envolvem com tais práticas ilegais. Dessa forma, apesar de não se conformarem com os crimes, elas demonstraram compreender, de alguma maneira, a lógica que rege a prática de assassinatos na região onde moram. Em outras palavras, mais do que a morte dos filhos em si, o envolvimento dos filhos com práticas criminosas desde muito cedo é que foi alvo de intensa elaboração semiótica, sendo que as participantes apresentaram algumas dificuldades para construir significados satisfatórios acerca do envolvimento precoce dos filhos com práticas criminosas, embora tenham reconhecido que a negligência e violência paterna era certamente um dos principais fatores que tinham favorecido a ocorrência daquelas trajetórias dos filhos.

A centralidade da busca constante por significados na vida humana, especialmente em situações perpassadas por altos níveis de ambivalência e tensão, é um dos pressupostos centrais para a perspectiva construtivista acerca dos processos de luto (Neimeyer, 2009). No entanto, ao contrário da ênfase na construção de significados acerca da perda em si, as discussões dos casos integrantes deste estudo apontam para situações nas quais *a construção semiótica intensa focaliza as experiências afetivas da própria pessoa enlutada*, ao invés da pessoa falecida ou da perda em si. Como sugerido na primeira seção deste capítulo, algumas especificidades contextuais, principalmente o “dilaceramento social do morador da periferia” (Espinheira, 2003), podem funcionar como promotores de tal ênfase na experiência afetiva pessoal ao longo dos processos de luto materno, diante da dificuldade que essa parcela da população enfrenta para se articular em ações coletivas no domínio público que possam incidir mais concreta e significativamente no contexto onde vivem.

Em casos desprovidos de uma integração satisfatória das perdas à história pessoal, como foi o caso de Helena (ver discussão do segundo aspecto do primeiro episódio analisado), ciclos afetivo-semióticos marcados pela pervasividade de campos afetivos hipergeneralizados contrapostos a emergências afetivo-semióticas situacionais são mantidos, com a manutenção de elevados níveis de ambivalência e tensão ao longo do processo de luto. Assim, não é a construção satisfatória de significados acerca da morte do filho, em si, que definirá o maior ou menor nível de sofrimento de uma mãe em um determinado momento do seu processo de luto. Para além dessa idéia voltada para um produto específico (significados satisfatórios), a *integração da história do filho à história da mãe* parece exercer um papel relevante no processo de luto. Destaca-se, aqui, a articulação de histórias através da (e que também favoreça a) construção de hierarquias semióticas organizadoras da experiência afetiva da maneira mais satisfatória possível para a pessoa enlutada.

Esta ênfase em uma construção semiótica que busca integrar histórias pessoais, relacionada com a organização satisfatória das experiências afetivas, pode contribuir também

para se pensar o processo específico de pesar. A associação do anseio pela recuperação da pessoa falecida à crescente constatação de que a perda é irreversível tem sido relatada como um fator relevante de sofrimento por parte da pessoa em processo de luto (Bowlby, 1980/1998; Neimeyer, 1999). No entanto, a partir das discussões dos casos do estudo, viu-se aqui que o processo através do qual tal constatação é construída pode incidir de maneira específica sobre a experiência de pesar, como pôde ser visto ao longo de todo o caso de Helena. A aceitação da irreversibilidade da perda não se situa apenas na esfera das conclusões objetivas e baseadas em evidências externas, de acordo com as quais o filho já não mais *existe entre as pessoas vivas*, principalmente a partir do momento em que o corpo do mesmo é sepultado; esta constatação, pelo contrário, é co-construída e internalizada pela pessoa através de seus intercâmbios semióticos com Outros sociais relevantes, como pôde ser visto no caso de Helena.

Assim, no caso da participante supracitada, a internalização da possibilidade de ter algum contato com a filha ainda *nesta vida*, seguida pela certeza de que isso não ocorreria e, por fim, a aceitação de um signo forte de acordo com o qual haveria *uma maneira* de se reunir à filha no mundo pós-morte promoveu uma experiência de pesar errática e marcada por um forte direcionamento social. Ademais, tal experiência errática propiciou a manutenção de fortes níveis subjetivos de ambivalência e tensão, dificultando uma organização satisfatória da experiência afetiva, o que, por fim, resultou na transferência parcial da responsabilidade pela resolução da problemática em questão (purificar-se espiritualmente) para Deus.

Nesse processo crucial da experiência de luto (pesar), o direcionamento social geralmente incide de maneira intensificada, através da tentativa de *ajudar* a pessoa enlutada a *aceitar a perda e seguir em frente* (ver revisão de literatura). No entanto, outros sociais relevantes podem, dessa forma, prejudicar a adaptação da pessoa enlutada à sua nova condição ao longo de seu processo natural de pesar, ao fornecerem signos fortes os quais são contextualizados em interações assimétricas de poder. Sendo um processo de natureza altamente ambivalente em si mesmo, o pesar tem como uma de suas características intrínsecas a prevalência da condição de emergência semiótica errática, podendo tal condição ser expandida a níveis extremos quando a co-construção de signos acerca da relação entre a pessoa enlutada e a falecida ocorre a partir de relações mediadoras monologizantes.

Assim, tanto a noção de condição errática de emergência semiótica, como a de poder representacional dos signos (frágil, médio e forte) podem ser de grande relevância para o estudo sobre os processos implicados no pesar especificamente, quando a pessoa enlutada

vivencia uma vontade pervasiva de reencontrar a pessoa falecida, ao passo que se convence progressivamente que tal reencontro é improvável ou impossível.

As análises dos casos do presente estudo, o qual é fundamentado nas formulações teóricas da psicologia cultural de orientação semiótica, apontam para algumas possibilidades de articulação entre esta orientação teórica de estudos e a abordagem de reconstrução de significados em processos de luto, proposta inicialmente por Neimeyer (1999).

Primeiramente, no que diz respeito à fragmentação dos significados cultivados pela pessoa quando a mesma enfrenta uma perda significativa, mostra-se útil a exploração da condição errática de emergência semiótica (Abbey & Valsiner, 2004), principalmente quando a ocorrência de tal condição é integrada por signos fortes - neste caso, ocorre uma oscilação subjetiva errática ao longo da experiência de pesar.

Essa mesma noção de condição errática de emergência semiótica se mostra útil também para o estudo da experiência de pesar, uma vez que a erraticidade é uma característica central neste tipo de experiência. Signos fortes podem ser contextualizados de maneira intensificada nesses casos, haja vista a urgência por uma representação satisfatória da relação entre vivos e mortos, tanto por parte da pessoa enlutada, quanto pela de seus familiares e amigos.

No que tange à reconfiguração do *self* característica do processo de luto, as noções de catalisadores semióticos multiformes e ativadores catalíticos semióticos são úteis, devido à intensa demanda intra e interpessoal por *sínteses pessoais* de novos posicionamentos, bem como de extinção ou abandono de outros posicionamentos intimamente relacionados à pessoa falecida.

Por fim, a perspectiva semiótica acerca dos processos de luto evidenciou algumas especificidades das experiências das participantes: primeiramente, uma intensa focalização pessoal na entrada dos filhos no mundo do tráfico de drogas e de outros atos ilegais, em detrimento do foco sobre a ocasião da morte do filho em si; a ênfase na organização semiótica das experiências afetivas da pessoa enlutada, em detrimento da construção de significados acerca da pessoa falecida ou das condições da perda; e a integração da história de vida do filho morto à história de vida da própria mãe, com a construção e manutenção de subsistemas semióticos que organizem satisfatoriamente as experiências afetivas.

Considerações Finais

O pressuposto inicial de que *I-positions* seriam articuladas de maneira estratégica com o intuito de fornecer um suporte para que ambivalências envolvendo a *I-position* materna fossem superadas, visando-se salvaguardar, o máximo possível, a integridade da *I-position* materna reconhecidamente fragmentada não foi confirmada nas análises dos casos aqui estudados.

Além disso, não foi confirmado também o pressuposto inicial de que o repertório de posições de Eu tenderia a ser estruturado sob a dominância rígida ou da posição materna, ou de posições externas socialmente relevantes que fornecessem - ou colaborassem de maneira relevante na construção de - signos rígidos hipergeneralizados. No caso de Helena, no entanto, apesar de signos rígidos dominarem o fluxo de construção de significados, a participante pôs em movimento um movimento errático intenso devido à pevasividade de suas experiências afetivas, tais como a vontade e a necessidade de rever a filha ou o ódio dos autores do homicídio de Jane.

Outro pressuposto inicial foi o de que a posição de Eu materna engendraria a construção de signos afetivamente carregados os quais iriam ser contrapostos a um dos afetos então dominantes no sistema do *self* – a culpa. Para tanto, a mãe refletiria narrativamente acerca de fatos passados que servissem de explicações causais satisfatórias para a morte do filho, à medida que faria enfraquecer a dominância do sentimento de culpa no repertório de posições de Eu. Pressupôs-se que tal processo se daria de forma irregular, por um longo período de tempo, o que seria um dos principais elementos contribuintes para a caracterização e vivência da *I-position* materna como sendo uma *I-position* afetivamente negativa. Como mostrado nas análises dos dados, a culpa não foi um afeto presente ou proeminente nos discursos das participantes, sendo que as mesmas se avaliaram positivamente como mãe. No entanto, ambas as participantes avaliaram suas respectivas trajetórias (de maternidade) como tendo sido marcadas por muito sofrimento, sendo que Rebeca chegou a afirmar que, se soubesse que sua experiência como mãe iria ser tal qual como ocorreu, ela não teria tido filhos. Em suma, as participantes avaliaram negativamente suas trajetórias como mães devido às adversidades de ordem sócio-econômica e às opressões características das relações de gênero em seu contexto (cônjuges como negligentes e violentos).

O sentimento de irrealidade e de erosão do senso de si mesmo (geralmente expressos através de expressões como “tiraram um pedaço de mim”) foi expresso por ambas as participantes. No entanto, a revolta pela não punição dos criminosos e a dificuldade em

experienciar mais livremente afetos (como ódio e tristeza, por exemplo) foram consideravelmente destacados nas experiências das participantes.

Pressupôs-se, por fim, que signos criados a partir das interações sociais em um passado mais recente (i.e., mais distante temporalmente da morte do filho) funcionariam como ferramentas para a construção de links semióticos satisfatórios entre a posição de *Eu materna pré e pós-morte* do filho. Esses links preservariam, em última instância, a noção mais ampla de maternidade valorizada pelas participantes, funcionando como espécies de andaimes semióticos sustentadores de signos hipergeneralizados considerados funcionais pelas participantes - tais processos seriam, assim, cruciais para que o sistema de *I-positions* do *self* se reorganizasse em padrões menos rígidos.

De acordo com as elaborações de Rebeca e Helena, percebe-se que tais *links* semióticos foram construídos satisfatoriamente, como foi o caso da posição de *Eu pessoa forte* por Rebeca; no caso de Helena, embora de maneira menos proeminente, pôde-se perceber também uma construção, atualizada na interação da participante com o pesquisador, que indicava o início da aceitação do ódio que a mesma sentia pelos autores do homicídio de Jane. Tais construções, dessa maneira, contribuíram decisivamente para um menor enrijecimento dos processos afetivo-semióticos no sistema do *self* das participantes ao longo do tempo: Rebeca resistiu ao direcionamento social que a definiu como uma pessoa sem sentimentos, enquanto que Helena, ao fim dos diálogos com o pesquisador, compartilhou com o próprio Deus a responsabilidade pela sua purificação e consequente salvação espiritual.

Com relação aos objetivos inicialmente formulados, pode-se dizer, em termos gerais, que dois principais significados relacionados à morte dos filhos foram elaborados pelas participantes: primeiro, a morte dos filhos como sendo um resultado direto da trajetória dos filhos no *mundo da criminalidade*, o que não justificaria, de qualquer forma, o ato violento. No entanto, um conjunto de signos compôs um segundo significado relacionado ao primeiro: a entrada dos filhos no mundo da criminalidade como tendo sido um efeito da negligência e violência doméstica sofrida por elas mesmas e pelos próprios filhos, violência esta perpetrada pelos respectivos ex-cônjuges. Para a participante Rebeca, por exemplo, seu filho entrou no mundo do tráfico de drogas devido à revolta dele por ter sido agredido severa e continuamente pelo pai durante a infância, além de testemunhar continuamente o pai agredir a própria mãe (Rebeca). A relevância dos achados referentes aos significados acerca das mortes dos filhos residiu no fato de que a experiência de luto das participantes incluía a articulação de suas próprias histórias de vida com as de seus filhos.

No que diz respeito à questão da adaptação às demandas intrapessoais e interpessoais, a qual foi central na experiência de pesar e luto das participantes, o principal âmbito no qual tais demandas ocorreram foi o da experiência afetiva. A partir das análises dos episódios que envolveram, em maior ou menor medida, a regulação semiótica dos afetos a partir das referidas demandas, os construtos listados a seguir foram elaborados neste estudo. Ressalte-se que tais idéias constituem *o conjunto das principais contribuições deste estudo*:

Do caso de Rebeca, destacam-se:

- Catalisadores semióticos multiformes.
- Ativadores catalíticos semióticos.

Do caso de Helena:

- Dinâmica hierárquica dual da cultura pessoal.
- Compressão semiótica da experiência afetiva e o poder de estimulação afetiva do signo aí implicado.

- Cultivo de signos fortes dominantes na forma de cadeias semióticas hierarquizadas, assim como a contextualização semiótica automática de tais cadeias semióticas.

- Contextualização projetiva mediada por posicionamentos de Eu e posicionamento pessoal semioticamente mediado.

- Reorganização do campo afetivo através da valoração dos afetos experienciados.

- Condição errática de emergência semiótica mediada por signos fortes.

Com relação à mediação exercida por campos afetivos na adaptação das mães durante o processo de luto, foi explorada, em ambos os casos, a associação de experiências afetivas relevantes oriundas das perdas aos fatores da história pessoal das participantes. Dessa maneira, tanto a capacidade de se acalmar e fazer tarefas de caráter prático durante o funeral do filho (no caso de Rebeca), como sentir ódio intenso pelos autores do homicídio da filha (no caso de Helena) foram contextualizados em relação com outras informações da própria história pessoal de cada participante. Foi justamente esta associação que serviu como fundamento para que as participantes se opusessem ao direcionamento social organizador da experiência pessoal. Nesse sentido, não foram experiências afetivas *em si* que contribuíram para uma melhor adaptação das participantes durante seus respectivos processos de luto, mas sim a experiência afetiva duplamente organizada via contextualização semiótica. Uma primeira organização semiótica ocorreu a partir do direcionamento social, sendo este seguido pela orientação pessoal co-organizadora do campo afetivo em questão.

A organização e reorganização do repertório de posições de Eu de ambas as participantes se deu de forma altamente diferenciada. No caso de Rebeca, não havia uma voz

dominante, sendo que uma voz central foi construída também no encontro da participante com o pesquisador; Rebeca também não apresentou dificuldade em acessar posições antagônicas, reconhecendo, assim, a ambivalência de sua experiência, sem que isso impedisse que a mesma construísse uma posição central, ainda que internamente complexa e integrada por elementos conflitantes (*Eu-pessoa forte* e *Eu-confusa*, por exemplo); essa fácil acessibilidade a posições conflitantes indicou a existência de um alto nível de flexibilidade do senso de *self* de Rebeca.

Helena, por outro lado, expressou a alternância de posições dominantes *inquestionáveis* para ela, cujas vozes (*comunicabilidade entre vivos e mortos*, a qual foi sucedida por *incomunicabilidade entre vivos e mortos*) enrijeciam os processos de construção de significados alternativos. Como resultado, percebeu-se ciclos de elevação dos níveis de ambivalência e tensão ao longo das experiências afetivas relacionadas ao processo de luto, bem como uma diminuição das possibilidades de acesso a posições de Eu que propiciassem maior flexibilidade ao senso de *self* de Helena.

No que tange às condições de emergência semiótica, verificou-se, no caso de Rebeca, a predominância da condição errática minimamente e moderadamente ambivalente. Apesar da ambivalência e tensão presentes em seu enfrentamento da direção social acerca de seu comportamento durante os funerais dos seus próprios filhos, Rebeca engendrou a síntese de uma posição de Eu central sob o invólucro semiótico *pessoa forte*, síntese esta promovida pela articulação narrativa de signos relevantes para a participante. Com relação a ter denunciado o próprio filho à polícia, a participante formulou junto ao pesquisador uma síntese pessoal fundamentada no histórico de sua relação com o filho. Nestes dois episódios, Rebeca construiu signos médios satisfatórios (*pessoa forte* e *denunciar filho à polícia*) através da predominância da condição de emergência semiótica errática minimamente ambivalente, favorecendo, dessa maneira, uma organização do senso de *self* minimamente satisfatória e funcional. Por exemplo, segundo a participante, o fato de ser uma pessoa forte a possibilitava manter o bom humor em interações sociais, continuar trabalhando e cuidar dos outros filhos.

Helena, por sua vez, relatou a constante internalização, seguida de abandono ou intenso questionamento de signos fortes, apresentando, assim, a predominância da condição de emergência semiótica errática altamente ambivalente. Alguns fatores, no entanto, podem ter contribuído decisivamente para tal predominância, no caso de Helena: ter perdido uma filha a quem a participante disse amar muito e com a qual ela mantinha uma relação muito agradável, tendo tal perda ocorrido pouco tempo antes da participação de Helena neste estudo; e saber que Jane não estava envolvida com práticas ilegais e/ou criminosas.

O último objetivo específico deste estudo se refere à mediação semiótica da organização do senso de *self* via internalização e externalização de signos hipergeneralizados ou, mais especificamente, signos generalizados que representam campos afetivos hipergeneralizados para a pessoa. A participante Rebeca relatou sentir algo que ela *não conseguia nomear exatamente*, mas que constantemente a tirava de estados de humor negativos. Para ela, *aquilo* era a força que Deus a fornecia, sendo isso o principal elemento que a habilitava a ter uma vida funcional, a despeito de seu sofrimento extremo por ter perdido três filhos jovens.

Como visto no referido estudo de caso, a representação simbólica desse campo afetivo hipergeneralizado através do símbolo *força* se constitui em uma síntese pessoal a partir de *evidências concretas* observadas na trajetória da participante, a partir de sua própria perspectiva. Em outras palavras, em sua interação com o pesquisador, Rebeca rememorou suas conquistas pessoais a despeito de um sofrimento que se estende desde sua infância e, articulando signos no presente, sintetizou uma posição de Eu central altamente relevante e flexível, posição esta denominada *forte*. Assim, o campo afetivo hipergeneralizado que mediava a passagem de um estado de extrema tristeza para um de disposição (para agir no mundo de maneira construtiva, como trabalhar e cuidar dos filhos, por exemplo) tem sua representação semiótica sintetizada por Rebeca, ao mesmo tempo que, ao ser assim nomeado e articulado com o senso de *self* da participante, passa a ser *utilizado* por ela como uma forma de *representar a si mesma e se apresentar* no mundo.

Pode-se dizer, por fim, que quando uma dada experiência afetiva na forma de campo hipergeneralizado é recorrente e, a partir de então, a pessoa a organiza semioticamente, tal complexo afetivo-semiótico pode ser utilizado estrategicamente pela pessoa com os mais diversos fins, sendo comumente utilizado por ela para fundamentar características entificadas de si mesmas; esta entificação de dimensões de si mesmo ocorre à medida em que complexos afetivo-semióticos são rotulados e contextualizados simbolicamente como predicados do senso de *self*.

No caso de Helena, campos afetivos foram rotulados, mas não foram articulados com outros complexos afetivo-semióticos de maneira satisfatória. Assim, precebeu-se a predominância de campos afetivos hipergeneralizados, rotulados simbolicamente como *vontade*, *necessidade* e *ódio*, sem uma organização semiótica mais ampla, integrada e satisfatória a outras esferas da experiência. Diferentemente do caso de Rebeca, a análise do caso de Helena mostrou uma contraposição de campos afetivos promotora de experiências afetivas altamente ambivalentes.

Este estudo possui uma série de limitações, as quais se encontram descritas a seguir. Primeiramente, destaca-se a pouca discussão de questões sócio-econômicas, políticas e históricas com relação ao contexto de execução do estudo. Essa primeira limitação se torna mais proeminente devido à particularidade da constituição histórica do Subúrbio Ferroviário de Salvador, a qual foi marcada por uma relação unilateral de poder e injustiça social.

Outra limitação do estudo é a ausência de uma discussão mais específica das questões de gênero mencionadas pelas participantes do estudo, mas que se sabe serem comuns no contexto do estudo. Tanto as limitações mencionadas no parágrafo anterior, como estas, referentes às questões de gênero, foram, em alguma medida, consideradas na análise e discussão dos dados deste estudo, como, por exemplo, quando se considerou que o foco intenso em experiências intrapessoais no processo de luto pode ser mediado pelo estado de abandono no nível macrosocial no qual se encontram os moradores do Subúrbio Ferroviário. Em suma, estas questões sociais foram consideradas como *constritores* sociais da experiência psicológica das participantes.

Outras limitações deste estudo dizem respeito a questões teórico-metodológicas. Primeiramente, ressalte-se que este estudo não abordou, com a devida profundidade, fenômenos psicológicos no nível tácito ou pré-reflexivo, os quais fundamentam muitas de nossas experiências reflexivas (como, por exemplo, as narrativas pessoais) (Neimeyer, 2001).

Com relação à teoria do *self* dialógico, uma limitação importante deste estudo é que as posições de Eu foram estabelecidas principalmente a partir de inferências do pesquisador, enquanto que tal definição poderia ter sido compartilhada com as participantes e pesquisadores avaliadores.

Outra limitação importante deste estudo é que aqui foi abordado apenas um tipo de signo (símbolos), de acordo com o modelo semiótico triádico de Peirce. Este fato, por si só, limita demasiadamente a exploração de experiências afetivas, as quais constituíram um dos focos principais deste estudo, sendo possível dizer que esta é a limitação teórico-metodológica mais importante deste estudo.

Por fim, destaque-se a limitação do estudo no que diz respeito à articulação dos achados. Por um lado, a revisão de literatura não foi articulada com as análises e discussões dos dados empíricos; por outro, como houve pouco direcionamento por parte do pesquisador durante o processo de co-construção dos dados, além de terem sido priorizadas as elaborações simbólicas envolvendo a abordagem de ambivalências pelas participantes (como estabelecido nos procedimentos metodológicos), alguns achados analisados e discutidos foram mantidos

inarticulados ao final como, por exemplo, as noções de *catalisadores semióticos multiformes* e *ativadores catalíticos semióticos*, no caso de Rebeca.

A partir dessas limitações, as seguintes sugestões para explorações futuras podem ser aqui delineadas. Devido ao fato de estudos sobre processos psicológicos em situações de luto geralmente envolverem a abordagem de experiências afetivas intensas, faz-se necessário a articulação de explorações que utilizem outras vias semióticas de expressão pessoal além da simbólica, como representações pictóricas e registros documentais de caráter indexical. Dessa forma, amplia-se a possibilidade de expressão por parte dos participantes do estudo, facilitando assim o compartilhamento de muitos aspectos da experiência afetiva que não são facilmente verbalizáveis, mas que são mais facilmente exprimíveis através de imagens visuais, por exemplo.

Por fim, dois outros tipos de estudo podem ser de grande relevância, a partir dos achados deste estudo: estudos longitudinais e estudos comparativos. Com o primeiro tipo, tanto transformações na organização semiótica das experiências afetivas, como a manutenção de sínteses pessoais relevantes podem ser mais bem compreendidas; com o segundo tipo de estudo, casos estrategicamente escolhidos (uma mãe enlutada que possui filhos vivos, em comparação com uma mãe enlutada sem outros filhos vivos) podem possibilitar uma melhor compreensão das condições catalisadoras de determinadas sínteses pessoais promovidas por mediadores afetivo-semióticos.

Referências

- Abbey, E. & Valsiner, J. (2004). Emergence of meanings through ambivalence. *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research*, S.I., 6(1). Recuperado de <http://www.qualitative-research.net/fqs-texte/1-05/05-1-23-e.htm>
- Alarcão, A. C. J., Carvalho, M. D. B. & Pelloso, S. M. (2008). A morte de um filho jovem em circunstância violenta: compreendendo a vivência da mãe. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 16(3). doi: 10.1590/S0104-11692008000300002
- Alexy, W. D. (1982). Dimensions of psychological counseling that facilitate the grieving process of bereaved parents. *Journal of Counseling Psychology*, 5(29), 498-507. doi: 10.1037/0022-0167.29.5.498
- Beckstead, Z., Cabell, K., & Valsiner, J. (2009). Generalizing through conditional analysis: Systemic causality in the world of eternal becoming. *Humana Mente*, 11, 65-80. Recuperado de <http://www.humanamente.eu/index.php/pages/38-issue11>
- Berzelius, J. J. (1849). *Traité de chimie minérale, végétale et animale* (pp. 110-112) (Hoefler & Esslinger, Trans.). Paris: Didot Frères.
- Bowlby, J. (1980/1998). *Perda: tristeza e depressão* (2ª ed, Vol. 3) (V. Dutra, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Bruner, J.S. (1990). *Acts of meaning*. Cambridge: Harvard University Press.
- Bruner, J. (2002). *Making stories: law, literature, life*. New York: Farrar, Strauss, Giroux.
- Buglass, E. (2010). Grief and bereavement theories. *Nursing Standard*, 24(41), 44-47. doi: 10.7748/ns2010.06.24.41.44.c7834
- Cabell, K. R. (2010). Mediators, regulators, and catalyzers: A context-inclusive model of trajectory development. *Psychology & Society*. 3(1), 26-41. Recuperado de http://www.psychologyandsociety.org/_assets/_original/2010/08/Cabell.pdf
- Cabell, K. R. (2011a). Catalysis: Cultural constructions and the conditions for change. *Journal of Integrated Social Sciences*. 2(1), 1-12. Recuperado de http://www.jiss.org/documents/volume_2/issue_1/JISS_2011_Catalysis_Commentary.pdf
- Cabell, K. R. (2011b, junho). The systemic conditions of catalysis: what psychology can (and cannot) learn from chemistry?. Em K. R. Cabell & K. Maslov (Organizadores), *Transcending models of causality: Charting out the potentials of catalysis in psychology*. Simpósio apresentado na 14th Biennial Conference of the International Society for Theoretical Psychology, Thessaloniki, Grécia.
- Chase, S. E. (2005). Narrative inquiry – Multiple lenses, approaches, voices. In: Denzin, N. & Lincoln, Y. (Eds.). *Handbook of qualitative research* (3ª ed.) (pp. 651-680). London: SAGE Publications.

- Cole, M. (1999). Culture in Development. In: M. H. Bornstein & M. E. Lamb (Eds.), *Developmental psychology: an advanced textbook* (pp. 73-123). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Collis, J. & Hussey, R. (2005). *Pesquisa em administração - um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação* (pp. 54-133). Porto Alegre: Bookman.
- Conselho Federal de Psicologia. (1997). *Resolução CFP N° 11/1997 de 20 de outubro de 1997*. Recuperado de http://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/1997/10/resolucao1997_11.pdf
- Conselho Nacional de Saúde. (2012). *Resolução n° 466, de 12 de dezembro de 2012*. Recuperado de http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html
- Currier, Holland & Neimeyer, R. (2006). Sense-Making, grief, and the experience of violent loss: Toward a mediational model. *Death Studies*, 30(5), 403-428. doi: 10.1080/07481180600614351
- Dyregrov, K., Nordanger, D. & Dyregrov, A. (2003). Predictors of psychosocial distress after suicide, sids and accidents. *Death Studies*, 27, 143-165. doi: 10.1080/07481180302892
- Espinheira, G. (2003). Violência na sociedade contemporânea: origens e causas da violência em Salvador. In: J. A. Carvalho (Org.). *Salvador: Cidade repartida II* (pp. 153-166). Salvador: Costagraf.
- Fundação Gregório de Matos. (2012). *Subúrbio*. Recuperado de: <http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/>
- Harrist, S. (2006). A phenomenological investigation of the experience of ambivalence. *Journal of Phenomenological Psychology*, 37(1), 85-114. doi: 10.1163/15691624-90000006
- Halbertal, T. H. & Koren, I. (2006). Between “being” and “doing”: Conflict and coherence in the identity formation of gay and lesbian orthodox Jews. In: D. P. McAdams, R. Josselson & A. Lieblich, *Identity and story: Creating self in narrative* (pp. 37-61). Washington, DC: APA.
- Hermans, H. J. M. (1996). Voicing the self: From information processing to dialogical interchange. *Psychological Bulletin*, 119(1), 31-50. doi: 10.1037/0033-2909.119.1.31
- Hermans, H. J. M. (2012). Dialogical self theory and the increasing multiplicity of I-positions in a globalizing society: An introduction. In H.J.M. Hermans (Ed.), *Applications of dialogical self theory. New Directions for Child and Adolescent Development*, 137, 1-21. doi: 10.1002/cad.20014
- Hermans, H. J. M., Kempen, H. J. G. & van Loon, R. J. P. (1992). The Dialogical Self: Beyond Rationalism and Individualism. *American Psychologist*. 47(1), 23-33. doi: 10.1037/0003-066X.47.1.23

- Hermans, H. J. M. & Gonçalves, M. (1999). Self-knowledge and self-complexity: a dialogical view. *Constructivism in the Human Sciences*, 4(1), 178-197. Recuperado de <https://sites.google.com/site/constructingworlds/journal>
- Hermans, H. J. M. & Hermans-Jansen, E. (2003). Dialogical processes and development of the self. In: Valsiner, J. & Connolly, K. *Handbook of developmental psychology* (pp. 534-559). London: Sage Publications.
- James, W. (1890/1918). *The principles of psychology* (Vol. 1. 2nd ed.) (pp. 225-343). New York: Denver Publications.
- Jovchelovitch, S. & Bauer, M.W. (2002). Entrevista narrativa. Em M.W. Bauer & G. Gaskell (Eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som* (P. A. Guareschi, Trad.) (pp. 90-113). Petrópolis: Vozes.
- Kaslow, N. J., Ivey, A. Z., Berry-Mitchell, F., Franklin, K. & Bethea, K. (2009). Postvention for african american families following a loved one's suicide. *Professional Psychology: Research and Practice*, 2(40), 165–171. doi: 10.1037/a0014023
- Lamb, M. E., Hwang, C.P., Ketterlinus, R.D. & Fracasso, M. P. (1999). Parent-child relationships: development in the context of the family. Em M. H. Bornstein & M. E. Lamb (Eds.), *Developmental psychology: An advanced textbook* (pp. 411-450). New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Lehman, D. R., Ellard, J. H. & Wortman, C. B. (1986). Social support for the bereaved: recipients' and providers' perspectives on what is helpful. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 54(4), 438-446. doi: 10.1037/0022-006X.54.4.438
- Lieblich, A., Tuval-Mashiach, R. & Zilber, T. (1998). *Narrative research – reading, analysis and interpretation*. London: SAGE Publications.
- Lispector, C. (1998). *Água Viva*. (1a. ed.) (pp. 13; 84). Rio de Janeiro: Rocco.
- Lohan, J. A. & Murphy, S. A. (2002). Family functioning and family typology after an adolescent or young adult's sudden violent death. *Journal of Family Nursing*, 8(1), 32-49. Recuperado de <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/107484070200800103>
- Lohan, J. A. & Murphy, S. A. (2007). Bereaved mothers' marital status and family functioning after a child's sudden, violent death: a preliminary study. *Journal of Loss and Trauma*, 12(4), 333–347. doi: 10.1080/15325020701296794
- Lysaker, P. H. & Lysaker, J. T. (2002). Narrative structure in psychosis. *Theory & Psychology*. London, 12(2), 207-220.
- Mattos, E. (2013). *Desenvolvimento do self na transição para a vida adulta: Um estudo longitudinal com jovens baianos* (Tese de doutorado). Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, Bahia - Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/12361>

- McGoldrick, M. (1995). As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar. Em B. Carter & M. McGoldrick (Eds.), *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para terapia familiar* (pp. 7- 29). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Meij, L. W., Stroebe, M, Schut, H., Stroebe, W., Bout, J. van den, Heijden, P. van der & Dijkstra, I. (2005). Couples at risk following the death of their child: predictors of grief versus depression. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 73(4), 617-623, doi: 10.1037/0022-006X.73.4.617
- Miller, T. (2005). *Making sense of motherhood: A narrative approach*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Murphy, S. A. (1996). Parent bereavement stress and preventive intervention following the violent deaths of adolescent or young adult children. *Death Studies*, 20(5), 441-452. doi: 10.1080/07481189608252753
- Murphy, S. A., Johnson, C., Kain, K. C., Gupta, A. D., Dimond, M. & Lohan, J. (1998). Broad-spectrum group treatment for parents bereaved by the violent deaths of their 12- to 28-year-old children: A randomized controlled trial. *Death Studies*, 22(3), 209-235. doi: 10.1080/074811898201560
- Murphy, S. A., Gupta, A. D., Cain, K. C., Johnson, L. C., Lohan, J., Wu, L. & Mekwa, J. (1999). Changes in parents' mental distress after the violent death of an adolescent or young adult child: a longitudinal prospective analysis. *Death Studies*, 23(2), 129-159. doi: 10.1080/074811899201118
- Murphy, S. A., Lohan, J., Braun, T., Johnson, L. C., Cain, K. C. & Beaton, R. D. (1999). Parents health, health care utilization, and health behaviors following the violent deaths of their 12- to 28- year-old children: A prospective longitudinal analysis. *Death Studies*, 23(7), 589-616. doi: 10.1080/074811899200795
- Murphy, S. A., Chung, Ick-J. & Johnson, L. C. (2002). Patterns of mental distress following the violent death of a child and predictors of change over time. *Research in Nursing and Health*, 25(6), 425–437. doi: 10.1002/nur.10060
- Murphy, S. A., Johnson, L. C. & Lohan, J. (2002). The aftermath of the violent death of a child: An integration of the assessments of parents' mental distress and PTSD during the first 5 years of bereavement. *Journal of Loss and Trauma*, 7(3), 203-222. doi: 10.1080/10811440290057620
- Murphy, S. A., Johnson, L. C., Chung, Ick-J. & Beaton, R.D. (2003). The prevalence of PTSD following the violent death of a child and predictors of change 5 years later. *Journal of Traumatic Stress*, 16(1), 17–25. doi: 10.1023/A:1022003126168
- Murphy, S. A., Johnson, L. C. & Lohan, J. (2003). Challenging the myths about parents' adjustment after the sudden, violent death of a child. *Journal of Nursing Scholarship*, 35(4), 359-364. doi: 10.1111/j.1547-5069.2003.00359.x

- Murphy, S. A. Johnson, C., Wu, L., Fan, J. J. & Lohan, J. (2003). Bereaved parents' outcomes 4 to 6 months after their children's deaths by accident, suicide, or homicide: a comparative study demonstrating differences. *Death Studies*, 27(1), 39-61. doi: 10.1080/07481180302871
- Nations, M. K. (2008). Mortes infantis e violência interpretativa no nordeste brasileiro: Levando em conta as narrativas de mães cearenses enlutadas. *Cadernos de Saúde Pública*, 24(10), 2239-2248. doi: 10.1590/S0102-311X2008001000005.
- Neimeyer, R. A. (1999). Narrative strategies in grief therapy. *Journal of Constructivist Psychology*, 12(1), pp. 65-89. doi: 10.1080/107205399266226
- Neimeyer, R. A. (2001). Reauthoring life narratives: grief therapy as meaning reconstruction. *Israel Journal of Psychiatry*, 38, 171-183. Recuperado de <http://ijp.doctorsonly.co.il>
- Neimeyer, R. A. (2006). Narrating the dialogical self: toward an expanded toolbox for the counseling psychologist. *Counseling Psychology Quarterly*, 19(1), 105-120. doi: 10.1080/09515070600655205
- Neimeyer, R. A.; Burke, L. A.; Mackay, M. M.; Stringer, J. G. van D. (2009). Grief therapy and the reconstruction of meaning: from principles to practice. *Journal of Contemporary Psychotherapy*. 40(2), 73-83. doi: 10.1007/s10879-009-9135-3
- Neimeyer, R. A., Prigerson, H. G. & Davies, B. (2002). Mourning and meaning. *American Behavioral Scientist*, 46(2).
- Oliveira, J. B. A. & Lopes, R. G. C. (2008). O processo de luto no idoso pela morte de cônjuge e filho. *Psicologia em Estudo*, 13(2), 217-221.
- Peirce, C. S. (1868a/2010). Algumas consequências de quatro incapacidades. In C. Hartsforne & P. Weiss (Eds.), *Semiótica* (pp. 259-282) (J. T. C. Neto, Trad.). São Paulo, Brasil: Perspectiva.
- Peirce, C. S. (1868b/2012). On a new list of categories. Recuperado de <http://www.cspeirce.com/menu/library/bycsp/newlist/nl-frame.htm>.
- Peirce, C. S. (1873). On representations. In C. J. W. Kloesel et al (Eds.), *Writings of Charles S. Peirce – A chronological edition* (Vol. 3, pp. 62-66). Indianapolis, IN.: Indiana University Press.
- Reis, L. P. C. (2010). *Construção cultural da maternidade: a experiência de mães do Subúrbio Ferroviário de Salvador-Ba*. (Tese de doutorado). Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, Brasil. Recuperado de [http://www.pospsi.ufba.br/Lilian_Reis%20\(tese\).pdf](http://www.pospsi.ufba.br/Lilian_Reis%20(tese).pdf)
- Rosa, J. G. (2001). *Grande Sertão: Veredas* (20ª. ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. pp. 76; 194; 394.
- Rosa, J. (2001). *Manuelzão e Miguilim* (11ª. ed). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 122.

- Ribeiro, A. P. & Gonçalves, M. M. (2010). Innovation and stability within the dialogical self: the centrality of ambivalence. *Culture & Psychology*, 16(1), 116-126. doi: 10.1177/1354067X09353211
- Santos, J. E. F. (2010). *Cuidado com o vo: Repercussões do homicídio entre jovens de periferia*. Salvador, Brasil: EDUFBA.
- Secretaria de Segurança Pública do Estado Da Bahia. (2011). *Principais registros de ocorrências policiais em Salvador*. Recuperado de <http://www.ssp.ba.gov.br/estatisticas/capital>
- Stake, R. E. (1994). Case Studies. Em N. Denzin & Y. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 236-247). London: Sage.
- Stubenbort, K. & Donnelly, G. R. (2001). Cognitive-behavioral group therapy for bereaved adults and children following an air disaster. *Group Dynamics: Theory, Research, and Practice*, 5(4), 261-276.
- Valsiner, J. (1998). *The guided mind*. Cambridge, MA.: Harvard University Press.
- Valsiner, J. (2000). Culture and human development (p.17-27). London: SAGE Publications.
- Valsiner, J. (2002a). Forms of dialogical relations and semiotic autoregulation within the self. *Theory & Psychology*, 12 (2), 251-264.
- Valsiner, J. (2002b, Outubro). The promoter sign: developmental transformation within the structure of dialogical self. In M.-C. Bertau (Organizadora), *The significance of internal dialogues in problem solving and psychological growth*. Simpósio apresentado na *Second Conference on the Dialogical Self*, Gent, Blgica.
- Valsiner, J. (2004). Three years later: culture in psychology – between social positioning and producing new knowledge. *Culture & Psychology*, 10(1), 5-27.
- Valsiner, J. (2005). Scaffolding within the structure of Dialogical Self: Hierarchical dynamics of semiotic mediation. *New Ideas in Psychology*, 23, 197-206.
- Valsiner, J. (2007). *Culture in Minds and Societies*. New Delhi, SAGE Publications.
- Valsiner, J. (2013). *An invitation to cultural psychology*. London: Sage.
- Valsiner, J. & Cabell, K. (2012). Self-making through synthesis: Extending dialogical self theory. In H. J. M. Hermans & T. Gieser. (Eds.), *Handbook of Dialogical Self Theory* (pp. 82-97). Cambridge, NY: Cambridge University Press.
- Wolman, B. B. (1971). Does psychology need its own philosophy of science? *American Psychologist*, 26 (10), 877-886. doi: 10.1037/h0032144
- Wolman, B. B. (1984). *Logic of sciences in psychoanalysis* (pp. 3-39). New York, NY: Columbia University Press.

Zittoun, T. (2006). *Transitions: Development through symbolic resources*. Greenwich (CT): InfoAge.

Zittoun, T. (2012). Life-course: a socio-cultural perspective. In J. Valsiner (Ed.). *The Oxford Handbook of Culture and Psychology* (pp. 512-535). New York: Oxford University Press.

APÊNDICE A – Ficha para coleta de dados sócio-demográficos

DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS**DADOS REFERENTES À PARTICIPANTE DA PESQUISA**

1. Nome completo: _____

2. Data de nascimento: ___/___/___

3. Bairro residencial: _____

4. Escolaridade:

1º grau incompleto

1º grau completo

2º grau incompleto

2º grau completo

Formação universitária incompleta

Formação

universitária completa

Especialização

Mestrado

Doutorado

5. Ocupação atual: _____

6. Religião: _____ Praticante: Sim Não

7. Estado civil: _____

8. Quem mora na sua casa?

9. Ocupação do marido / parceiro atual (quando for o caso): _____

10. Renda familiar mensal:

1 a 3 salários mínimos

4 a 5 salários mínimos

Mais de 6 salários

11. Informações sobre outro(s) filho(s) (vivo(s) – quando for o caso). Idade e onde mora(m):

11. Informações sobre o(s) filho(s) vítima(s) de violência:

- Ano de nascimento:

- Ano do óbito:

- Com quem morava na época do homicídio: _____

APÊNDICE B – Dispositivo visual utilizado no início da entrevista narrativa

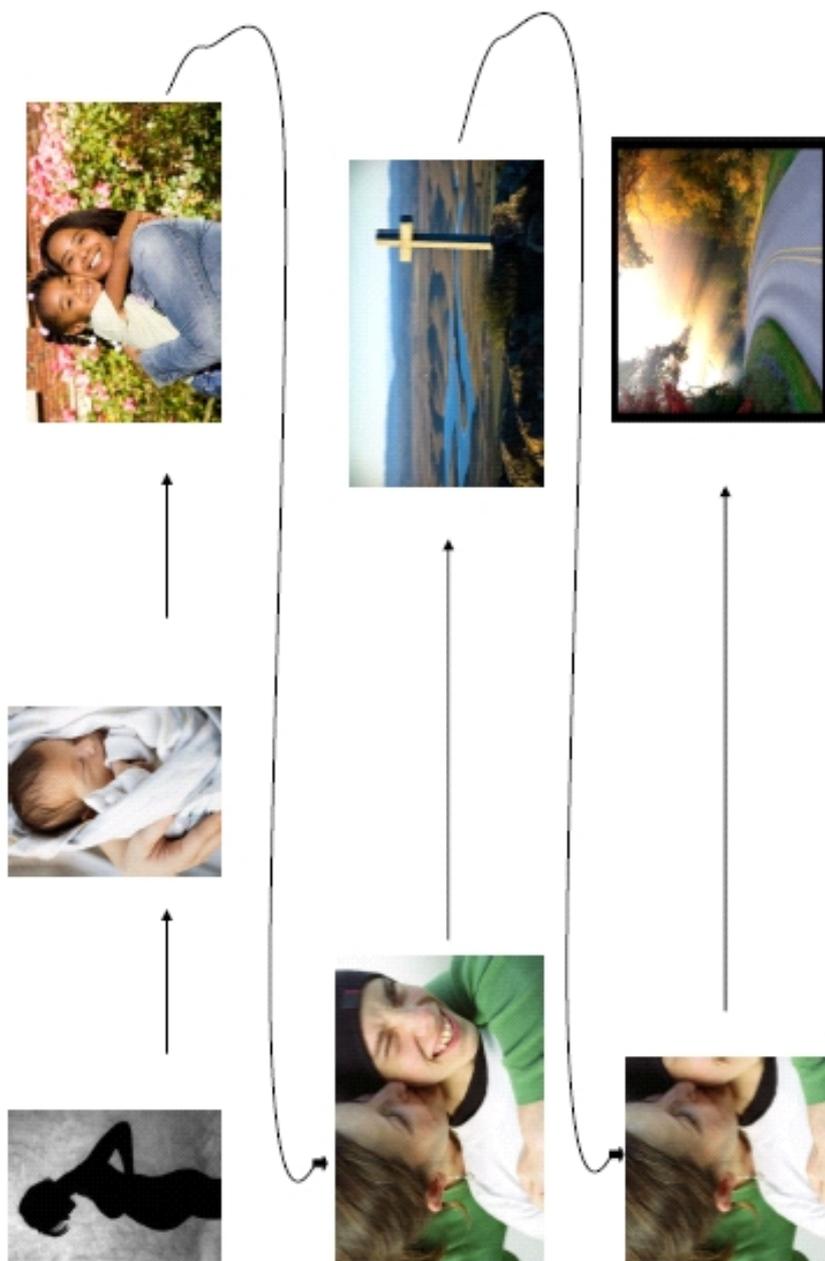


Figura A1. Dispositivo visual utilizado no início da entrevista narrativa com mães que perderam filhos adolescentes.

APÊNDICE C – Dispositivo visual utilizado no início da entrevista narrativa

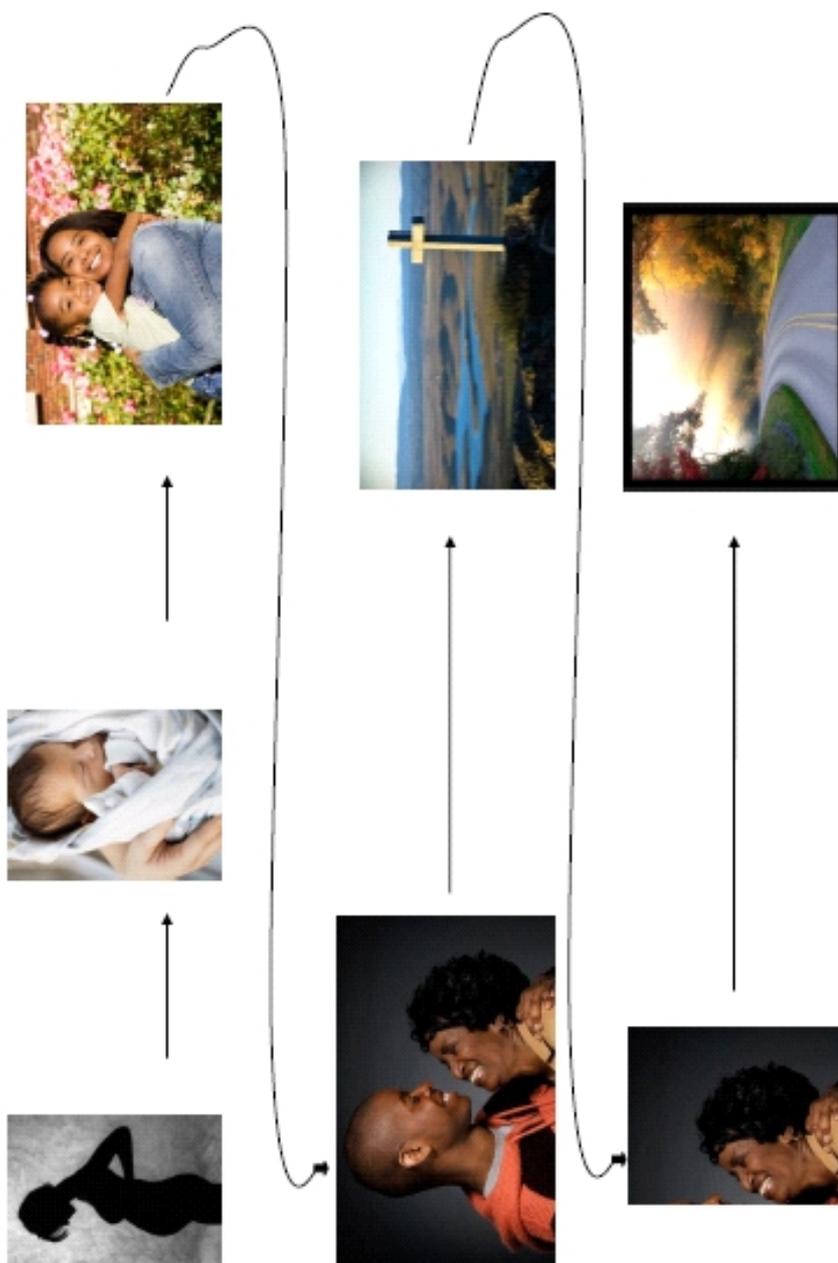


Figura A2. Dispositivo visual utilizado no início da entrevista narrativa com mães que perderam filhos jovens adultos.

APÊNCIDE D – Roteiro de entrevista

<p>QUESTÃO GERAL</p>	<p style="text-align: center;"><u>INTRODUÇÃO</u></p> <p>- Estes nossos encontros têm como objetivo possibilitar um diálogo entre nós dois, porém na maior parte do tempo você/a Sra. assumirá o papel de narradora, de contadora de sua própria história de vida. Como pesquisador, eu tenho um interesse especial por sua experiência como mãe que já perdeu um filho e, por isso, em alguns momentos, eu farei algumas perguntas relacionadas à história que você/a Sra. me contar. No entanto, sinta-se à vontade para fornecer as informações que você/a Sra. quiser, na ordem que preferir e também contar a história da forma que quiser. Você/a Sra. gostaria de fazer alguma pergunta antes de começarmos?</p> <p style="text-align: center;"><u>FORMULAÇÃO DA QUESTÃO GERAL</u></p> <p>Para nos auxiliar, eu gostaria de lhe apresentar algumas imagens, apenas para ressaltar alguns períodos de sua história como mãe de [<i>nome do filho falecido</i>]. Mas você/a Sra. não precisa se preocupar em contar sua história nessa sequência [Nesse momento, o pesquisador mostra as figuras que compõem o <i>Apêndice B</i> ou <i>C</i>].</p> <p>Assim, você poderia me contar, por gentileza, quais são as suas lembranças (imagens, eventos,...) de sua história como mãe de (<i>nome do filho falecido</i>)?</p>	
<p style="text-align: center;">TEMA</p>	<p style="text-align: center;">DETALHAMENTO, POSSÍVEIS QUESTÕES</p>	<p style="text-align: center;">OBJETIVOS DAS (E OBSERVAÇÕES SOBRE AS) QUESTÕES</p>
<p>EXPERIÊNCIAS COM O FILHO DURANTE A FASE DE BEBÊ E INFÂNCIA DO MESMO</p>	<p>-Quais são suas lembranças sobre sua gravidez e sobre a experiência de se tornar mãe?</p> <p>-Quais foram as suas expectativas com relação ao <i>tornar-se</i> mãe?</p> <p>- Alguém compartilhava experiências sobre maternidade com você? Quem? Como era tal compartilhamento?</p> <p>- Como era o seu contato e sua relação com o bebê durante os primeiros meses de vida do mesmo?</p>	<p>- Focalizar a construção dos laços afetivos através de comportamentos de apego e cuidado junto ao filho (o que contrastará com a separação e a perda adiante na narrativa). Observar possíveis relações de contraste, de causalidade, etc. estabelecidas narrativamente pela participante.</p> <p>- Atentar para a construção de conexões entre eventos separados por muitos anos, através da mediação de signos gerais.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - E durante os primeiros anos de vida dele? Como foi sua relação com seu filho durante a infância do mesmo em termos de tempo juntos, cuidados dispensados, principais dificuldades, ...? - Como você se via no papel de mãe nesses momentos? O que influenciou tal visão? - Quais atividades você desenvolveu durante esse período? - Quais pessoas marcaram esse período de suas vidas? - Quais eventos marcaram esse período de suas vidas? 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender os processos de ruptura dos planos iniciais - ou os ideais - de maternidade. Ao mesmo tempo, compreender a função desses planos no processo atual de integração da morte do filho.
<p style="text-align: center;">EXPERIÊNCIAS DURANTE A ADOLESCÊNCIA DO FILHO</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Quais foram as principais conquistas de seu filho nesse período? Você teve alguma participação nessas conquistas? Como? - Quais foram as principais mudanças de seu filho nesse período? Você teve alguma participação nessas conquistas? Como? - Como era sua relação com [<i>nome do filho</i>] nessa época? - Quais eram os interesses e atividades dele? O que você achava desses interesses e atividades? - Em sua opinião, quem eram as pessoas mais relevantes para ele? O que justifica isso? - O que você fazia em meio a essas atividades, interesses e pessoas na vida dele? - Quem esteve junto a vocês durante esse processo? - Houve dificuldades? Quais? (Como) Foram superadas? - Quais eram os planos dele nesse período? - E os seus, com relação a ele? Como você visualizava o futuro dele? 	<ul style="list-style-type: none"> - Aqui, será relevante para a pesquisa focalizar os processos de crescente autonomia do filho, mas também de crescente interdependência entre filho e mãe. - Atentar para o início da construção de projetos de vida de médio e longo alcance elaborados pelo (e para o) filho. Atentar, ainda, para a forma como a disrupção de tais planos, ocorrida alguns anos depois, foi elaborada à época da perda e é elaborada atualmente. - Observar a predominância de conquistas ou de conflitos, bem como a forma como tal predominância é relacionada com os eventos (principalmente os traumáticos) posteriores. - <i>OBSERVAÇÃO: Durante as entrevistas, as principais relações com os Outros sociais relevantes, I-positions em evidência e os principais signos que fazem a mediação de tais relações devem ser explorados em profundidade. Assim, perguntas mais</i>

		<p><i>específicas, a partir da narrativa central, poderão ser feitas na busca pelas conexões subjacentes entre esses elementos estabelecidas pelas participantes. Além disso, sempre que signos relevantes para o processo de adaptação do self emergirem, as condições através das quais os mesmos foram construídos deverão ser exploradas através de questões também mais específicas que evidenciem o processo de emergência semiótica.</i></p>
<p>ÉPOCA EM QUE O FILHO ATINGIU A MAIORIDADE LEGAL</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Quais as principais mudanças na vida dele? - Quem mais participou dessas mudanças na vida dele? - Como foi sua participação nessas mudanças? - O que você pensava a respeito dessas mudanças? E o que você fazia ao pensar assim? - E quanto aos planos que vocês fizeram antes dele se tornar legalmente adulto? Quais se concretizaram e quais não foram realizados? Por quê? - Quais eram os seus projetos com relação a si mesma e a ele? Como você visualizava tanto o futuro dele quanto o seu? 	<ul style="list-style-type: none"> - O objetivo aqui é compreender como a participante, a essa altura de sua convivência com o filho, avaliava as vivências e os planos que integraram um período da vida mais próximo da infância dele, ao mesmo tempo em que agia construindo as possibilidades de vida rumo à adultez do filho. - Um dos principais objetivos nessa parte da narrativa é levar a participante a se engajar em movimentos ao longo do tempo, via assunção de diferentes <i>I-positions</i> (ou de diferentes versões de uma mesma <i>I-position</i>). Por exemplo, buscar-se-á explorar diálogos entre a mãe do <i>jovem adulto</i> com a mãe do <i>filho criança/adolescente</i>, bem como uma apropriação estratégica de tais interlocuções pela mãe atual <i>sem o filho</i>, em seu processo de integração da morte do mesmo e de construção e um senso de si afetivamente funcional e positivo. - Possivelmente, esse período

		(e o anterior, em menor proporção) corresponde a uma parte da narrativa pessoal de grande relevância para a compreensão, por parte da participante, do evento traumático da perda. A elaboração narrativa desse período, além disso, talvez contribua para a construção de signos e campos de significados altamente relevantes para a manutenção de um senso de si coerente (ainda que em um nível mínimo).
O SER MÃE DE UM <i>JOVEM ADULTO</i> OU <i>ADULTO</i> – A PROXIMIDADE DA PERDA	<ul style="list-style-type: none"> - Quando, para você, o seu filho se tornou um adulto? O que aconteceu, especificamente, para que você o considerasse como tal? - Qual a situação dele nessa fase da vida? (O que fazia, do que gostava, o que dizia precisar?). - Quais as principais atividades nas quais ele estava engajado? - Quais os principais planos dele para o futuro? - Qual a sua participação na vida dele (o que você fazia com ele e para ele)? - O que você achava da situação dele nesse período da vida dele? - Você tinha planos com ele? Quais? 	<ul style="list-style-type: none"> - Essa parte da narrativa busca articular gradativamente os principais acontecimentos que ocorreram antes da morte do filho com o evento fatal. - As perguntas aqui propostas têm como objetivo fazer emergir processos de construção semiótica da realidade que favorecem a continuidade do <i>self</i> após a ruptura traumática.
O TRAUMA DA PERDA	<ul style="list-style-type: none"> - Como você soube da morte do seu filho? - Você se lembra de suas principais reações? * O que sentiu <i>subjetivamente</i>? * O que sentiu <i>fisicamente</i>? * O que pensou? * O que você fez? - Quem lhe apoiou na ocasião? - O que ou quem foi fonte de força e ajuda? - Alguma coisa ou alguém tornou a situação ainda mais 	<ul style="list-style-type: none"> - Essas questões buscam compreender a transformação identitária abrupta caracterizada pela passagem da posição de <i>mãe</i> a <i>mãe de alguém morto</i>. - Há de se atentar, nesse ponto, para as formulações que emergiram mais imediatamente a respeito de si e para como se deu a construção dessas formulações.

	difícil? Como?	
O PROCESSO DE LUTO	<p>- Você notou mudanças <i>significativas</i> e si mesma nos seguintes aspectos...</p> <ul style="list-style-type: none"> * Físico? * Emocional? * Rotina (lazer, trabalho, atividades domésticas, visitar ou sair com amigos e familiares, cuidados com a saúde, etc.)? <p>- Como você passou a ver o mundo, de uma forma geral, após a perda?</p> <p>- Como você passou a se relacionar com as pessoas?</p> <p>- Quais as pessoas mais significativas para você nesse processo, em termos de suporte? Que tipo de apoio você acha nelas?</p> <p>- Quais imagens você tinha de si própria antes do <i>fato</i>? E após o mesmo? O que, especificamente, contribuiu para tais mudanças?</p> <p>- Como você conciliou o sofrimento após a morte do seu filho com os compromissos do dia-a-dia?</p> <p>- Quais as principais mudanças nas relações familiares após a perda?</p> <p>- O que mais tem contribuído para você se adaptar a - e superar - essa nova condição?</p> <p>- E o que mais tem atrapalhado?</p> <p>- Como você descreveria agora a sua relação com seu filho morto <i>no presente</i>?</p> <p>- Você vê alguma conexão entre vocês?</p> <p>- O que você <i>faz</i> para se relacionar com ele?</p>	<p>- Essas questões procuram compreender as formas de se apresentar uma definição de <i>si</i> através da ausência abrupta e definitiva do Outro (de quem tal definição depende)?</p> <p>- Outro objetivo aqui é descrever as novas relações estabelecidas com o mundo, com as pessoas e consigo mesma em diversas áreas.</p> <p>- Espera-se que a narrativa dos eventos relacionados a esses últimos TEMAS se aborde os processos de reconstrução de significados e de pressupostos, representados na Figura 3 do projeto deste trabalho.</p> <p>- Os tópicos abordados neste TEMA também estão intimamente relacionados com os assuntos abordados na revisão de literatura deste trabalho.</p>

<p>PROJETOS PARA O FUTURO</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Quando você pensa no seu futuro, que imagem você visualiza? - Quais as principais expectativas para o futuro? O que, no presente, leva você a ter essas expectativas? - Quem são as pessoas que você visualiza no seu futuro? Quais as funções que essas pessoas exercerão em sua vida? - Quais atividades você exercerá? - Baseando-se na sua história pessoal narrada até aqui, o que contribuirá para que seu futuro seja assim como você o descreve agora? 	<ul style="list-style-type: none"> - Os processos abordados por estas questões gerais se relacionam com o papel da <i>mediação semiótica</i> na pré-adaptação a um futuro exacerbadamente incerto. - Criação de estratégias semióticas visando a reconstrução de <i>I-positions</i> no futuro, a partir das condições presentes, através de um diálogo intenso com os eventos passados.
-------------------------------	--	---

ANEXO A - Termo de consentimento informado

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IPsi
PROGRAMA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPG-Psi. - Doutorado

Projeto de pesquisa: *Processos afetivo-semióticos na integração da perda de um filho por morte violenta à identidade pessoal materna*

(Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB)
TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Pelo presente documento, declaro saber que a pesquisa acima nomeada tem por objetivo compreender os processos de integração psicológica da perda de filhos por motivo de homicídio. A investigação será conduzida pelo estudante Márcio Santana da Silva, sob a orientação da professora Dr. Ana Cecília de Sousa Bastos, sendo realizada por meio de entrevistas individuais que serão audiogravadas.

Estou informada de que, se houver qualquer dúvida a respeito dos procedimentos adotados durante a condução da pesquisa, terei total liberdade para questionar ou mesmo recusar-me a continuar participando desta investigação.

Os dados obtidos serão utilizados estritamente para os propósitos da pesquisa, sendo que as participantes não terão associados seus nomes às suas declarações.

Meu consentimento para participar desta pesquisa está fundamentado na garantia de que as informações apresentadas serão respeitadas, assentando-se nas seguintes restrições:

- a) Não serei obrigada a realizar nenhuma atividade para a qual não me sinta disposta e capaz;
- b) Não participarei de qualquer atividade que possa vir a me trazer qualquer prejuízo;
- c) O meu nome, e o das demais participantes da pesquisa, não serão divulgados;
- d) Todas as informações individuais terão o caráter estritamente confidencial;
- e) Os pesquisadores estão obrigados a me fornecer, quando solicitados, as informações coletadas;
- f) Posso, a qualquer momento, solicitar ao pesquisador que os meus dados sejam excluídos da pesquisa.

Ao assinar este termo, passo a concordar com a utilização das informações para os fins a que se destina, salvaguardando as diretrizes universalmente aceitas da ética na pesquisa científica, desde que sejam respeitadas as restrições acima relatadas.

As dúvidas poderão ser respondidas pela Profª. Dra. Ana Cecília de Sousa Bastos, pelo telefone (71)8898-7854 e por Márcio Santana da Silva, através do número telefônico (71)9638-2921.

Pelo presente termo, declaro que fui informada, de forma clara e detalhada, dos objetivos e da justificativa da presente pesquisa.

NOME: _____

ASSINATURA: _____

Salvador, _____ de _____ de _____.